

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – POSEDOC**  
**LINHA DE PESQUISA: POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO**

**GENICLÉBIA DE OLIVEIRA AUGUSTO**

**REPRESENTATIVIDADE DOS PAIS E RESPONSÁVEIS DE ALUNOS EM**  
**CONSELHOS ESCOLARES: UM ESTUDO EM MOSSORÓ-RN**

**Mossoró/RN**

**2021**

**GENICLÉBIA DE OLIVEIRA AUGUSTO**

**REPRESENTATIVIDADE DOS PAIS E RESPONSÁVEIS DE ALUNOS EM  
CONSELHOS ESCOLARES: UM ESTUDO EM MOSSORÓ-RN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Processos Formativos em Contextos Locais.

Linha de pesquisa: Políticas e Gestão da Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Arilene Maria Soares de Medeiros.

Mossoró/RN

2021

© Todos os direitos reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O presente conteúdo de responsabilidade do autor(a), respectivamente, é de inteira responsabilidade do autor(a), passível de ser enviado como administrativo ou penais, respectivamente, sejam infringidas leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, Patentes Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma citada de base literária para novas pesquisas, desde que a sua obra poderá servir devidamente(a) autor(a) devidamente citadas e mencionadas os seus créditos bibliográficos.

### **Catálogo da Publicação na Fonte.**

#### **Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

A923r Augusto, Geniclébia de Oliveira

REPRESENTATIVIDADE DOS PAIS E  
RESPONSÁVEIS DE ALUNOS EM CONSELHOS  
ESCOLARES: UM ESTUDO EM MOSSORÓ-RN.

/Geniclébia de Oliveira Augusto. - Mossoró/RN, 2021.

191p.

Orientador(a): Profa. Dra. Arilene Maria Soares de  
Medeiros.

Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação  
em Educação). Universidade do Estado do Rio Grande  
do Norte.

1. Representatividade dos pais/responsáveis. 2.  
Conselhos Escolares. 3. Escolas públicas. I. Soares  
de Medeiros, Arilene Maria. II. Universidade do  
Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

**GENICLÉBIA DE OLIVEIRA AUGUSTO**

**REPRESENTATIVIDADE DOS PAIS E RESPONSÁVEIS DE ALUNOS EM  
CONSELHOS ESCOLARES: UM ESTUDO EM MOSSORÓ/RN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Linha de Pesquisa: Políticas e Gestão da Educação, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Arilene Maria Soares de Medeiros.

Aprovada em: 06/12/2021.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Arilene Maria Soares de Medeiros (POSEDUC/UERN)  
(Orientadora)

---

Prof. Dr. Allan Solano Souza (POSEDUC/UERN)  
(Membro Titular Interno)

---

Prof. Dr. Carlos André Sousa Dublante (PPGFOPRED/UFMA)  
(Membro Titular Externo)

---

Prof. Dr. Joaquim Gonçalves Barbosa (UFSCar)  
(Membro Suplente Externo)

---

Profa. Dra. Ciclene Alves da Silva (POSEDUC/UERN)  
(Membro Suplente Interno)

## Dedicatória

Este trabalho é dedicado à minha mãe, pois foi através de seus ensinamentos que eu compreendi que a educação é a base para alcançar sonhos. Ela é a pessoa que me incentiva a nunca desistir de buscar meus objetivos, mesmo com as dificuldades que às vezes surgem durante minha jornada. Seu apoio me faz querer continuar.

## AGRADECIMENTOS

Cursar o mestrado era um sonho que começou na graduação. Agradeço a Deus por tornar isso possível e me permitir viver este momento. Sem Ele, eu não conseguiria alcançar os meus objetivos e é graças a Ele que finalizo mais um ciclo da minha vida.

Agradeço aos meus familiares, por entenderem que, se não participei de alguns almoços de domingo, foi porque precisava desse tempo para escrever a dissertação. A minha família foi essencial para a minha motivação, especialmente a minha prima (Noeme Moreira), que me apoiou desde o início (na seleção) e acompanhou todo o meu processo formativo.

Agradeço ao meu namorado (Naldo), por ficar ao meu lado, dando apoio e incentivo à minha pesquisa. Nos momentos em que eu não acreditava que ia conseguir, ele me aconselhava a não desistir.

Agradeço aos meus amigos da graduação (Kríssia, Mayara e Valker) e à minha amiga de infância (Josilene), por acreditarem em meu potencial e sempre me encorajarem com palavras motivacionais. Somente quem já passou por esse processo sabe o quanto é desafiador estudar e trabalhar.

Agradeço à equipe da Escola Municipal Francisco Morais Filho, meu local de trabalho, no qual eu me sinto bem e vivencio momentos de aprendizagens e de muito carinho, compartilhados com pessoas especiais. Aos meus alunos, por compreenderem a minha ausência durante a licença e pelas manhãs vividas com muito amor e felicidade.

Agradeço às minhas “irmãs acadêmicas” (Thayse, Elisomar, Luzitana, Marina, Selma e Rilzonete), pelas aprendizagens compartilhadas, pelo carinho que elas demonstraram ter comigo e pela amizade construída nessa jornada chamada mestrado.

Agradeço a Crisnária e Hilcelia, pelas conversas partilhadas por horas via *WhatsApp*, momentos fundamentais. Eu sabia que não estava sozinha durante o isolamento social, pois elas estavam comigo. Além disso, agradeço pelas dicas de leituras e pelos eventos que foram compartilhados entre nós, com o intuito de contribuir com a pesquisa umas das outras. Levarei nossa amizade para sempre!

Agradeço ao professor Allan, por quem tenho grande admiração. Ele acompanha meu processo de formação desde a graduação e sempre oferece contribuições relevantes para os meus trabalhos. É uma pessoa pela qual que tenho muito carinho.

Agradeço ao professor Carlos Dublante, membro da banca de qualificação e defesa. Foi uma satisfação conhecê-lo e ter suas contribuições na minha pesquisa. Elas me fizeram caminhar com mais leveza.

Agradeço a Arilene, que é uma inspiração para mim desde a graduação, quando fui bolsista de iniciação científica de sua pesquisa, momento no qual passei a admirá-la como profissional e como pessoa. No instante em que eu decidi que iria cursar o mestrado, já sabia que a queria como minha orientadora. Quem acompanha essa minha trajetória sabe do que eu estou falando, porque, sempre que mencionava o mestrado, o nome dela também era citado. Foi assim que trilhei o meu caminho na pós-graduação, com ela ao meu lado, acreditando na minha capacidade e me fazendo acreditar que eu era capaz.

Finalmente, agradeço aos Conselhos Escolares, por me permitirem realizar as pesquisas e pelos conhecimentos adquiridos durante a investigação. Em especial, agradeço aos sujeitos investigados, pela disponibilidade em contribuir, porque sem eles não seria possível realizar o meu trabalho. Muito obrigada!

“Deus me proteja de mim e da maldade de gente boa  
Da bondade da pessoa ruim  
Deus me governe e guarde, ilumine e zele assim [...]” (CHICO CÉSAR E  
DOMINGUINHOS).

## RESUMO

Este estudo discute a representatividade de pais/responsáveis de alunos em três Conselhos Escolares de Mossoró/RN. Tem como objetivo geral analisar os limites e/ou possibilidades da política educacional mossoroense relativa à representatividade de pais nos Conselhos Escolares de três escolas públicas municipais. A pesquisa é de cunho qualitativo, com uma metodologia que consiste em observação não participante, utilizando-se do diário de pesquisa, da análise documental baseada na Lei n. 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases (LDB); na Lei n. 13.005/2014, Plano Nacional de Educação (PNE); na Lei Municipal n. 1.904/2003; na Lei Municipal n. 1.977/2004; e na Lei Municipal n. 2.769/2011, e da entrevista semiestruturada com 06 sujeitos: quatro representantes de pais/responsáveis e duas representantes de alunos. Os dados foram trabalhados à luz do referencial teórico estudado e da análise de conteúdo proposta por Bardin (2009) e Franco (2005). A fundamentação teórica baseia-se em Abranches (2009), Barbosa e Hess (2010), Batista (2020), Bobbio (1986, 2005, 2007), Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), Bourdieu (2010), Brasil (1988), Dublante (2016), Freitas (2020), Gomes (2019), Mounk (2019), Paro (2001, 2007, 2016), Santos (2016, 2020), entre outros estudiosos. Os resultados demonstram que a representatividade depende de algumas possibilidades, como: a lei que a assegura, a escola onde o Conselho está inserido e a gestão que coordena a instituição, mas o fator primordial é o representante que assume a função. Se ele age levando em consideração o que seu segmento precisa, participando com autonomia e decidindo com responsabilidade o que é melhor para a instituição, então não há desafios que o impeçam de exercer a representatividade. Outro ponto relevante da pesquisa é a representatividade dos alunos, que se encontra prejudicada nos três Conselhos Escolares investigados. A representatividade desse segmento é complexa, por se tratar de crianças. Quando os representantes não são atuantes, torna-se ainda mais difícil de ela de fato acontecer. Em alguns momentos, a crise de representação poderá ocorrer, pois os pares podem não se sentir representados pelos conselheiros. Portanto, o papel do representante é fundamental para que haja uma identificação entre eles, legitimando a sua representatividade.

**Palavras-chave:** Representatividade dos pais/responsáveis. Conselhos Escolares. Escolas públicas.

## ABSTRACT

This study discusses the representation of parents/guardians of students in three School Councils in Mossoró/RN. Its general objective is to analyze the limits and/or possibilities of the educational policy of Mossoró regarding the representation of parents in the School Councils of three municipal public schools. The research is qualitative, with a methodology that consists of non-participant observation, using the research diary, document analysis based on Law n. 9,394/1996, Law of Guidelines and Bases (Lei de Diretrizes e Bases - LDB); in Law n. 13.005/2014, National Education Plan (Plano Nacional de Educação - PNE); in Municipal Law n. 1994/03; in Municipal Law n. 1977/2004; and in Municipal Law n. 2769/2011, and the semi-structured interview with 06 subjects: four representatives of parents/guardians and two representatives of students. The data were analyzed considering the theoretical framework studied and the content analysis proposed by Bardin (2009) and Franco (2005). The theoretical foundation is based on Abranches (2009), Barbosa e Hess (2010), Batista (2020), Bobbio (1986, 2005, 2007), Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), Bourdieu (2010), Brasil (1988), Dublante (2016), Freitas (2020), Gomes (2019), Mounk (2019), Paro (2001, 2007, 2016), Santos (2016, 2020), among other scholars. The results show that representation relies on some possibilities, such as: the law that ensures it, the school where the Council is located and the management that coordinates the institution, but the main factor is the representative that assumes the role. If he acts taking into account what his segment needs, participating with autonomy and deciding responsibly what is best for the institution, then there are no challenges that prevent him from exercising representation. Another relevant point of the research is the representation of students, which is impaired in the three School Councils investigated. The representation of this segment is complex, as they are children. When representatives are not active, it becomes even more difficult for it to actually happen. In some moments, a representation crisis may occur, as peers may not feel represented by the directors. Therefore, the role of the representative is fundamental so that there is an identification between them, legitimizing their representation.

**Keywords:** Representativeness of parents/guardians. School Council. Public Schools.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

- BDTD** – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CF/88** – Constituição Federal de 1988
- CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- EMAS** – Escola Municipal Augusto Sobrinho
- EMEIO** – Escola Municipal Evangelista de Oliveira
- FAPERN** – Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte
- GAFCE** – Grupo Articulador de Fortalecimento dos Conselhos Escolares
- GEPEES** – Grupo de Estudos e Pesquisa em Estado, Educação e Sociedade
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases
- MEC** – Ministério da Educação
- PNE** – Plano Nacional de Educação
- POSEDUC** – Programa de Pós-Graduação em Educação
- RBE** – Revista Brasileira de Educação
- RBPAE** – Revista Brasileira de Política e Administração da Educação
- RN** – Rio Grande do Norte
- SciELO** – *Scientific Electronic Library Online*
- SME** – Secretaria Municipal de Educação de Mossoró
- TCC** – Trabalho de Conclusão de Curso
- UERN** – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Distribuição de representantes para cada segmento no Conselho Escolar.....	31
Quadro 2 – Processo de elaboração das categorias.....	36

## SUMÁRIO

<b>1 CAMINHOS PERCORRIDOS NA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....</b>	<b>15</b>
1.1 Descobertas e aprendizados: formação de uma pesquisadora iniciante.....	15
1.2 Surge a pergunta.....	19
1.3 Estrutura da dissertação.....	23
<b>2 TRILHAS METODOLÓGICAS.....</b>	<b>24</b>
2.1 Levantamento bibliográfico.....	25
2.2 Pesquisa empírica.....	27
2.2.1 Os sujeitos.....	28
2.2.2 As técnicas para a construção dos dados.....	32
2.2.3 Análise de conteúdo.....	34
<b>3 REPRESENTATIVIDADE NA ESCOLA: O QUE DIZEM OS AUTORES E A LEGISLAÇÃO NACIONAL BRASILEIRA.....</b>	<b>39</b>
3.1 Representatividade: reflexões e apontamentos.....	39
3.2 Democracia representativa e participativa: os dois lados do ato democrático.....	54
3.3 Crise de representação e representatividade em contextos sociais e políticos.....	67
3.4 Representação e participação no Conselho Escolar: o papel dos pais.....	80
<b>4 CONSELHO ESCOLAR E SEUS MECANISMOS DE REGULAMENTAÇÃO NO CONTEXTO DE MOSSORÓ/RN.....</b>	<b>96</b>
4.1 Dos marcos legais à organização e funcionamento do Conselho Escolar.....	96
4.2 Processo de escolha dos representantes de pais/alunos.....	109
4.3 Grupo Articulador de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (GAFCE): conhecendo sua função.....	113
<b>5 REPRESENTATIVIDADE NOS CONSELHOS ESCOLARES: O OLHAR DA PESQUISADORA SOBRE SEU OBJETO DE PESQUISA.....</b>	<b>117</b>
5.1 Escola Municipal Evangelista de Oliveira.....	119
5.2 Escola Municipal Araújo Freire.....	129
5.3 Escola Municipal Augusto Sobrinho.....	137
<b>6 VOZES DOS REPRESENTANTES DE PAIS/RESPONSÁVEIS E DE ALUNOS: QUE LUGAR OCUPAM?.....</b>	<b>145</b>
6.1 Participação e representação de pais/responsáveis e alunos nos Conselhos Escolares	

<b>6.2 Representatividade de pais/responsáveis e alunos no Conselho Escolar no contexto da pandemia.....</b>	<b>152</b>
<b>6.3 Desafios/possibilidades da representatividade de pais e alunos nas reuniões do colegiado.....</b>	<b>162</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>170</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>177</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>186</b>
<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>187</b>
<b>APÊNDICE B – Roteiro de observação não participante.....</b>	<b>189</b>
<b>APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturada.....</b>	<b>190</b>

## **1 CAMINHOS PERCORRIDOS NA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA**

Neste capítulo, apresento os caminhos percorridos no processo de construção da pesquisa. Durante esse percurso, exponho as descobertas e os aprendizados que contribuíram para a minha formação como pesquisadora, diante das situações que resultaram na proposta de investigação deste trabalho acadêmico. As seções seguintes se referem ao olhar inicial para o estudo, incluindo a escolha do tema e a estrutura da dissertação.

### **1.1 Descobertas e aprendizados: formação de uma pesquisadora iniciante**

Apresento, nesta seção, os aprendizados e as descobertas que aconteceram no meu processo de formação profissional, o qual foi se construindo durante as minhas vivências acadêmicas, no período de 2010-2015, como aluna de graduação em Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), e resultou no desenvolvimento de uma pesquisadora iniciante. O intuito é discutir o meu percurso na graduação, como bolsista de iniciação científica, fazendo apontamentos relevantes que fizeram despertar meu interesse em investigar os pais.

Inicialmente, eu fui entrando no “universo das pesquisas”, que, para mim, era desconhecido. Essa aproximação despertou o meu interesse, fazendo-me querer ser aluna de Iniciação Científica, para conhecer melhor e aprender sobre pesquisas. Inseri-me, assim, cada vez mais nesse mundo de descobertas e de novos conhecimentos.

Nos anos de 2011 e 2012 eu participei, como bolsista, do projeto de pesquisa intitulado “Professor e autoridade pedagógica: estudo sobre as condições simbólicas do exercício profissional do magistério”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que tinha o Prof. Dr. Gilson Ricardo de Medeiros Pereira como coordenador. Também fiz parte, como membro, do Ateliê Sociológico Educação & Cultura, participando dos debates e das discussões dos temas propostos. O Ateliê era um grupo de pesquisa que tinha como responsáveis o Prof. Dr. Gilson Ricardo e a Profa. Dra. Maria da Conceição Lima de Andrade, além de contar com a participação dos seus orientandos (discentes da graduação e da pós-graduação). O grupo seguia um cronograma de apresentações e discussões das pesquisas em desenvolvimento e de textos sobre temas relevantes para esses trabalhos. As leituras realizadas para os debates eram materiais riquíssimos. Ao mesmo tempo que traziam contribuições para os debates no Ateliê, também complementavam a minha pesquisa, que estava sendo desenvolvida.

Ao término de vigência da bolsa com o CNPq, participei de outra seleção para um novo projeto, haja vista que o professor Gilson não apresentava vaga para a continuidade dos trabalhos. Dessa vez, com a Profa. Dra. Arilene Maria Soares de Medeiros, ingressei na pesquisa “Investigando a escola pública sob a perspectiva da família”, que aconteceu nos anos de 2012 e 2013. Ela era financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte (FAPERN) e vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Estado, Educação e Sociedade (GEPEES).

No ano de 2014 meu contrato terminou, mas continuei no projeto como voluntária, pois queria dar continuidade ao trabalho que vinha realizando. Foram muitas leituras e fichamentos dos artigos publicados na *Revista Educação & Sociedade*, no periódico *Linhas Críticas*, na *Revista Brasileira de Educação (RBE)* e na *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)*, que tinham como foco analisar a escola pública do sistema estadual na cidade de Mossoró sob a ótica da família, identificando como os pais avaliam a instituição que os filhos frequentam, bem com a inclusão daqueles na gestão escolar. A partir de então, foi despertado o meu interesse em pesquisar esses sujeitos e qual a sua importância e as contribuições na educação dos/as seus/suas filhos/as.

Os pais foram objetos de investigação no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da graduação (2014) e da especialização (2016), ambos com temáticas diferentes. O trabalho monográfico da graduação tinha como tema “Participação de pais-professores na educação escolar dos/das filhos/filhas” e objetivava investigar como esses sujeitos contribuíam com o processo educativo, já que eles são profissionais da área e conhecem as propostas pedagógicas que fazem parte da vida escolar de seus/suas filhos/as. Com esse trabalho, pude compreender que, quando se é pai-professor, a responsabilidade é dobrada. É preciso superar a falta de tempo e a crença de que os seus filhos têm que saber “tudo” e estar sempre em destaque, como os primeiros das turmas. Os pais-professores precisam ter um discernimento maior para que não acabem confundido seu papel de pai com o de professor, podendo prejudicar seu filho na escola.

Ao concluir a graduação, em 2015, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), participei da seleção para o curso de Especialização em Educação, Práticas de Ensino e Recursos Didáticos, na mesma universidade, e fui aprovada. Eu não queria me desligar da academia, o que me fez dar continuidade aos meus estudos em nível de pós-graduação *lato sensu*. A especialização durou dois anos, período em que estava sempre participando de eventos com as minhas produções.

Na especialização, o título do trabalho era “Dever de casa: a participação da família e da escola”, que visava compreender como acontece a participação da família e da escola no

dever de casa. Essa pesquisa possibilitou não somente compreendermos a participação dessas duas instâncias nas tarefas escolares, mas também entendermos o processo de escolarização sob as visões das mães e das professoras que acompanham essa ação.

Após a finalização das pesquisas, alguns assuntos foram levantados, os quais possibilitariam novas investigações. Eles são: como os filhos de pais-professores veem a participação de seus pais na sua educação? Como é para os/as filhos/as terem um pai-professor? Esse fato traz pontos positivos ou negativos na condução de sua educação? Assim como no segundo trabalho, foi elencado que o dever de casa traz em si assuntos interessantes, que precisam ser pesquisados, e deve ser mais valorizado, já que é um método utilizado há muito tempo e que colabora para o aprendizado de nossos alunos. Nas vivências na sala de aulas, percebemos que o dever de casa pode aproximar os pais e os filhos ou afastá-los, isso vai depender da disponibilidade da família para realizar as tarefas escolares com as crianças. Assim, questionamo-nos: como os/as filhos/as veem a participação da família no dever de casa? Nessa perspectiva, o pesquisar não é apenas o complemento do foco da temática, porque ele tem suas contribuições, que são válidas de serem investigadas também.

Por que não dar continuidade a esses apontamentos feitos nas pesquisas? Porque os trabalhos possibilitaram outro viés de investigação, levando para outros objetos de estudo, no caso, os filhos e o dever de casa. Como o meu foco eram os pais, não dei continuidade aos levantamentos que resultaram de cada pesquisa. Pesquisar os pais, em dois momentos do meu processo formativo, fez-me acreditar ainda mais na importância que eles têm para a educação, pois, quanto mais próximo estiverem da escola, mais benefícios proporcionarão às crianças e à instituição. Por esse motivo, resolvi desenvolver a investigação com esses sujeitos, mas dessa vez pesquisando-os no Conselho Escolar e enfatizando sua representatividade. Portanto, nesta pesquisa, vamos entender a representatividade no Conselho Escolar a partir dos pais.

No ano de 2016, resolvi dar uma pausa na minha formação continuada, pois havia sido convocada para assumir o cargo de professora na rede municipal de ensino do município de Mossoró e optado por vivenciar a minha profissão e poder pôr em prática o que tinha aprendido nas minhas formações (graduação e especialização). Nesse período em que me dediquei à escola, elaborei projetos pedagógicos que foram desenvolvidos na instituição que trabalho e que também foram apresentados em eventos da rede municipal e da universidade.

Não consegui ficar longe da universidade por muito tempo, então, nos anos de 2018 e 2019, cursei como aluna especial as disciplinas Políticas Públicas da Educação e Gestão Educacional em Contextos Locais, ministradas pela Profa. Dra. Maria Edgleuma de Andrade, do Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC) da UERN. Durante as aulas, os

debates dos textos eram momentos de muito aprendizado, que fizeram despertar ainda mais meu interesse em participar do processo seletivo para aluna regular do programa. No segundo semestre de 2019, participei dessa seleção e obtive êxito.

Ao elaborar o projeto, optei pelo Conselho Escolar nas tomadas de decisão da escola. O tema e os objetivos ficaram amplos e foi necessário delimitá-los. No processo de reformulação, mudei completamente o que havia definido. Na segunda versão, a pesquisa se encaminhava para a investigação sobre os motivos que levam os professores a não participarem do Conselho Escolar.

A mudança do primeiro tema para o segundo se deu em razão da vontade de pesquisar algo mais próximo a mim, enxergando nos professores essa possibilidade. Quando eu passei a observar os professores, para reformular a minha pergunta de partida, percebi que eles deixam muito explícito que não querem participar do Conselho Escolar por este ter uma demanda de trabalho muito alta, que acaba sobrecarregando seu tempo e seu envolvimento em outras atividades extraclasse. Por essa razão, descartamos esse tema de imediato.

Após os processos de mudança, tive a oportunidade de participar do Projeto de Extensão “Formação de Conselheiros Escolares e Empoderamento” como colaboradora do curso de formação. Esse projeto busca a formação continuada dos conselheiros que atuam em duas escolas públicas municipais de Mossoró, no intuito de contribuir para o seu empoderamento. É uma parceria entre a UERN/POSEDUC/GEPEES e a Secretaria Municipal de Educação de Mossoró (SME), por meio do GAFCE. Ele fez parte da pesquisa de mestrado de Batista (2020), sob a orientação de Medeiros (2020), na Linha de Pesquisa Políticas e Gestão da Educação.

Durante as formações, temas pertinentes sobre o Conselho Escolar foram apresentados e discutidos por professores e alunos do POSEDUC que fazem parte dessa linha de pesquisa, contribuindo para o empoderamento dos conselheiros em formação. Ver os pais participando dos momentos de discussão durante o curso, mostrando que estavam ali porque realmente se interessavam pela educação de seus filhos e queriam contribuir de alguma maneira por meio do Conselho Escolar, fez-me perceber que meu foco novamente eram os pais. Foi nesse momento que defini a minha escolha. Lembrei que estudar os pais sempre me encantou, assim, retomei o foco que atravessou a minha formação como pesquisadora iniciante. Já que esses sujeitos me chamavam muita atenção, o objeto da pesquisa passou a ser a representatividade dos pais no Conselho Escolar.

As experiências que adquiri durante o meu percurso de formação foram fazendo crescer o meu lado pessoal e profissional. No meu lado pessoal, fizeram-me perceber o quanto era importante buscar meus objetivos, para que pudesse alcançar meus sonhos. Assim, passei a

posicionar-me mais diante de determinadas situações com as quais, até então, não me sentia segura. Com relação ao lado profissional, comecei a buscar conhecimentos e aprendizados, elaborando projetos com vistas a contribuir para a aprendizagem dos alunos que participavam dos cursos, e formações para melhorar ainda mais a prática em sala de aula.

O percurso formativo é contínuo, pois sempre vai existir algo para aprender e evoluir, o que me motiva a não querer parar e sempre buscar novos caminhos. Durante esses anos em que fui bolsista/voluntária e aluna em formação (graduação e especialização), participei de muitos eventos, apresentei e escrevi diversos trabalhos, li artigos, livros, revistas, teses, dissertações e monografias, e cada vez mais percebia que meu caminho se expandia. Tudo aquilo que até então era desconhecido acabou se transformando em um “universo” de coisas que gosto.

Espero que esta pesquisa contribua para a área educacional, abrindo possibilidades para compreender os desafios encontrados pelos pais ao exercerem a representatividade nos Conselhos Escolares. Nesse sentido, visamos dar abertura a reflexões e debates sobre o tema, que necessita de estudos por ser pouco investigado, mas que tem muito a contribuir, principalmente, por estar relacionado aos pais, já que estes têm um papel importante na educação e, na maioria das vezes, acabam não sendo valorizados.

## **1.2 Surge a pergunta**

O Conselho Escolar é um órgão importante dentro da instituição de ensino, uma vez que ele abre possibilidades de representação de todos os segmentos (professores, pais ou responsáveis, alunos, funcionários e diretor) que compõem a escola. A participação desses envolvidos traz contribuições para a escola e para a educação, porém, nem toda a comunidade escolar conhece a função do Conselho e a importância de sua representatividade para a instituição, ocasionando o desinteresse em participar.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC)<sup>1</sup> reforça o pensamento exposto anteriormente ao afirmar que o Conselho Escolar é um órgão colegiado composto pela comunidade escolar (diretor, professores, alunos e funcionários) e local (pais ou responsáveis), as quais contribuem nas tomadas de decisões em assembleias escolares e, além de funções consultivas, fiscais e de mobilização, participam também das questões financeiras, político-

---

<sup>1</sup> No ano de 2004, em que Luiz Inácio Lula da Silva era o presidente do Brasil, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (PNFCE). Esse Programa atua em regime de colaboração com os sistemas de ensino, visando fomentar a implantação e o fortalecimento de Conselhos Escolares nas escolas públicas de educação básica (BRASIL, 2004).

pedagógicas e administrativas (BRASIL, 2004). Segundo Paro (2001, p. 88), “o conselho de escola deve servir bem à sua finalidade de representação dos diversos setores da escola para conceber, planejar e controlar a organização do trabalho escolar em consonância com seus objetivos e em cooperação com a direção da escola”. Percebemos a relevância que o Conselho Escolar tem para a instituição de ensino, porque ele abrange todos os setores da escola, interligando-os.

Diante das afirmações, é possível mencionar que o Conselho Escolar é a junção de responsabilidades divididas igualmente entre todos os participantes, sem privilegiar nenhum dos grupos envolvidos, o que seria o ideal, porém, não é o que de fato acontece. Na maioria das vezes, os privilegiados são aqueles à frente da gestão da escola e, dessa maneira, acabam afetando os outros segmentos que também compõem o Conselho Escolar. Desse modo, faz-se necessário respeitar o que cada um tem a dizer sobre os assuntos que são colocados em pauta nas discussões que acontecem nas reuniões ou nas assembleias.

O MEC (BRASIL, 2004, p. 37) aponta que “o conselho será a voz e o voto dos diferentes atores da escola, internos e externos, desde os diferentes pontos de vista, deliberando sobre a construção e a gestão de seu projeto político-pedagógico”. Sabemos da importância que a participação dos Conselhos Escolares tem nas ações pedagógicas, destacando-se a elaboração do projeto político-pedagógico, que necessita da colaboração da comunidade escolar e local, representadas no Conselho de Escola, bem como a inserção daqueles que representam a instituição de ensino nas discussões equivalentes à sua melhoria. Porém, na prática, essa participação, na maioria das vezes, não se efetiva por alguns motivos, sendo eles: a falta de interesse dos representantes, o autoritarismo dos gestores, a disponibilidade de tempo e a desinformação sobre a função que cada membro ocupa no colegiado, afetando seu interesse de participar.

O Conselho Escolar, além de colaborar para as práticas coletivas, aproxima a comunidade escolar da instituição e, dessa maneira, traz contribuições para a educação, resultando no ensino de qualidade. A Lei n. 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases (LDB) –, em seu Art. 14, no inciso II, faz referência à participação da comunidade escolar e local nos Conselhos Escolares ou equivalentes. A participação da comunidade escolar e local está assegurada por lei, seja na escolha de seus representantes (democracia representativa), seja atuando diretamente (democracia participativa) nesses órgãos. A participação é de fundamental importância nas decisões coletivas dentro dos colegiados.

Bobbio (2005) descreve a democracia representativa como um tipo de governo em que as pessoas não tomam as decisões, mas elegem os representantes para decidirem por elas,

ocorrendo o processo de representação. Já Aragão, Miranda e Santos (2012) apontam o seguinte sobre a representatividade nos conselhos: “Nessas leis, foi exarado o princípio da representatividade, através dos Conselhos, o que não deixa, entretanto, de ser uma forma de participação, sendo, assim, uma maneira de mobilização e organização”. Esse aspecto demonstra que a participação está presente na representação dos Conselhos Escolares, portanto, a discussão desses pontos é relevante para a pesquisa.

É importante que o Conselho tenha a cooperação daqueles que se submeteram a um processo de eleição, para que representem quem os elegeram, opinem durante as decisões a respeito do ambiente escolar e dividam as responsabilidades diante dos problemas encontrados.

[...] uma participação efetiva tem a ver com a discussão da problemática existente por todos os sujeitos que ali se fazem presentes, decidindo coletivamente quais encaminhamentos devem ser tomados. Nesse caso, a responsabilidade pela resolução do(s) problema(s) é do grupo e não apenas do diretor e/ou de sua equipe técnico-pedagógica (ARAGÃO; MIRANDA; SANTOS, 2012, p. 72).

Segundo Paro (2007), o Conselho Escolar é um mecanismo de ação coletiva que causa polêmica, porque é visto por alguns diretores como a perda de “poder” e é reivindicado pelos professores como uma maneira de minimizar o autoritarismo dos diretores. Ele reforça colocando que, além disso, é um objeto de luta dos movimentos populares.

[...] objeto de luta de movimentos populares que viam nele a oportunidade de reivindicar mais e melhor educação, o conselho de escola, junto com a eleição de dirigentes escolares, têm sido as características mais conspícuas das políticas educacionais daqueles sistemas de ensino que aceitam o desafio de democratizar a escola. [...] o conselho de escola permanece como um instrumento importantíssimo, se não de realização plena da democracia na escola, pelo menos de explicitação de contradições e de conflitos de interesses entre o Estado e a Escola e, internamente a esta, entre os vários grupos que a compõem (PARO, 2007, p. 2).

Diferentemente do que foi apontado sobre os Conselhos Escolares como divisão de responsabilidade, Paro (2007) defende que eles são centros de disputa entre os grupos envolvidos. Neles, as decisões escolares, que deveriam ser coletivas e voltadas para interesses em comum, acabam divergindo e causando conflitos, por buscarem resolver problemas individuais e prejudicar a efetivação da democracia dentro desse órgão, que é constituído justamente para resolver problemas comuns de todos que fazem parte da escola. Medeiros e Oliveira (2008, p. 38) afirmam que “o Conselho Escolar consiste num espaço democrático para

discussão, decisão e implementação das decisões, por isso deve ser entendido como um mecanismo indispensável à democratização da escola”.

Werle (2003) explicita que a participação da comunidade é importante no Conselho, pois ele é a face de suas relações estabelecidas, ou seja, se forem relações com responsabilidade e respeito, então, assim serão suas funções.

Um conselho constituído de forma não democrática, com membros indicados por autoridades, reuniões esparsas, predominância dos docentes, informam à escola a permanência de relações de poder hierarquizado e centralizado e a impossibilidade de uma comunicação democrática (RISCAL; CONTI; LUIZ, 2013, p. 4).

Acreditamos que são esses tipos de relações, com responsabilidade e respeito, que se deseja alcançar dentro do Conselho e, a partir delas, desenvolver ações que contribuam para a escola. De acordo com Dublante (2016), a representação, no Conselho Escolar, de todos os segmentos que compõem a escola é fundamental para que se possa assegurar as diversas opiniões e proporcionar democratizações no interior da instituição. Ainda segundo Werle (2003, p. 57), “o Conselho Escolar é um grupo diferenciado em gênero, idade, saberes e possibilidades de contribuição. Cada representante da comunidade escolar e local, desde sua posição, pode contribuir de uma determinada maneira”.

Em face do exposto, percebemos a importância que a representatividade tem para esse colegiado, pois é a partir da representação de cada segmento que o Conselho é formado. Foi pensando na representatividade dos pais que a pesquisa se configurou, dando origem ao seguinte questionamento: quais os limites e/ou possibilidades da representatividade dos pais e dos alunos nos Conselhos Escolares de três escolas públicas municipais de Mossoró/RN?

A partir dessa pergunta inicial, a nossa pesquisa objetiva analisar os limites e/ou possibilidades da política educacional mossoroense relativa à representatividade dos pais e dos alunos nos Conselhos Escolares de três escolas públicas municipais de Mossoró/RN. Para o alcance desse objetivo geral, delineamos os seguintes objetivos específicos:

- a) Investigar o conceito de representatividade na literatura brasileira;
- b) Compreender a representatividade dos pais/responsáveis nos conselhos escolares pesquisados;
- c) Discutir os desafios/possibilidades da representatividade dos pais/responsáveis nas tomadas de decisões que ocorrem nos conselhos escolares pesquisados.

### 1.3 Estrutura da dissertação

O trabalho está estruturado em seis capítulos. No primeiro e presente capítulo, que é introdutório, apresentamos a formação de uma pesquisadora e o seu contato inicial com o objeto investigado, trazendo as motivações para a escolha do tema, o surgimento da pergunta e dos objetivos, além da estrutura da dissertação.

No segundo capítulo, abordamos a metodologia que foi utilizada durante o processo de investigação e construção da pesquisa. Ele está subdividido em duas sessões: a primeira se refere ao levantamento bibliográfico e a segunda descreve a metodologia da pesquisa de campo, bem como a caracterização do lócus da pesquisa, os sujeitos investigados e as técnicas que foram utilizadas para a construção e a análise dos dados.

No terceiro capítulo, discutimos a representatividade dos pais de acordo com algumas abordagens teóricas e a legislação, sendo que, para tanto, são necessários apontamentos e reflexões no intuito de aprofundar o que vem sendo pesquisado sobre esse conceito. Para melhor compreensão acerca da representatividade, ressaltamos as democracias representativa e participativa, por fazerem parte do processo. Em seguida, abordamos a crise de representação e representatividade em contextos sociais e políticos, para entendermos como elas afetam o mundo, prejudicando todos aqueles que fazem parte dele. Tratamos também da representação e da participação dos pais no Conselho Escolar, temas recorrentes nos debates sobre a representatividade, necessários para que ela aconteça.

No quarto capítulo, discorremos sobre os mecanismos de regulamentação do Conselho Escolar. Destacamos, assim, a realidade mossoroense e levantamos alguns pontos essenciais, como sua organização e funcionamento, o processo de escolha dos representantes de pais/responsáveis e a função do Grupo Articulador de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (GAFCE).

No quinto capítulo, descrevemos e analisamos as observações realizadas nos três Conselhos Escolares selecionados para a pesquisa empírica. Além das descrições, também fazemos nossos apontamentos em relação ao que foi observado nas reuniões dos colegiados durante os meses de março, abril, maio e junho.

No sexto e último capítulo, analisamos os dados construídos empiricamente, com a realização das entrevistas semiestruturadas. Apresentamos, com isso, a categorização dos dados, relacionados à fundamentação teórica, e nossas impressões diante das vozes dos sujeitos pesquisados.

## 2 TRILHAS METODOLÓGICAS

No percurso metodológico, apresentamos a abordagem adotada e as técnicas utilizadas no decorrer da pesquisa. Elas são: o levantamento bibliográfico, a análise documental, a observação não participante e as entrevistas semiestruturadas realizadas com os pais representantes dos segmentos de pais e alunos nas três instituições de ensino pertencentes à rede municipal de Mossoró/RN.

A pesquisa se caracteriza como qualitativa, uma vez que analisamos a representatividade dos pais em três Conselhos Escolares a partir de observações dos nossos sujeitos no momento em que eles se encontram reunidos durante as reuniões, levando em consideração o contexto em que tudo acontece. Segundo Godoy (1995, p. 21), na pesquisa qualitativa, “[...] o pesquisador vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes”.

Para Bogdan e Biklen (1994, p. 47-50, grifo dos autores), a pesquisa qualitativa possui cinco características, a saber:

- 1) Na pesquisa qualitativa a fonte directa de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal;
- 2) A investigação qualitativa é descritiva;
- 3) Os investigadores se interessam mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos;
- 4) Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva;
- 5) O significado é de importância vital na abordagem qualitativa.

Diante do que foi informado pelos autores, nossa investigação apresenta as características apontadas. Dessa forma, buscamos acompanhar as reuniões nos três Conselhos Escolares, conforme havíamos mencionado, observando os sujeitos durante as reuniões e fazendo registros no diário de pesquisa. Por fim, realizamos entrevistas semiestruturadas.

De fato, “os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto. Entendem que as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 48). No caso da nossa pesquisa, o ambiente de ocorrência são as reuniões nos Conselhos Escolares selecionados e, por isso, investigamos esse contexto. Ao realizarmos observações, registros no diário de pesquisa e entrevistas semiestruturadas, que foram transcritas e relacionadas com as abordagens teóricas selecionadas para fundamentar a pesquisa, estamos configurando a investigação como a pesquisa descritiva citada por Bogdan e Biklen (1994), que se afigura enquanto a segunda característica da pesquisa qualitativa.

A terceira característica é a preocupação que o investigador tem com o processo, e não com o produto. Neste estudo, percebemos que se faz necessário observar como acontece o processo representativo nesses colegiados, para que possamos atingir ou não os objetivos delimitados. Conforme Gomes (2019, p. 56), a preocupação com o processo é um momento crucial da pesquisa qualitativa, pois inclui “a importância dos dados subjetivos, a complexidade da intersubjetividade que não pode ser quantificável. O processo revela mais do que o produto, porque ele é o que vai ser investigado”. Assim, a partir da representatividade dos pais nos Conselhos Escolares, analisamos os desafios/possibilidades encontrados por eles, ao assumirem suas funções de representantes nesses colegiados.

Em relação à quarta característica, é o momento em que “as abstrações são construídas à medida que os dados particulares que foram recolhidos vão se agrupando” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 50).

Na última característica, os autores mostram que “os investigadores que fazem uso deste tipo de abordagem estão interessados no modo como diferentes pessoas dão sentido às suas vidas” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 50). Esse é o momento de interação entre o pesquisador e os seus sujeitos, ou seja, quando o primeiro passa a ouvir o que o segundo tem a dizer, em busca de compreender o objeto investigado a partir de suas falas. Esse é um ponto fundamental da pesquisa, pois escutar aqueles que estão ligados diretamente ao contexto permite que o pesquisador construa dados que possam relacionar aquilo que foi observado por ele e a teoria estudada.

## **2.1 Levantamento bibliográfico**

O levantamento bibliográfico é a primeira etapa realizada após a delimitação do problema e dos objetivos que foram definidos em função da pergunta inicial. É também o levantamento de referências que permite ir ajustando a pergunta de partida. Ele também é necessário para perceber como se encontram as discussões na área. As leituras e os fichamentos feitos durante esse processo nos possibilitam aportes teóricos que fundamentam nossas ideias, oportunizando compreendermos melhor o objeto investigado. As teorias cumprem funções importantes no trabalho. Minayo (2009, p. 17-18) aponta quatro delas:

- (a) Colaboram para esclarecer melhor o objeto de investigação.
- (b) Ajudam a levantar questões, a focalizar o problema e as perguntas.
- (c) Permitem maior clareza na organização dos dados.
- (d) E iluminam a análise dos dados, embora não possam direcionar totalmente essa atividade que deve se beneficiar dos

achados empíricos, sob pena de anulação da originalidade propiciada pela pergunta inicial.

Considerando os apontamentos de Minayo (2009) sobre as referências bibliográficas, fizemos levantamentos teóricos nas plataformas digitais, que serão apresentadas e discutidas na seção 1 do terceiro capítulo, posto que sentimos a necessidade de compreendermos melhor o conceito de representatividade, que é o tema central da pesquisa.

A primeira pesquisa foi realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com utilização do operador booleano “AND”, de modo que a ferramenta de pesquisa ficou “Conselho Escolar AND Representatividade”<sup>2</sup>. Assim, foram encontrados 36 (trinta e seis) trabalhos. Após as leituras dos títulos e resumos, 28 (vinte e oito) foram descartados, pois tratavam de outros assuntos relacionados à educação, enquanto 8 (oito) trabalhos foram selecionados para leitura por discutirem a representatividade.

A segunda busca foi realizada no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A partir do descritor “Conselho Escolar”, retornaram 2.292 (dois mil duzentos e noventa e dois)<sup>3</sup> trabalhos, que se revelou um número muito alto, tornando impossível a leitura de todos na íntegra. Então, foi necessário delimitar a pesquisa usando “Conselho Escolar AND Representatividade”, o que reduziu o resultado para 171 (cento e setenta e um) trabalhos.

Porém, o número continuava alto. Por essa razão, refinamos em revisado por pares, reduzindo a quantidade para 121 (cento e vinte e um). Em seguida, delimitamos o tempo de 2003<sup>4</sup> a 2019, o que resultou em 20 (vinte) trabalhos. Visto que não havia mais possibilidades de refinar essa busca, foram feitas as leituras dos títulos, dos resumos e das palavras-chave, concluindo que apenas 1 (um) tratava do tema.

No *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), foi realizado o terceiro levantamento. Nessa plataforma, encontramos a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, com 58 (cinquenta e oito trabalhos) relacionados à educação. Entretanto, apenas 10 (dez) eram sobre Conselho Escolar, mas não mencionavam a representatividade. Em outras revistas, foram encontrados trabalhos sobre as diferenças na escola, fracasso escolar e cotidiano escolar. Assim,

---

<sup>2</sup> Vale ressaltar que esse levantamento foi realizado a partir de uma conexão de internet particular. Quando a pesquisa é feita na universidade, há chances de alteração dos resultados do mapeamento.

<sup>3</sup> É importante destacar que, ao colocar o descritor Conselho Escolar na ferramenta de busca, foram encontrados trabalhos relacionados ao Conselho Escolar, como também aqueles que se referem ao âmbito educacional de modo geral. Por esse motivo, o número é bastante alto.

<sup>4</sup> Estipulamos o ano de 2003 como ponto de partida em razão de nele, terem sido instituídos os Conselhos Escolares em Mossoró. Foi delimitado o ano de 2019 como encerramento do período devido a ele estar mais próximo do presente. Por isso, esperávamos encontrar trabalhos sobre a representatividade.

em razão de nenhum dos trabalhos discutir a representatividade no Conselho Escolar, eles não foram selecionados para leitura. Na *RBPAAE*, não foi encontrado nenhum trabalho acerca de representatividade em Conselhos Escolares, mesmo sendo utilizadas as dicas de pesquisa sugeridas na plataforma investigada.

O quarto e último levantamento foi realizado a partir das dissertações do POSEDUC. Encontramos 06 (seis) dissertações sobre Conselho Escolar/Municipal, sendo que 4 (quatro) delas alicerçavam nossas discussões. As dissertações utilizadas foram “Estudo sobre a tomada de decisão no Conselho Municipal de Educação em Mossoró-RN (1997-2010)”, de Allan Solano Souza (2013); “Participação dos conselheiros escolares no CMEI Amor de Mãe após o pleito unificado SME/Natal – (2014-2018)”, de Rosimeire de Araújo Gomes (2019); “Racionalidade comunicativa e o conselho escolar: um diálogo possível”, de Thayse Michelly de Aquino Freitas (2020); e “Conselho escolar e empoderamento: articulação entre extensão universitária e sistema municipal de ensino de Mossoró-RN”, de Antônia Rilzonete de Castro Batista (2020). As outras dissertações, não utilizadas, foram: “Produção acadêmica sobre conselho escolar: um estudo sobre a produção do conhecimento (2006-2014)”, de Mauro Antônio de Oliveira (2016), e “Gestão democrática escolar: uma imersão nos contextos cotidianos”, de Benedito José de Queiroz (2016). Descartamos a primeira, porque era o estado do conhecimento sobre o Conselho Escolar, então, optamos por utilizar os trabalhos dos próprios autores mencionados na dissertação de Oliveira (2016). A dissertação de Benedito não foi utilizada porque, após a leitura, percebemos que o assunto tratado por ele não fundamentava a nossa pesquisa.

## **2.2 Pesquisa empírica**

O campo de investigação compreende três escolas públicas localizadas no município de Mossoró, situado no estado do Rio Grande do Norte (RN). Mossoró é uma das principais cidades do interior do Nordeste e está localizada entre duas capitais, Natal e Fortaleza. De acordo com a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, a sua população era de 300.618<sup>5</sup> habitantes.

Duas instituições foram escolhidas a partir do projeto de extensão mencionado no início do trabalho. A banca de qualificação sugeriu a seleção de uma terceira escola que não tivesse participação no projeto, para compreendermos se nessa instituição a representatividade também

---

<sup>5</sup> Dados coletados no site do IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/mossoro/panorama>.

acontecia. Optamos pela Escola Municipal Araújo Freire (EMAF), devido à facilidade de acesso à equipe escolar, especialmente durante o distanciamento social proveniente da pandemia do novo coronavírus, pois a pesquisadora trabalha nessa escola. Por motivos éticos, as escolas são identificadas com nomes fictícios.

A primeira Escola Municipal Evangelista de Oliveira (EMEO)<sup>6</sup> tem alunos do Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano, e da Educação Infantil (Pré-escola), funcionando em dois turnos (matutino e vespertino). De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)<sup>7</sup>, foram realizadas 226 (duzentas e vinte e seis) matrículas no ano de 2021. A estrutura física é composta por sete salas de aula, cozinha, despensa, sala de diretoria, sala de professores, sala de secretaria, laboratório de informática, banheiro adequado para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida e pátio coberto.

A segunda é Escola Municipal Augusto Sobrinho (EMAS), que, de acordo com a supervisora escolar, conta com 144 (cento e quarenta e quatro) alunos matriculados em 2021. Ela comporta estudantes da Pré-escola até os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, funcionando no turno matutino e no vespertino. Esse ambiente tem três salas de aula, cozinha, sala de diretoria, sala de secretaria, laboratório de informática, banheiro com chuveiro, banheiro adaptado para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida e pátio descoberto.

E a terceira, Escola Municipal Araújo Freire (EMAF) funciona nos dois turnos e atende alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). Conforme a gestora nos informou, 351 (trezentos e cinquenta e um) alunos foram matriculados em 2021. A instituição tem sete salas de aula, cozinha, sala de diretoria, sala de professores, sala de secretaria, laboratório de informática, banheiro e pátio coberto.

### 2.2.1 Os sujeitos

Os sujeitos participantes são representantes dos segmentos de pais e alunos, dividindo-se em titulares e suplentes. Para identificá-los, utilizamos nomes fictícios, preservando suas identidades. Os estudantes das três instituições pesquisadas são menores de 13 anos e, por isso, têm como representantes no conselho os pais ou responsáveis. De acordo com a Lei Municipal n. 2769/2011, de Mossoró/RN, “terão direito de votar e ser votado: I – o responsável legal do

---

<sup>6</sup> Nessa instituição, as informações sobre a quantidade de alunos matriculados não foram repassadas pela coordenação escolar, por isso, foi necessário fazer uma pesquisa no site do INEP.

<sup>7</sup> Dados coletados no site do INEP. Disponível em: <http://ideb.escola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/24002992>.

aluno; [...] III – os adolescentes entre treze e dezoito anos de idade regularmente matriculados” (MOSSORÓ, 2011, p. 05-06). Portanto, os alunos não têm idade suficiente para votar, nem para serem votados, o que torna seus pais/responsáveis seus representantes no Conselho Escolar. O fato de os alunos não terem idade suficiente para votar e serem votados não significa dizer que eles não são capazes de opinar. Na maioria das vezes, as opiniões das crianças são subestimadas, o que não deveria acontecer, pois elas são as pessoas que estão mais envolvidas com a instituição e todo o processo educacional. Na pesquisa realizada por Azevedo (2010) sobre avaliação do programa escola ativa como política pública para escolas do campo com turmas multisseriadas no Jardim do Seridó/RN apresenta que a participação dos discentes (de 8 a 12 anos) no governo estudantil promove autoestima, autoconfiança, responsabilidade, desinibição, autonomia e formação cidadã. Essa pesquisa mostra que os alunos podem e devem participar como representantes de seu segmento, pois eles têm contribuições pertinentes que precisam ser ouvidas e compartilhadas. O município de Mossoró, que preza por uma gestão democrática, precisa rever o que está posto na Lei n. 2769/2011 e abrir possibilidades de participação dos alunos no Conselho Escolar, para que, assim, haja um avanço no envolvimento das crianças nas vivências políticas.

Na Escola Municipal Evangelista de Oliveira, foram escolhidos dois representantes de pais/responsáveis e dois representantes de alunos. Os conselheiros eleitos para representarem os pais na Escola Municipal Augusto Sobrinho foram quatro e para representarem os alunos foram dois. Na instituição Araújo Freire, o segmento de pais elegeu quatro mães e os representantes de alunos foram dois.

O número de titulares e suplentes, representantes de pais/responsáveis e de alunos, está de acordo com a quantidade de alunos matriculados na instituição. Conforme apresenta a Lei Municipal n. 2769/2011, de Mossoró/RN,

IV.01 titular e respectivo suplente, representante de pais ou responsáveis de alunos até 300 alunos; 02 titulares e respectivos suplentes, representantes de pais ou responsáveis, de 300 a 600 alunos; 03 titulares e respectivos suplentes representantes de pais ou responsáveis de alunos, acima de 600 alunos (MOSSORÓ, 2011, p. 03).

As instituições escolhidas para realizar a pesquisa têm 01 a 02 titulares e seus respectivos suplentes, que são os sujeitos investigados neste trabalho. Somando os representantes dos três conselhos, temos um total de 16 (dezesesseis) conselheiros, porém, ocorreram algumas mudanças que alteraram a quantidade de sujeitos investigados. As mudanças são apresentadas e discutidas na análise dos dados empíricos.

O art. 6 da Lei Municipal n. 2769/2011, de Mossoró/RN, estabelece que “o Conselho Escolar será composto por número ímpar de integrantes” (MOSSORÓ, 2011, p. 03). No quadro abaixo, mostramos como é definida a quantidade de representantes para cada segmento.

Quadro 1 – Distribuição de representantes para cada segmento no Conselho Escolar

Números de Alunos Matriculados	Número de representantes no Conselho Escolar						
	Professores	Pais ou responsáveis	Comunidade local	Alunos	Servidores	Direção	Total
Abaixo de 300	2	1	1	1	1	1	7
De 300 a 600	2	2	1	1	2	1	9
Acima de 600	4	3	1	2	2	1	13

Fonte: Quadro retirado da Lei Municipal n. 2769/2011, de Mossoró/RN.

Vale ressaltar que é preocupante a forma como está distribuída a quantidade de representantes de pais/responsáveis e de alunos para o número de estudantes matriculados, tendo em vista que a representatividade da comunidade escolar se encontra muito baixa. Notamos a representação dos professores prevalecendo, com mais representantes do que os próprios alunos, que são referência na distribuição dos membros do colegiado. Esse fato acaba se tornando um problema sério de representação, porque aqueles (alunos) que deveriam ter a representatividade assegurada por lei se encontram com quantidade reduzida de integrantes para um percentual muito alto de estudantes matriculados. Esse fato faz com que as pautas da escola se sobressaiam e a comunidade externa corra sempre o risco de perder no voto, pois não há um equilíbrio. A distribuição de representantes fere o princípio da proporcionalidade, pois os representantes do segmento de funcionários estão em um número consideravelmente maior do que os demais segmentos.

Diante dos apontamentos, refletimos sobre como a representatividade de pais e alunos está assegurada na Lei Municipal n. 2.769/2011, de Mossoró/RN. Algumas questões são levantadas: Será que 1 (um) representante para 300 (trezentos) a 600 (seiscentos) estudantes consegue exercer a representação de todos? Por que os professores têm mais representação do que os alunos, se o número de docentes é sempre menor do que o de estudantes? Se essa lei está em vigor desde 2011, não é chegada a hora de revê-la?

Sabemos que exercer a representatividade de determinado grupo, na maioria das vezes, torna-se difícil, por este ser composto por diversas pessoas, cada uma com opiniões diferentes. Quando esse grupo engloba a uma grande quantidade de sujeitos, podemos afirmar que alguém

será prejudicado. É isto que identificamos na representação dos pais/responsáveis e dos alunos no Conselho Escolar da cidade de Mossoró: eles são prejudicados pela lei que deveria ajudá-los.

### 2.2.2 As técnicas para a construção dos dados

Minayo (2009) expõe que há duas técnicas utilizadas pelo pesquisador que podem se voltar tanto para uma produção primária de dados quanto para uma busca secundária deles. A primeira se refere à interação do pesquisador com os dados advindos das entrevistas, das observações e das aplicações de questionários; a segunda se dá a partir de acervos já existentes, como documentos, bancos de dados, revistas, jornais etc. As duas técnicas são utilizadas neste trabalho e, a seguir, discutiremos cada uma delas.

De acordo com Gil (2008), a observação revela-se importante no processo de investigação e é na coleta de dados que seu papel se torna mais evidente.

A observação constitui elemento fundamental para a pesquisa. Desde a formulação do problema, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa. É, todavia, na fase de coleta de dados que o seu papel se torna mais evidente. A observação é sempre utilizada nessa etapa, conjugada a outras técnicas ou utilizada de forma exclusiva. Por ser utilizada, exclusivamente, para a obtenção de dados em muitas pesquisas, e por estar presente também em outros momentos da pesquisa, a observação chega mesmo a ser considerada como método de investigação (GIL, 2008, p. 100).

As observações, durante a nossa pesquisa, foram de caráter não participante, pois não intervimos em nenhum momento nas reuniões, apenas observamos como acontecia a representatividade dos pais e dos alunos nos Conselhos Escolares das escolas selecionadas. Para a escolha desse tipo de observação, baseamo-nos na afirmação de Richardson (2008, p. 260):

[...] o investigador não toma parte nos conhecimentos do seu objeto de estudo como se fosse membro do grupo observado, mas apenas atua como espectador atento. Baseado nos objetivos da pesquisa, e por meio de seu roteiro de observação, ele procura ver e registrar o máximo de ocorrências que interessa ao seu trabalho.

Devido à pandemia do novo coronavírus, não foi possível realizarmos as observações presenciais. Desse modo, readaptamos a metodologia da pesquisa para as observações *on-line*

nas reuniões dos três Conselhos Escolares selecionados, que aconteceram no período de março a junho de 2021 via *Google Meet*. “A internet pode ser tanto objeto de pesquisa (aquilo que se estuda), quanto local de pesquisa (ambiente onde a pesquisa é realizada) e, ainda, instrumento de pesquisa (por exemplo, ferramenta para coleta de dados sobre um dado tema ou assunto)” (FRAGOSO, 2011, p. 17).

Sobre o uso da internet em diferentes aspectos, Fragoso (2011) a destaca como objeto, local e instrumento de pesquisa. No nosso caso, ela foi utilizada na sala virtual, nas observações e nas entrevistas, as ferramentas para a construção dos dados. No decorrer das observações<sup>8</sup>, registramos como os representantes de pais/alunos exercem a função no Conselho Escolar, fazendo apontamentos e reflexões sobre a representatividade desses sujeitos. Para registrarmos essas observações, optamos pelo diário de pesquisa, com o intuito de anotar aquilo que faz sentido para a nossa investigação, despertando reflexões sobre nosso objeto de estudo. No entendimento de Barbosa e Hess (2010), no diário de pesquisa, deve-se anotar aquilo que se faz imprescindível ao estudo.

Não se trata de anotar tudo o que eles veem, mas aquilo que lhes faz sentido, que desperta reflexões ou sentimentos e, particularmente, que anotem as possíveis relações ou conexões provisórias entre os diferentes fatos ou ideias que cruzam o campo das preocupações apresentadas [...] (BARBOSA; HESS, 2010, p. 55).

Os autores nos mostram que as anotações no diário de pesquisa estão para além do que observamos no campo empírico, ou seja, é refletir sobre o que aconteceu naquele momento, envolvendo sentimentos de angústia e preocupação com o que está sendo observado. Podemos mencionar que é uma conversa entre nós e o nosso objeto, na qual colocamos nossas impressões acerca do que estamos observando.

Outra técnica utilizada para a construção dos dados foi a entrevista semiestruturada. A escolha por esse tipo de entrevista baseou-se em Lüdke e André (1986), os quais evidenciam a relação de interação entre entrevistador e entrevistado, ocorrendo uma influência recíproca entre eles. A entrevista é um momento rico que nos permite ouvir as vozes dos nossos sujeitos (representantes de pais/alunos) e, a partir delas, compreender o nosso objeto de estudo.

Conforme Gil (2008), a entrevista é uma técnica em que o investigador formula perguntas com o intuito de obter dados para a sua investigação. “Portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das

---

<sup>8</sup> As análises serão apresentadas e discutidas no capítulo 5.

partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação” (GIL, 2008, p. 109).

As entrevistas foram realizadas com seis sujeitos, distribuídos entre representantes de pais e de alunos também aconteceram no formato remoto. Marcamos individualmente com cada sujeito, no dia e no horário em que eles estivessem disponíveis para participar. Elas foram gravadas em áudio e depois transcritas. O período em que realizamos foi de março a abril. As análises são apresentadas no capítulo 6.

A análise documental “[...] é uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referenciação” (BARDIN, 2009, p. 47). Ela é realizada durante o processo investigativo, a fim de compreender os mecanismos legais que asseguram as funções do Conselho Escolar perante as instituições de ensino.

Nesta pesquisa, são analisados os documentos legais que definem e regulamentam o sistema educacional brasileiro, como a LDB 9.394/1996 e a Lei n. 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE). Além disso, observamos as leis que normatizam os Conselhos Escolares na cidade de Mossoró, quais sejam: Lei Municipal nº 1904/2003, Lei Municipal nº 1977/2004, Lei Municipal nº 2769/2011 e o Regimento Escolar (2018). As análises desses documentos estão disponíveis no capítulo 4.

### 2.2.3 Análise de conteúdo

Nos procedimentos de análise, são relacionados as teorias selecionadas e os dados que são construídos durante a investigação, realizando, assim, a interpretação do material. Segundo Bardin (2009), a análise se organiza em três aspectos cronológicos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento do material. Após a realização das entrevistas semiestruturadas, esse material foi transcrito, pois “a transcrição, especialmente de entrevista, é uma mudança de meio, e isso introduz questões de precisão, fidelidade e interpretação” (GIBBS, 2009, p. 28). Em alguns momentos, na transcrição das falas dos entrevistados, realizamos pequenos ajustes nos textos com relação à ortografia, não comprometendo o conteúdo das mensagens expressas pelos sujeitos.

Para Bardin (2009), a pré-análise é a fase de organização que tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, conduzindo a um plano de análise. Ela é composta por atividades não estruturadas, que são: a) leitura flutuante; b) escolha dos documentos; c) referenciação dos índices e elaboração de indicadores e; d) preparação do material.

Bardin (2009) evidencia que a leitura flutuante é o contato com os documentos que são analisados, deixando que eles sejam invadidos por suas orientações ou impressões. Ainda de acordo com ela, “pouco a pouco, a leitura vai se tornando mais precisa, em função de hipóteses emergentes, da projeção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos” (BARDIN, 2009, p. 122). A escolha dos documentos é feita a partir do universo que se pretende investigar e os objetivos são elaborados diante de uma finalidade geral. A preparação do material é o processo de edição.

Realizamos a leitura dos documentos selecionados para subsidiar o trabalho. Foram eles: a LDB e a Lei n. 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE) –, além das leis que normatizam os Conselhos Escolares na cidade de Mossoró, quais sejam: Lei Municipal n. 1904/2003, Lei Municipal n. 1977/2004 e Lei Municipal n. 2769/2011.

Essas atividades que fazem parte da pré-análise acontecem de forma natural durante o processo de investigação, uma vez que a pesquisadora as realiza mesmo sem saber que está seguindo todo esse processo. Ao estabelecer contato com os documentos e textos que vai utilizar, ela faz a leitura flutuante, escolhe documentos que são importantes para a sua pesquisa, elabora os objetivos, analisa as falas dos sujeitos e percebe palavras mencionadas em todas elas. Nesse momento, está fazendo a referenciação e a elaboração de indicadores. Quando transcreve e edita as entrevistas, ocorre a preparação do material.

A outra etapa dos procedimentos de análise é a exploração do material, que é “[...] longa e fastidiosa, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 2009, p. 127). A autora faz referência a Holsti (1969), ao colocar que “a codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exacta das características pertinentes do conteúdo” (HOLSTI, 1969 *apud* BARDIN, 2009, p. 129). No processo de codificação, os dados são separados por unidades de categorias e, em seguida, é feita a enumeração, para realizar a contagem dessas unidades e depois classificá-las de acordo com as categorias definidas.

Buscando elaborar as categorias de análise, fizemos um quadro que facilitasse nossa compreensão durante esse processo de construção e a de nossos leitores quando fossem ler o trabalho. Elas foram identificadas a partir das respostas dos nossos sujeitos ao longo das análises de suas falas. O quadro apresenta 12 (doze) categorias iniciais, 6 (seis) categorias intermediárias e 3 (três) categorias finais.

Quadro 2 – Processo de elaboração das categorias

<b>INICIAIS</b>	<b>IDEIA PRINCIPAL</b>	<b>INTERMEDIÁRIA</b>	<b>IDEIA PRINCIPAL</b>	<b>FINAL</b>
1 - Motivação para ser conselheiro 2 - Participação nas discussões	Acompanhar as atividades desenvolvidas na escola e o interesse em ajudá-la.	I - Acompanhamento nas decisões do colegiado.	Os representantes veem no colegiado uma forma de representar o interesse de ajudar a instituição de ensino, bem como de respeitar as opiniões daqueles que representam.	I - Participação e representação de pais/responsáveis de alunos nos Conselhos Escolares.
3 - Função que exerce no Conselho Escolar 4 - Representação da escola e de seus representados	Constitui em discutir assuntos relacionados à escola e representar a opinião de seus representados.	II - Representação da escola e dos representados no Conselho Escolar.		
5 - Diálogo entre representante e representados 6 - Definição de representatividade	Diálogo prejudicado pela pandemia, afetando a representatividade de seus representados.	III - A falta de diálogo ocasionada pela pandemia.	Por causa da pandemia, os representantes e os representados não estão mais dialogando, o que vem afetando a representatividade no Conselho Escolar.	II- A representatividade de pais e alunos no Conselho Escolar no contexto da pandemia.
7 - Relações sociais no Conselho Escolar 8 - Os prejuízos da pandemia no colegiado	Ficou evidente que a pandemia tem prejudicado a interação social entre os representantes.	IV - Conselho Escolar prejudicado pela pandemia.		

<p>9 - Desafios da representatividade</p> <p>10 - Representatividade nas reuniões</p>	<p>Evidencia a cobrança dos representados e da direção escolar, além do desafio de reunir o colegiado, prejudicando a representatividade que acontece durante as reuniões.</p>	<p>V - Cobranças na representatividade dos conselheiros.</p>	<p>Durante seu mandato de conselheiro, os representantes enfrentam desafios para exercer a representatividade de seus representados. Porém, eles têm possibilidades de vez e voto nas reuniões do Conselho Escolar.</p>	<p>III - Desafios /possibilidades da representatividade de pais e alunos nas reuniões do colegiado.</p>
<p>11 - Oportunidade de participação nas reuniões</p> <p>12 -Vez e voto dos representantes</p>	<p>O colegiado dá oportunidade de participação aos representantes, permitindo que eles deem opiniões e também votem.</p>	<p>VI - Possibilidades de participação nas reuniões do Conselho Escolar.</p>		

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2021). Elaborado com base em Fossá (2003 *apud* SILVA, 2020).

No último capítulo, analisaremos os dados das entrevistas semiestruturadas partir das três categorias finais, a saber:

- **Participação e representação de pais/responsáveis de alunos nos Conselhos Escolares**, procurando entender como os representantes veem esses dois momentos nas reuniões dos colegiados.
- **Representatividade de pais/responsáveis de alunos no Conselho Escolar no contexto da pandemia**. Durante as análises, é possível perceber que o contexto pandêmico afeta a representatividade nos colegiados.
- **Desafios/possibilidades da representatividade de pais e alunos nas reuniões do colegiado**, buscando compreender o que os sujeitos enfrentam ao assumirem a função de conselheiros.

O tratamento dos resultados obtidos e a interpretação são as últimas etapas do processo de análise. Nesse momento, o pesquisador faz suas inferências e interpretações dos dados coletados, relacionando-as com os autores definidos para a análise. Ele pode fazer uso de quadros de resultados, tabelas, gráficos e modelos para compilação de seus dados após a análise.

Esse processo é realizado após a construção dos dados nas observações e nas entrevistas. As observações foram apresentadas, discutidas e fundamentadas para que a análise não ficasse somente como algo descritivo. As entrevistas também foram analisadas baseando-se nos autores definidos para esse momento e as categorias que nos permitiram organizar os dados construídos no processo de análise.

### **3 REPRESENTATIVIDADE NA ESCOLA: O QUE DIZEM OS AUTORES E A LEGISLAÇÃO NACIONAL BRASILEIRA**

A representatividade tem uma função fundamental dentro de um grupo. Para legitimá-la, algumas características são essenciais, como: decidir pelo grupo que representa, participar das discussões com efetividade, compartilhar com seus representados informações que são importantes e saber ouvir todos que fazem parte do grupo.

Este capítulo foi dividido em três seções: o primeiro apresenta os conceitos acerca da representatividade, visto que é importante compreender os apontamentos e as reflexões sobre esse assunto, que se faz presente no Conselho Escolar e, além disso, é o tema debatido nesta pesquisa. O segundo discute as democracias representativa e participativa, haja vista que elas fazem parte do processo de representação. Por fim, o terceiro trata do papel dos pais na representação e na participação no Conselho Escolar, a fim de compreendermos melhor esses procedimentos, que também são essenciais nesse colegiado, bem como a representatividade.

Para o embasamento teórico, são utilizadas abordagens de autores como: Abranches (2009), Bobbio (1986, 2000, 2005), Paro (2001), Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), Santos (2016), Santos (2002), Werle (2003), dentre outros. Além disso, amparamo-nos na Constituição Federal de 1988 (CF/88), na LDB n. 9.394/1996 e na Lei Municipal n. 2.769/2011, de Mossoró/RN, para discutirmos as orientações políticas referentes ao Conselho Escolar.

#### **3.1 Representatividade: reflexões e apontamentos**

Nesta seção, são apresentadas as diferentes concepções acerca da representatividade. Porém, antes de iniciarmos as discussões, apresentamos o significado de representação e de representatividade, posto que esses termos vão aparecer recorrentemente durante a pesquisa e, por serem palavras que se entrelaçam, podem ocasionar uma confusão na compreensão. Portanto, acreditamos que é necessário compreendê-las do ponto de vista etimológico, para que fique clara a denotação de cada uma durante a leitura do trabalho.

Conforme o dicionário Aurélio (2001, p. 598), representação significa “1. Ato ou efeito de representar (-se). 2. Exposição escrita de motivos, queixas, etc., a quem de direito. 3. Coisa que se representa. 4. Aparato inerente a um cargo”. Já a representatividade é a “qualidade de alguém, de um partido, de um grupo ou de um sindicato, cujo embasamento na população faz que ele possa exprimir-se verdadeiramente em seu nome. Qualidade de uma amostra constituída

de modo a corresponder à população no seio da qual ela é escolhida” (REPRESENTATIVIDADE..., 2020).

Nessa perspectiva, percebemos que a palavra representação apresenta quatro significados, porém, o primeiro é o que melhor caracteriza as discussões propostas para a pesquisa, já que concebemos a representação como o ato ou efeito de representar e a representatividade como a qualidade de quem representa esse ato. Não se pode ter a qualidade de representar se não incluir a ação, por isso, elas são discutidas na pesquisa, para que se possa compreender a representatividade dos pais e dos alunos no Conselho Escolar, que é o objeto deste trabalho.

Durante as leituras e os fichamentos, entendemos que representatividade consiste em representar com efetividade e qualidade o segmento ou grupo do qual se faz parte. Em outras palavras, corresponde a exercer o direito de fala dessas pessoas que estão sendo representadas, tornando públicas as opiniões e sugestões do grupo como um coletivo, e não fazendo uso de seu posicionamento individualista perante as discussões das quais foi escolhido para participar. É preciso assumir o papel que lhe foi atribuído por seus representados, mas, para que isso ocorra, é fundamental que o representante (conselheiro) conheça os anseios de seus representados. De acordo com o artigo 1º, parágrafo único, da CF/1988, “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988, p. 2).

Sobre o conceito de representatividade, Tamaki (2005, p. 34) afirma:

Representatividade é um conceito originalmente de caráter público que vem acompanhado do conceito de legitimidade. São legítimos os representantes democraticamente eleitos – em sociedades que adotam o processo democrático – a quem se outorga o poder para representar e agir em nome dos eleitores.

O autor menciona que as sociedades, ao adotarem o processo democrático para a escolha de seus representantes, necessitam que a representatividade seja legitimada, para que ela de fato possa ser reconhecida. Ele se refere ao processo eleitoral em que os eleitores escolhem democraticamente aqueles que vão representá-los, conferindo a eles o poder. Esse processo faz parte da vida dos brasileiros, que elegem seus governantes para atuarem no poder legislativo e executivo. Bobbio (1986) classifica as representações como sendo: a representação dos interesses particulares, em que há uma relação com a figura do representante como delegado, e a representação dos interesses gerais, em que os representantes são fiduciários e não delegados. Ele indica que a representação fiduciária e não delegada acontece na representação política, na

maior parte dos estados, na qual o governo tem sua base no sistema representativo: “O que caracteriza uma democracia representativa é, com respeito ao ‘quem’, que o representante seja um fiduciário e não um delegado; e é, com respeito ao ‘que coisa’, que o fiduciário represente os interesses gerais e não os interesses particulares” (BOBBIO, 1986, p. 46). Nas escolas, também há essa experiência de escolha, por cada segmento, dos conselheiros a partir da eleição. Eles são representantes que participam das decisões nas reuniões/assembleias do colegiado, exercendo sua função para resolver os interesses gerais do grupo que os elegeu.

Bobbio (1986) apresenta duas características dos representantes que exercem suas funções nas democracias representativas. Segundo ele, entende-se por representantes:

- a) na medida em que goza da confiança do corpo eleitoral, uma vez eleito não é mais responsável perante os próprios eleitores e seu mandato, portanto, não é revogável;
- b) não é responsável diretamente perante os seus eleitores exatamente porque convocado a tutelar os interesses gerais da sociedade civil e não os interesses particulares desta ou daquela categoria (BOBBIO, 1986, p. 46).

Exercer esse papel na sociedade é um pouco complexo, pois se trata de assumir um compromisso com todos que fazem parte dela. Torna-se difícil até para os eleitores futuramente cobrarem representatividade a quem elegeram. Então, é importante ter consciência de suas escolhas, para que se possa reivindicar às pessoas eleitas os seus direitos como representados.

Durante suas pesquisas com grupos sindicais, Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 568) identificaram dois modos de representatividade. No primeiro, “a liderança do grupo é realmente expressão da base, isto é, goza da confiança e é receptiva às suas exigências – representatividade que é muitas vezes negada aos líderes sindicais”. No segundo, “o grupo absorve a grande maioria das unidades que operam no setor”.

Assim, os líderes sindicais podem também ser representativos de suas bases, mas, se em vinte milhões de trabalhadores os inscritos no sindicato são apenas cinco milhões, os sindicatos não poderão considerar-se representativos. Assim, também uma confederação industrial pode associar uma notável percentagem de indústrias que operam na sociedade, mas, se duas ou três indústrias, com o mais elevado número de associados e com o mais alto faturamento, não fazem parte dela, a representatividade da confederação industrial será muito diminuta. O mesmo raciocínio é válido quando existem organizações sindicais competindo entre si. Este fato diminui a percepção da representatividade dos sindicatos e contemporaneamente aumenta os custos de decisão, tornando complicadas as operações de consulta entre Governo, burocracia e sindicatos, e quase impossíveis às *negociações* em sentido estrito, requerendo estas últimas a concentração da autoridade na outra parte, com o fim de obter o máximo das decisões adotadas de comum acordo (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 568, grifo do autor).

Identificamos, na pesquisa de Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), que a representatividade, no primeiro modo, é definida como o líder, sendo a expressão do grupo para ter a sua confiança e compreender as suas exigências, enquanto no segundo é quando o representante traz a maioria das pessoas que fazem parte do grupo para o seu lado. Ele também menciona as causas que podem afetar a representatividade, já que elas estão relacionadas ao número de representantes, que é bem menor do que os componentes dos sindicatos, à competição entre as associações e ao elevado faturamento das indústrias que não participam dos sindicatos, causando diminuição na participação e afetando também a representatividade.

Ao se pensar na representatividade como sendo a maioria das pessoas que faz parte de um determinado grupo, não se está pensando de fato no grupo, fazendo com que ela não se concretize, pois o que importa não é a quantidade, e, sim, a maneira como o representante defende os interesses do coletivo e se expressa por ele. Além disso, afirmar que não há representatividade porque os participantes que faturam mais não estão fazendo parte da confederação industrial é valorizar apenas o lado econômico e esquecer o mais importante, que é a participação nas tomadas de decisões.

Em suas pesquisas no judiciário, Fornaciari (2010) apresenta a representatividade adequada aos processos coletivos:

A definição que parece mais acertada é aquela segundo a qual a representatividade adequada é uma qualidade apresentada pelo representante que atuará em nome da sociedade ou do grupo de defesa de interesses de ordem coletiva, qualidade essa identificada como a possibilidade da defesa eficiente e tenaz dos interesses envolvidos, seja no âmbito social, administrativo e judicial (FORNACIARI, 2010, p. 50).

Nesse tipo de representatividade, o representante é escolhido para representar um grupo de forma eficiente e coesa durante o processo em que seu representado será julgado, seguindo regras rigorosamente impostas pelo judiciário. Fornaciari (2010) ainda afirma que a representatividade é a qualidade e a especificidade do representante nos processos em que foi escolhido para representar.

É importante destacar o papel do sujeito ao representar seu grupo, pois é ele quem torna a representatividade possível, uma vez que é nesse processo que assume as responsabilidades em defesa daqueles que confiaram nele, tomando coletivamente as decisões e pensando com seus representados, visto que foi escolhido para isso. Esse papel não se efetiva quando o sujeito não defende os interesses do seu grupo diante de qualquer situação, na medida em que isso é

uma característica do representante. Sem ela, pode-se afirmar que o sujeito não está exercendo seu papel de representante, o qual acaba perdendo a sua legitimidade. Não podemos esquecer que, no caso da escola, o interesse não deve ser de um segmento específico, mas da instituição em sua totalidade.

Na perspectiva de Lord (2005), a representatividade apresenta concepções que estão ligadas diretamente ao trabalho dos conselhos, em espaços de discussão pública. O autor expõe que, quando não ocorre diálogo entre o conselho e os segmentos da comunidade escolar e também quando a relação conselheiro/entidade/representados se mostra deficiente, acaba gerando uma representatividade que advém diretamente da base, ou seja, acontece entre o representante e o órgão. No outro caso, a representatividade é analisada como o aumento da participação dos diferentes segmentos na sociedade a partir das suas políticas e também das resoluções que expressam diálogo. De acordo com o autor, “este parâmetro está atrelado ao princípio de pluralismo, ao envolvimento amplo da sociedade para além dos segmentos do setor” (LORD, 2005, p. 47).

Com base em Lord (2005), pode-se apontar que, no primeiro caso, a representatividade acontece quando o conselheiro trata os assuntos diretamente com o órgão. Como as decisões não são repassadas para o segmento/grupo que representa, o diálogo necessário não acontece, ocasionando uma deficiência na comunicação entre o conselho e a comunidade escolar. Num segundo momento, considera-se o aumento da participação do segmento nas discussões públicas, em que os representantes se expressam diante da sociedade.

Essa forma de definir a representatividade, em que o conselheiro (representante) trata dos assuntos apenas com o órgão (conselho), sem repassar ou consultar o segmento (representados), é mais banal do que se pode imaginar. Os representantes são eleitos e depois não se articulam com seus representados para saber sobre as suas demandas, o que afeta o interesse das pessoas de querer participar dos Conselhos Escolares, por acreditarem que os assuntos abordados não são importantes, já que eles não têm acesso às discussões. A representatividade está para além da escolha, pois é nas atitudes que ela se constitui, dando ao indicado a capacidade de representar.

Na pesquisa realizada por Marques (2018), nos conselhos de unidades de conservação, identificou-se, nas falas dos conselheiros, que a representatividade é representar o coletivo, pensar e agir de acordo com o grupo do qual se faz parte e não levar as decisões para o lado pessoal, ou seja, pensando e se posicionando individualmente, conforme exposto abaixo:

A entidade se materializa na figura do conselheiro, aquele que dá voz aos seus pares, que leva e traz as informações que irão subsidiar as ações do conselho e garantir a representatividade de seu setor, ou que pelo menos, deveria desempenhar tal papel (MARQUES, 2018, p. 66).

Diferentemente do que foi colocado por Lord (2005), Marques (2018) menciona a importância do conselheiro como a voz dos seus pares, garantindo a eles a representatividade que é de direito e compartilhando as informações e decisões que acontecem dentro do Conselho Escolar, isto é, desempenhando o papel que lhe foi dado. Para ela, o conselheiro não pode agir pensando apenas no seu lado pessoal, porque assim não estará representando o grupo que o escolheu.

Concordamos com o pensamento de Marques (2018), ao apontar que o representante dá voz às pessoas que depositaram confiança nele. Nesse sentido, é fundamental que ele também dê credibilidade a essas pessoas que o colocaram nessa posição. Não é fácil chegar a uma decisão conjunta, na medida em que o grupo é composto por diversas pessoas, contudo, torna-se possível quando todos têm a consciência de que almejam o melhor para seu segmento. Assim, o indivíduo que está à frente poderá demonstrar a importância de pensar no coletivo, para que se tomem decisões acertadas, que contribuam para todos.

Marques (2018, p. 102) enfatiza também a importância do papel do conselheiro para a representatividade no conselho:

[...] a compreensão desse papel exige que o conselheiro representante leve para seu grupo os assuntos tratados no conselho e também traga as reivindicações deles para o colegiado. Esse exercício exige algumas habilidades, como a organização das questões para serem apresentadas de um lado a outro e, também podem auxiliar no aprofundamento da assimilação dos temas abordados, pois necessitam ser revistos e reconfigurados em uma estratégia de divulgação e representação.

Essa autora destaca, ainda, a representatividade como a maneira pela qual o representante adquire a identificação e o senso de pertencimento a um grupo, o que “pode ser estratégico para delimitar a representatividade e evidenciar a presença de determinado setor dentro dos conselhos” (MARQUES, 2018, p. 103). Em seguida, Marques (2018) expõe que essa identificação pode ocorrer por meio dos discursos, das vestimentas, das posturas diante das situações que o grupo enfrenta e, assim, o sujeito se sente confiante para representar.

Podemos ressaltar que é essencial que o conselheiro se inteire do ambiente que vai representar, de modo que ele se sinta participante e possa contribuir integralmente com a sua representatividade. Ao compreender a sua importância para aquele segmento, ele tem

motivação para representá-lo e, assim, a instituição somente tem a ganhar. A escola deve criar a possibilidade de participação, para que as pessoas possam se identificar, conhecer melhor a instituição e, dessa forma, despertar seu interesse em fazer parte do Conselho Escolar.

Flach e Sakata (2016) enfatizam que a representatividade está ligada à participação e ao envolvimento de seus membros no Conselho Escolar, fazendo com que a gestão se torne democrática. Elas identificaram na pesquisa realizada no Sistema Municipal de Ensino de Ponta Grossa-PR que a representatividade assim como a gestão democrática eram deficitárias:

O sistema municipal de ensino analisado vem evidenciando, ao longo de sua existência, que a participação popular na gestão pública ainda é uma realidade almejada, pois essa participação é tutelada por interesses governamentais e legítimas ações dos gestores públicos, sem, necessariamente, promover um amplo debate a partir da base representada pelos indivíduos que compõem órgãos colegiados representativos. Nessa perspectiva, a gestão democrática no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Ponta Grossa precisa constituir-se em meta a ser efetivada, visto que é prevista, mas não encontra guarida em órgão colegiado. Face aos argumentos apresentados no presente texto, pode-se afirmar que a representatividade na realidade analisada é deficitária e, conseqüentemente, o debate democrático também o é. Essas questões indicam entraves que precisam ser superados para que a gestão democrática deixe de ser apenas previsão legal para tornar-se real (FLACH; SAKATA, 2016, p. 566).

Segundo as autoras, a gestão democrática precisa se constituir como meta a ser efetivada e, para que isso aconteça, é preciso que a representatividade seja constatada. Faz-se necessário que a participação dos membros que compõem os colegiados seja ativa, assim como deve evitar ser motivada apenas por interesses governamentais, dando-os condições de expor suas opiniões sobre o que vem sendo discutido e legitimando a sua incursão como representantes. Portanto, verificamos que o entendimento das autoras sobre representatividade está longe de acontecer na realidade investigada por elas.

Essa definição de que é a representatividade – a participação e o envolvimento dos membros do Conselho Escolar – que gera a gestão democrática é uma das discussões que vão permear o nosso trabalho. Concordamos que não há representatividade sem participação, o que nos fez sentir a necessidade de também discuti-la nesta pesquisa. Nesse sentido, abordaremos a questão da participação adiante, em um tópico em específico, destacando a sua relevância numa discussão mais aprofundada.

A concepção de representatividade apontada na pesquisa de Cardoso (1995) se refere à escolha dos representantes pelos seus representados e também à participação deles nas tomadas de decisões, pois não basta apenas decidir quem irá representar, é preciso que os representantes

se engajem de fato na representação como membros do conselho. Nos depoimentos analisados na pesquisa de Cardoso (1995), os sujeitos da pesquisa revelam que é importante escolher os representantes e confiar nas suas decisões de modo consciente e responsável, bem como que eles devem informar aos representados seus posicionamentos e decisões dentro do órgão.

A afirmação anterior apresenta a representatividade como o processo de escolha em que cada representado decide quem vai representá-lo nas discussões. Os investigados deixam bem claro que, além da escolha, é fundamental que os representantes estejam sempre repassando as decisões que foram tomadas, o que irá efetivar sua representatividade no colegiado. Eles veem o engajamento dos seus escolhidos para a representação no Conselho Escolar como uma maneira de confirmar que fizeram a escolha certa e que estão sendo bem representados.

O repasse das informações (decisões, posicionamentos e sugestões) deveria ser considerado pelos representantes como o mínimo de respeito que precisam ter com seus representados, de modo que eles possam ter acesso ao que está sendo decidido no Conselho Escolar. Além desse repasse, os representantes precisam estar em contato direto com os representados, para que eles estejam sempre opinando sobre o que acontece na escola, de forma a ensejar melhorias para todos aqueles que fazem parte dessa instituição.

Assim como Flach e Sakata (2016), que apresentam subsídios que contribuíram bastante para a nossa investigação, Cardoso (1995) traz alguns apontamentos interessantes, como o de que não adianta que os sujeitos escolham representantes sem exigirem deles a participação e a devolutiva do que acontece nas reuniões, já que foram eles que os colocaram ali. Entretanto, não é assim que ocorre nos Conselhos Escolares. As decisões são discutidas, na maioria das vezes, apenas na reunião com os participantes de cada segmento, e não são repassadas aos mais interessados, ou seja, os representados. Em virtude disso, refletimos sobre o que de fato as pessoas que assumem o papel de representantes entendem por representatividade.

As análises realizadas por Conceição (2007) apontaram que a representatividade sofria uma crise de identificação, pois era compreendida como uma forma de participação social nos conselhos. Contudo, devido à implementação da identidade cultural dos participantes, ocasionou-se um conflito entre os representantes dos movimentos de base e a administração pública, visto que aqueles participavam de forma espontânea ou quando estavam em conflito com o Estado, porém, a administração não agia da mesma maneira. Na medida em que essa identidade lidava com a crise, a representatividade, na sua identificação, passou a ser questionada, o que suscitou o interesse em entender: “De que forma as comunidades podem ser representadas num órgão público? Mais ainda, sem que sejam manipuladas por eles?” (CARDOSO, 1995, p. 87).

Em síntese, a representatividade era considerada a participação social nos conselhos, mas passou a ser questionada pelo conflito entre os representantes e a administração pública. Segundo Conceição (2007, p. 45), “o conceito de participação social tinha sua ação vinculada à noção de movimentos sociais, caracterizada pela luta, reivindicação, protesto e conflito, apresentando um cunho transformador”. Esse tipo de participação foi a forma encontrada para que a sociedade também participasse das questões públicas e, assim, gerenciasse as políticas públicas. As pessoas não compreendiam como a representatividade viria a se efetivar em um órgão público, porque seus representantes discordavam de quem estava à frente deles e entendiam que a representação podia sofrer manipulação, perdendo sua legitimidade e se tornando uma reprodutora de opiniões e pensamentos já definidos.

Compreendemos a importância da identificação do representante com o grupo que vai representar, visto que, se isso não acontecer, a representatividade não irá se legitimar. Não adianta comprometer-se com os representados e não compartilhar dos mesmos ideais que eles, pois, conseqüentemente, ocorrerão rupturas entre o grupo e quem o representa. Tornar-se representante não é concordar com as opiniões e reproduzi-las sem questionar, mas, sim, partilhar pensamentos e decisões juntamente aos seus representados, não se deixando influenciar por algo ou alguém que está à frente de um/a determinado/a órgão/instituição.

Lüchmann (2008) aponta que as diferenças, as contradições, os conflitos e as desigualdades sociais existentes na sociedade civil podem afetar a notoriedade e a legitimação da representatividade expressiva dos diferentes interesses sociais. Esse processo ocorre por meio das disputas geradas entre os representantes dos setores e as entidades civis, bem como pelo próprio processo de seleção das representações, que ainda é confuso. Elas podem ser escolhidas de diversas maneiras: em assembleias, mediante a legislação da composição dos conselhos e por indicações de categorias dos setores que irão representar. Assim sendo, esta é

uma ideia de representatividade que alimenta certa confusão no entendimento acerca dos critérios de legitimidade que esses espaços carregam. Com efeito, estamos tratando de um tipo de representação que, diferentemente do modelo eleitoral que identifica o representado (eleitor), esboça dele uma ideia difusa, podendo tanto ser um segmento (ou vários setores da população) quanto a própria entidade indicada para assumir a representação (LÜCHMANN, 2008, p. 92).

Essa confusão pode ocasionar uma perda de legitimidade na representatividade, pois a legitimação está ligada diretamente às representações das entidades e da sociedade civil que promovem diferentes defesas de várias causas sociais excluídas dos processos políticos. As

disputas entre a sociedade civil e os seus representantes, pelos diferentes interesses sociais, podem gerar a falta de legitimização e, assim, a representatividade acaba não se efetivando, “uma vez que a sociedade civil é uma esfera social caracterizada por diferenças, contradições, conflitos e desigualdades sociais, na medida em que se observa – e com bastante frequência – conflitos de interesses entre os setores que representam a sociedade civil” (LÜCHMANN, 2008, p. 91).

Quando os representantes não estão ligados aos mesmos interesses dos grupos que representam, acabam tornando a representatividade difícil de acontecer, pois passam a defender questões individualistas, sem se preocupar com opiniões e posicionamentos daqueles que os escolheram. Para que não haja conflitos entre representantes e representados, é necessário conhecer quem será selecionado para assumir esse papel antes mesmo de tomar qualquer decisão, pois ambos precisam lutar por pontos de vista parecidos para que futuramente posições antagônicas não venham a atrapalhar a legitimidade da representatividade daquele grupo.

Pereira (2009, p. 86) destaca a ligação do grau de representatividade e da necessidade das pessoas no Conselho Escolar ao nível de estratificação e complexidade social:

Da complexidade e da estratificação surgem necessidades de representação. Desta forma, identificamos o Conselho Escolar como uma unidade de participação política e formação humana, ao mesmo tempo, evidencia uma significância existencial por consolidar a construção de referenciais comuns, linguagens, desejos, expectativas e ação. Em síntese, é espaço de identificação e construção de perfil nos seus membros, mais radicalmente. Neste aspecto, é válido dizer que é um espaço de construção de posturas nos homens e nas mulheres, espaço de legitimização de um padrão de comportamento masculino e afirmação de uma nova feminilidade.

As pessoas se veem diante da estratificação e da complexidade social e passam a sentir a necessidade de representação, para que possam contribuir com os seus pontos de vista na sociedade da qual fazem parte. Assim, encontram na representatividade do Conselho Escolar possibilidades para a sua participação política e formação, construindo seu perfil conforme a identificação com o meio em que estão inseridas, uma vez que esse colegiado as permite tomar decisões, formular opiniões relevantes e se posicionar diante de situações.

O sujeito que vê o Conselho Escolar como um meio de participação política e formação está usando de sua cidadania para contribuir com a educação daquele ambiente em que se encontra inserido. Seria muito bom que todos usassem de seus posicionamentos para tomar decisões pertinentes e que contribuíssem para o ensino de qualidade, pois a mudança começa com pequenas iniciativas, que trazem grandes transformações. Contudo, nem todos pensam

assim e acabam não querendo fazer parte do Conselho Escolar, muitas vezes, por não compreenderem a importância de sua participação ou mesmo por considerarem que não têm nada a contribuir.

Vargas (2018, p. 72) faz referência à representatividade no Conselho Escolar, elencando seus objetivos, essenciais para uma gestão democrática na escola:

Este órgão colegiado com representatividade de todos os segmentos da comunidade escolar tem por objetivo fortalecer e ampliar a participação da família, alunos, professores e funcionários no bom funcionamento da escola, contribuindo tanto para a organização e aplicação de recursos como também para a organização de planos, metas e projetos escolares, garantindo assim uma gestão democrática do ensino.

A autora evidencia também que o sistema municipal de educação do município de Alegrete/RS, onde realizou sua pesquisa, favorece a abertura de participação nas bases democráticas. Esse aspecto consiste “num exercício de representatividade importante para a quebra da hierarquização dos espaços de poder, de modo a buscar a democratização das discussões e decisões na área da educação municipal” (VARGAS, 2018, p. 29).

Percebemos, na pesquisa da autora, que a representatividade acontece no Conselho Escolar, assim como no sistema municipal de educação, favorecendo a gestão democrática, mediante a participação dos representantes nas discussões e decisões, e ocasionando uma descentralização de poder dentro desses órgãos. Nesses processos, seus representantes têm voz e vez para opinar, sem precisar ficar subordinados àqueles que se sentem detentores do poder, o que caracteriza um cenário ideal, visto que a representatividade está em exercer com qualidade e efetividade sua participação. Os indivíduos participam do Conselho Escolar para também dar suas contribuições, pois não estão ali apenas para concordar com as decisões já tomadas, haja vista que participar democraticamente é escutar, ser escutado e, além disso, ter consciência de suas decisões.

Gomes (2019), assim como Vargas (2018), também relaciona a democracia à representatividade e à participação no Conselho Escolar, que “[...] é por natureza um espaço democrático que as pessoas são eleitas por seus pares, para os representarem dentro do colegiado” (GOMES, 2019, p. 99). Ela explicita que os conselheiros são os representantes escolhidos por meio do voto, pelos seus representados, para exercer participação e representatividade nas instituições, fazendo uso de autonomia<sup>9</sup>, responsabilidade e

---

<sup>9</sup> Autonomia vem do grego e significa autogoverno, governar-se a si próprio (MARTINS, 2002).

compromisso com a democratização da escola. Esses são os motivos pelos quais este é considerado um espaço democrático por natureza. No entanto, alguns dos representantes podem estar no conselho para representar e, ainda assim, não ter clareza da sua representatividade, conforme explora a autora:

Acreditamos que o envolvimento dos membros nos conselhos pode, em alguns casos, acontecer de maneira ainda assistemática, sem muita clareza, por parte de alguns segmentos do seu real papel ao representar um grupo de pessoas e por ela decidir, ser voz, vez e voto (GOMES, 2019, p. 99).

É como se, em alguns casos, a representatividade acontecesse apenas no momento da escolha, não se efetivando na prática pela falta de consciência dos representantes sobre o seu papel. Por esse motivo, “ao assumir a vaga como representante do segmento, é necessário que o conselheiro estabeleça canais de comunicação com seus pares, ele precisa realmente ser a voz de quem ele representa” (GOMES, 2019, p. 143). Nesse sentido, a autora reforça o que foi colocado anteriormente sobre a importância de dar voz e vez aos representantes.

As discussões estabelecidas por Gomes (2019) e Vargas (2018) a respeito de democracia, representatividade e participação nos fazem refletir sobre o que as pessoas que constituem o Conselho Escolar compreendem por esses conceitos. São concepções que dependem muito do processo de formação que o sujeito recebeu, pois democracia pode ser para alguns apenas a escolha por meio do voto, enquanto, para outros, abarca tanto a escolha quanto o envolvimento dos sujeitos nas decisões, além de a representatividade poder ser confundida com participação. Portanto, é importante que o representante saiba de sua função antes de entrar para o Conselho Escolar, podendo, assim, de fato, representar seu segmento.

No entendimento de Riscal (2010), a representatividade sofre uma ausência de discussão e pode se transformar em um obstáculo à participação daqueles que não têm clareza do que ela significa nos Conselhos Escolares. A pesquisa realizada por ela apontou que alguém era escolhido devido ao seu esclarecimento sobre os problemas da escola, ocorrendo relações de poder no espaço escolar. Os votantes da comunidade escolar, por não compreenderem que a representatividade não é definida por quem sabe mais ou quem sabe menos, acabavam não participando desse processo, conforme exploram a autora:

Os votantes da comunidade escolar tendiam a eleger representantes que consideravam mais capazes do que eles próprios em conhecer o interesse geral e de interpretar, desse ponto de vista, as vontades individuais. Entretanto, a questão da representatividade, geralmente, vinha acompanhada da queixa da ausência de formas institucionalizadas de eleição dos representantes e de

consulta aos representados sobre os temas de discussão, além de ausência de divulgação e publicação das decisões (RISCAL, 2010, p. 82).

A partir dos apontamentos de Riscal (2010), podemos dizer que a representatividade é baseada no conhecimento que o sujeito tem para resolver os problemas da escola e na participação que ele pode exercer nas decisões do conselho. Além disso, o processo de escolha não acontece através das eleições, o que faz com que a comunidade não se sinta representada, por não ter acesso às decisões e às discussões, gerando revolta entre os representados. A falta de clareza dos votantes sobre o significado de representatividade afeta ainda mais sua participação, pois se eles não sabem de que se trata, não vão querer se candidatar para a função de representante.

Se os principais interessados, nesse caso, a comunidade escolar, não podem fazer parte do processo de escolha, ou se candidatar, isso vai afetar toda a escola, logo, a comunidade não está levando em consideração os benefícios que a instituição terá com a participação de todos, e, sim, a preocupação de não descentralizar o poder. A representatividade está em quem representa as pessoas que o escolheram, dando a sua voz para que elas se posicionem diante das discussões. No que tange à compreensão do conceito de representatividade, é fundamental que a escola proporcione momentos de discussão que permitam aos interessados participar, de forma a esclarecer dúvidas que os impeçam de se candidatar à função de representante.

Werle (2003) evidencia que a representatividade no Conselho Escolar é como um pluralismo, em que os diversos grupos ficam conflitando entre si, e tem como objetivo controlar e limitar o poder dominante. Contudo, para Riscal (2013, p. 340), os representantes devem pensar que esta é “como um espaço público<sup>10</sup>, que visa o bem comum, no Conselho Escolar, as ideias devem ser compartilhadas”, e não um centro de disputas entre os segmentos, em que cada um pensa individualmente.

Os autores trazem uma vertente com significados distintos. Na primeira discussão, o grupo conflita entre si e, na segunda, as ideias dentro do grupo são partilhadas. Contudo, ambos possuem os mesmos objetivos, que são democratizar e descentralizar o poder dominante dentro do Conselho Escolar e, assim, permitir que todos possam participar das decisões e contribuições na instituição, pois “a representatividade dos conselhos é uma garantia de que as decisões por eles tomadas serão legitimadas e, no sentido inverso, a legitimidade reassegurará a representatividade, em um processo de retroalimentação” (SALLES, 2012, p. 45).

---

<sup>10</sup> “O espaço público é [...] o lócus do mundo em que se dá o exercício da atividade política por excelência, e em que o cidadão exerce seu papel de participar das decisões públicas mediante um processo de comunicação público” (SILVA, 2017, p. 117).

A questão da descentralização do poder já vem sendo discutida há um bom tempo e gerando revolta daqueles que não aceitam que ele possa ser partilhado, visto que para alguns é bem mais fácil centralizá-lo e não ter divergências nas decisões. O Conselho Escolar passa a ser considerado, em alguns casos, uma ameaça para a perda desse poder a partir da participação e da representatividade dos conselheiros, uma vez que, além de suas funções fiscalizadoras, deliberativas e consultivas, ele contribui para a gestão democrática dentro da escola, acarretando a descentralização.

Conforme Salles (2012), a representatividade na sociedade civil está ligada à escolha de entidades que não estão vinculadas ao governo municipal, ou seja, que não beneficiam o governo, mas, sim, a população, representando os interesses dos civis, que são os mais prejudicados quando quem os representa não tem os mesmos valores que eles. Ela coloca que há quatro formas mais comuns de escolhas que beneficiam mais o governo do que a própria população, as quais são definidas pela lei, pelas plenárias das entidades, pela escolha do prefeito e pela conjunção de mais de uma forma de seleção.

No primeiro caso, a lei fixa quais serão as entidades integrantes do conselho, o que enrijece muito a sua formação, já que qualquer alteração passa a depender de um decreto. Nesse caso, a ampliação da representação não poderá ocorrer por escolha do próprio conselho e há o risco de “apropriação” das cadeiras por parte das entidades pertencentes ao Conselho Municipal, que podem se ater mais aos próprios interesses. No segundo caso, o das plenárias, é uma via mais democrática, que possibilita o debate, a argumentação, o processo de convencimento próprio da atividade política. A escolha dos representantes dependerá da efetiva participação de todos os interessados. O terceiro caso, a indicação pelo prefeito, traz, como é claro, o risco de aparelhamento dos conselhos. Na escolha mista, há a possibilidade de o prefeito indicar entidades excluídas e há a vantagem de se trabalhar caso a caso (SALLES, 2012, p. 45).

Nesses processos de escolha, o que está mais próximo de ser democrático é o segundo, posto que a preferência pelo representante se dá diante de sua participação efetiva e do seu interesse nas discussões. Nos outros processos, a escolha está mais voltada para o interesse de quem fica à frente das entidades, beneficiando-se do poder que tem para não perder as vantagens oferecidas pelo cargo que ocupa. A população, que, na maioria das vezes, não tem acesso às informações necessárias sobre o que acontece, acaba sendo a mais prejudicada por aqueles que deveriam representá-la.

É importante ressaltar que a afirmação de Salles (2012) sobre a representatividade está relacionada aos interesses das pessoas que fazem parte da sociedade, de forma que elas se beneficiem. Entretanto, como ela mesma aponta, não é bem isso que acontece, visto que a

maioria dos governantes eleitos para representar os interesses da população nas votações em plenárias e na elaboração de leis e decretos usa desse privilégio para se beneficiar, sem pensar nos seus representados (população), que os colocaram ali. Portanto, é fundamental que a população esteja sempre atenta às suas escolhas, para que possa cobrar iniciativas daqueles que foram escolhidos.

Quando a representatividade é afetada, prejudica o conselho, uma vez que ela é necessária para efetivá-lo. Teixeira (2002) aponta a paridade entre os representantes do governo e os representantes da sociedade civil como um dos problemas que podem afetar a representatividade nos conselhos, pois nem sempre eles possuem os mesmos recursos, a mesma disponibilidade de tempo e as mesmas informações.

[...] Muitas vezes ela é legal, formal, mas na prática todos sabem que as pessoas que estão no governo são privilegiadas em termos de informação e de tempo disponível para participar desses espaços. As pessoas da população, da sociedade civil em geral, têm mais dificuldade de se dedicar, de ter tempo, recursos financeiros e materiais para participar desses espaços (TEIXEIRA, 2002, p. 23).

Em face do colocado pela autora, entendemos que, na prática desses conselhos, a representatividade tem dificuldades para se efetivar, pela falta de paridade entre os representantes de diferentes segmentos. É um fato comum quando existem diferenças econômicas entre os representantes, pois há aqueles que precisam se dedicar mais ao trabalho, o que prejudica sua disponibilidade para a participação nas reuniões.

O estudo realizado por Abranches (2009) aponta que a representatividade pode ter diversas concepções. Pode ser considerada um elemento político, que dá o poder de representar um determinado segmento, um determinado grupo; um trabalho político social, que se articula com a cidadania, a divisão de responsabilidades e a construção coletiva; uma mudança de conceito, de acordo com a atuação do conselheiro; e também um conceito em construção, tanto na teoria quanto na prática. Assim sendo, a autora concluiu que “[...] a representatividade e seu significado para cada um dos representantes é um conceito híbrido, característico de um conceito em construção permanente” (ABRANCHES, 2009, p. 120), visto que, durante a investigação, foi identificado que os sujeitos agiram de diferentes maneiras quando se tratava de representatividade.

É interessante quando Abranches (2009) afirma que o conceito de representatividade está em construção permanente e que depende da maneira como os representantes e representados se relacionam, ocorrendo a legitimação do processo representativo. O que ela

quer dizer com isso é que as pessoas que elegem seus representantes são as que validam a representatividade deles. Porém, para essa validação acontecer, faz-se necessário que eles exerçam seu papel com qualidade. Além de decidirem por seus representados, devem repassar informações a eles, certos de que não adianta ser eleito e não representar.

Concluimos que os autores se referem à representatividade, inicialmente, como representar um grupo ou um segmento, porém, cada um traz a sua definição de acordo com o âmbito social em que a pesquisa é desenvolvida. Eles definem a representatividade a partir das suas vivências sociais e também relacionam esse termo a outros que são relevantes em seus estudos, como a gestão democrática, a identificação cultural, as discussões políticas, a cidadania e, principalmente, a legitimidade, que faz com que a representatividade seja de fato reconhecida.

### **3.2 Democracia representativa e participativa: os dois lados do ato democrático**

Nossa discussão se volta à compreensão de democracias representativas e participativas, tentando enxergá-las como faces de um mesmo processo. Percebemos que essas duas perspectivas de democracia se fazem presentes no Conselho Escolar. Portanto, é de suma importância discuti-las a partir das concepções dos autores, de modo a melhor compreendermos esse processo que se divide e se complementa, na medida em que é representativo e participativo.

A democracia representativa é um sistema político em que as pessoas elegem seus representantes por meio do voto, em eleições que ocorrem periodicamente. Esses representantes passam a exercer a função de representá-las perante o governo, propondo e estabelecendo leis. Então, o que inicialmente entendemos por democracia é o direito do cidadão de escolher seus governantes e, a partir daí, descentralizar o poder, para que as decisões sejam tomadas coletivamente por todos que fazem parte da sociedade.

França, Paula e Grigoletto (2020, p. 111, grifos dos autores) definem a democracia a partir da epistemologia da palavra, relacionando seu sentido com a democracia direta e a democracia representativa:

A “*democracia*” é uma palavra derivada do grego “*demokratia*”, que significa: *demos* = *povo*, *kratos* = *governar*, a qual está relacionada a governo do povo, soberania popular. Portanto, o termo democracia refere-se a um sistema de governação do povo, pelo povo (democracia direta) ou seus representantes (democracia representativa), e para o povo. A democracia, assim como os demais regimes, possui algumas características que a

fundamentam, sendo estas: liberdade individual, igualdade perante a lei sem distinção de sexo, raça ou credo, direito ao voto, educação, direito ao livre exercício de qualquer trabalho ou profissão, dentre outros.

Na perspectiva das autoras, a democracia consiste em uma soberania popular em que o povo é quem governa, através de seus representantes, escolhidos democraticamente. É um processo no qual a população faz suas próprias escolhas e não há nenhuma distinção que impeça de participar, pois cada um é livre para exercer seus direitos individuais, buscando, nesse intuito, informações para que possa decidir com responsabilidade. O direito de todos os cidadãos participarem da democracia está assegurado por lei na CF/88, em seu artigo 14, no qual está escrito que “a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos [...]” (BRASIL, 1988, p. 11-12). Nesse caso, a participação democrática fica restrita à ideia de sufrágio universal e ao voto, porém, a democracia não se restringe somente a isso. Ela envolve outros aspectos, como o fato de os cidadãos opinarem sobre ações desenvolvidas pelos seus representantes, questionarem quando não estiverem de acordo com algo que foi decidido, reivindicarem por direitos e cumprirem deveres.

Bobbio (1986) ressalta que essa escolha por meio do voto é concebida enquanto mandato fiduciário, pelo qual o eleitor não tem a obrigação de consultar seus representantes nas tomadas de decisões e há uma proibição do mandato imperativo, afetando a democracia representativa. O que ele nos aponta é que acontece frequentemente, na medida em que os eleitores elegem seus governantes, mas não têm acesso a eles para discutir qualquer decisão tomada ou dar opiniões pertinentes.

Paro (2001, p. 10) afirma que a democracia está para além da conotação etimológica de governo do povo e que ela se constitui em significado ainda mais amplo:

[...] a democracia, apesar de sua origem remota, transformou-se enormemente em seu percurso histórico, enriquecendo-se de novos significados, à luz dos quais precisa ser compreendida. Assim, ela já não deve ser vista apenas em sua conotação etimológica de “governo do povo” ou em sua versão formal de “vontade da maioria”, mas sim em seu significado mais amplo e atual de mediação para a construção da liberdade e da convivência social, que inclui todos os meios e esforços que se utilizam para concretizar o entendimento entre grupos e pessoas, a partir de valores construídos historicamente.

É interessante quando o referido autor coloca a democracia como a mediação para a construção da liberdade e da convivência social, porque o sujeito tem a liberdade para decidir. Conquanto, suas decisões necessitam ser pensadas considerando o grupo e as pessoas que o

compõem e, assim, pautadas no que é melhor para o convívio social, o que é intitulado por Paro (2001) como “dimensão social”. Esse autor menciona que o papel da escola de Ensino Fundamental é estimular o desenvolvimento do cidadão para que ele contribua com a sociedade, de modo que a “sua atuação concorra para a construção de uma ordem social mais adequada à realização do ‘viver bem’ de todos, ou seja, para a realização da liberdade como construção social” (PARO, 2001, p. 34). Bonavides também relaciona a democracia com a liberdade, ao afirmar que “a democracia é, sobretudo, um caminho: o da progressão para a liberdade” (BONAVIDES, 2004, p. 347).

Portanto, é necessário que o cidadão tenha consciência de que a sua participação no processo democrático contribui com as mudanças que irão permear o meio em que está inserido e influencia nas relações estabelecidas dentro do grupo, por isso, deve tomar decisões coletivas, pensando no benefício de todos. No tocante à liberdade para exercer suas escolhas, as pessoas precisam ter cuidado para que ela não seja corrompida através de propina disfarçada de ajuda ou soluções superficiais, oferecidas por representantes políticos, pois isso pode fazer com que elas se sintam na obrigação de votar em quem as ajudou, afetando, assim, a sua liberdade para escolher. Essa forma de governar nos remete ao populismo<sup>11</sup>, que estabelece um vínculo emocional de prestígio e gratidão com o povo em troca de votos.

Mounk (2019, p. 57) expõe que essas soluções fáceis e superficiais atingem o coração populista, visto que as pessoas querem resolver problemas complexos com rapidez e facilidade:

Os eleitores não gostam de pensar que o mundo é complicado. Sem dúvida não gostam de escutar que não há resposta imediata para seus problemas. Diante de políticos que parecem cada vez menos capazes de governar um mundo cada vez mais complexo, muitos estão propensos cada vez mais a votar em quem promete soluções simples.

O autor aborda que a prontidão dos líderes populistas em oferecer soluções simples pode afetar todo o país, visto que, uma vez no poder, sua política pode não resolver os problemas e vir a agravá-los ainda mais, o que resulta em prejuízos para toda a população. Ele se mostra preocupado com o que pode acontecer quando os eleitores se sentem frustrados com suas escolhas, pois, “como mostra a história de muitos países na América Latina, quando um populista fracassa, os eleitores podem tanto se voltar a outro populista – ou a um rematado ditador – quanto devolver as antigas elites ao poder” (MOUNK, 2019, p. 58).

---

<sup>11</sup> “O que define o populismo é essa reivindicação de representação exclusiva do povo – e é essa relutância em tolerar a oposição ou respeitar a necessidade de instituições independentes que com tamanha frequência põem o populista em rota de colisão direta com a democracia liberal” (MOUNK, 2019, p. 10).

As pessoas precisam ter cuidado ao escolher seus representantes. Buscar soluções fáceis pode fazê-las passar quatro anos convivendo com problemas maiores do que já tinham e, também, ocasionar a eleição de governantes piores do que os anteriores. Portanto, participar democraticamente requer cautela e consciência, uma vez que envolve saber lidar com as consequências futuras de suas escolhas.

Bobbio (1986) aponta que, com o crescimento do Estado e o aumento populacional, foi necessário definir um conjunto de regras e procedimentos para que as pessoas pudessem participar do processo democrático, representando seu grupo, visto que não era possível conhecer todos os demais:

Todo grupo social está obrigado a tomar decisões vinculatórias para todos os seus membros com o objetivo de prover a própria sobrevivência, tanto interna como externamente. Mas até mesmo as decisões de grupo são tomadas por indivíduos (o grupo como tal não decide). Por isto, para que uma decisão tomada por indivíduos (um, poucos, muitos, todos) possa ser aceita como decisão coletiva é preciso que seja tomada com base em regras (não importa se escritas ou consuetudinárias) que estabeleçam quais são os indivíduos autorizados a tomar as decisões vinculatórias para todos os membros do grupo, e à base de quais procedimentos (BOBBIO, 1986, p. 17).

Esse conjunto de regras estabelece peso igual dos votos e ausência de distinções econômicas, sociais, religiosas e éticas na constituição do eleitorado. O autor defende que esses critérios são necessários para a formação de maiorias, uma vez que, “no que diz respeito aos sujeitos chamados a tomar (ou a colaborar para a tomada de) decisões coletivas, um regime democrático caracteriza-se por atribuir este poder (que estando autorizado pela lei fundamental torna-se um direito) a um número muito elevado de membros do grupo” (BOBBIO, 1986, p. 17).

Souza (2013) se mostra preocupado com a ampliação da democracia, porque ela pode acabar se tornando meramente procedimental, ou seja, as pessoas vão apenas escolher seus representantes sem conhecê-los, na medida em que o exacerbado crescimento populacional nos estados torna impossível a participação democrática de todos. O autor expõe que a conquista da democracia representativa foi importante, “porém, se a sua forma e o seu conteúdo não forem ampliados, não passará de uma técnica procedimental para a escolha de governos” (SOUZA, 2013, p. 38-39).

A vida em sociedade exige regras para que possamos nela conviver, pois cada cidadão tem suas especificidades, que, em suma, podem vir a atrapalhar as escolhas coletivas, se não há a prescrição de uma forma legal de regulamentá-las. Esse conjunto de regras e procedimentos

mencionados por Bobbio (1986) permite que o indivíduo também participe das decisões da sociedade em que ele vive e, para que isso aconteça, ele precisa utilizar tais regras para representar seu grupo nas decisões coletivas. Dessa forma, aqueles que são chamados para participar de um regime democrático são assegurados por lei para que seu direito seja exercido.

A participação dos sujeitos no regime democrático é fundamental, posto que eles são os mais interessados nas melhorias e nas mudanças sociais e é através do voto que eles exercem essa participação. Assim como Souza (2013), concordamos que as pessoas precisam ter cuidado para que o ato de votar não se torne um mero procedimento, servindo apenas como confirmação de que elas participaram da escolha dos governantes, sem ter nem clareza de quem realmente querem como seus representantes, nem do que os candidatos podem oferecer, o que pode causar um distanciamento entre o posicionamento de ambos (representados e representantes).

Segundo Santos (2016, p. 120), “quando a distância entre representantes e representados é ampla e disfuncional, a DR [democracia representativa] dispõe de um mecanismo aparentemente muito eficaz: novas eleições, novos representantes”. Contudo, ele apresenta outros fatores envolvidos nessa dinâmica: o sistema político e suas mediações institucionais, que podem acabar com as expectativas de mudanças que as pessoas depositam nas novas eleições, porque “em tempos normais mudar de representantes pode significar mudar de partidos, mas não mudar os partidos e muito menos o sistema de partidos ou os sistemas de organizações de interesses” (SANTOS, 2016, p. 120). Nesse sentido, o autor assume que as eleições podem mudar pouco as coisas, ocasionando um distanciamento entre representantes e representados, o que chama de patologia da representação, que também pode se tornar patologia da participação. Diante desse contexto, os sujeitos não desejam mais votar por considerar que seu voto não vale muito.

Antigamente, a abstenção do voto era muito mais comum do que podemos imaginar, visto que as pessoas percebiam que as mudanças não aconteciam, o que acabava influenciando na eleição seguinte, tendo em vista que passavam a votar desmotivadas e, às vezes, apenas para cumprir a lei. Eles estão reivindicando mais, participando mais e se manifestando, certos de que votar não é somente depositar o voto naquele candidato, mas também cobrar dele ações e mudanças. Isso posto, os indivíduos estão participando e mostrando que têm vez e voz que precisam ser respeitadas.

De acordo com Anastasia (1999), há algumas iniciativas, como “a instituição dos Conselhos Deliberativos e paritários, compostos de membros da sociedade civil e do Estado, responsáveis pela formulação das políticas e pelo controle de sua execução” (ANASTASIA, 1999, p. 35), que permitem o acompanhamento e o controle de mandatos pelos cidadãos.

Segundo essa autora, essas iniciativas proporcionam o funcionamento da democracia e também do exercício da cidadania no período entre as eleições e a arena parlamentar.

Através de mecanismos desse tipo os cidadãos podem vocalizar suas preferências perante seus representantes e podem monitorar os trabalhos legislativos. Ademais, esses instrumentos facultam a troca e a disponibilização de informações, diminuindo a assimetria informacional entre representantes e representados, e ampliam a possibilidade do exercício do controle público dos governantes pelos cidadãos (ANASTASIA, 1999, p. 35).

Dessa maneira, os cidadãos podem monitorar os trabalhos de seus representantes, permitindo-se reivindicar quando discordarem do que está sendo realizado. Nesse caso, esperamos que o controle público pelo cidadão não seja apenas uma iniciativa que vá ficar no papel, mas que ela seja de fato exercida e as pessoas a utilizem para trazer benefícios à sociedade.

França, Paula e Grigoletto (2020) referenciam Oliveira (2003) quando mencionam que existem três tipos de democracia: a indireta, a semidireta e a direta. Neste trabalho, são discutidas a democracia indireta (representativa) e a democracia direta (participativa), por elas estarem presentes no Conselho Escolar, que é o objeto de investigação desta pesquisa, mas isso não significa que a democracia semidireta não seja importante ou relevante. Ela apenas não faz parte do âmbito escolar, pois está mais relacionada à criação de leis e à apreciação de projetos no poder legislativo, atuando no âmbito político e jurídico. Porém, faz-se necessário compreendê-la um pouco e, para tanto, antes de nos determos nas democracias representativa e participativa, destacamos o conceito de democracia semidireta a partir dos autores mencionados anteriormente. Eles entendem que a democracia semidireta

[...] é a modalidade em que se alteram as formas clássicas de democracia representativa a fim de se alcançar a democracia direta. Esta democracia contém elementos de ambas, sendo estes: iniciativa popular (caracteriza-se pela possibilidade de o povo apresentar projetos de lei ao Poder Legislativo), o referendo popular (possibilidade de o povo apreciar os projetos de lei aprovados pelo legislativo, que poderão ser aprovados (ratificação) ou não (rejeição) de acordo com a votação do corpo eleitoral), plebiscito (tem como objetivo decidir previamente sobre determinado assunto, antes que seja formulado no Legislativo, autorizando ou não a sua ação). Na democracia semidireta o povo não é apenas um mero eleitor, contudo participa da feitura de leis e atua efetivamente no âmbito político, jurídico, conferindo legalidade e legitimidade ao Estado (OLIVEIRA, 2003 *apud* FRANÇA; PAULA; GRIGOLETTO, 2020, p. 111-112).

A esse respeito, podemos observar que a democracia semidireta está interligada à democracia representativa e à participativa, visto que ela possui características de ambas, apresentando a iniciativa popular, o referendo popular e o plebiscito. Portanto, o povo participa das decisões, mas também é necessário passar por seus representantes, no caso, o poder legislativo, para a aprovação de leis. Nesse tipo de democracia, quem dá a legalidade e a legitimidade ao Estado é o povo, com a sua participação na elaboração de leis e a sua atuação no âmbito político e jurídico.

Essa democracia tem um significado importante para o povo, por permitir que ele também participe da elaboração de leis que são essenciais para sociedade civil. Embora a democracia semidireta também tenha seus benefícios, da mesma maneira que a indireta (representativa) e a direta (participativa), como mencionamos anteriormente, não vamos discuti-la de forma mais aprofundada, em virtude de ela não se encaixar no âmbito do Conselho Escolar.

Em síntese, compreendemos democracia representativa como aquela em que os sujeitos elegem seus representantes para decidirem por eles. Já a democracia participativa consiste na participação dos indivíduos nas decisões, ou seja, eles se apresentam mais envolvidos nos processos de discussões, enquanto na anterior eles têm seus escolhidos para representá-los. Em face do exposto, percebemos que precisamos reforçar o nosso pensamento e ampliá-lo ainda mais, pois ele ainda se encontra incipiente. Sentimos a necessidade, então, de dialogar com os autores que investigam essas duas democracias, para que eles nos permitam entendê-las melhor.

Para Silva (2015, p. 19), a democracia representativa “se desenvolveu principalmente por causa do surgimento do Estado nacional, bem como dos entraves à livre expansão do capital, a partir do século XVII”. Já a democracia participativa surgiu após a queda do modelo representativo no século XIX e se agravou com a Segunda Guerra Mundial. “A democracia participativa se desenvolveu, principalmente, com os processos de redemocratização dos países do Sul que reivindicavam maior inclusão social e estatal” (SILVA, 2015, p. 27).

Dallari (2010) reforça que o surgimento da democracia participativa aconteceu no Brasil após a ditadura militar, no final do século XX, com a intensificação prática da participação da população nas decisões políticas em manifestações coletivas. Mesmo sendo uma participação limitada, ela trouxe benefícios para a sociedade, visto que o povo orienta seus representantes sobre as questões de interesse comum. Conforme esse autor, o que caracteriza a democracia participativa é “a intensificação da participação direta do povo nas decisões políticas, por meio de manifestações coletivas, aprovando proposições para a adoção de políticas públicas” (DALLARI, 2010, p. 136).

Com o surgimento do Estado Nacional<sup>12</sup>, a população sentiu a necessidade de participar das decisões, todavia, não era possível, pois a elite detinha o poder. Então, no momento em que o povo compreendeu que precisava de representantes, desenvolveu-se a democracia representativa. A crise da democracia representativa se iniciou no século XIX, mas foi no século XX que se intensificou, fazendo surgir a democracia participativa, que visava atender as reivindicações da população.

A população mostra a força que tem quando se alia em busca do mesmo objetivo. Percebendo que, através da democracia representativa, ela não tinha os mesmos direitos de participação dos seus representantes, sentiu que era necessário se fazer ouvir e participar. É essa busca pelos direitos que faz o agir se tornar democrático, visto que não são apenas escolhas que caracterizam a democracia, mas também a participação, com posicionamentos pertinentes que alcançam as mudanças necessárias para a sociedade.

Segundo Vargas (2018, p. 52), na democracia representativa, o povo elege seus representantes pelo voto, dando a eles o poder de decidir e, assim, o povo legitima o poder de seus representantes. Porém, os governantes eleitos “jamais poderiam estar vinculados a interesses particulares, daí a proibição de um mandato imperativo”. Esse formato tem sido assumido na democracia moderna, mas os representantes jamais poderão ficar sujeitos a um mandato vinculado, pois eles foram eleitos para atender aos interesses da nação. A democracia participativa reserva a participação dos cidadãos às discussões, ampliando o controle da sociedade civil sobre a administração pública.

Perez (2004) evidencia que esse controle social no Brasil, a partir da CF/88, está nas funções estatais, como no Legislativo, ao se referir ao plebiscito e à iniciativa popular de leis; no Executivo, garantindo a fiscalização por parte dos cidadãos e; no Judiciário, com as ações populares, os mandados de segurança coletivos, entre outros. Trazendo para o âmbito de nossa investigação, podemos afirmar que o Conselho Escolar é uma espécie de controle social, porque é através dele que os segmentos da escola passam a tomar decisões e, assim, ter controle das ações desenvolvidas na instituição.

Nesse tipo de democracia, os representantes não podem fazer escolhas para atender a interesses particulares, uma vez que não é para isso que eles são eleitos. Por esse motivo, é proibida a sua vinculação a um mandato imperativo. A participação dos cidadãos na democracia participativa possibilita que eles se aproximem da sociedade e dos governantes que estão à

---

<sup>12</sup> Os estados-nação nasceram na França e na Inglaterra, em torno das monarquias absolutas, que se constituíram na Europa depois da revolução comercial, da emergência de uma burguesia associada ao monarca absoluto e das lutas fratricidas que se sucederam à Reforma (PEREIRA, 2017, p. 157).

frente das decisões políticas e, assim, também possam contribuir com suas opiniões referentes aos interesses sociais. Vale destacar que, quando se fala em participação nas tomadas de decisões, mediante a sociedade civil, não significa que esses cidadãos vão resolver todos os problemas existentes, pois isso é impossível. Porém, eles vão dar contribuições para a ocorrência de algumas mudanças.

O que se percebe nessas duas democracias é o poder que o povo tem. Tanto a democracia representativa quanto a participativa não existiriam se as pessoas não participassem, já que sem elas não há democracia. “As pessoas” precisam entender a importância que tem o seu papel na sociedade democrática, porque é através de seu voto que os representantes são eleitos para governar. Silva (2015, p. 21) aborda as eleições como método para alcançar a democracia representativa, posto que “para haver o consenso neste regime político é necessária a representação do corpo político através de eleições. Logo, o elemento essencial deste tipo de democracia é a escolha dos representantes, ou seja, as eleições”.

Essas colocações sobre as democracias participativa e representativa estão presentes também no Conselho Escolar, visto que as escolhas de seus representantes acontecem através de eleições que exigem a participação de todos (pais/responsáveis, alunos, funcionários e comunidade) que fazem parte da escola. É importante compreender que participar não é apenas votar, mas também fazer parte das decisões, dar sugestões relevantes e, quando identificar algum problema na escola, compartilhar com todos que compõem o Conselho Escolar, a fim de que as medidas sejam tomadas para a solução do problema.

De acordo com Santos (2002), a democracia participativa complementa a representativa, pois a participação dos cidadãos serve como um meio pelo qual as informações chegam aos seus governantes políticos.

Atualmente, na teoria democrática contemporânea, tende-se a reconhecer a democracia participativa como uma forma complementar à representativa. Um dos principais argumentos a favor da democracia participativa a toma como o meio pelo qual informações relevantes para o desenvolvimento dos processos decisórios chegam aos governantes. Defende-se que a participação dos cidadãos colabora para o conhecimento e contribui para solução dos problemas de interesses do corpo político. Além disso, argumenta-se que a democracia participativa aumenta a legitimidade das decisões tomadas, uma vez que essas devem, em princípio, serem discutidas com aqueles que serão afetados por elas (SANTOS, 2002, p. 57).

Essa relação entre democracia participativa e democracia representativa tem muito a contribuir com os interesses políticos, mas também auxilia que os cidadãos tenham acesso a informações importantes. A legitimação das decisões acontece através da participação dos

sujeitos nas discussões, em que eles opinam sobre se o que está sendo decidido os afeta ou não, uma vez que eles são os mais interessados nas mudanças da sociedade e os mais afetados por decisões erradas tomadas por seus representantes.

Quando essa relação não é bem compreendida, pode ocasionar confusões acerca da participação deles. Além disso, alguns questionamentos podem surgir, como: se os representantes são escolhidos para decidir por nós, então, por que precisamos participar das decisões na sociedade mesmo depois de eleger nossos governantes? Se nós podemos participar das decisões, por que as eleições são necessárias? Para que fique bem clara a importância de cada uma dessas democracias na sociedade, é fundamental que os sujeitos compreendam o papel de todas elas e tenham acesso às informações que são pertinentes à sociedade, exercendo, com isso, de maneira consciente e crítica, sua participação.

De fato, “a democracia participativa aproxima os cidadãos do exercício do poder e possibilita, por exemplo, intervenção nos processos de decisões, bem como controle dessas decisões com base na Constituição Federal e nos direitos por ela assegurados” (SAMPAIO, 2015, p. 17). De acordo com a referida autora, a participação popular é tão importante que está explícita na Constituição.

A participação popular na democracia, então, deve ser estimulada, porquanto se todo o poder emana do povo, o povo, em última análise, deve exercer esse poder em sua máxima amplitude, pois apenas dessa maneira teremos uma democracia plenamente estabelecida. Os mecanismos para exercício do poder diretamente pelo povo são explicitados na própria Constituição e é de suma importância o conhecimento de cada um desses institutos (SAMPAIO, 2015, p. 21).

Precisamos compreender que quem toma as decisões é o povo e não seus representantes, porque, como a própria denominação já diz, estes são apenas representantes eleitos para dar voz aos seus representados, os quais precisam ser consultados em todas as decisões. Porém, será que na prática isso ocorre? Precisamos ter cuidado para que os papéis não acabem se invertendo e os representantes se esqueçam de que eles estão naquela posição para repassar as decisões, e não para adotar as suas sem antes consultar aqueles que os colocaram ali, pois cabe a eles decidir sob a influência dos representados. Todos nós corremos o risco de perdermos o nosso direito de participação após o processo eleitoral, pelo fato de os governantes eleitos não nos consultarem antes de tomarem qualquer decisão.

Durante a vivência no ambiente escolar e a aproximação com os membros do conselho, percebemos que essa falta de consulta dos representantes aos representados acontece com

frequência. Primeiro, porque quem se candidata ao cargo de conselheiro, na maioria das vezes, não tem consciência do papel que está assumindo, pois lhes faltam informações. Segundo, que os representados não sabem que opinar é um direito seu, bem como ser informado e consultado por seus representantes, resumindo a sua participação somente ao ato de votar.

Gabriel (2019) trata de vertentes presentes na democracia representativa e, em uma delas, ele reforça a discussão sobre a inversão dos papéis entre os representantes e o seu eleitorado. Ele discute essa preocupação, que é bastante comum, pois a garantia de que o governante vai realmente tomar decisões pensando naqueles que o colocou no cargo é incerta, o que se torna um risco para todos que votaram. Porém, mesmo na incerteza, é preciso votar.

As vertentes que invocam um modelo ideal de democracia representativa informam virtudes que são reconhecidas como elementos que promovem uma ampla aceitação. Advogam esses autores que a democracia representativa protege contra a tirania e a competição se dá pelo voto onde todos os indivíduos são iguais. Em contraposição, outros autores informam fragilidades deste modelo, a dizer: ele diminui a importância da opinião pública vez que o representante se sente livre para exercer seu pensamento, e as pessoas se sentem obrigadas a votar porquanto é a única maneira em seu pensamento de se fazer ouvir no sistema político, e isso é muito limitante, visto que não há mínima garantia de que seu representante, após o processo eleitoral, conduza suas ações em harmonia a vontade do eleitorado (GABRIEL, 2019, p. 13).

Em face desse contexto, pode-se ressaltar que a democracia representativa também tem lados arriscados, em que o eleitorado está envolvido, mesmo sem querer, quando exerce seu direito de votar. Ela é vista como uma forma de proteção contra a tirania, mas ao mesmo tempo acaba gerando uma competição entre os indivíduos. Além disso, é um modelo frágil por não garantir que os representantes eleitos vão exercer a vontade de seu eleitorado. O autor enfatiza que elementos como a proteção contra a tirania e a igualdade do voto acabam promovendo uma ampla aceitação das pessoas, que acreditam nas mudanças que eles podem ocasionar, entretanto, tudo isso é incerto.

Esse tipo de democracia pode ter suas fragilidades, mas ele acaba se tornando necessário diante das situações vividas pelas pessoas em meio à tirania daqueles que detinham o poder. Assim, como essas mesmas pessoas precisavam fazer parte das mudanças e das tomadas de decisões na sociedade, viram a oportunidade de participar pelo voto. Nesse contexto, os governantes se aproveitam das fragilidades para garantir mudanças na vida do eleitorado, que, sem ter outra saída, se arrisca.

Na atualidade, a ingenuidade de acreditar nos representantes políticos é bem menor, porque as pessoas estão se preparando mais para reivindicar mudanças e atitudes daqueles que foram escolhidos para representá-las. Para tanto, utilizam-se das mídias sociais, das manifestações nas ruas e até da troca de candidato na eleição seguinte, mostrando que discordam dos governantes que estão no poder, apesar de ainda existirem aqueles que acreditam.

Segundo Gabriel (2019), na democracia representativa, as discussões ocorriam somente no órgão central, afetando a legitimidade democrática, porque os espaços discursivos estavam para além do ambiente do Estado. Dessa forma, perceberam a necessidade de integrar as esferas públicas ao modelo participativo, pois a participação dos cidadãos nas discussões gerava a legitimação da democracia. Santos (2016) faz apontamentos sobre o orçamento participativo, que possibilitou que a democracia participativa fosse além da representativa.

Apesar de ser a forma mais emblemática de democracia participativa, o orçamento participativo é apenas um dos muitos mecanismos de democracia participativa. Ao lado dele haveria que mencionarmos os conselhos municipais e estaduais, com funções consultivas e por vezes deliberativas na definição das políticas sociais, nomeadamente na área da saúde e da educação; as consultas populares; os referendos (com grande impacto na condução política de alguns países, por exemplo, a Venezuela e a Bolívia). Essa vasta experiência democrática traduziu-se em articulações novas e até então inimagináveis entre democracia participativa e democracia representativa (SANTOS, 2016, p. 126).

Percebemos, pois, que na democracia representativa as discussões não podiam se restringir ao Estado, já que precisavam ir mais além, ou seja, chegar até os cidadãos, para que eles também pudessem participar. Santos (2016) identifica na democracia participativa essa possibilidade de ampliar a participação que se iniciou em orçamentos participativos em nível municipal e se expandiu por muitas cidades do Brasil e por toda a América Latina, chegando até o continente Europeu. As articulações consideradas inimagináveis entre as duas democracias foram alcançadas.

Gouveia (2014, p. 103) vem reforçar o pensamento de Santos (2016), quando explicita:

A democracia participativa emerge das práticas da cidadania coletiva e do fortalecimento desta em relação ao controle das decisões políticas do Estado por aqueles que serão atingidos por elas. Ao mesmo tempo, tal fortalecimento não implica necessariamente em uma substituição da representação, mas por uma ressignificação desta, acrescentando à representatividade elementos relacionados ao controle da sociedade, e principalmente, do grupo representado sobre os representantes.

O controle da sociedade nas decisões políticas do Estado é fundamental para que os representados possam cobrar de seus representantes posicionamentos relevantes para a sociedade civil, mas não significa que a representação é substituída, apenas que é ressignificada, com acréscimo do controle social. Gouveia (2014, p. 103) ressalta que “quanto mais efetiva for a participação, mais qualidade democrática pode ser atribuída às experiências de participação”.

A participação da população dá qualidade à democracia, porque uma das características essenciais do sistema democrático é justamente o envolvimento do povo nesse processo. A democracia participativa surge exatamente para permitir que as pessoas tenham uma participação mais direta no governo. A esse respeito, Bobbio (1987, p. 154) aponta que a democracia representativa nunca impediu o retorno da democracia participativa:

A consolidação da democracia representativa, porém, não impediu o retorno à democracia direta, embora sob formas secundárias. Ao contrário, o ideal da democracia direta como a única verdadeira democracia jamais desapareceu, tendo sido mantido em vida por grupos políticos radicais, que sempre tenderam a considerar a democracia representativa não como uma inevitável adaptação do princípio da soberania popular às necessidades dos grandes Estados, mas como um condenável ou errôneo desvio da ideia originária do governo do povo, pelo povo e através do povo.

O autor explicita que a democracia representativa é uma maneira de assegurar aos cidadãos o máximo de liberdade em um Estado que ele chama de desejoso. Acrescenta que “a participação de todos nos benefícios da liberdade é o conceito idealmente perfeito do governo livre” (BOBBIO, 2005, p. 68). O Estado que ele afirma ser desejoso é aquele que assegura a atuação dos cidadãos. Ainda, relaciona a democracia com o liberalismo, pois o que garante o regime moderno democrático são os direitos individuais dos cidadãos.

A democracia nasceu de uma concepção individualista da sociedade, isto é, da concepção para a qual – contrariamente à concepção orgânica, dominante na idade antiga e na idade média, segundo a qual o todo precede as partes – a sociedade, qualquer forma de sociedade, e especialmente a sociedade política, é um produto artificial da vontade dos indivíduos (BOBBIO, 2005, p. 34).

A democracia pode ter nascido de uma concepção individualista, porém, não podemos mais concebê-la dessa forma, porque vivemos em sociedade, sendo necessário pensar no coletivo para que possamos alcançar o bem-estar social. O Conselho Escolar é um exemplo de democracia que, necessariamente, precisa ser pensada a partir do coletivo, pois ele é formado por várias pessoas que representam segmentos que compõem a escola. Cada sujeito tem seus

pensamentos individuais sobre as decisões que precisa tomar, todavia, deve consultar as pessoas que fazem parte do seu grupo para que, juntos, possam chegar a uma decisão que contribua com toda a escola. Da mesma forma, deve acontecer com a democracia na sociedade, que precisa pensar no todo e não apenas nas partes que formam o conjunto.

Enfim, as democracias representativa e participativa apresentam características diversas, entretanto, se cruzam por algumas vezes no decorrer da história. Enquanto a primeira está voltada para a representação por meio do voto, a segunda se concretiza mediante a participação, de modo que ambas estão presentes no Conselho Escolar. Elas fazem parte do processo democrático, que é complexo e necessário para a sociedade.

### **3.3 Crise de representação e representatividade em contextos sociais e políticos**

Neste tópico, discutimos as crises que vêm acometendo a representação e a representatividade nas questões sociais e políticas. Essa discussão é fundamental para a nossa pesquisa, que, além de tratar de temas que são bem presentes no mundo, debate sobre o conselho Escolar, considerando que, quando os representados não sentem representatividade ou representação de seus representantes, há uma crise de identificação que prejudica as decisões no colegiado.

Iniciamos fazendo apontamentos sobre o surgimento da crise de representatividade no espaço político. Para tanto, baseamo-nos em SICHONANY NETO (2015), que explana o assunto de maneira clara, fazendo colocações relevantes à discussão. Segundo o autor, essa crise se inicia na democracia representativa (modelo liberal), pois o espaço político, que era fonte de solidariedade, tornou-se espaço das percepções predominantes de quem tem o poder. “Ao lado da expansão democrática global, começou-se a identificar a existência de uma crise no seio do modelo representativo, crise que está ligada a representatividade política, isto é, a distância cada vez maior entre representantes e representados” (SICHONANY NETO, 2015, p. 15).

A crise de representatividade ocorre no seio do modelo democrático contemporâneo hegemônico, a democracia representativa. Esse modelo (liberal), pensado a partir do século XVIII, fundamenta-se em dois postulados que hoje são questionados, quais sejam: a existência de uma esfera política, que servia de fonte do consenso social e de interesse geral; e a existência de atores com energia própria, que exerciam seus direitos e manifestavam seu poder mesmo antes de a sociedade os ter constituído como sujeitos autônomos. Atualmente, encontram-se apenas situações efêmeras em vez de sujeitos autônomos, que embasam alianças provisórias sustentadas por forças que se mobilizam de acordo com necessidades momentâneas. Ainda, o espaço

político, que era fonte de solidariedade, foi reduzido a percepções predominantes, que se apresentam efêmeras como os interesses que manipulam essas percepções (SICHONANY NETO, 2015, p. 17).

Conforme o autor, a crise de representatividade surge no modelo liberal, pensado a partir do século XVIII. O ponto de partida desse tipo de democracia se dá em dois momentos: na esfera política, formada pelo consenso social e pelo interesse de todos; e na existência de atores que, de acordo com Sichonany Neto (2015), têm energia própria, chamados de autônomos. Entretanto, o autor cita que hoje em dia as situações encontradas são apenas temporárias e as alianças são provisórias, buscando interesses momentâneos daqueles que têm o poder. Então, o espaço político se reduz a situações efêmeras e, assim, afastam-se da sociedade os cidadãos autônomos.

Considerando as colocações anteriores, compreendemos que a crise de representatividade pode ser ocasionada pela própria política, que mudou o foco de interesse das decisões, abandonando as opiniões dos cidadãos que formam a sociedade. As decisões que antes eram deliberadas em consenso social passam a ocorrer a partir das necessidades momentâneas de quem governa, deixando os sujeitos desmotivados a defenderem o que acreditam. O que acarreta a crise é justamente o fato de as pessoas não terem uma relação de representação ou representatividade com os governantes, por não verem nestes sujeitos que de fato defendam os seus direitos.

Para melhor compreendermos outros fatores que também vêm originando essas crises, baseamo-nos em Castells (2018), que discute muito bem a ruptura entre governantes e governados, o que torna a democracia liberal frágil, fazendo com que ela acabe em colapso. Segundo ele, “a desconfiança nas instituições, em quase todo mundo, deslegitima a representação política e, portanto, nos deixam órfãos de um abrigo que nos proteja em nome do interesse comum” (CASTELLS, 2018, p. 7-8).

O autor destaca que a ruptura é muito mais profunda e afeta o emocional e o cognitivo dos cidadãos. O colapso acontece de maneira gradual na democracia liberal. Esse tipo de democracia é chamado por ele de modelo político de representação e governança, o qual se consolidou nos últimos dois séculos contra os Estados autoritários e o arbítrio institucional.

Já faz algum tempo, seja na Espanha, nos Estados Unidos, na Europa, no Brasil, na Coreia do Sul e em múltiplos países assistimos a amplas mobilizações populares contra o atual sistema de partidos políticos e democracia parlamentar sob o lema “Não nos representam!”. Não é uma rejeição a democracia, mas a democracia liberal tal como existe em cada país em nome da “democracia real” [...]. Um termo evocador que convida a sonhar,

deliberar e agir, mas que ultrapassa os limites institucionais estabelecidos (CASTELLS, 2018, p. 8).

Nesse caso, entendemos que os sujeitos estão em busca da democracia como de fato tem que ser, ou seja, aquela em que eles têm vez e voz para decidir. No entanto, percebem que seus interesses não estão sendo valorizados e, por isso, rompem com aqueles que deveriam representá-los perante qualquer tipo de situação. De acordo com Castells (2018, p. 08), “dessa rejeição, em outros países, surgem lideranças políticas que, na prática, negam as formas partidárias existentes e alteram de forma profunda a ordem política nacional e mundial”. Os políticos, com medo da rejeição, passam a negar os seus partidos para que os cidadãos não deixem de votar neles e, dessa maneira, não percam seus cargos.

Nos conselhos escolares, esse rompimento entre representantes e representados também pode acontecer, contudo, não é comum de se ver, pois a comunidade escolar não reivindica com frequência a participação ativa de seus escolhidos para exercer a função de conselheiro. Essa falta de reivindicação pode se dar devido à ausência de informação dos representados sobre o conceito de representação e representatividade no Conselho Escolar.

De acordo com Castell, para ocorrer a legitimação política da democracia, é necessário que as pessoas tenham um vínculo com quem escolheram para serem seus representantes. Portanto, elas devem ter em mente que estão sendo representadas, porque, sem uma relação subjetiva entre eles, a legitimidade não acontece, gerando uma crise nesse processo.

Na realidade, a democracia se constrói em torno das relações de poder social que a fundaram e vai se adaptando à evolução dessas relações, mas privilegiando o poder que já está cristalizado nas instituições. Por isso não se pode afirmar que ela é representativa, a menos que os cidadãos pensem que estão sendo representados. Porque a força e a estabilidade das instituições dependem de sua vigência na mente das pessoas. Se for rompido o vínculo subjetivo entre o que os cidadãos pensam e querem e as ações daqueles a quem elegemos e pagamos, produz-se o que denominamos crise de legitimidade política; a saber, o sentimento majoritário de que os atores do sistema político não nos representam (CASTELLS, 2018, p. 12).

O que Castells (2018) quer mostrar sobre a democracia é que, para ela ser considerada representativa, as pessoas tornam-se indispensáveis nesse processo, pois são elas que vão confirmar se estão sendo representadas ou não por seus governantes. Quando se perde o vínculo subjetivo que há entre eleitores e eleito, ocorre a crise de legitimidade política, afetando a representatividade daqueles que foram escolhidos para representar.

Conforme observado anteriormente, para que a representatividade seja legitimada, não depende apenas da confiança que depositamos no momento do voto, mas também das relações subjetivas que acontecem entre eleitores e governantes. As pessoas desconhecem o “poder” que têm em mãos, pois são elas que decidem quem governa em seu lugar e também legitimam esses governantes como seus representantes. Por não saberem desse seu poder, tornam-se vulneráveis para aqueles que querem a todo custo representá-las. Elas precisam ter muita cautela para que o interesse não venha disfarçado de ajuda, para depois não se frustrarem com a escolha feita.

Em discussões recentes, Mounk (2019) destaca o desapontamento que os cidadãos vêm tendo com a política, pois se sentem fartos da democracia liberal<sup>13</sup>, repudiando os partidos e os governos que são eleitos para representá-los.

A desilusão do cidadão com a política é coisa antiga; hoje em dia, ele está cada vez mais inquieto, raivoso, até desdenhoso. Faz tempo que os sistemas partidários parecem paralisados; hoje o populismo autoritário cresce no mundo todo, da América à Europa e da Ásia à Austrália. Não é de hoje que os eleitores repudiam esse ou aquele partido, político ou governo; agora, muitos deles parecem estar fartos da democracia liberal em si (MOUNK, 2019, p. 16).

Segundo o autor, a desilusão dos cidadãos em relação à política é coisa antiga, mas atualmente eles se mostram mais incomodados com o que vem acontecendo. O fato de o populismo autoritário estar aumentando se torna preocupante, porque as pessoas precisam ficar atentas com quem vão colocar no poder, para que não elejam representantes que afirmam estar do seu lado, mas na verdade não estão. Mounk (2019, p. 53) alerta que, “embora haja um elemento genuinamente democrático no populismo, ele também é, no longo prazo, muito mais desfavorável à vontade popular do que alegam seus defensores”.

O autor também chama atenção ao apontar que “na imaginação do populista a vontade do povo não precisa ser mediada, e qualquer compromisso com as minorias é uma forma de corrupção” (MOUNK, 2019, p. 23). De acordo com Mounk (2019), esses populistas são iliberais disfarçados, pois não atendem a vontade do povo e ainda restringem os direitos da minoria, além de subordinarem as instituições independentes para favorecerem os caprichos do executivo.

Vale a pena destacar o que ele coloca sobre a inquietude do cidadão diante da política, porque é através dela que este buscará mudanças voltadas ao que não o satisfaz. Os sujeitos podem estar desiludidos politicamente há décadas, porém, expressaram essa desilusão há pouco

---

<sup>13</sup> “Liberal é alguém comprometido com valores básicos como a liberdade de expressão, a separação de poderes ou a proteção dos direitos individuais” (MOUNK, 2019, p. 43).

tempo, quando decidiram reivindicar mais, mudando de opção de partido ao perceberem que aquele que apoiavam não condizia com o que eles acreditavam e buscando dar seu voto de forma mais consciente. Sobre o populismo, não basta expressar que atende a vontade do povo, é necessário ter atitudes que comprovem isso.

Em relação ao processo eleitoral, Castells (2018) expõe que sua configuração passou a ser com debate escasso e pouca participação de militantes e eleitores, sendo dominado por *marketing* eleitoral e estratégias de comunicação. Sobre as pesquisas de intenção de voto, ele afirma que são controladas por aqueles que as encomendam, ou seja, o resultado traz benefício para quem pagou por elas.

Mesmo assim, os cidadãos votam, elegem e até se mobilizam e se entusiasmam por aqueles que depositam esperanças, mudando volta e meia quando a esperança supera o medo de mudança, que é a tática emocional básica na manutenção do poder político. Mas a recorrente frustração dessas esperanças vai erodindo a legitimidade, ao mesmo tempo que a resignação vai sendo substituída pela indignação quando surge o insuportável (CASTELLS, 2018, p. 13-14).

Os apontamentos de Castells (2018) destacam o seguinte: as pessoas não sabem de tudo o que acontece durante o processo eleitoral, mesmo assim dão os seus votos para aqueles candidatos em que elas depositam a esperança de que irão fazer algo positivo, e a esperança não supera a mudança. Ele aponta também que pode ocorrer uma frustração por parte dessas pessoas e, por essa razão, elas trocam a esperança por indignação, o que ocorre devido ao surgimento do insuportável. Em outras palavras, chega um momento em que essas pessoas não suportam mais ser enganadas, então, decidem transformar a esperança na mudança de partido.

O medo que os cidadãos têm de dar oportunidade ao novo faz com que eles continuem depositando esperança naqueles partidos que já passaram por diversas vezes no poder e que não contribuíram com melhorias necessárias para a sociedade. É interessante esse apontamento que Castells (2018) faz sobre a frustração recorrente, porque com o tempo as pessoas vão se indignar e perceber que é preciso mudar, se não nada vai acontecer. O voto pode acabar se tornando apenas uma obrigação, deixando de ser uma ferramenta fundamental para a democracia.

O que pode contribuir para a crise de representação e representatividade é o fato de os partidos políticos terem posicionamentos e pensamentos individualistas, que afetam a legitimação deles diante dos seus representados. Para alguns candidatos, a política é considerada uma maneira de obter dinheiro fácil. Essa forma de pensar interfere no seu

entendimento sobre o real significado de política, afetando suas relações subjetivas com seu eleitorado e, conseqüentemente, suas atitudes, que beneficiariam a todos.

A política se profissionaliza, e os políticos se tornam um grupo social que defende seus interesses comuns acima dos interesses daqueles que eles dizem representar: forma-se uma classe política, que, com honrosas exceções, transcende ideologias e cuida de seu oligopólio (CASTELLS, 2018, p. 13).

A afirmação se refere à política como sendo um tipo de profissão que está voltada para os interesses dos governantes, deixando de lado o objetivo de representar aqueles que os colocaram naquela posição. Esses representantes vão além do que acreditam para cuidar de seus interesses econômicos, afastando-se dos cidadãos que votaram neles. Portanto, o ato de representar não se consolida como de fato é para ser, pois as relações subjetivas entre representantes e representados não acontecem.

Essa é uma realidade que está presente nas políticas de diversos países, nos quais os governos buscam resolver seus problemas financeiros e se esquecem da população. A falta de interesse dos governantes em discutir assuntos relacionados aos seus representados acaba afetando sua credibilidade diante deles e, por isso, correm o risco de não ganhar na eleição seguinte. Na maioria das vezes, as lideranças políticas preferem arriscar seu mandato no ano da reeleição a investir nos interesses coletivos.

De acordo com Przeworski (2020), os cidadãos estão cada vez mais insatisfeitos com os partidos, os governos, os parlamentos e os políticos, o que vem enfraquecendo a própria democracia. Além disso, as pessoas com diferentes culturas, valores e orientações políticas se veem como inimigas das outras que não possuem as mesmas crenças e orientações.

A participação eleitoral está em declínio em muitos países, atingindo níveis inéditos. A confiança nos políticos, nos partidos, nos parlamentos e nos governos despenca. Até mesmo o apoio à democracia como sistema de governo está enfraquecido. As preferências populares sobre políticas públicas divergem acentuadamente. Além disso, os sintomas não são apenas políticos. A perda de confiança nas instituições inclui também a mídia, os bancos, as empresas privadas, até as igrejas. Pessoas de orientações políticas, valores e culturas diferentes veem umas às outras cada vez mais como inimigas. Estão dispostas a fazer coisas terríveis (PRZEWORSKI, 2020, p. 25).

Segundo o autor, a participação nas eleições está em declínio, visto que as pessoas não acreditam mais naqueles que compõem os governos, os partidos e os parlamentos. Outros problemas que também ocorrem são as divergências da população em relação a preferências das políticas públicas, perda da confiança nas instituições e orientações políticas diferentes.

Todos esses fatores prejudicam a participação eleitoral, distanciando cada vez mais os cidadãos da democracia.

Nessa situação, os sujeitos precisam entender que são os representantes que necessitam mudar sua postura diante das decisões e não podem deixar de acreditar na sua participação no processo eleitoral, pois é através dela que se alcançam importantes contribuições para toda a sociedade. O voto é um direito que as pessoas têm para participar da democracia. Esse desacreditar das pessoas em relação à política gera crises de representação e representatividade nas esferas sociais e políticas. Na esfera social, pode acontecer quando os sujeitos não reconhecem os outros que apresentam pensamentos e culturas diferentes da sua. Já na esfera política, cabe tudo aquilo que já mencionamos sobre a postura dos representantes políticos.

Przeworski (2020) esclarece o significado de crise, baseando-se em situações cotidianas para facilitar a compreensão.

A própria palavra “crise” vem do grego antigo, significando “decisão”. Crises são situações que não podem durar e nas quais alguma decisão precisa ser tomada. Elas emergem quando o *status quo* é insustentável e nada ainda o substituiu. É isso que queremos dizer quando falamos que “a situação atingiu um ponto crítico”: quando os médicos dizem que alguém está em crise, significa que o paciente vai se recuperar ou morrer, mas não pode continuar como está. As crises podem ser mais agudas ou menos agudas: em algumas, o ponto de não retorno pode ser iminente, mas há crises que se arrastam de maneira indefinida, com todos os seus sintomas mórbidos (PRZEWORSKI, 2020, p. 34).

Considerando que a crise está relacionada à decisão que precisa ser tomada diante de alguma situação, não há possibilidade de ficar estável. Ela emerge do estado das coisas, que se torna precário e pode gerar grandes ou pequenas consequências, dependendo do que o ocasionou. Przeworski (2020) relata que há crises em que o seu retorno é urgente, mas também têm outras que podem não ter uma definição e se arrastam por algum tempo de maneira lenta.

Quando algo está em crise, significa que é necessário tomar uma decisão para resolver o problema. No caso da crise na representação e na representatividade em contextos sociais e políticos, não é diferente. As pessoas percebem que algo com que elas não concordam está acontecendo, o que afeta as relações subjetivas e o ato de representar. Essa situação gera uma crise e elas precisam tomar algum tipo de decisão, porque do jeito que está não pode ficar. A crise que vem ocorrendo no sistema político se dá porque as pessoas não se sentem representadas por aqueles que estão no poder e, por isso, se veem na obrigação de se posicionar contra o que está sendo pregado nos discursos de representantes que foram eleitos através de seu voto. Sichonany Neto (2015, p. 8) aponta:

São vários fatores que acarretam essa crise, destacando-se a distância entre representantes e representados, uma vez que, após a eleição, as decisões são tomadas basicamente de dentro dos gabinetes, sem maiores combinações sobre o posicionamento dos cidadãos acerca do assunto a ser decidido, bem como por atos de corrupção nas administrações públicas (diretas e indiretas). Isso porque a política da forma como praticada presta-se muito mais ao atendimento de interesses daqueles que detêm o poder, tanto político quanto econômico, do que os interesses dos cidadãos.

De acordo com Sichonany Neto (2015), a crise política pode apresentar diversos fatores, mas ele destaca o distanciamento entre representantes (governantes) e representados (povo) depois das eleições. O autor expõe que as decisões são tomadas dentro dos gabinetes, o que dificulta a participação dos cidadãos, mas permite atos de corrupção, porque a política desenvolvida é voltada para o interesse daqueles que têm o poder, e não para os cidadãos.

Concordamos com o autor que o fator distanciamento entre os candidatos e a população após as eleições é um dos causadores da crise política, se não for o principal determinante. O povo está cada vez mais envolvido na política, participa das discussões, busca informações a respeito dos candidatos em que tem interesse em votar e dá opiniões sobre ações que serão desenvolvidas ou já realizadas na comunidade onde mora. Está mais atento aos seus direitos, mas ainda tem esse empecilho que desfavorece a sua participação direta nas decisões.

De acordo com Sichonany Neto (2015, p. 21), um reflexo da crise de representatividade é “a aceitação e a naturalização do discurso que remete as forças externas a incapacidade do Estado de realizar políticas públicas que atendam aos anseios da população, especialmente com relação à garantia de direitos como moradia, saúde, educação, trabalho”. Segundo o autor, os cidadãos perceberam que os políticos não demonstravam interesse nas questões sociais como vinham fazendo com os assuntos econômicos e acreditavam que isso não podia se reverter. Então, eles se desinteressaram das ações políticas, por se sentirem afastados de seus representantes.

Os efeitos da crise refletem em diversos setores sociais e prejudicam a vida da população. Além disso, fazem com que ela perca o interesse em participar da política, por acreditar que as decisões beneficiam somente os políticos. As pessoas precisam tomar cuidado para não desacreditarem que podem fazer a diferença na sociedade, porque são elas que escolhem os representantes para governar. Se não exercerem seu direito de votar, a crise pode tomar proporções ainda maiores.

Manin (1995) acredita que a crise acontece porque o governo representativo se afasta da idealização de um governo do povo e pelo povo. Esse tipo de governo tinha outros princípios

que se baseavam na democracia, mas nunca foi uma forma de autogoverno do povo como a população pensava que era. Quando as pessoas perceberam o princípio verdadeiro da democracia representativa, entraram em crise.

Boa parte da insistência na ideia de que existe uma crise de representação se deve à percepção de que o governo representativo vem se afastando da fórmula do governo do povo pelo povo. A situação corrente, no entanto, toma outros contornos quando se compreende que a representação nunca foi uma forma indireta ou mediada de autogoverno do povo. O governo representativo não foi concebido como um tipo particular de democracia, mas como um sistema político original baseado em princípios distintos daqueles que organizam a democracia. Além disso, no momento em que os partidos de massa e as plataformas políticas passaram a desempenhar um papel essencial na representação, se consolidou a crença de que o governo representativo caminhava em direção à democracia. [...] Quando se reconhece a existência de uma diferença fundamental entre governo representativo e autogoverno do povo, o fenômeno atual deixa de ser visto como sinalizador de uma crise de representação e passa a ser interpretado como um deslocamento e um rearranjo da mesma combinação de elementos que sempre esteve presente desde o final do século XVIII (MANIN, 1995, p. 18).

O povo percebeu que o governo não estava relacionado diretamente à sua representação no parlamento, fazendo com que ele não se sentisse representado. A democracia representativa não tinha como objetivo o autogoverno do povo, pois se baseava na própria democracia. Manin (1995) afirma que, quando se percebe a diferença entre o governo representativo e o autogoverno do povo, o indicativo da crise deixa de ser a decepção das pessoas com o governo e passa a ser a interpretação dos princípios do governo representativo, que sofreram deslocamentos e rearranjos dos elementos que compõe. Os princípios desse governo são: os representantes são eleitos pelos governados; os representantes conservam uma independência parcial diante das preferências dos eleitores; a opinião pública sobre assuntos políticos pode se manifestar independentemente do controle do governo; e as decisões políticas são tomadas após o debate. O governo, insatisfeito com esses fatores que beneficiavam o povo, gerou a crise de representação.

Nessa situação, a crise de representação aconteceu porque o governo não aceitava que seus princípios favorecessem somente os representados, e não ele que tinha o poder. Ao escolherem os seus representantes, os eleitores correm o risco de se frustrar, por isso, eles precisam ter cuidado quando forem optar por algum partido, porque, às vezes, aqueles que se propõem a lutar em prol dos benefícios de seus representados acabam defendendo os seus próprios interesses.

Pesquisas realizadas por Costa (2011, p. 2) apontam: “outro aspecto relevante dessa crise de representatividade é expressa nos altos índices de abstenção eleitoral nas democracias ocidentais. Tanto na Europa como nos Estados Unidos – no qual historicamente pelo menos metade da população se abstém das votações”. Segundo o autor, os eleitores se abstém do voto por causa da falta de representação na política, o que ocorre em países onde votar não é obrigatório.

Essa tendência, aliás, antecede os anos 1990: no período de 1970 a 1990, a abstenção aumentou em todas as democracias industrializadas, com exceção da Grécia, onde o voto é obrigatório, Espanha e Portugal, países que passaram por muitos anos de ditadura (Franco e Salazar, respectivamente) e que, logo após os processos de democratização, foram os únicos a diminuir as taxas de abstenção. A partir dos anos 1990, os índices de abstenção, a exemplo da maioria dos países europeus, só tem crescido (COSTA, 2011, p. 4).

A abstenção do voto não é algo recente, porque já acontece desde os anos 1970 a 1990, mas somente aumenta. Nos países em que a ditadura comandava o poder, as taxas diminuíram com a democratização. Esse cenário mostra o quanto as pessoas não suportavam mais viver recebendo ordens, viram na democracia a oportunidade de mudar a situação em que se encontravam e, assim, fizeram.

Concordamos com o autor quando cita que os altos índices de abstenção são aspectos da crise de representatividade. O povo deixa de votar porque não se sente representado por certos candidatos. Porém, a partir do momento em que alguém se abstém de seu voto, significa que ele não se importa com a sociedade em que vive. Nessas situações, se a população se encontra insatisfeita com os representantes que assumiram o poder, precisa votar e tirá-los de lá, colocando em seu lugar quem realmente merece exercer a função. É fundamental a participação dos cidadãos nesse processo, pois a escolha dos representantes é responsabilidade de todos.

No Brasil, o sufrágio é universal, igualitário e direto, o que implica dizer que todos os cidadãos poderiam exercer tal direito sem diferença de raça, sexo, crença ou poderio econômico, ou seja, o voto teria o mesmo valor para todos. Além desses “valores” atribuídos ao voto, este seria dirigido diretamente aos representantes escolhidos pelo povo (FIGUEIREDO, 2016, p. 23).

Isso implica afirmar que, independentemente da cultura, da etnia, do gênero e do poder aquisitivo que o indivíduo tem, seu direito de escolha é igual ao de todos os outros. Abster-se desse direito o torna um cidadão sem compromisso com a sociedade, tirando a responsabilidade

de si para depositar nos outros. É preciso ter consciência da importância que tem o voto na gestão de um país, pois é a partir dele que são escolhidos os representantes que vão governar durante anos a nação.

Nos estudos de Figueiredo (2016), ele explicita que o cenário político do qual o Brasil faz parte não se configura em uma crise política, associando a palavra crise a representatividade. Porém, o que acontece é a falta de legitimidade dos representados com seus representantes. “A ausência da dita ‘crise’ está justamente no efetivo exercício dessa legitimidade, onde, em razão de uma obediência a um estatuto legal, tem-se a manutenção de um sistema legalmente idealizado” (FIGUEIREDO, 2016, p. 82).

Diante da colocação do autor, compreendemos que a idealização que as pessoas criam dos sistemas é o que afeta a representatividade política, pois, ao perceberem que esse ideal político não existe, elas acabam se frustrando e ocasionando uma crise de legitimação, na medida em que não reconhecem o sistema como sendo seu representante. As pessoas precisam parar de idealizar a política, já que não existe uma forma de governar perfeita, considerando que quem compõe o cenário político são pessoas que também cometem erros. Então, o que precisamos entender é que as escolhas são feitas a partir dos posicionamentos políticos com os quais nos identificamos naquele momento de campanha. Se formos decidir apenas quando encontrarmos políticos ideais, essa decisão nunca vai acontecer. Sobre a legitimação, a população a concretiza ou não após os candidatos assumirem suas funções, pois ela precisa confirmar se sua decisão foi correta ou não.

Figueiredo (2016) critica a democracia representativa, ao concebê-la como sendo uma forma de aqueles que têm o poder nas mãos se privilegiarem com a posição que ocupam. Enquanto os representados “acreditam” que estão conduzindo a sociedade em busca dos interesses coletivos, na verdade, estão sendo usados para outros fins. Ele chama esse tipo de democracia de biopoder, porque, além de fazer com que a população pense que suas vontades vão ser privilegiadas, os detentores do poder tiram proveitos pessoais das posições que ocupam.

[...] tem-se o sistema democrático-representativo como um instrumento de controle social através do exercício do biopoder, isto é, fazer com que a população acredite que está conduzindo o rumo da sociedade ao suprimir vontades individuais para que a coletividade seja beneficiada, quando, na verdade, o que ocorre é a instituição e manutenção de um sistema político que apenas beneficia aqueles que usufruem as posições privilegiadas para extrair proveitos pessoais (FIGUEIREDO, 2016, p. 88).

Pensar que o sistema democrático-representativo é usado como controle social que privilegia somente os representantes é desacreditar totalmente na política. É certo que eles têm acesso fácil aos “benefícios”, porém, não podemos generalizar, pois nem todos são corruptos. Precisamos acreditar nisso, porque, caso contrário, teremos dificuldade de escolher alguém para nos representar em uma democracia que precisa de representação. Tendo em vista que vivemos em um país onde é necessário eleger representantes, devemos ter clareza na hora de decidir.

Em seus estudos sobre as crises da democracia, Przeworski (2020) faz apontamentos muito pertinentes para a nossa discussão. Em um desses levantamentos, ele afirma que a democracia está em crise porque os representados trocam seus votos por favores e dinheiro. Além do mais, há a falta de legitimidade do governo, a repressão daqueles que estão no poder e a não aceitação dos resultados da interação institucional de interesse.

A democracia está em crise quando punhos cerrados, pedras ou balas substituem votos. Ou os ocupantes tornam impossível para a oposição tirá-los dos cargos e esta não tem outra opção a não ser a resistência, ou então não reconhece a legitimidade do governo e este se defende mediante a repressão, ou grupos políticos antagônicos não aceitam os resultados da interação institucional de interesses e partem para o confronto direto, quase sempre violento. Quando essas situações se prolongam por muito tempo, a ordem pública entra em colapso, a vida cotidiana fica paralisada e a violência tende a crescer. Essas crises tornam-se mortais quando a concepção das instituições democráticas gera impasses institucionais [...] (PRZEWORSKI, 2020, p. 37).

Conforme Przeworski (2020), a democracia está em crise quando a população teme a punição dos representantes, a ocupação indevida dos cargos, a não legitimação política e a não aceitação da interação institucional. Esses são fatores que fazem com que a vida cotidiana entre em colapso, gerando crescimento da violência. Quando a compreensão das instituições democráticas gera empecilhos institucionais, as crises se tornam mortais.

No momento em que o voto consciente é trocado por benefícios ou o medo da repressão impede de exercê-lo, necessita-se de uma reflexão urgente sobre o que estamos fazendo com a nossa democracia, pois o sentido de representatividade e representação se perdeu em algum momento e precisamos resgatá-lo. O primeiro passo consiste em descobrir por onde começar: se é na conscientização dos cidadãos sobre o poder do voto, no acesso a informações sobre os candidatos a representantes ou na legitimação da política, para que, assim, possamos reverter essa crise em que a nossa democracia se encontra e que afeta toda a sociedade.

Em seus estudos, Viana (2020) faz colocações relevantes a respeito do poder do voto na vida dos cidadãos. Enquanto para os antigos o voto tinha valor negativo, para os modernos era um fator positivo. Os primeiros queriam tomar as decisões, por isso viam no voto algo que os

afastava dos processos decisórios, mas os segundos, que desejavam escolher os representantes, faziam com que eles se sentissem os donos do poder.

[...] O advento do voto é o que evidencia a diferença crucial entre os antigos e os modernos, posto que, para estes, importa tomar as decisões, e para aqueles, considera-se a escolha de alguém para tomar a decisão ou a transferência da função decisória através da delegação para outrem. No campo valorativo, a referência de democracia, para os antigos, era verificada como o “poder do povo” ou dos cidadãos que detinham a capacidade de voto, entretanto, visto de uma forma negativa. Enquanto para os modernos, observa-se como um fator positivo, a determinar o povo como mandatário e dono do poder, responsável pelas decisões, por meio dos representantes (VIANA, 2020, p. 42-43).

Conforme Viana (2020), o voto pode apresentar dois lados, a saber: negativo ou positivo, o que depende do posicionamento das pessoas. Para o autor, “a eleição vai além do seu papel designatório, para se transformar num mecanismo no qual a sociedade aquiesce determinada política de governo e entrega uma autorização aos representantes para atuar em seu nome [...]” (VIANA, 2020, p. 43). Em consequência dessa escolha, o povo legitima as práticas de seus eleitos. Além do mais, a atuação da população está relacionada diretamente ao processo de formação do governo e também ao processo político.

As afirmações de Viana (2020) sobre o voto reforçam ainda mais o nosso posicionamento anterior, quando mencionamos o seu poder na democracia, pois é através dele que o governo é constituído, assim como a política. Vivemos numa sociedade em que a democracia é representativa e o nosso acesso a ela acontece pelo voto. Por esse motivo, precisamos estar atentos à crise que vem assolando os países, para que não percamos o nosso único meio de participação, pois a crise de representatividade e representação pode desestimular o cidadão na escolha de seus representantes.

Segundo Krsulovic (2018), a crise de representação surge devido ao afastamento dos representados dos partidos políticos e dos candidatos. Esse afastamento gerou manifestações sociais que ocorreram em junho de 2013 no Brasil, nas quais as pessoas usavam a expressão “não me representa”.

A atual percepção de crise no modelo de representação traduz como principais indicativos de declínio o afastamento dos eleitores em relação a partidos e candidatos que possuem trajetória política (“políticos de carreira” ou “políticos tradicionais”), cujo manifesto, no Brasil, cunhou o termo “não me representa”, para justamente identificar esta percepção de distanciamento dos representados em relação aos representantes (KRSULOVIC, 2018, p. 21).

As pessoas, não se sentindo representadas por partidos políticos e candidatos a representantes, resolvem revelar através das manifestações sua indignação com a representação que vem acontecendo. Isso mostra o quanto elas já estão cansadas de serem enganadas por promessas que não serão cumpridas. Algumas despertam para a mudança, buscando novos meios de interação e participação. Entretanto, ainda há aquelas que votam no candidato por causa do partido, mas sequer buscam informações sobre ele.

Conforme Viana (2020, p. 49-50), “as constantes crises políticas vivenciadas após a implementação dos sistemas democráticos, em que a representação política se disseminou, não podem ser consideradas um acontecimento atípico, pois sempre fizeram parte do cotidiano político das nações”. Ou seja, isso não é um fato novo, e, sim, algo que já vem ocorrendo há décadas. Portanto, as crises de representação e representatividade, de caráter político ou social, fazem parte do cenário mundial há bastante tempo.

Enfim, as crises existentes em contexto político e social perpassam diversos fatores, desde a não identificação entre representantes e representados, o distanciamento dos eleitores dos candidatos depois que estes assumem os cargos, as espertezas de quem tem o poder sob seus subordinados, a preocupação em tomar decisões que beneficiem apenas quem governa, até a falta de legitimação política. Não é de hoje que tudo isso acontece, porém, percebemos que as pessoas estão mais atentas em buscar mudanças e reivindicar posicionamentos que elas não aceitam. As crises estão presentes na sociedade, mas não podemos deixar de acreditar que nós (como população) temos nosso dever, que é votar e tentar reverter qualquer tipo de situação. No Conselho Escolar, esses fatores também podem ser determinantes para gerar crises entre os conselheiros e seus pares. É importante que no colegiado as relações sejam baseadas no diálogo, pois, antes de qualquer decisão, todos precisam dar sua opinião sobre o que é melhor ser decidido.

### **3.4 Representação e participação no Conselho Escolar: o papel dos pais**

As discussões sobre Conselho Escolar estão diretamente relacionadas a representação e participação, mencionadas por diversas vezes nas seções anteriores, por isso, é necessário discuti-las nesta seção. Por que falar sobre o papel dos pais? Porque os pais são os sujeitos investigados neste trabalho. Entendemos ser imprescindível compreender o papel deles na representação e na participação no Conselho Escolar.

O que entendemos por representação é o ato ou efeito de representar, tomando como referência o dicionário Aurélio (2001), utilizado na seção anterior, para melhor compreensão

dessa palavra. Esse ato de representar, em grande ou pequeno grupo, legitima-se a partir dos sujeitos que o compõem. No Conselho Escolar, a representação é importante para que todos que fazem parte da escola possam participar, mesmo que seja indiretamente, através de seus representantes.

De acordo com Dublante (2016), a representação no Conselho Escolar não pode se restringir apenas ao processo eleitoral, quando os representados escolhem seus representantes. Ele também traz a cultura participativa como colaboração para a construção de um debate que direcione a escola no cumprimento de sua função de democratizar o saber e formar o cidadão.

O processo de representação dos segmentos não pode ficar restrito apenas aos momentos de escolhas dos representantes, realizados a cada dois anos. Esse é o primeiro passo para que as escolas consigam construir uma cultura participativa, na qual todo e qualquer tipo de problematização colabore com a construção de um amplo debate que consiga direcionar a escola para o cumprimento da sua função de democratizar o saber e colaborar com a formação de cidadãos [...] (DUBLANTE, 2016, p. 185).

Concordamos com as afirmações do autor, pois a representação no Conselho Escolar está para além das escolhas. O processo eleitoral antecede o início da representação, porque é a partir dele que os representantes são selecionados, mas é preciso entender que para sua efetivação a escola necessita construir uma cultura participativa que colabore para a formação de cidadãos, visto que são eles que vão decidir dentro do colegiado. Nesse caso, há uma relação entre a representação e a participação, já que, para a primeira se efetivar, torna-se necessário que a segunda também aconteça.

Para Dublante (2016, p. 185), “a participação permanente dos representantes só é possível com a garantia que todos reconheçam a importância da representação para o funcionamento do Conselho Escolar e qual o papel do mesmo na escola”. Ele mostra que, para ter participação e representação no Conselho Escolar, é preciso que as pessoas compreendam a importância da representação e também o papel desse órgão. Essa colocação do autor é bem pertinente, pois, na maioria das vezes, as pessoas não se interessam em participar das eleições para conselheiro justamente por não saberem de fato a função do órgão de que vão fazer parte, havendo, ainda, algumas que não sabem nem que ele existe. Isso é preocupante! Por que um órgão tão importante para a escola, o qual possibilita a participação de todos que a compõem, além de trazer benefícios, não é divulgado para a comunidade escolar? Porém, deixamos claro que isso acontece apenas em algumas escolas. Não vamos generalizar!

Paro (2001) apresenta alguns fatores que afetam a participação, nas reuniões do Conselho Escolar, dos vários setores da escola, da comunidade e dos usuários (nesse caso, os alunos). Segundo ele, existem dois aspectos que merecem ser registrados: “trata-se, por um lado, da situação de vulnerabilidade que envolve a participação dos usuários no conselho, e por outro, da necessidade do oferecimento de condições mínimas de participação e de exercício da representação por parte dos pais” (PARO, 2001, p. 85). Nesse sentido, entende-se que os mais prejudicados são os alunos e os pais.

A vulnerabilidade envolve os alunos, que temem ser perseguidos ou punidos por seus professores, bem como os pais, pela preocupação que estes têm de que seus filhos sofram represálias por uma sua participação mais contundente no conselho, que fira interesses de professores. Essa circunstância, ao que parece, tem sido sistematicamente ignorada pelo pessoal escolar em seu tratamento com os pais e mães, supondo uma igualdade de condições que absolutamente não existe. A consciência desse fato deveria levar a que, especialmente diretores e professores, mas também funcionários e todos que participam do conselho, procurassem meios de deixar alunos e pais o mais à vontade possível para fazerem suas críticas e apresentarem seus pontos de vista sem receio de medidas que prejudiquem aqueles que lhes são caros (PARO, 2001, p. 85).

Para o autor, há necessidade do oferecimento de boas condições de participação para atrair os pais, pois existem outros fatores que impedem que eles se interessem em participar, sendo eles: falta de tempo, por terem jornadas duras de trabalho; falta de locais e horários para que os representantes se reúnam com seus representados e, assim, possam discutir os problemas tratados nas reuniões; dificuldade para falar em público, ocasionada pela timidez; e ausência de confiabilidade na sua participação, pois eles não acreditam que trarão pontos positivos para a escola.

Entretanto, em algumas escolas, quando se tem oportunidade de reunir os pais para passar informações relevantes e até mesmo falar do Conselho Escolar, elas utilizam esse momento para criticar os alunos. Essa situação acaba afastando os pais da escola e também afeta a participação deles no Conselho, por acreditarem que os assuntos discutidos são relacionados aos seus filhos.

Diante de todos esses fatores, além da óbvia necessidade de procurar formas de neutralizá-los ou pelo menos mitigar sua influência diminuindo seus efeitos, é preciso estar alerta para as necessidades de se apresentarem bons motivos para que os pais se disponham a enfrentar as dificuldades e se envolver como representantes no conselho de escola. Em outras palavras, trata-se de convencer os pais de que as recompensas advindas de seu esforço

compensam os custos de sua participação. E para isso é preciso levar em conta a peculiaridade da participação dos pais na escola (PARO, 2001, p. 86).

Sabemos da importância do papel dos pais na vida de seus filhos, pois é através daqueles que estes recebem formação inicial. Por essa razão, é fundamental que a escola estimule a sua participação no Conselho Escolar, porque eles têm muito a contribuir com a instituição. Além do mais, têm acesso direto aos filhos, podendo, assim, influenciar na sua vida escolar.

De acordo com Paixão (2014), a participação no Conselho Escolar somente é possível por causa da representação. Mesmo com as dificuldades enfrentadas pela democracia representativa, é através dela que a comunidade é representada.

A atual forma utilizada para que todos participem é através da representação. Mas a democracia representativa ainda demonstra dificuldades de exercer seu papel. Os representantes nem sempre atuam de forma a fazer valer aquilo que seus representados desejam ou, até mesmo, não veem como fazê-lo por terem suas atuações cerceadas. E é dessa forma que muitas vezes a comunidade tem sido representada no interior da escola (PAIXÃO, 2014, p. 15).

Diante do que foi colocado por Paixão (2014), percebemos o quanto a participação e a representação estão interligadas, o que pode ser algo positivo ou negativo, visto que os representados “acreditam” que a representação está acontecendo. Porém, na prática, ela não se efetiva ou porque os representantes não atuam como desejam seus representados, ou porque não sabem como fazer. Então, é preciso que os sujeitos estejam sempre atentos perante as situações em que são representados, para que possam cobrar participação e até mesmo posicionamentos daqueles que foram escolhidos por eles. Não estamos querendo culpar as pessoas que elegem os representantes por elas não cobrarem mais informações deles, mas, sim, deixar evidente que é direito delas serem informadas do que acontece.

Na pesquisa realizada por Lüchmann (2007) acerca da representação no interior das experiências de participação, ela discute sobre a representação nos conselhos gestores e nos orçamentos participativos. Inicialmente, expõe o modelo eleitoral, mostrando que é fácil identificar quem é o representante (eleitor). Porém, nos conselhos gestores, a representação é diferente, porque o representante pode ser tanto um segmento quanto a própria entidade. Ela define a representação como sendo:

[...] por entidades, ou organizações da sociedade civil, está difusamente ancorada na legitimidade destas organizações em promover, de diferentes formas, a defesa das variadas “causas” sociais e de demandas e interesses de grupos e setores sociais historicamente excluídos dos processos de decisão

política. Poder-se-ia dizer, portanto, que a representação nos conselhos apresenta maior grau de independência, na medida em que está relacionada com a formulação de políticas públicas e, portanto, pautada na perspectiva de representação de interesses gerais (LÜCHMANN, 2007, p. 154-155).

A autora relaciona a participação política à representação das organizações na sociedade civil. De acordo com ela, a população defende suas causas sociais e os interesses dos grupos excluídos dos processos de decisão política, ou seja, a representação abre possibilidades para essas entidades e organizações participarem das decisões. Durante sua pesquisa, deixa claro que há relação entre representação e participação, “tendo em vista a inevitabilidade da representação (na participação), a efetividade destes princípios de controle social vai ocorrer por meio de diferentes práticas de participação e representação (p&r), cujas características, no tocante à representação [...]” (LÜCHMANN, 2007, p. 144).

A representação abre possibilidades de participação, o que é muito comum, principalmente, quando se faz parte de uma sociedade que nem todos podem participar, por isso, é importante ter um representante que fale pelo grupo. Essa representação acontece no conselho escolar, posto que cada segmento da instituição tem seu representante, que participa das reuniões e decide por seus representados. Portanto, ambas estão interligadas, mesmo que essa interligação não seja perceptível.

Ao tratar desses tipos de práticas (de representação e participação) no espaço político, Lüchmann (2007) faz referência às democracias representativa e participativa, discutidas anteriormente neste trabalho. Ela também apresenta os diferentes níveis de participação:

[...] que vai da esfera local e regional, caracterizada pela participação direta (em associações de bairro, conselhos populares, clubes de mães, assembleias regionais) que se articula com a representação dos delegados nos fóruns regionais e, finalmente, com os conselheiros do Conselho do Orçamento Participativo, responsáveis pela discussão do orçamento confrontando o conjunto das demandas regionais. À articulação entre a participação direta e a representação segue-se uma articulação entre os diversos fóruns, fundamentalmente pelo procedimento de regionalização. Assim, o processo desenvolve-se de forma piramidal, conjugando a representação delegada (delegados e conselheiros com mandato revogável) às assembleias locais e regionais (LÜCHMANN, 2007, p. 156-157).

O que autora aponta é que a participação direta acontece de forma articulada com a representação, seja na esfera local, como ela mesma menciona, que são as associações, os conselhos populares e os clubes, seja na esfera regional, que acontece no conselho de orçamento

participativo. Essa articulação somente é possível devido aos fóruns que representam cada região, permitindo a participação de todas elas nas discussões.

Podemos afirmar que a participação inclui desde uma simples atuação numa situação cotidiana até algo mais complexo, que envolve decisões que interferem na vida das pessoas que fazem parte de determinado grupo, influenciando nos mais diversos aspectos. A participação dos conselheiros nos Conselhos Escolares é fundamental para que estes tomem importantes decisões que irão beneficiar toda a instituição, principalmente, os educandos, os quais estão inseridos diretamente na escola.

Em seus escritos, Bordenave (1994) menciona dois tipos de participação: o primeiro, que se inicia no ambiente familiar, e o segundo, quando o homem forma novos grupos fora do seio da família.

Desde o começo da humanidade, os homens tiveram uma participação de fato, quer no seio da família e do clã, quer nas tarefas de subsistência (caça, pesca, agricultura), ou no culto religioso, na recreação e na defesa contra inimigos. O primeiro tipo de participação é, então, a participação de fato. Um segundo tipo seria a participação espontânea, aquela que leva os homens a formarem grupos de vizinhos, de amigos, “panelinhas” e “gangs”, isto é, grupos fluidos, sem organização estável ou propósitos claros e definidos a não ser os de satisfazer necessidades psicológicas de pertencer, expressar, receber e dar afeto; obter reconhecimento e prestígio (BORDENAVE, 1994, p. 27).

No primeiro tipo, a participação acontece desde o nascimento, porque, ao nascer, o bebê já faz parte daquele grupo familiar, mesmo que ainda não tenha uma contribuição direta. Porém, com o passar do tempo, ele vai crescer e se envolver nas questões relacionadas à sua família. Já no segundo tipo, as pessoas vão se aproximando das outras com quem têm mais afinidade e, assim, formando os grupos de amigos e também de vizinhos, isto é, as “panelinhas. A participação nesses grupos acontece de maneira seletiva, diferentemente do primeiro, que não tem opção de escolha. Esses tipos de participação estão presentes na vida de todas as pessoas, pois o homem é um ser social que está inserido tanto na família quanto na sociedade em geral.

Desse modo, podemos assegurar que participar é estar em um grupo em que o indivíduo possa ajudar de alguma maneira. “De fato, a palavra participação vem da palavra parte. Participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte” (BORDENAVE, 1994, p. 22). A participação na família acontece naturalmente, pois, à medida que vamos crescendo, o envolvimento nos assuntos familiares é maior. Já a participação em grupos de amigos ou de vizinhos ocorre de acordo com a identificação que criamos com as pessoas que os compõem.

A representação tem uma relação bem forte com o lado político, pois são apresentados em vários trabalhos como elementos que, por diversas vezes, se complementam. Urbinati (2005, p. 193, grifo do autor), em um de seus textos, aponta que “a representação ativa um tipo de unificação política que não pode *nem* ser definida nos termos de um acordo contratual entre eleitores e eleitos, *nem* decomposta em um sistema de competição que aponte aqueles que deverão pronunciar o interesse geral de todos”.

A autora mostra que a representação não consiste em um contrato entre representante e representado, como também não se constitui em uma competição para ver quem vai representar o interesse de todos. Entretanto, é uma unificação de ideias, pensamentos e opiniões que necessita de alguém para compartilhar tudo isso, porque não é possível a participação de todos que compõem um grupo, uma associação ou uma comunidade.

No Conselho Escolar, é basicamente isso que acontece. Quando o representante é escolhido, ele não está ali porque foi contratado, mas pelo seu comprometimento com as pessoas que o elegeram. Além disso, representar não é uma competição para ver quem representa mais ou melhor, mas, sim, dar vez e voz aos que o elegeram. Portanto, essas informações expostas pela autora sobre representação política também se fazem presentes nesse colegiado. Ela reforça nossa colocação ao afirmar que

[...] o mandato que amarra o (a) representante à sua consistência é essencialmente voluntário; não é legalmente vinculativo. A representação consiste em uma práxis política que não é meramente a realização arbitrária de escolhas, nem meramente o resultado da barganha entre ambições privadas, separadas (URBINATI, 2005, p. 216).

Nessa afirmação, a pesquisadora expõe que o mandato do representante é voluntário, portanto, se a pessoa assume esse compromisso, é fundamental que ela saiba disso, para que depois não deixe de exercer seu papel porque não está recebendo remuneração. No caso dos Conselhos Escolares, é importante que a escola sempre repasse esse tipo de informação antes de qualquer pretensão à vaga de conselheiro, pois há pessoas que pensam que vão receber por isso. Então, assumem essa responsabilidade e quando descobrem que é voluntária acabam se desestimulando, o que afeta toda a escola<sup>14</sup>.

Na pesquisa realizada por Pitkin (2006), ela discute o conceito de representação como sendo uma palavra, ideias e também instituições. Ao se referir à representação relacionada às instituições, aborda as relações administrativas que aconteciam no Parlamento. Inicialmente,

---

<sup>14</sup> Em nossas análises das entrevistas, a não remuneração no Conselho Escolar é discutida, pois foi mencionada em uma das falas das entrevistadas.

de acordo com a autora, os cavaleiros e os burgueses iam às comunidades no intuito de arrecadar os impostos. “Um pouco mais tarde, eles começaram a ser usados pelas comunidades como um meio de apresentar queixas ao Rei, e houve tentativas de insistir na solução dessas queixas antes de dar consentimento a impostos” (PITKIN, 2006, p. 22). Eles passaram a ser representantes das comunidades em assuntos relacionados ao Rei. A pesquisadora aponta que “essa ideia ainda é compatível com a visão segundo a qual cada membro fala por seu distrito particular; o grupo, assim, erige-se no equivalente de toda a nação” (PITKIN, 2006, p. 23). A partir dessas definições, a autora chega à conclusão de que falar de representação é algo bem complexo.

O conceito de representação é um caso instrutivo porque seu significado é altamente complexo e, desde muito cedo na história dessa família de palavras, tem sido altamente abstrato. [...] A representação é, em grande medida, um fenômeno cultural e político, um fenômeno humano. Desse modo, o “mapa semântico” das palavras inglesas da família “represent-” não corresponde bem ao “mapa semântico” de termos cognatos até mesmo em outros idiomas muito próximos ao inglês. Por exemplo, a língua alemã tem três palavras – *vertreten*, *darstellene*, *repräsentieren* – que geralmente são traduzidas pela palavra inglesa “represent”. *Darstellen* significa “retratar” ou “colocar algo no lugar de”; *vertreten* significa “atuar como um agente para alguém”. O significado de *repräsentieren* é próximo ao de *vertreten*, mas é mais formal e possui conotações mais elevadas (teóricos alemães da política, às vezes, argumentam que meros interesses privados egoístas podem ser *vertreten*, mas o bem comum ou o bem do Estado devem ser *repräsentiert*) (PITKIN, 2006, p. 16-17, grifos da autora).

De acordo com Pitkin (2006), representação também é uma palavra complexa, que perpassa os fenômenos culturais, políticos e humanos. Na língua inglesa, “*represent*” tem significado diferente de outros idiomas, enquanto os alemães utilizam diferentes conotações, dependendo dos interesses de quem vai fazer uso delas. Para a autora, “a história da representação legal, artística, política e de outros tipos de representação entre povos que falam alemão também difere, é claro, da história correspondente entre povos que falam inglês [...]” (PITKIN, 2006, p. 17).

As afirmações da autora são bem interessantes, pois nos fazem refletir sobre as leituras e os fichamentos realizados no decorrer do trabalho a respeito da representação. Por várias vezes, percebemos o quanto é difícil conceituá-la, imagine pôr em prática. Então, podemos considerar isso como um dos fatores que contribuem para que as pessoas sintam dificuldades em representar, porque, na maioria das vezes, nem elas sabem o significado. Outro ponto que vale a pena destacar, de acordo com Pitkin (2006), é que esse termo tem sentido primário na representação política. Durante os nossos estudos, deparamo-nos com diversas discussões que

nos confirmam essa afirmação, assim como a de Urbinati (2005), que mencionamos anteriormente.

De acordo com Young (2006, p. 144), “a representação é necessária porque a rede da vida social moderna frequentemente vincula a ação de pessoas e instituições num determinado local a processos que se dão em muitos outros locais e instituições”. Ela defende que as pessoas precisam estar presentes nos órgãos deliberativos que influenciam de alguma maneira suas vidas, porém, eles são muito numerosos e dispersos, o que acaba impedindo a presença delas em todos. Portanto, é importante ter um representante para participar desses momentos, mesmo que suas perspectivas sejam desapontadas, pelo fato de ele não pensar como as pessoas que o colocaram naquela posição. Em termos gerais, ela aponta:

[...] Muitos dos discursos sobre a representação assumem implicitamente que a pessoa que representa se põe numa relação de substituição ou identidade com os muitos representados, que ele ou ela está presente por eles em sua ausência. Contrariamente a essa imagem da representação como substituição ou identificação, conceitualizo a representação como um *relacionamento diferenciado* entre atores políticos engajados num processo que se estende no espaço e no tempo. Considerar a temporalidade e a espacialidade mediada do processo de representação descentraliza o conceito, revelando tanto oportunidades quanto riscos políticos (YOUNG, 2006, p. 142, grifo da autora).

Na colocação anterior, Young (2006) afirma que existem muitos discursos que definem a representação como uma relação de substituição e identidade entre representante e representados. Porém, ela discorda desse pensamento, pois na sua conceitualização a representação é um relacionamento diferenciado, visto que

[...] uma só pessoa representa as experiências e opiniões de muitas outras. Uma vez que o eleitorado é internamente diferenciado, o representante não se põe por ou se reporta a uma opinião ou interesse compartilhado por todos os eleitores que ele deva expressar e defender (YOUNG, 2006, p. 149).

Concordamos com a autora, quando afirma que consiste em um relacionamento diferenciado, bem como acrescentamos ainda o respeito como base para que essa relação dê certo, pois não devemos pensar que existe subordinador e subordinado, mas, sim, pessoas que estão em busca dos mesmos direitos. A divergência de opiniões não é algo impossível de acontecer, sendo um risco necessário a se correr. Contudo, discordamos em relação ao seu posicionamento contrário de não considerar como substituição ou identificação, porque acreditamos que o eleito substitui, sim, seus eleitores/representados nas decisões durante as

reuniões. Sobre identificação, sabemos que no Conselho Escolar os representados escolhem a pessoa que vai decidir em seu nome por se identificarem com ela. Desse modo, podemos considerar que representação, substituição e identificação são relacionamentos diferenciados.

Outro ponto interessante apresentado por Young (2006) é sobre a autorização para representar, pois, “para alguns autores, o que constitui um representante é o fato de que ele é *autorizado* a agir por um conjunto de instituições oficiais que também circunscrevem o grupo representado” (YOUNG, 2006, p. 150, grifo da autora). Se pensarmos bem, isso de fato ocorre, pois, quando o cidadão escolhe alguém para representá-lo, está “autorizando” essa pessoa a opinar por ele.

Além da autorização, a prestação de contas, ou melhor, o repasse de tudo o que foi decidido em reuniões, discussões e encontros entre os grupos, também é importante para a representação. “Outros autores enfocam a demanda de que um legítimo representante deve ser *responsável* ou prestar contas perante aqueles que representam, pois, caso contrário, o agente que alega estar representando estará simplesmente agindo por si mesmo” (YOUNG, 2006, p. 150, grifo da autora).

No Conselho Escolar não podia ser diferente, pois tanto a autorização quanto o repasse de informações são fundamentais para a representação dos conselheiros. Em primeiro lugar, o consentimento que o representado dá ao seu escolhido permite que este se sinta na responsabilidade de assumir o papel que lhe foi atribuído. Em segundo, a partir do momento em que a permissão é dada, o eleitor quer se apropriar do que foi discutido, não havendo nada mais justo do que ele ser informado por seu representante. “Uma pessoa que representa outras de forma oficialmente institucionalizada precisa estar autorizada a falar por elas e, talvez, a uni-las. Eleições são o meio mais comum e mais óbvio de autorizar representações” [...] (YOUNG, 2006, p. 152). No capítulo seguinte, discutimos sobre as eleições no Conselho Escolar na cidade de Mossoró, por isso, não vamos enfatizar essa discussão neste momento.

O Conselho Escolar permite diversas representações em sua composição, devido à sua formação integrar vários setores da escola. É importante destacar a representação da comunidade escolar, que é composta por um número muito alto de pessoas, mais do que os outros segmentos, se levarmos em consideração o quantitativo, de modo que se não tivesse um representante no colegiado seria impossível a participação de todas elas. Nesse contexto, Brasil (2004) argumenta que o Conselho Escolar é um canal que dá informações aos dirigentes da escola sobre o que a comunidade deseja para a instituição.

[...] segundo os documentos, na medida em que os membros dos Conselhos deliberam e “aconselham” os dirigentes sobre as ações necessárias e os meios a utilizar para alcançar os fins da escola, entende-se que o Conselho Escolar consiste em um canal para informar aos dirigentes, o que a comunidade deseja que seja feito no espaço escolar. Considerando-se que o Conselho fala em nome da sociedade, torna-se necessário, conforme assinala o Caderno Instrucional do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, que a composição dos conselhos represente a diversidade e pluralidade de sua comunidade, externalizando “a voz e o voto dos diferentes atores da escola, internos e externos, desde os diferentes pontos de vista, deliberando sobre a construção e a gestão de seu projeto político-pedagógico” (BRASIL, 2004, p. 35).

De acordo com Brasil (2004), os Conselhos Escolares dão voz aos diferentes atores da escola, pois é a partir desse instrumento que acontece a representação das pessoas que compõem a instituição de ensino, por isso, ele é um canal de informações. O Caderno Instrucional do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares evidencia a importância do colegiado para a comunidade, porque, além de dar voz e voto, permite que ela participe da construção e da gestão do projeto político-pedagógico da escola.

Diante da afirmação, percebemos que a representação no Conselho Escolar não se restringe a obedecer às decisões tomadas pela direção da instituição, como algumas pessoas pensam, deixando, por esse motivo, de participar como conselheiro. Antigamente, esse pensamento era mais frequente, mas, hoje em dia, os sujeitos estão mais interessados em buscar informações antes de assumirem qualquer responsabilidade. Isso é bom, porque eles participam conscientes de que têm vez e voz no Conselho Escolar e de que sua atuação não se resume à mera aceitação de decisões já tomadas.

Se existe toda uma filosofia de diálogo e participação nas decisões, o conselho é apenas mais um dos instrumentos de democratização; por isso, a vontade democrática deve anteceder-lo e guiar-lhe as ações como deve guiar todas as demais medidas dentro da escola e na relação desta com a comunidade. Neste sentido, muitos dos problemas que se atribuem hoje ao conselho são problemas que o antecedem e que lançam suas raízes em todas as demais instâncias da escola. Não se pode admitir, por exemplo, que o fato de um pai ficar calado e intimidar-se, sem conseguir opor-se a uma arbitrariedade numa reunião do conselho de escola, seja considerado um problema apenas afeto ao conselho de escola. Esse pai certamente já é tratado como objeto em outras instâncias da escola também (PARO, 2001, p. 82).

De acordo com o referido autor, o Conselho Escolar é um instrumento de democratização e, por isso, suas relações devem seguir a vontade democrática, para que todos que fazem parte da escola participem das decisões. Segundo ele, um problema que afeta o conselho pode estar relacionado a outros que o antecederam e, assim, acaba influenciando todo

o ambiente escolar, afetando qualquer tipo de participação. Ao mencionar o exemplo de um pai que fica calado numa reunião do conselho, sem se opor, mostra que os fatores que fazem silenciar esses representantes estão para além do que acontece nesse colegiado, pois, como ele mesmo aponta, esse pai pode estar agindo assim por já ser tratado como objeto na instituição.

Quando os pais são considerados objetos no local onde deveriam ser respeitados, toda a comunidade escolar é prejudicada, porque, aos serem silenciados, os alunos, que são representados por seus responsáveis, também o são. Em vista disso, as consequências podem ocasionar muito mais prejuízos do que se imagina, já que os pais que têm acesso direto aos filhos (os mais interessados no processo educacional) não poderão dar opiniões relevantes, que contribuam para a educação.

Enquanto a pesquisa de Paro (2001) aponta que os pais são tratados como objetos, de modo que sua representação e participação no Conselho Escolar são desvalorizadas, Bordenave (1994) mostra que a participação traz dignidade humana. A partir dela, o homem sente a valorização de si mesmo pelos outros, além de aumentar sua interação com as pessoas, seu desenvolvimento reflexivo, entre outros aspectos.

A participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a autoexpressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar as coisas, e, ainda a valorização de si mesmo pelos outros (BORDENAVE, 1994, p. 16).

O autor demonstra a importância que a participação tem na vida do ser humano, porque ela não apenas o modifica individualmente, como também altera as suas relações sociais. “As pessoas participam em sua família, em sua comunidade, no trabalho, na luta política. Os países nos foros internacionais, onde se tomam decisões que afetam os destinos do mundo” (BORDENAVE, 1994, p. 11). A participação transforma o homem individual e coletivamente.

Conforme o autor aponta, os benefícios que o sujeito tem quando se torna participante reforçam aquilo que já havíamos discutido sobre a importância da participação dos pais no Conselho Escolar. Os pais, quando participam do colegiado, fazem-se mais presentes na instituição e também se sentem parte dela. Além disso, seu interesse nos assuntos relacionados à escola aumenta.

Na sua pesquisa, Bordenave (1994) apresenta as participações impostas, voluntárias e concedidas, as quais podem ser encontradas em diversas situações na sociedade. Segundo esse autor,

[...] sempre existiram os modos de participação imposta, nos quais o indivíduo é obrigado a fazer parte de grupos e realizar certas atividades consideradas indispensáveis. As tribos indígenas obrigam os jovens, por exemplo, a se submeterem a cerimônias de iniciação e rituais de passagem, enquanto que as nações modernas os forçam a se submeterem à disciplina escolar e a fazer parte do exército. A missa dominical dos católicos e o voto obrigatório nas eleições são outros casos de participação imposta. Na participação voluntária, o grupo é criado pelos próprios participantes, que definem sua própria organização e estabelecem seus objetivos e métodos de trabalho. Os sindicatos livres, as associações profissionais, as cooperativas, os partidos políticos, baseiam-se na participação voluntária. Finalmente, existe ainda uma participação concedida, onde a mesma viria a ser parte de poder ou de influência exercida pelos subordinados e considerada como legítima por eles mesmos e seus superiores. A participação nos lucros, outorgada por certas empresas a seus trabalhadores, cairia nesta categoria (BORDENAVE, 1994, p. 28-29).

A primeira mencionada por ele é aquela em que as pessoas participam por se sentirem na obrigação de obedecer às regras dos grupos de que fazem parte e acabam participando através da imposição. Na segunda, os grupos estão em busca de alcançar objetivos em comum, o que faz com que as pessoas que têm as mesmas finalidades participem voluntariamente. Já a concedida, como o próprio nome revela, é aquela em que a pessoa que tem o poder dentro do grupo permite a participação daquelas que são suas subordinadas. O autor cita o exemplo das empresas com seus trabalhadores.

No Conselho Escolar, o tipo de participação utilizada é a voluntária. Nela, os representantes se candidatam ao cargo de conselheiro porque desejam contribuir de alguma maneira para a educação escolar de seus/suas filhos/as, mas não recebem nenhuma remuneração. Entretanto, há alguns casos em que ocorre a participação imposta ou concedida, quando o diretor toma as decisões e obriga os membros do Conselho Escolar a participarem mesmo assim, impondo que todos aceitem o que é decidido sem questionar. A concedida acontece quando o gestor permite que os conselheiros participem em seu benefício, impedindo que eles exerçam de fato sua representação. Podemos afirmar que esses dois últimos tipos se referem a uma maneira de o gestor não descentralizar o poder que ele tem na instituição. De acordo com Bordenave (1994), existe o risco de os conselheiros aumentarem seu potencial de consciência crítica e, assim, tomarem suas próprias decisões, adquirindo poder no Conselho Escolar.

Em seus estudos, Pateman (1992) discute a participação política, a qual, segundo ela, está relacionada à eficiência pessoal, permitindo que o sujeito adquira autoconfiança na sua relação com o mundo.

As pessoas com o senso de eficácia política têm mais probabilidade de participar de política do que aquelas que carecem desse sentimento, e se descobriu também que subjacente ao senso de eficácia política está uma sensação geral de eficiência pessoal, que envolve autoconfiança na relação do sujeito com o mundo (PATEMAN, 1992, p. 66).

De acordo com a autora, o que mais chama atenção “é que os diferentes níveis estão vinculados ao *status* socioeconômico; os indivíduos de baixo *status* socioeconômico tendem a ter uma sensação de eficiência de política baixa (e a participar menos)” (PATEMAN, 1992, p. 69). Ela cita como exemplo a educação familiar que as crianças de classe média recebem, denominando de estrutura de autoridade familiar participativa, o que vai influenciar em suas participações futuras, enquanto “as famílias das classes trabalhadoras tendem a ser mais ‘autoritárias’ ou a exibir um padrão de autoridade sem consistência” (PATEMAN, 1992, p. 70).

Essa questão de quem participa mais ou menos nas discussões políticas não é definida por *status* socioeconômico, porque o interesse por assuntos relevantes é despertado independentemente da classe social em que a família está inserida. O que vai definir se a pessoa vai ter interesse em certos assuntos é o convívio familiar, ou seja, se os parentes costumam falar dessas questões, então, a criança vai adquirir o hábito de discuti-las.

Durante suas pesquisas sobre autonomia do Conselho Escolar, Castro (2008) demonstra preocupação com a participação dos pais nas reuniões do colegiado. Percebendo que a defasagem nos encontros estava muito alta, ela sugeriu que essas reuniões acontecessem juntamente com as bimestrais, para que, dessa maneira, os pais se fizessem presentes.

Uma forma de contar com a participação dos pais seria aproveitar as reuniões de pais que a escola promove bimestralmente para prestar contas de seu trabalho em relação à avaliação dos alunos e incluir ali os itens da pauta da reunião do Conselho para que sejam discutidos (CASTRO, 2008, p. 39).

Percebe-se que o Conselho Escolar investigado por Castro (2008) apresenta dificuldades na participação dos pais, pois eles não sentem interesse em estar presentes nas reuniões. Além de sugerir a junção das reuniões, ela aconselha os representantes sobre seu modo de agir com os representados e, ao mesmo tempo, define a representação sob seu ponto de vista. Para Castro (2008), a representação é uma forma de deixar a sociedade organizada. Em relação aos

representantes, é fundamental que eles compartilhem com o segmento que representam os seus pontos de vista sobre o Projeto Político-Pedagógico (PPP). “Compartilhar requer sensibilidade política no sentido de situar o interesse coletivo acima dos interesses individuais” (CASTRO, 2008, p. 38).

Nesse caso, a participação depende do interesse nos assuntos discutidos, ou seja, para que os pais participem das reuniões, é necessário discutir temas importantes para eles. Em virtude disso, podemos apontar que os conselheiros não sabem de fato sua função no colegiado e se mostram interessados apenas em assuntos particulares, no caso, seus filhos, prejudicando a representação daqueles que os elegeram, pois não estão tendo sensibilidade política para compartilhar os interesses coletivos.

A cobrança para que os pais participem é imensa, mas precisamos compreender que a escola também precisa fazer sua parte, porque não adianta eles se mostrarem interessados e não terem acesso a informações sobre sua função. Portanto, a culpa da não participação advém das crises no campo da representação. O Conselho Escolar precisa ser mais discutido ou mais bem apresentado aos pais, pois quando houver eleições eles já sabem do se trata e decidem se participam ou não.

Segundo Marques (2003), foi a direção escolar que chamou a comunidade para participar das decisões, pois compreendeu que a participação dela traria benefícios para a instituição, bem como mudanças para a relação escola/sociedade, sem minimizar a participação dos outros segmentos.

Se a comunidade tem de, inicialmente, ser chamada a estar presente na escola, é bem provável que essa prática se solidifique no sentido da aprendizagem democrática e, em momentos posteriores, a própria comunidade perceba a importância de sua participação, demandando um aumento dessa participação (MARQUES, 2003, p. 290).

Por vezes, a gestão da escola vê a participação da comunidade como um risco de perder seu poder centralizado. No entanto, Marques (2003) expõe outra realidade, quando aponta que foi a direção que chamou a comunidade para participar. Segundo ela, esse envolvimento da comunidade com a escola contribui para a aprendizagem democrática, fazendo com que seus sujeitos percebam que é importante participar e, assim, haja o aumento da procura pela participação.

As afirmações da autora nos possibilitaram refletir sobre o pensamento “atrasado” de algumas pessoas, que acreditam que a participação gera perda de poder do gestor. Pelo contrário, a escola somente tem a ganhar com a colaboração de todos. Acreditamos que o receio

da gestão escolar seja porque “a participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade” (BORDENAVE, 1994, p. 12). Dessa maneira, a comunidade escolar passa a reivindicar seus direitos na instituição e o diretor (nos referimos àqueles que querem o poder centralizado em suas mãos) enxerga isso como um problema para a sua gestão.

De acordo com Innocente (2007), a falta de debate e a falta de tempo configuram-se como fatores prejudiciais à participação e à democracia, pois impedem que a comunidade escolar compreenda seu papel como representante no Conselho Escolar, dificultando sua representação e participação.

Falta debate e tempo, para o amadurecimento da ideia de participação e democracia, para a importância da representação que os membros do Conselho de Escola exercem (ou deveriam exercer) em relação à comunidade que representam. Esse cenário distancia a realidade da atuação do Conselho de Escola da proposta democratizadora da política que o instituiu, mas que não teve maiores incentivos que facilitassem sua implementação. Dificulta também a ideia de participação social pela comunidade, afastando os usuários da escola pública, em especial quanto ao processo pedagógico, levando-os a desistirem ou encontrarem muita dificuldade em participar (INNOCENTE, 2007, p. 44).

Esses fatores já foram discutidos e algumas sugestões são recomendadas para contribuir com essas situações e mudar a visão dos pais sobre o Conselho Escolar. A falta de debate pode ser modificada através de diálogos com os pais, nos quais a escola discute sobre a função do Conselho, deixando-os informados acerca do seu papel no colegiado. Em relação ao tempo, é sugerido por Paro (2001) adequar as reuniões do Conselho Escolar aos horários dos pais. A esse respeito, Castro (2008) aconselha fazer os encontros juntamente com as reuniões bimestrais, porque, assim, os pais não têm desculpas para não ir. Diante disso, percebemos a preocupação dos pesquisadores com a participação e a representação no Conselho Escolar, o que nos confirma o quanto elas são importantes.

Por fim, após as discussões apresentadas sobre participação e representação, compreendemos o valor que elas têm no espaço político, no trabalho, no ambiente familiar e na escola, pois são fundamentais para o convívio social do cidadão. No que se refere ao Conselho Escolar, não é diferente. Pode ser que não tenha a mesma valorização em todos os ambientes, porém, é muito importante que esteja presente no colegiado, visto que as contribuições decorrentes desse processo trazem benefícios para toda a instituição escolar.

## **4 CONSELHO ESCOLAR E SEUS MECANISMOS DE REGULAMENTAÇÃO NO CONTEXTO DE MOSSORÓ/RN**

Neste capítulo, discutimos sobre os mecanismos de regulamentação dos conselhos escolares, enfatizando o contexto em que a pesquisa está sendo realizada, isto é, a cidade de Mossoró. Iniciamos com os apontamentos legais, tomando como base as leis locais que regulamentam os Conselhos Escolares de Mossoró, para que possamos compreender como estão assegurados os colegiados nesse município. Expomos a organização e o funcionamento dos colegiados, visando explicar melhor como é constituído o nosso objeto de pesquisa.

Em seguida, apresentamos como acontece o pleito eleitoral no município, ou seja, o processo de escolha dos representantes, visto ser um momento crucial para a composição do Conselho. Por último, discorreremos sobre a função do Grupo Articulador de Funcionamento dos Conselhos Escolares (GAFCE), que é de grande relevância para os Conselhos Escolares.

### **4.1 Dos marcos legais à organização e funcionamento do Conselho Escolar**

O Conselho Escolar é um mecanismo consultivo, deliberativo, fiscalizador e pedagógico que reúne os membros de todos os segmentos que compõem a instituição, cujas decisões são tomadas durante reuniões e assembleias. Além dessas funções, o Conselho Escolar também contribui para a qualidade do ensino e da aprendizagem, pois decisões acertadas trazem melhorias para ambos os setores, sendo seu papel muito importante nesse ambiente.

Art. 3º – O Conselho Escolar é órgão colegiado deliberativo superior da escola pública, tendo também função pedagógica, consultiva, mobilizadora e de controle social, objetivando o funcionamento de excelência da Unidade de Ensino e a melhoria progressiva na qualidade do processo de ensino e da aprendizagem (MOSSORÓ, 2011).

O art. 3º da Lei 2769/2011 mostra o quanto o Conselho Escolar é importante para a escola pública, pois ele exerce diversas funções que são de muita relevância para o ambiente escolar. Ele perpassa por todos os âmbitos, desde o pedagógico, o consultivo e o mobilizador até o fiscalizador. Quando os membros que o compõem exercem suas funções corretamente, os benefícios de suas ações são ainda maiores.

Mesmo essas funções sendo asseguradas por lei, em alguns momentos, elas não são exercidas, prejudicando todo o Conselho Escolar, como também a própria escola. Ao mencionarmos que algumas funções não são exercidas, referimo-nos aos Conselhos Escolares

que executam na instituição apenas a parte burocrática e esquecem que podem contribuir com as questões pedagógicas, mobilizadoras e consultivas, fato que ainda ocorre, apesar de ser mais raro hoje em dia.

De acordo com as pesquisas de Oliveira e Oliveira (2012), não havia Conselhos Escolares na cidade de Mossoró/RN até o ano de 2003, porém, eles surgiram com a promulgação da Lei Municipal n. 1.904, em 19 de dezembro de 2003, conforme seu “art. 1º - fica instituído nas Unidades de ensino municipais o Conselho Escolar” (MOSSORÓ, 2003). Foi a partir dessa lei que os colegiados foram desenvolvidos nas escolas municipais de Mossoró, menos nas Unidades de Educação Infantil (UEIs), pois não era obrigatória a criação de Conselhos Escolares nessas unidades. As autoras citam que em 2011 essa lei foi alterada pela Lei Municipal n. 2.769, de 26 de setembro de 2011, que estabelece os Conselhos Escolares em todas as unidades de ensino, incluindo as Unidades de Educação Infantil, tornando-se uma ação pioneira no Rio Grande do Norte. A implementação dos colegiados tinha como objetivo criar mecanismos de gestão democrática nessas instituições, “considerando que sua implantação provocou a equipe escolar a reaprender um novo caminhar em sua forma de se organizar” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2012, p. 3).

O apontamento feito pelas autoras mostra que o Conselho Escolar surge como uma forma de organização dentro das instituições de ensino, sendo também considerado um mecanismo de gestão democrática. Contudo, isso não significa que as escolas não são organizadas ou que a gestão não exista, pelo contrário, os Conselhos Escolares são criados para assegurar, de fato, que a democracia aconteça, fazendo-se necessária a participação de todos os segmentos da escola.

O conselho escolar deve servir bem à sua finalidade de representação dos diversos setores da escola para conceber, planejar e controlar a organização do trabalho escolar em consonância com seus objetivos e em cooperação com a direção da escola; e aí os pais, além dos demais setores levam seus pleitos e colaboração, por via de seus representantes (PARO, 2001, p. 88).

Segundo Paro (2001), o Conselho Escolar surgiu no início da década de 1987, trazendo com ele a esperança de que a democracia iria se instalar nas relações que ocorriam no interior da escola pública. Para o autor, “embora essas esperanças estejam muito longe de se concretizarem, não há que se negar que, nessas quase duas décadas de existência dos conselhos, espaços foram conquistados por usuários e servidores da escola” (PARO, 2001, p. 79).

Como citado, a instauração do Conselho Escolar na cidade de Mossoró/RN somente aconteceu em 2003, conforme a Lei Municipal n. 1.904. Mesmo depois desse tempo que ele

levou para ser criado na rede municipal de ensino, o objetivo de instalar a democracia nas escolas não mudou. Baseando-nos em Paro (2001), concordamos que essa meta pode não ter se concretizado como deveria, mas o Conselho Escolar trouxe outras contribuições para a escola, como, por exemplo, os espaços conquistados pelos funcionários e usuários da escola, os quais antes não exerciam o direito de tomar decisões referentes ao seu local de convívio.

Atualmente, na cidade de Mossoró/RN, há 85 (oitenta e cinco) Conselhos Escolares atuantes, compostos por 1500 (mil e quinhentos) conselheiros. Esses colegiados são da rede pública de ensino, distribuídos nas escolas de ensino fundamental (anos iniciais e finais) e nas unidades de educação infantil, incluindo as instituições das zonas urbana e rural desse município. Diante desses dados, podemos evidenciar que as instituições de ensino estão amparadas pela gestão democrática e cabe aos representantes exercer suas funções, baseando-se em princípios democráticos, cuja finalidade é tomar decisões que beneficiem todas as pessoas que fazem parte da escola em todos os aspectos.

As instituições têm muito a ganhar com o Conselho, porque ele pode contribuir de diversas maneiras para esse ambiente, mas é preciso que as pessoas que fazem parte dele estejam empenhadas em ajudar, porque sem os representantes e suas ações não existe colegiado. Os objetivos do Conselho Escolar estão para além da democratização da gestão, incluindo, por exemplo, a participação dos pais e a qualidade do ensino, que são prioridades para ele. Conforme evidenciamos, demorou bastante tempo para que houvesse a criação dos Conselhos Escolares nas instituições de ensino na cidade de Mossoró.

O Conselho Escolar se organiza com base no regimento escolar, o qual, por sua vez, se constitui a partir de uma lei (municipal ou estadual) sancionada para regulamentar os colegiados nas instituições educacionais. Segundo Antunes (2002, p. 22), “as atribuições dos Conselhos de Escola, seu funcionamento e sua composição, dentre outros aspectos, são determinados pelo Regimento Comum de cada rede de ensino”. Nesse sentido, afirmamos que esse Conselho segue uma organização de acordo com a rede (estadual ou municipal) em que está inserido.

Ainda que as linhas gerais sejam definidas pelo Regimento Comum, cada Conselho de Escola pode, se julgar necessário, elaborar um Regimento Interno, ou Estatuto, prevendo e estabelecendo normas em relação a algumas questões como, por exemplo, se um membro titular não comparecer a um número x de reuniões, que providências serão tomadas; definição de critérios de desempate nas eleições do Colegiado; de que modo um membro da comunidade escolar que não pertence ao Colegiado poderá incluir assuntos na pauta das reuniões do Colegiado; em relação à convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias, à eleição de seus membros (se será feita por meio de assembleia ou votação de urna, se os membros formarão chapas ou apresentarão candidaturas individuais), à dinâmica das reuniões, à tomada de

decisões (por votação secreta ou aberta), ao tempo de duração das reuniões, ao horário em que elas serão realizadas, à substituição de algum membro que deixe de comparecer às reuniões etc. (ANTUNES, 2002, p. 22).

Diante dessas colocações, destacamos que, mesmo tendo um Regimento Comum que abranja todos os conselhos, é fundamental que cada um elabore o seu Regimento Interno, pois, a partir dele, os membros criam suas próprias regras e normas de acordo com o ambiente escolar do qual fazem parte. Podemos afirmar que esse documento é a identidade do colegiado, já que nele são apresentadas suas particularidades. Vale ressaltar que o acesso a ele é um direito de todos que compõem a escola.

Em sua pesquisa, Barcelli (2014, p. 24) aponta que alguns participantes “acreditavam que somente com a LDB os municípios teriam respaldo legal para o funcionamento do Conselho Escolar”. No entanto, ela deixa claro que, mesmo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9.394/1996) sendo uma legislação federal, não define ações que sejam específicas a esse respeito, apenas as norteia, pois o Conselho Escolar é constituído por representantes de diversos segmentos da escola. Por essa razão, os conselhos são regidos por uma legislação específica elaborada para cada município, ou seja, eles criam as leis de acordo com as características locais. Não é objetivo da LDB regulamentar o funcionamento dos Conselhos Escolares, pois isso é competência das Resoluções, Diretrizes ou até mesmo como foi pensada a política de formação de conselheiros, por meio de documentos oficiais.

A autora reforça o que foi colocado anteriormente por Antunes (2002) sobre a criação do Regimento Comum nos municípios. A LDB 9.394/1996 norteia a elaboração de documentos, mas, no caso do Conselho Escolar, quem define suas características são as localidades onde está inserido, sendo necessária a criação desse tipo de documento. É importante que as pessoas, quando estiverem com dúvidas ou desejando conhecer melhor o Conselho Escolar, tenham acesso ao Regimento Interno, porque ele não foi elaborado para ficar guardado, mas para auxiliar a escola quanto a atribuições, funcionamento e composições desse órgão. No caso das escolas pesquisadas, o regimento foi elaborado no ano de 2018, para subsidiar as ações dos órgãos colegiados, e não tem prazo de validade, ou seja, não é obrigatória a sua reformulação.

Em relação às reuniões nos Conselhos Escolares pesquisados, acontecem de forma ordinária e extraordinária, durante dez meses, sendo uma reunião por mês. Espera-se que participem delas os membros que foram escolhidos no processo eleitoral. Segundo Barcelli (2014), as reuniões periódicas são caracterizadas como ordinárias, nas quais outras pessoas que fazem parte da escola podem estar presentes, porém, não podem opinar nem votar, porque cada segmento tem seus representantes eleitos para exercer essa função. As reuniões extraordinárias

acontecem quando há assuntos urgentes para serem discutidos, que não podem esperar pelas ordinárias. Além desses dois tipos de reuniões, há também as assembleias<sup>15</sup>, que contam com a participação de todos os pais com filhos matriculados na escola. Durante as nossas observações, ocorreram somente reuniões ordinárias.

O primeiro passo para o CE dar início ao seu funcionamento é a eleição para a escolha dos representantes. Cada um dos segmentos tem direito a essa representação, porém o diretor não participa da eleição. De acordo com o artigo 6º da Lei Municipal n. 2.769/2011, de Mossoró/RN, no inciso 1º, “para fins do previsto neste artigo o diretor será representante nato do Conselho Escolar sendo vetado exercer a função de presidente” (MOSSORÓ, 2011). Portanto, o gestor não vota nem é votado na eleição, como também não pode ser presidente do Conselho. Segundo Mendonça (2001, p. 213), “algumas legislações destacam o papel de coordenador que deve, ou não, assumir o dirigente escolar na sua relação com os colegiados das unidades onde atuam”. Dos sistemas de ensino investigados por ele, onze estabelecem que o diretor assuma o cargo de presidente ou secretário executivo no colegiado. A seguir, o autor destaca alguns desses sistemas:

No sistema de ensino do PR, uma deliberação do Conselho Estadual de Educação considera que, sendo o diretor o coordenador geral do projeto político-pedagógico da escola, deve ter não somente a sua presença assegurada naquele colegiado como dirigi-lo na condição de presidente. Posição radicalmente oposta é assumida pela legislação do município de Rio Branco/AC, que determina que o diretor tenha presença nata no conselho escolar, mas o impede de presidi-lo. No estado do Maranhão, além da presidência do colegiado, o diretor deve ocupar a coordenação da Assembleia Geral Escolar quando esta se realizar. No município do Rio de Janeiro, embora a participação do diretor no conselho escolar não esteja prevista nem se quer como membro, uma norma legal determina que o dirigente tenha reuniões mensais como este colegiado, razão pela qual, precisa, também, manter encontros por segmentos que possam subsidiar e garantir o fluxo de informações entre escola e a comunidade (MENDONÇA, 2001, p. 213-214).

Na pesquisa de Mendonça (2001), ele apresenta que, no sistema de ensino do Paraná, o diretor é assegurado como presidente do colegiado, enquanto no Rio Branco/AC é impedido de presidi-lo, assim como em Mossoró/RN. No Maranhão, ele ocupa o cargo de coordenador da Assembleia Geral Escolar, além da presidência do CE. Já no Rio de Janeiro, a participação do gestor se diferencia dos outros municípios, pois ele não está assegurado como membro, mas é

---

<sup>15</sup> Não enfatizamos as discussões sobre as assembleias, porque as observações foram realizadas somente nas reuniões dos Conselhos Escolares.

necessário que realize reuniões mensais com os representantes de cada segmento, para garantir informações entre a instituição de ensino e a comunidade.

As colocações de Mendonça (2001) confirmam o que foi discutido no início desta seção, quando tratamos do Regimento que cada instituição escolar elabora para direcionar o seu trabalho. Como podemos perceber, o diretor assume ou não uma função no CE, de acordo com o estado onde a escola está localizada, o que varia de região para região. No caso do município de Mossoró/RN, o diretor é membro nato, contudo, não pode ser presidente. Essa é uma maneira de descentralizar o poder, fazendo com que os representantes também tenham acesso à presidência do Conselho Escolar. Mesmo com essa lei que não permite o diretor ser presidente do colegiado, os conselheiros precisam ficar atentos aos gestores que querem presidir o conselho mais do que o próprio presidente, porque isso pode acontecer.

Retomemos a discussão sobre a eleição, para que fique claro o quanto é importante informar aos candidatos aos cargos de representantes que eles precisam ter disponibilidade para frequentar as reuniões, que acontecem uma vez por mês (reuniões ordinárias) ou quando for necessário (reuniões extraordinárias), e para decidir algo imediato, que não pode esperar pela próxima reunião. É pensando justamente sobre esse ponto que os Conselhos Escolares de cada instituição de ensino fazem um seminário explicando como acontece o processo eleitoral, com destaque para a composição da chapa e as funções de cada representante. Mesmo com esse seminário, alguns pais<sup>16</sup> ainda aceitam se tornar representantes sem terem a dimensão do compromisso que estão assumindo com a escola e com os seus representados. Esse fato é perceptível quando as reuniões são marcadas e eles não têm disponibilidade para se fazerem presentes, prejudicando todo o Conselho Escolar. A esse respeito, Antunes (2002, p. 62) sugere:

se for possível consultar os interessados de todos os segmentos para verificar qual é a opção de horário preferencial, este poderá ser definido antes do processo de eleição dos membros. Dessa forma, antes de se candidatar, as pessoas estariam informadas de que deveriam dispor daquele horário para poder frequentar as reuniões.

A sugestão feita por Antunes (2002), de consultar os horários dos candidatos para adaptar as reuniões de acordo a disponibilidade deles, é interessante, no entanto, dificilmente vai acontecer. É impossível atender os horários disponíveis de todos os representantes, pois eles

---

<sup>16</sup> Mencionamos os pais porque é mais complicado para eles estarem presentes nas reuniões, por não trabalharem na escola, enquanto os outros membros do Conselho Escolar, como professores e demais funcionários, já se encontram na instituição. Porém, há exceções de funcionários que trabalham em duas escolas e não podem estar presentes nas reuniões.

trabalham em lugares diferentes. Para não correr o risco de as reuniões deixarem de acontecer, o cronograma com as datas é discutido no primeiro encontro (fazemos esse tipo de referência com base nos três Conselhos Escolares investigados nesta pesquisa), ficando decididos o dia e o horário em que a maioria pode participar. Os conselheiros tentam se adequar à realidade uns dos outros, para que todos participem, mas ainda há aqueles que faltam.

Um dos pontos relevantes para que o CE tenha bom funcionamento é a interação dos representantes durante as reuniões. Por esse motivo, é fundamental que, antes de cada encontro, seja elaborada uma pauta que organize os assuntos a serem discutidos, facilitando a compreensão dos conselheiros, de modo que eles se preparem para dar suas opiniões ou tomar decisões, se for necessário. “A pauta é a relação de assuntos que serão discutidos em cada encontro do Conselho Escolar (C.E) em ordem de importância e prioridade” (ANTUNES, 2002, p. 60). A autora explicita que os membros não devem ir à reunião sem saber o que será discutido, pois podem correr o risco de tomar decisões equivocadas. Além disso, os representantes não terão tempo de consultar seus representados para ouvir suas opiniões a respeito dos assuntos que serão abordados e votarão a partir de suas avaliações.

É essencial que todos os membros deem sugestões de assuntos a serem discutidos nas pautas, para que não fique na responsabilidade somente da direção ou do presidente do Conselho Escolar. O essencial é que os representantes procurem seus pares, ouvindo-os e identificando o que deve ser colocado em pauta durante as discussões, pois seu papel é representá-los. “É preciso que todas as vozes (de pais, alunos, crianças, jovens, adultos, negros, mulheres, portadores de necessidades especiais) presentes na escola sejam valorizadas” (ANTUNES, 2002, p. 40).

A pauta pode ser entendida como algo simples, que serve apenas para nortear os conselheiros durante as reuniões, no entanto, sua função está para além disso, porque ela permite que as vozes dos sujeitos, como mencionado por Antunes (2002), que são partes importantes da escola, sejam simplesmente valorizadas. São vozes que, por diversos motivos, não recebem o devido valor, mas que têm muito a contribuir com a instituição de ensino.

Durante as nossas observações nas reuniões, percebemos o cuidado que cada presidente tem com os conselheiros. Após o término da pauta, o(as) presidente(s) pede/pedem para que os representantes presentes sugiram temas para as pautas das reuniões seguintes. Os representantes de pais e alunos se dispõem a entrar em contato com os seus segmentos para ouvir suas opiniões sobre o que pode ser discutido em reuniões futuras.

Antes de cada reunião, elabora-se a pauta e no decorrer dela constitui-se uma ata. A ata é um documento fundamental no Conselho Escolar, pois nela ficam registrados todos os

assuntos discutidos na reunião e as assinaturas das pessoas que participaram. Além de informar o que foi discutido no encontro anterior, ela serve também para repassar informações aos membros que não estavam presentes. Ela é escrita à mão em um livro com capa dura e folhas pautadas e numeradas, não podendo conter erro, nem riscar ou apagar algo que foi escrito de maneira errada. “O responsável pela ata deve escrever ‘digo’, ou qualquer expressão equivalente que esclareça o equívoco, fazendo, logo em seguida, a necessária correção” (ANTUNES, 2002, p. 50).

Mesmo utilizando a ata como registro do que foi decidido pelo colegiado, Barcelli (2014, p. 32) recomenda a divulgação das ações realizadas pelo Conselho Escolar, porque dá a ele mais transparência, bem como que sejam utilizados os mais diversos meios de comunicação, “tais como: e-mails, blogs, websites e redes sociais, além das próprias atas e de comunicados escritos”, para que a comunidade escolar e local tenha acesso a essas ações desenvolvidas pelo colegiado. Ela também aponta a importância da organização de espaços virtuais.

Quando os conselheiros escolares se preocupam em fazer uso dos espaços virtuais, adquirem o hábito de divulgar suas deliberações e ações e acabam sendo inseridos em um universo que ultrapassa as discussões políticas da escola, isto é, encontram um meio de discussão política social (BARCELLI, 2014, p. 32).

Segundo a autora, o uso de espaços virtuais pode favorecer a ampliação dos Conselhos Escolares, porque suas discussões ultrapassam as políticas da escola e se encontram na política social. Essa ampliação do CE permite que as pessoas tenham mais acesso a ele, conhecendo seu funcionamento e organização, o que poderá despertar o interesse delas em querer ser um representante.

Em relação às ações desenvolvidas no CE, não é comum ver nas escolas esses tipos de divulgação através dos meios de comunicação referenciados pela autora. Na maioria das vezes, a divulgação acontece somente em murais. De acordo com Conceição (2007), a maioria das ações divulgadas se referem à prestação de contas. Isso ocorre porque, quando o CE surgiu, sua competência era única e exclusivamente de discutir e deliberar questões financeiras, portanto, há pessoas que ainda veem esse tipo de decisão como a que merece ser divulgada.

Nesse momento de pandemia, o assunto que mais está sendo discutido nos Conselhos Escolares é a preocupação com a participação dos alunos no ensino remoto, pois nem todos têm acesso às mídias digitais, dificultando a realização das atividades. Os representantes de alunos e pais/responsáveis estão sempre à disposição para ajudar na busca dos discentes que não

participam do ensino remoto. Dessa maneira, eles mostram que seu papel de representantes está para além das discussões e decisões tomadas no CE.

Conforme aponta Brasil (2004, p. 28, grifos do autor), a natureza político-educativa dos Conselhos Escolares é responsável por algumas funções necessárias ao seu funcionamento, sendo elas:

- a) **Deliberativas:** quando decidem sobre o projeto político-pedagógico e outros assuntos da escola, aprovam encaminhamentos de problemas, garantem a elaboração de normas internas e o cumprimento das normas dos sistemas de ensino e decidem sobre a organização e o funcionamento geral das escolas, propondo à direção as ações a serem desenvolvidas. Elaboram normas internas da escola sobre questões referentes ao seu funcionamento nos aspectos pedagógico, administrativo ou financeiro.
- b) **Consultivas:** quando têm um caráter de assessoramento, analisando as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresentando sugestões ou soluções, que poderão ou não ser acatadas pelas direções das unidades escolares.
- c) **Fiscais (acompanhamento e avaliação):** quando acompanham a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, avaliando e garantindo o cumprimento das normas das escolas e a qualidade social do cotidiano escolar.
- d) **Mobilizadoras:** quando promovem a participação, de forma integrada, dos segmentos representativos da escola e da comunidade local em diversas atividades, contribuindo assim para a efetivação da democracia participativa e para a melhoria da qualidade social da educação.

O CE é constituído por quatro funções. A primeira serve para deliberar encaminhamentos com vistas a resolver problemas, bem como criar o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar (regras e normas da escola) e o Regimento Interno (as normas do próprio Conselho Escolar). A segunda permite que os representantes consultem o CE, objetivando ajudá-los a resolver qualquer tipo de problema que esteja afetando o ambiente escolar. Na terceira função, o CE fiscaliza, acompanha e avalia as ações administrativas, pedagógicas e financeiras, para que elas cumpram as normas escolares. A última é aquela que promove a participação dos representantes, como também de todos que compõem a escola, contribuindo para a qualidade da educação.

Portanto, essas colocações apontadas sobre as funções do CE demonstram o quanto o seu funcionamento é importante para a escola. Ao executar as diversas ações que são de sua responsabilidade, estará beneficiando toda a instituição, como também as pessoas que fazem parte dela. Por essa razão, é fundamental que os pais/responsáveis dos alunos saibam o que é o CE, como funciona e as funções que ele exerce, despertando, assim, o seu interesse em participar das eleições para representantes.

No Caderno 1 do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos (PNFC) é apontado que a atuação consistente dos Conselhos Escolares traz muitos benefícios para a escola em que estão inseridos, o que “implica a consideração e o apoio a outras lutas, tais como as desenvolvidas por condições materiais satisfatórias de infraestrutura das escolas, valorização efetiva dos profissionais da educação (formação continuada e salários dignos)” (BRASIL, 2004, p. 31). O documento ainda ressalta que o CE não pode substituir as políticas públicas, que têm mais amplitude e alcance, porém, suas ações plantam sementes que despertam uma nova prática escolar, com desdobramentos positivos na comunidade e na escola.

O CE pode não ter a mesma amplitude que as políticas públicas, entretanto, quando ele é atuante no ambiente escolar, a escola somente tem a se beneficiar. Algumas ações desenvolvidas podem parecer pequenas, mas não são. Devemos estimular as pessoas a se tornarem conselheiras, porque, assim, elas vão trazer soluções para problemas identificados na instituição.

Uma das funções do CE evidenciadas nas pesquisas de estudiosos e na prática escolar é a de elaborar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) das instituições de que ele faz parte. Essa elaboração exige cautela e envolvimento de todos os representantes, o que não é fácil, pois equivale a um documento importante, que define a organização escolar em seu cotidiano. Dessa maneira, o Conselho Escolar deve estar ativo em seu funcionamento, com reuniões periódicas e participação da maioria de seus representantes.

Sendo os Conselhos Escolares [...], o sustentáculo do projeto político-pedagógico das escolas, a sua implantação traz, entre outras, as seguintes vantagens: as decisões refletem a pluralidade de interesses e visões que existem entre os diversos segmentos envolvidos; as ações têm um patamar de legitimidade mais elevado; há uma maior capacidade de fiscalização e controle da sociedade civil sobre a execução da política educacional; há uma maior transparência das decisões tomadas; tem-se a garantia de decisões efetivamente coletivas; garante-se espaço para que todos os segmentos da comunidade escolar possam expressar suas ideias e necessidades, contribuindo para as discussões dos problemas e a busca de soluções (BRASIL, 2004, p. 54-55).

Tais ações mostram a importância que o funcionamento do CE tem nas escolas. Algumas pessoas podem compreendê-lo apenas como um momento de reunião em que os membros se juntam para discutir problemas, considerados pequenos, na busca de soluções para resolvê-los, porém, o Conselho Escolar é muito mais do que isso. Seu funcionamento possibilita a junção de funcionários, alunos, família e comunidade local, de modo que o resultado é a parceria com a gestão democrática. “Esse colegiado tem um fazer importante no que se refere

à gestão, acompanhamento e avaliação do processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Funcionando como o corresponsável na busca desse objetivo” (GOMES, 2019, p. 104).

Segundo Brasil (2004), o simples fato de o Conselho Escolar se constituir de forma colegiada a partir da gestão democrática torna-o uma congregação de vários segmentos escolares e também da comunidade local, que juntos constroem uma educação de qualidade. Nessa perspectiva, a gestão deixa de ser individual e passa a ser coletiva, ou melhor, colegiada. As colocações de Brasil (2004) reforçam a relevância que o funcionamento do CE tem para a gestão democrática no ambiente escolar, porque a decisão não fica centralizada somente em uma pessoa. “Com isso, divide-se o poder e as consequentes responsabilidades” (BRASIL 2004a, p. 18).

Para Castro (2016, p. 79), a “lógica de funcionamento dos conselhos escolares é extremamente importante para a democratização da gestão escolar”. O CE é um instrumento que traduz os anseios da comunidade e não fica preso à legitimação da voz do diretor escolar, pois os diversos segmentos da instituição participam das tomadas de decisão, compartilhando os avanços e as dificuldades encontradas no decorrer do ano letivo na instituição de ensino. Nessa lógica, o funcionamento do colegiado é baseado na participação coletiva de todos os representantes, pois eles podem expor suas opiniões, contra ou a favor, sobre as ações desenvolvidas.

Diante das afirmações anteriores, percebemos o quanto a gestão democrática está enraizada no CE e que a maneira como ele funciona e também se organiza possibilita ainda mais a sua ampliação. Então, não podemos separá-los como duas partes distintas, até porque a formação colegiada do Conselho Escolar nasce justamente desse tipo de gestão e é a partir dele que a gestão se concretiza na escola.

Uma das formas de descentralizar a gestão das escolas públicas seria o funcionamento de Conselhos Escolares (CEs), uma vez que são colegiados que podem contribuir para o aumento da participação da comunidade nos processos decisórios. Tido como um dos espaços de participação e integração dos diferentes segmentos da escola (gestores, professores, demais funcionários, alunos, familiares e comunidade), o CE pressupõe a partilha de diversos olhares e inúmeras vivências para a construção de acordos provisórios que visem a melhorar a qualidade de aprendizagem dos estudantes (BARCELLI; PARRA; WELLICHAN, 2013, p. 184).

Conforme as autoras apontam, o funcionamento do colegiado possibilita a descentralização da gestão e a sua composição com os diversos representantes. Fornece, também, melhorias para a aprendizagem dos alunos, um dos focos da participação dos

pais/responsáveis no CE, porque, através das diferentes percepções sobre as vivências no ambiente escolar, elabora meios próximos da realidade dos estudantes e, assim, facilita a sua compreensão. Ele contempla esses aspectos quando é organizado segundo as normas vigentes em seu regimento, com seu funcionamento ativo.

A respeito do Conselho Escolar, Costa (2011, p. 2) afirma que “seu funcionamento precário, descomprometido, legitima somente as ações da direção”. Ele chega a essa conclusão a partir de observações feitas em um CE no estado do Paraná, tendo como pergunta de partida: como o Conselho Escolar participa da gestão democrática das escolas públicas do Paraná? Segundo o autor, esse órgão não tinha objetivos definidos, mas possuía uma atuação tímida e sem aparição, tornando-se desafiador entender como acontecia a participação desse colegiado na gestão democrática, pois as decisões ficavam nas mãos da direção.

Uma das formas de limitação deste poder monocrático é a implantação de colegiados, outro mecanismo largamente utilizado pelos sistemas de ensino como expressão da gestão democrática. A colegialidade foi, como as eleições de diretores, uma prática experimentada pelos sistemas mesmo antes da promulgação da Constituição Federal de 1988. Seu emprego é, em geral, mais aceito que a eleição de diretores, tendo sido, inclusive, incorporado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional como um dos princípios segundo o qual os sistemas devem definir suas próprias normas de gestão democrática. Apesar de os colegiados serem constituídos por representações dos diferentes segmentos que compõem a comunidade escolar, há uma visão geral de que essas instâncias organizadas buscam o bem comum e não vantagens e benefícios para as facções representadas [...] (MENDONÇA, 2001, p. 90).

A citação de Mendonça (2001) refere-se à importância que a implantação dos CEs tem na limitação do poder do gestor, já que está incorporada, inclusive, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ele também enfatiza que, mesmo sendo composto por diversas representações, o colegiado busca o bem comum e não os benefícios para cada segmento. Segundo Mendonça (2001, p. 91), mesmo com as dificuldades decorrentes da implantação e do funcionamento dos colegiados escolares, “estes são mecanismos capazes de promover o despojamento da dominação de uma só pessoa, superando a monocracia como lógica de funcionamento da direção escolar”.

Das colocações anteriores, destacamos o seguinte: um Conselho que não assume seu papel, que não tem uma proposta de ação definida, com objetivos elencados para nortear seu trabalho, tem como resultado seu funcionamento prejudicado. Porém, mesmo com as dificuldades, ele tem uma função muito importante, que é de descentralizar o poder e partilhar uma gestão democrática.

De acordo com Antunes (2002), um ponto fundamental que contribui para o funcionamento do CE é a autoavaliação, com o intuito de melhorar aquilo que ainda não está bom ou de aproveitar o que vem dando certo e continuar usando as mesmas estratégias em ações que venha a desenvolver futuramente. Dessa maneira, poderá tornar a atuação mais satisfatória, como também evitar correr o risco de repetir os mesmos erros.

O Conselho de Escola deve, periodicamente – pelo menos uma vez a cada semestre –, submeter-se à avaliação de seus membros e da comunidade escolar, incluindo essa tarefa na pauta de uma de suas reuniões. Toda a comunidade escolar deve ficar atenta ao trabalho desenvolvido pelo Conselho e registrar seus acertos e falhas para, no momento oportuno, apontar os aspectos positivos e negativos do colegiado, contribuindo para tornar sua atuação mais satisfatória. Se as observações não forem registradas, os erros caem no esquecimento e perde-se a oportunidade de avaliá-los, além de se correr o risco de repeti-los (ANTUNES, 2002, p. 86).

A recomendação de Antunes (2002) é bem pertinente, porque, se não tiver uma avaliação de como o CE está funcionando, alguns dos órgãos colegiados podem não atuar como devem. Por isso, é fundamental que a comunidade escolar esteja sempre atenta ao trabalho realizado pelo colegiado, para que possa cobrar algo que não foi feito, como também elogiar pelos objetivos alcançados. Essa avaliação não é uma forma de coagi-los, e, sim, de fazê-los perceber o quanto o seu trabalho traz contribuições ao ambiente escolar.

A avaliação dos colegiados investigados nesta pesquisa acontece geralmente na reunião posterior, após a leitura da ata. Na última reunião do ano, os conselheiros avaliam seus posicionamentos e as ações desenvolvidas durante todo o período que passou, destacando pontos positivos e negativos, para que no ano seguinte possam melhorar o que não deu certo e dar continuidade àquilo que repercutiu positivamente. Em conversa com uma das presidentes sobre a autoavaliação, ela falou que não era um ponto colocado em pauta, mas, mesmo assim, acontecia. Após a nossa conversa, ela afirmou que vai passar a dar mais destaque a esse assunto, que é relevante para o colegiado. Esse momento de avaliar o que foi realizado pelo órgão é difícil, assim como o de tomar decisões, já que ele é composto por representantes de cada segmento e as opiniões acabam sendo diferentes. No entanto, o CE não pode deixar de fazer sua autoavaliação, pois é importante que seus membros tenham consciência do que foi feito e também do que eles precisam melhorar.

Enfim, não basta dizer que tem um Conselho Escolar formado se ele não estiver organizado nem funcionando. É importante seguir as recomendações sugeridas pelos autores, como repasse da pauta antes das reuniões, escrita das atas de forma clara, publicação de

informações relevantes e autoavaliação das ações desenvolvidas. São simples recomendações, mas que fazem toda a diferença quando são realizadas no colegiado.

#### **4.2 Processo de escolha dos representantes de pais/alunos**

Conforme a Lei 2.769/2011, em seu artigo 2º,

[...] O Conselho Escolar das Unidades de Ensino da Rede Municipal são instâncias permanentes de debates articulados de todos os setores escolares e comunitário, constituindo um colegiado, em cada Unidade de Ensino, formado por representantes dos segmentos do poder público e da comunidade escolar (MOSSORÓ, 2011).

Tendo em vista que os Conselhos Escolares são instâncias de debates articulados entre os setores escolares e comunitário, percebe-se a importância que tem o processo de escolha dos representantes, pois são eles que constituem o colegiado nas unidades de ensino desse município. Esse momento é fundamental na formação do colegiado, porque através dele são escolhidos os representantes que assumem o cargo de conselheiro.

Na cidade de Mossoró, a cada biênio, acontecem eleições para Conselhos Escolares nas escolas e unidades de educação infantil. Os representantes se candidatam de acordo com o segmento de que eles fazem parte e são votados por seus pares. Segundo o Artigo 5º, “o conselho escolar é composto por segmento da comunidade escolar e comunidade local” (MOSSORÓ, 2011).

§ 1º - por comunidade escolar, entende-se:

I – Alunos regularmente matriculados com frequência dentro do percentual previsto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; II – Professores em efetivo exercício da função na Unidade de Ensino; III – funcionários da unidade de ensino; IV – Pais de alunos ou responsáveis; V – diretor e vice-diretor, ambos são membros natos, sendo o vice-diretor suplente do diretor, quando a escola não dispuser do vice-diretor, o supervisor escolar assume a suplência do diretor;

§ 2º - por comunidade local, entende-se:

I – Segmentos organizados da sociedade (Conselhos e Associações); II – Integrante de organizações com representante nas localidades onde a escola está inserida (MOSSORÓ, 2011).

As eleições acontecem em dezembro, após completar dois anos do processo eleitoral anterior, são realizadas nas escolas durante um dia todo e ocorrem de forma manual. Os votantes

são pais, alunos (a partir dos treze<sup>17</sup> anos), professores e funcionários da escola, assim como os candidatos a conselheiros. Esse processo requer compromisso de todos com a educação, pois ela é a finalidade primordial que se espera alcançar com o colegiado.

Art. 11 – A comissão para escolha dos representantes da escola será composta, paritariamente, por cinco membros, na seguinte proporção:

I – Um professor;

II – Um funcionário;

III – Um pai ou responsável;

IV – Diretor do estabelecimento;

V – Um aluno.

Parágrafo único: Os membros de que trata o caput deste artigo serão eleitos por seus pares e empossados pelo Conselho Escolar, mediante Portaria expedida pelo diretor da Escola (MOSSORÓ, 2011).

Diante disso, podemos mencionar que esse momento acontece de maneira cautelosa, seguindo todas as normas previstas para o Conselho Escolar. A comissão tem o papel de fiscalizar tudo o que ocorre durante as eleições, com o intuito de proporcionar um ambiente democrático e seguro aos envolvidos. É um dia cansativo, que inclui votação (direta e secreta), apuração dos votos e divulgação dos nomes dos representantes eleitos, contudo, gratificante, pois possibilita a participação dos sujeitos comprometidos com a educação de qualidade.

Segundo a Lei 2.769/2011, em seu artigo 12º, na ocasião, são eleitos titulares e suplentes por meio da votação (direta e secreta). O inciso 1º desse artigo estabelece: “os candidatos se inscreverão individualmente perante a Comissão Especial instituída no artigo 10º desta lei, sendo considerado eleito o (s) que obtiver (em) maioria dos votos” (MOSSORÓ, 2011). Em caso de empate, são utilizados os seguintes critérios:

§ 2º - [...] entre os representantes dos servidores, previstos nos incisos II e III do § 1º art. 5º será eleito o que apresentar melhor desempenho no Sistema de Avaliação Funcional.

§ 3º - [...] entre os representantes de alunos será eleito o que apresenta melhor rendimento e frequência escolar.

§ 4º - [...] entre representante legal do aluno e da comunidade local, havendo empate, será eleito o mais idoso (MOSSORÓ, 2011).

Portanto, todos têm oportunidade de se eleger e exercer o cargo de conselheiro, basta se inscrever para concorrer à vaga. Em relação aos titulares e suplentes, são denominados dessa maneira para que a função de conselheiro seja dividida entre ambos e não sobrecarregue ninguém. O titular assume o cargo, sendo responsável por participar da maioria das reuniões e

---

<sup>17</sup> De acordo com a realidade de Mossoró.

decisões que venham a ser tomadas, porém, caso ele não possa estar presente, o seu suplente assume a função quando necessário. O suplente tem as mesmas responsabilidades que o titular, entretanto, elas somente poderão ser executadas por aquele quando este não estiver presente. De acordo com o artigo 12º do Regimento do Conselho Escolar (2018), “em caso de renúncia do titular, o suplente assume a titularidade do segmento”.

I - Em caso de renúncia do titular e do suplente, compete aos conselheiros atuantes deliberar em reunião/assembleia, por pares, a escolha do substituto.

§ 1º – O conselho reunir-se-á, extraordinariamente em assembleia, para deliberar sobre a escolha de representantes de alunos, de pais ou responsáveis de alunos.

§ 2º – O conselho reunir-se-á, extraordinariamente com a equipe escolar, para deliberar sobre a escolha de representantes de professores e servidores.

§ 3º – O conselho reunir-se-á, extraordinariamente, para deliberar sobre a escolha de representantes da comunidade (MOSSORÓ, 2018).

O artigo 12º apresenta diferentes possibilidades em caso de renúncia para cada segmento do colegiado, mas nesta pesquisa enfatizamos o inciso 1º, por tratar dos representantes de alunos e pais/responsáveis, que são os sujeitos da nossa investigação. A assembleia para a substituição desses representantes ocorre com a participação de pais/responsáveis que têm filhos matriculados na escola. Nesse momento em que estão reunidas, essas pessoas se candidatam e é feita a votação, ganhando quem obtiver o maior número de votos.

Durante a nossa pesquisa empírica, tivemos acesso às atas da última eleição, que ocorreu no dia três de dezembro de dois mil e dezenove. Nesse dia, tão importante para a democracia escolar, as pessoas que compõem a escola exerceram seu direito de escolha por meio do voto. A participação dessas pessoas traz contribuições para todos os setores da escola e é importante que elas saibam disso, pois serão dois anos de mandatos dos representantes eleitos, assumindo as decisões no Conselho Escolar.

A Secretaria Municipal de Educação (SME) realiza no município de Mossoró/RN o Dia “D” no qual acontecem, simultaneamente, as eleições para conselheiros escolares em toda a rede municipal de ensino. O edital para convocação de inscrições é divulgado no Jornal Oficial do Município com todas as informações necessárias para a realização dos processos burocráticos e organizacionais para que as chapas sejam formadas e, devidamente, validadas junto à SME, assim como todos os trâmites que a escola deve seguir para que ocorra tudo dentro dos padrões (FREITAS, 2020, p. 109).

Em vista disso, podemos afirmar que as eleições para escolha dos representantes nos Conselhos Escolares de Mossoró/RN constituem um processo sério, que requer

comprometimento daqueles que se disponibilizam a fazer parte desse momento. A seguir, apresentamos como aconteceu a contagem dos votos para representantes dos segmentos de pais/responsáveis e alunos nas escolas pesquisadas. Destacamos esses dois segmentos por serem os sujeitos investigados neste trabalho.

Na Escola Municipal Evangelista de Oliveira (EMEO), foram apurados no total 121 (cento e vinte e um) votos, distribuídos entre representantes de professores, funcionários, pais/responsáveis e alunos. O titular representante de pais foi eleito com 58 (cinquenta e oito) votos e o suplente, com 31 (trinta e um) votos. Um dos candidatos a representante dos alunos teve 72 (setenta e dois) votos, elegendo-se como titular, enquanto o outro obteve 15 (quinze) votos, tornando-se seu suplente.

Na Escola Municipal Augusto Sobrinho (EMAS), foram 65 (sessenta e cinco) votos válidos, divididos entre os representantes de todos os segmentos. Nessa instituição, foram eleitos para representar os pais/responsáveis, dois titulares, cada um com 17 (dezesete votos), e dois suplentes: um com 14 (quatorze) e outro com 2 (dois) votos. Em relação aos representantes de alunos, foram eleitos um titular, com 29 (vinte e nove) votos, e um suplente, com 21 (vinte e um) votos.

Na Escola Municipal Araújo Freire (EMAF), o total de votos foi 114 (cento e quatorze), somando as escolhas dos professores, dos funcionários, dos pais/responsáveis e dos alunos (nesse caso, quem vota também são os pais). Os pais/responsáveis elegeram dois titulares e dois suplentes, de modo que o primeiro titular obteve 33 (trinta e três) votos e o segundo, 21 (vinte e um) votos, já os suplentes receberam 15 (quinze) votos cada um. Para representar os alunos, foram escolhidos um titular, com 52 (cinquenta e dois) votos, e um suplente, com 35 (trinta e cinco) votos.

Paro (2016, p. 24) faz uma colocação bem pertinente sobre a participação da comunidade escolar no processo democrático: “A participação da comunidade na escola, como todo processo democrático, é um caminho que se faz ao caminhar, o que não elimina a necessidade de se refletir previamente a respeito dos obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para a ação”.

Concordamos com ele, porque não adianta participar somente das eleições, sendo necessário estar presente em todo o processo, refletindo sobre os obstáculos e as potencialidades que venham a aparecer. Embora muita gente pense que a escolha do seu representante acontece apenas no dia em que vai votar, não é bem assim. É preciso conhecê-lo e saber das suas intenções como representante, para depois depositar a nossa confiança nele.

Portanto, o processo de escolha dos representantes no Conselho Escolar é um momento em que todos podem e devem participar, porque são essas pessoas eleitas que irão representá-los durante dois anos, tomando importantes decisões para a escola. Os pais/responsáveis assumem a responsabilidade de escolha duas vezes, pois votam por eles e também pelos alunos.

### **4.3 Grupo Articulador de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (GAFCE): conhecendo sua função**

O Grupo Articulador de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (GAFCE) foi instituído, como o próprio nome indica, para fortalecer e articular os colegiados. Na cidade de Mossoró, ele se constituiu no ano de 2010. Segundo Batista (2020, p. 78), a Secretaria Municipal de Educação (SME) foi quem aderiu a esse programa, “publicando sua nomeação no Jornal Oficial de Mossoró (JOM) n. 62A, Ano III, Portaria n. 128/2010- GEED/GG, no dia 2 de agosto de 2010”.

O artigo 1º, da Lei Complementar n. 29/2008, resolve nomear esse grupo para fomentar os Conselhos Escolares na cidade. A Secretaria Municipal de Educação percebeu a necessidade que as escolas apresentavam em relação à parceria com a gestão democrática e viu no colegiado uma possibilidade de participação nas deliberações escolares. Conforme Batista (2020, p. 79),

O GAFCE surge como representação figurada do PNFCE no município de Mossoró, emergindo para acompanhar, envolver e fortalecer os 84<sup>18</sup> (oitenta e quatro) Conselhos Escolares do Sistema Municipal de Educação. Esse grupo objetiva realizar formações continuadas, apresentar informações, participar das reuniões dos Conselhos Escolares *in loco*, fomentar roda de conversa e acolher os conselheiros na Secretaria de Educação.

Além de fortalecer e articular os Conselhos Escolares, o GAFCE tem o intuito de promover formações continuadas para os conselheiros que estão em atuação nos colegiados, acolhendo-os em rodas de conversas, nas quais compartilham informações essenciais. Atualmente, esse grupo, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SME) e a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), por meio do Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC), está promovendo o projeto de extensão “Formação dos conselheiros escolares da rede pública municipal de Mossoró-RN”.

---

<sup>18</sup> Vale ressaltar que, no ano de 2020, eram 84 (oitenta e quatro) Conselhos Escolares na cidade de Mossoró, porém, foi desmembrado um núcleo, acrescentando mais um conselho. Soma-se um total de 85 (oitenta e cinco), como mencionamos neste trabalho.

Esse projeto tem como objetivo fornecer formação aos conselheiros, visando a constituição de sujeitos sociais e participativos que possam melhorar cada vez mais sua atuação nos Conselhos Escolares. De acordo com Batista (2020, p. 161), é uma “formação continuada específica para conselheiros no sentido de fortalecer a gestão democrática”, que toma como base a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9.394/96<sup>19</sup>.

Art. 4º O Grupo Articulador de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (GAFCE) tem como finalidade garantir o fortalecimento e a participação da sociedade civil organizada com base no princípio da gestão democrática, respaldado pela legislação Federal, Estadual e Municipal (MOSSORÓ, 2019).

Além dessa finalidade, ele apresenta, no artigo 5º, as funções pedagógica, consultiva, mobilizadora e de controle social, referindo-se ao funcionamento dos Conselhos Escolares da rede municipal de ensino. Sua autonomia “está fundamentada na Legislação em vigor, nas normas emanadas da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação” (REGIMENTO INTERNO, 2019).

É notória a seriedade com que esse grupo tem atuado, pois se mostra preocupado em dar subsídios aos representantes, para que eles se sintam preparados para dialogar e tomar decisões sobre qualquer assunto que venha ser discutido nas reuniões. No entanto, alguns conselheiros ainda demonstram resistência em participar dessas formações, alegando falta de tempo ou de interesse nas discussões que venham a ocorrer. Nós não os culpabilizamos por agirem dessa maneira, pois as obrigações profissionais ou mesmo domiciliares demandam muito tempo, o que acaba prejudicando compromissos assumidos fora desses ambientes. No entanto, existem aqueles que, depois de assumirem o cargo, não expressam mais interesse em participar.

Em relação à composição do GAFCE, é formado por “1 coordenador (a), 1 vice coordenador (a) e 1 secretário (a) executivo (a) da pasta da educação, nomeados pela Secretária Municipal de Educação” (REGIMENTO INTERNO, 2019). Esses membros desempenham as competências apresentadas no artigo 8º de seu regimento.

I- discutir e deliberar sobre assuntos relacionados no artigo 4º deste Regimento; II- subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Regimento dos Conselhos Escolares, com base na Lei 2.769 de setembro de 2011; III- subsidiar os Conselhos Escolares na elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Regimento Escolar e Projeto Político-Pedagógico; IV- emitir parecer sobre assuntos de natureza educacional, quando solicitado pela

---

<sup>19</sup> Informações retiradas do *site* da Prefeitura de Mossoró/RN: Disponível em: <https://www.prefeiturademossoro.com.br/noticia/conselheiros-escolares-terao-formacao-continuada-em-projeto-de-extensao-da-uern-e-secretaria-municipal-de-educacao>.

Secretária Municipal de Educação referente aos Conselhos Escolares; V- fortalecer a participação dos Conselheiros Escolares nas suas atribuições para a melhoria progressiva da qualidade do processo de ensino-aprendizagem; VI- manifestar sobre medidas que ensejam o não cumprimento da legislação que versa sobre os Conselhos Escolares; VII- promover formação continuada, estudos, reuniões e debates sobre temas que dizem respeito à qualidade e equidade na educação pública municipal; VIII- fazer intercâmbio com o Conselho Municipal de Educação; IX- elaborar o seu regimento interno a ser aprovado pelo Conselho Municipal de Educação e instituído pela Secretária Municipal de Educação; X- coordenar o processo de eleição dos Conselhos Escolares; XI- realizar, anualmente, Fórum Municipal para os Conselhos Escolares (REGIMENTO INTERNO, 2019).

Essas competências fazem com que esse grupo esteja sempre articulado aos órgãos colegiados da cidade de Mossoró, encontrando-se em busca de um bom funcionamento e também do fortalecimento dos 85 (oitenta e cinco) Conselhos Escolares existentes. Ele desenvolve algumas de suas competências em parceria com o Conselho Municipal de Educação (CME), pois um dá suporte ao outro e, assim, realizam um excelente trabalho.

Enquanto estávamos realizando a pesquisa, tivemos a oportunidade de participar de um momento formativo que o GAFCE promoveu para as Unidades de Educação Infantil (UEI). O convite partiu da presidente do Conselho Municipal de Educação e foi muito bom participar das discussões que ocorreram durante o encontro, conhecendo de perto uma de suas competências. Os conselheiros tiveram a oportunidade de compreender um pouco mais sobre a gestão democrática, a função do Conselho Escolar e a importância do trabalho em equipe dentro do colegiado, de modo que aqueles que assumiram o cargo recentemente puderam esclarecer suas dúvidas<sup>20</sup>.

Como observamos, uma das competências do GAFCE é coordenar as eleições dos Conselhos Escolares, por isso, foi instituído na Lei 2.769/2011 que compete a ele elaborar as diretrizes operacionais, definir o calendário eleitoral, divulgar as normas referentes às eleições, acompanhar e fiscalizar em todas as escolas municipais o processo eleitoral e julgar algum recurso que venha a ser interposto durante as eleições. A comissão para fiscalizar a escolha dos representantes acontece na reunião de cada colegiado e tem como direcionamento as diretrizes definidas pelo GAFCE. São escolhidos cinco membros: um professor, um funcionário, um pai ou responsável, o diretor e um aluno (nas escolas campos de pesquisa, os estudantes são menores de treze anos, por isso, são substituídos por um pai ou responsável).

---

<sup>20</sup> Mães e pais que assumiram os cargos de conselheiros recentemente, substituindo os membros que tiveram que deixar de ser representantes porque seus filhos foram estudar em outras instituições.

De acordo com o artigo 11º de seu regimento, “O Grupo Articulador de Fortalecimento dos Conselhos Escolares funcionará na Secretaria Municipal de Educação de Mossoró, no Centro Administrativo, localizado no bairro Aeroporto” (REGIMENTO INTERNO, 2019). Suas reuniões acontecerão sempre que for necessário realizar estudos, deliberações, organizações e planejamentos. Assim como no Conselho Escolar, as reuniões são registradas em atas de maneira manuscrita, utilizando-se no GAFCE o mesmo meio de registro.

Em resumo, podemos afirmar que o GAFCE exerce com responsabilidade e comprometimento as competências atribuídas a ele. O grupo apresenta um papel importante na articulação e no fortalecimento dos Conselhos Escolares e também se mostra preocupado em capacitar conselheiros conscientes de suas funções, dando a eles a formação necessária para que possam dialogar e decidir com clareza as questões que exigem embasamento teórico.

## 5 REPRESENTATIVIDADE NOS CONSELHOS ESCOLARES: O OLHAR DA PESQUISADORA SOBRE SEU OBJETO DE PESQUISA

Neste capítulo, apresentamos as observações que ocorreram no período de março a junho de 2021 nos três Conselhos Escolares escolhidos<sup>21</sup> para desenvolver a pesquisa. Elas foram realizadas no formato virtual, fazendo uso da ferramenta do Google Meet<sup>22</sup>, porque a pandemia do novo coronavírus nos impossibilitou de ir a campo de forma presencial. Conforme Santos (2020, p. 7),

[...] sabemos que a pandemia não é cega e tem alvos privilegiados, mas mesmo assim cria-se com ela uma consciência de comunhão planetária, de algum modo democrática. A etimologia do termo pandemia diz isso mesmo: todo o povo. A tragédia é que neste caso a melhor maneira de sermos solidários uns com os outros é isolarmo-nos uns dos outros e nem sequer nos tocarmos. É uma estranha comunhão de destinos.

O autor defende que a pandemia cria uma consciência de comunhão planetária e democrática. As pessoas agem em busca do mesmo objetivo, que é cuidar de si e dos outros. Concordamos com o autor que precisamos ser solidários nesse momento, pois pandemia é uma situação séria e grave. Com a propagação da Covid-19 pelo mundo, a Prefeitura Municipal de Mossoró publicou o Decreto n. 5.959, de 24 de fevereiro de 2021, que, em seu anexo IX, discorre sobre o protocolo sanitário específico de retorno às aulas presenciais e distanciamento social: “fica suspensa a realização de eventos que caracterize aglomeração de pessoas”, devendo “priorizar o atendimento ao público e realização de palestras e reuniões por meios digitais e/ou virtuais. Caso não seja possível, garantir o distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) [...]”. Em virtude disso, as reuniões dos Conselhos Escolares aconteceram de forma virtual, seguindo as orientações da rede municipal e as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre as medidas preventivas de combate ao novo coronavírus.

Nesse formato, sentimos que, por alguns momentos, ficaram lacunas durante as observações, pois não há como comparar esse modo de interação com o contato físico, em que se percebe, através de gestos e olhares, aquilo que não é repassado pela fala. As lacunas às quais

---

<sup>21</sup> A caracterização das três escolas escolhidas foi discutida no capítulo 2, mais precisamente no tópico 2.2 Pesquisa empírica.

<sup>22</sup> É um serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pelo Google (Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Google\\_Meet](https://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Meet)). É fato que o Google Meet tem contribuído bastante com o desenvolvimento das atividades escolares nesse tempo de pandemia, tanto em sala de aula quanto em reuniões pedagógicas e do Conselho Escolar, formações etc.

nos referimos são: nas interações/relações entre os membros do Conselho Escolar, no acompanhamento das ações e na articulação particular entre titular e suplente.

Ao nos referirmos às interações/relações entre os sujeitos, nosso intuito é esclarecer que não ocorrem aqueles momentos, antes ou após as reuniões, em que eles ficam conversando sobre os assuntos discutidos ou os que ainda vão discutir. O acompanhamento das ações é outra lacuna identificada na pesquisa, porque os membros não podem ficar indo à escola para realizá-lo de perto, já que o acesso está sendo restrito e o horário de funcionamento da instituição também, abrindo apenas no expediente da manhã, o que acaba dificultando a presença dos representantes de pais/responsáveis, porque eles trabalham nesse horário. Sobre a articulação do titular com seu suplente na hora de decidir, não acontece de maneira particular. Essas são as lacunas que nos fizeram refletir no decorrer de nossa pesquisa empírica.

As observações aconteceram em nove reuniões, sendo três encontros por Conselho. A seguir, elas são relatadas por escola, para facilitar a compreensão dos leitores. Além das observações remotas, apresentamos também as impressões da pesquisadora, que foram anotadas em seu diário de pesquisa. Porém, antes de iniciar o relato por instituição, é importante ressaltar que, na primeira reunião de cada Conselho Escolar, o(as) presidente(s) apresentou/apresentaram a pesquisadora e sua pesquisa para os membros do colegiado. Nesse momento, foram expostos os objetivos do trabalho e seu percurso metodológico, para que todos entendessem a importância das observações e das entrevistas com os representantes de alunos e pais/responsáveis. O intuito não era julgar as ações desenvolvidas por eles, mas compreender o objeto de estudo, que é a representatividade dos pais/responsáveis no Conselho Escolar, a partir do que foi observado e embasado com o referencial, numa perspectiva político-sociológica (BOBBIO, 2007; SANTOS, 2020; PARO, 2001; 2016).

Apresentamos, ainda, as questões éticas. Elas são: o trabalho é para fins acadêmicos; não há identificação das escolas e dos sujeitos pesquisados; análises sem julgamentos de certo ou errado, as quais foram externadas para que os membros se sentissem seguros em relação à privacidade de suas identidades e ao uso dos dados construídos durante a pesquisa.

O foco da nossa discussão é a representatividade dos pais/responsáveis no Conselho Escolar, mas vale salientar que o tema representatividade perpassa o âmbito social, pois ele está presente nas relações que ocorrem na sociedade. Entendemos que “sociedade é o lugar onde surgem e se desenvolvem os conflitos econômicos, sociais, ideológicos, religiosos [...]” (BOBBIO, 2007, p. 35-36). Nesses conflitos, o sujeito busca alguém ou algo para se sentir representado diante de qualquer tipo de situação.

De acordo com Paro (2001, p. 09), o sujeito é aquele que transcende a natureza, constituindo-se como “ser histórico que só existe, só se constrói, de modo social, na relação com os demais seres humanos”. Observando as relações entre os sujeitos nos Conselhos Escolares, foi possível registrar como acontece a representatividade dos pais/responsáveis nesses colegiados.

O autor afirma que o Conselho Escolar é mais um instrumento de democratização, o que deve guiá-lo em suas ações nas relações escolares, pois muitos dos problemas que atribuem a ele já estão dentro da escola.

Ele ainda é um instrumento imperfeito, já que existem problemas institucionais para sua instalação de modo satisfatório nas escolas. Mas, de qualquer forma, é um instrumento que existe e precisa ser aperfeiçoado com vistas a que se torne o embrião de uma verdadeira gestão colegiada<sup>23</sup> que esteja articulada com os interesses populares na escola (PARO, 2016, p. 17).

Em suas pesquisas, ele tem chegado à conclusão de que muitas dificuldades nas relações sociais já existem dentro da instituição, porém, são identificadas como se ocorressem apenas nas reuniões do colegiado. Aliás, a democratização, que era seu principal intuito, acaba sendo desvalorizada. Ao apontar que o colegiado ainda é imperfeito devido aos problemas institucionais de sua implantação, ele está se referindo a algumas instituições de ensino que colocam o diretor como autoridade máxima, dando a ele um caráter autoritário, de modo que os conselhos perdem sua função de gestão colegiada, que se articula aos interesses da comunidade escolar.

Concordamos com ele, pois o Conselho Escolar é um instrumento importante que precisa ser mais valorizado, porque é através dele que as pessoas que compõem as escolas participam das decisões, o que permite que a democracia se concretize. Foi pensando justamente na importância dele que o escolhemos como objeto de nossa investigação.

## **5.1 Escola Municipal Evangelista de Oliveira**

No dia 13 de março de 2021, houve a primeira participação virtual na reunião do Conselho Escolar da Escola Evangelista de Oliveira, que se iniciou às 16h30min (dezesesseis horas e trinta minutos) e terminou às 17h30min (dezessete horas e trinta minutos). A pauta da

---

<sup>23</sup> “O termo colegiado, que deriva de colégio, vem sempre associado ao funcionamento dos conselhos, pois estes somente assumem o poder de deliberação quando reunidos e são dotados da mesma dignidade, mesmo poder, independentemente das categorias que representam” (BRASIL, 2004a, p. 22).

reunião foi: a) apresentação da gestora; b) mudança nos membros do Conselho Escolar; c) preparação do calendário do Conselho (sugestão de datas e pautas); d) caixa escolar (mudança de membros e informes sobre o financeiro da escola) e; e) ano letivo de 2021 (calendário escolar e aulas remotas).

Dessa reunião, participaram cinco mulheres e um homem, distribuídos da seguinte maneira: diretora, supervisora pedagógica do turno vespertino, representantes de pais/responsáveis (titular e suplente) e representantes de professores (as duas titulares). De acordo com o art. 17 do Regimento do Conselho Escolar, “as reuniões do Conselho Escolar funcionarão somente com um quórum mínimo de metade (50%) mais um de seus membros” (MOSSORÓ, 2018). Esse Conselho é composto por titulares, sendo assim, o quórum mínimo está formado, pois há três titulares representantes e mais a diretora, que também é titular.

Em relação à fisionomia dos membros que abriram suas câmeras, podemos descrever que os representantes de pais/responsáveis se mostravam bem atentos ao que estava sendo exposto. A diretora passou a maior parte do tempo séria e falava quando sentia necessidade de fazer alguma colocação, enquanto uma representante de professores (secretária do Conselho Escolar) prestou atenção no que era discutido e estava inteirada de toda a pauta. Não podemos mencionar como se encontravam os outros membros presentes na sala virtual, porque eles não ligaram suas câmeras em nenhum momento.

O primeiro ponto discutido da pauta foi a apresentação da gestora para o colegiado, pois ela assumiu a função nesse ano de 2021 e ainda não havia conhecido todos os representantes. É importante destacar que no município de Mossoró não há eleições para a escolha de gestores da rede municipal de ensino, os quais são selecionados por indicação política. Isso acarreta danos à gestão democrática das escolas públicas municipais, pois a comunidade escolar não tem o direito de opinar sobre quem vai conduzir a coordenação da instituição da qual ela faz parte, além de, a cada mudança de governo, haver a necessidade de mudança dos gestores escolares. Segundo Paro (2001, p. 64-65), “a implantação das eleições para diretores fundamenta-se na crença na capacidade do sistema eletivo de neutralizar as práticas tradicionalistas calcadas no clientelismo e no favorecimento pessoal [...]”. Em vista disso, percebemos que o poder executivo da cidade de Mossoró não está preocupado em beneficiar a comunidade onde a instituição está inserida, mas, sim, os próprios agentes políticos. Esse fato implica prejuízos até para a representatividade, pois a comunidade escolar não pode eleger o gestor que ela deseja como representante para administrar a escola.

Logo após apresentação da gestora, iniciaram-se as discussões acerca da mudança de representantes do colegiado. O representante de pais/responsáveis, que também é presidente,

mostrou-se preocupado com a defasagem dos membros, pois não há mais representantes de alunos (titular e suplente), já que os pais que os representavam não têm mais filhos estudando na escola, fazendo com que eles não pudessem continuar exercendo a função de representantes no Conselho Escolar dessa instituição. Essa preocupação dele merece destaque, porque os alunos não podem ficar sem representante no Conselho Escolar, na medida em que eles são os principais envolvidos na aprendizagem, que é “o objetivo maior da escola e, conseqüentemente, o foco do Conselho Escolar ao buscar a melhoria da qualidade da escola como um todo” (FREITAS, 2020, p. 130).

Outro ponto que merece destaque é a colocação feita pela mãe representante de pais/responsáveis, ao perceber que alguns dos membros não iam participar desse momento. Ela ressaltou: “está faltando responsabilidade por parte deles e se sabiam que não tinha como participar das reuniões nem tivesse se candidatado” (EDUARDA, REPRESENTANTE DE PAIS/RESPONSÁVEIS, 13/03/2021). Na sua fala, percebe-se uma apreensão, porque os representantes do colegiado não se fazem presentes, mostrando-se muito interessada em contribuir com o CE em que está conselheira.

Na reunião de hoje, percebi que os desafios encontrados pelos representantes são de que alguns dos membros (representantes de funcionários e representantes suplentes de professores) do Conselho Escolar não participam e isso afeta aqueles que estão interessados em contribuir, pois não recebem apoio, dificultando qualquer decisão que venha ser tomada (Excerto do Diário de Pesquisa de Geniclébia Oliveira, Mossoró/RN, 13 de março de 2021).

Diante do exposto, podemos mencionar que as decisões, que eram para ser tomadas com a participação de todos os representantes que compõem o Conselho Escolar, em alguns casos, não aconteceram, ou seja, a responsabilidade não era dividida entre eles, pois os representantes de funcionários (titular e suplente) não participaram da reunião. As decisões estavam asseguradas pela legislação, pois tinha 50% dos representantes mais um participando da reunião, porém, não havia os conselheiros do segmento de funcionários. Nesse caso, os funcionários representados estão sendo prejudicados por não terem alguém que lhes dê voz durante as discussões. Sobre os sujeitos da pesquisa, esses estiveram presentes, debatendo assuntos e questionando quando necessário. Já representantes de alunos, como mencionamos anteriormente, ainda não havia.

Em suas discussões, Paro (2016) aponta quatro condicionantes que podem afetar essa participação dos conselheiros nas reuniões, pois, se eles não estão presentes, deve haver algum motivo diferente de não desejarem estar ali. O primeiro se refere à falta de recursos (materiais

e financeiros), à desvalorização dos profissionais, que recebem baixos salários, à estrutura física deteriorada e à escassez de funcionários. O segundo está relacionado à escolha do gestor escolar, que não acontece de forma democrática, por meio do voto da comunidade escolar, o que acaba a desmotivando de querer participar de outras decisões da escola. O terceiro condicionante é sobre o interesse imediato de cada participante, que conflitua com os demais. O quarto e último condicionante diz respeito às crenças ideológicas individuais dos sujeitos, pois são elas que regulamentam seus comportamentos.

Esses quatro condicionantes podem interferir de alguma forma na participação dos membros do colegiado, dependendo da condição que as pessoas se encontram naquele momento. Portanto, é precipitado assegurar que eles não participam porque não querem. A respeito do segundo e do terceiro condicionante, vale fazer uma ressalva. Em relação ao segundo, é importante destacar que, mesmo o diretor sendo eleito, ele pode continuar atuando com relações verticais na escola. Sobre o terceiro, é fundamental entender que os representantes têm seus próprios interesses de resolver seus problemas subjetivos, influenciando em suas decisões, o que acaba gerando conflitos.

Na organização do calendário do Conselho (sugestão de datas e pautas), foi levada em consideração a disponibilidade dos representantes que participaram da elaboração, ficando decidido que os encontros aconteceriam na primeira segunda-feira de cada mês, a partir das 16h (dezesseis horas), temporariamente de forma remota. É interessante perceber que esse Conselho age pensando em todos os seus participantes, sem priorizar o cargo que ocupam na escola.

O assunto caixa escolar (mudança de membros e informes sobre o financeiro da escola) foi uma das maiores preocupações dos participantes nessa reunião, pois, se não tiver em funcionamento, nenhuma verba destinada à escola poderá ser retirada, por isso precisava ser resolvido com urgência. A mãe (representante suplente dos pais/responsáveis) questionou se, caso não decidissem quem iria assumir o caixa escolar, isso afetaria a compra dos kits de alimentação<sup>24</sup> dos alunos. A diretora respondeu que sim e a mãe disse: “então, vamos resolver isso logo. O que está faltando?” (EDUARDA, REPRESENTANTE DE PAIS/RESPONSÁVEIS, 13/03/2021). O presidente concordou com ela e pediu sugestões de possíveis nomes para assumir o caixa da escola. A diretora assistiu à reunião na escola e explicou aos funcionários que estavam com ela que a situação em que se encontrava o caixa

---

<sup>24</sup> Durante o período da pandemia, em que as aulas presenciais foram suspensas, as escolas compraram alimentos com os recursos financeiros da merenda escolar. Elas organizaram kits que foram distribuindo aos pais dos alunos matriculados. A entrega aconteceu na própria instituição, seguindo todas as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

precisava ser resolvida com urgência. Alguns dos funcionários ficaram de pensar se aceitavam ou não, afirmando que dariam a resposta na reunião seguinte.

Nesse momento, os representantes de pais/responsáveis se mostravam muito preocupados querendo que a situação fosse resolvida, pois pensavam nos alunos que não iam receber os kits de alimentação se não tivesse como comprar. Esses representantes falaram que se colocavam no lugar daquelas pessoas que estavam precisando de alimentos porque com a pandemia muita gente ficou desempregada e vivendo situações que requer ajuda (Excerto do Diário de Pesquisa de Geniclébia Oliveira, Mossoró/RN, 13 de março de 2021).

É tão importante perceber a sensibilidade que esses representantes têm com seus representados, porque representar não é somente tomar decisões, mas também se colocar no lugar do outro, agindo em benefícios de todos, posto que foram escolhidos para dar voz às pessoas que votaram neles. “Quando o conselheiro não está comprometido com seu setor ou não possui um real pertencimento ao mesmo, há uma tendência em representar seus interesses pessoais ou de outros setores, deixando seus pares sem a adequada representação” (MARQUES, 2018, p. 63). O que a autora demonstra com essa citação não é o caso dos nossos representantes de pais/responsáveis, pois eles se mostraram comprometidos com seu segmento e com toda a escola.

O último assunto a ser discutido foi o ano letivo de 2021 (calendário escolar e aulas remotas). O presidente deixou as representantes dos professores falarem como estavam acontecendo suas aulas remotas e a participação dos alunos. Elas disseram que a devolutiva das atividades ainda é estável, porque tem dias em que participam mais e outros em que participam menos. A diretora explicou que não sabia quando as aulas retornariam de forma presencial, pois os casos de contaminados não tinham diminuído.

A segunda reunião aconteceu no dia 05 de abril de 2021, com início às 16h15min (dezesesseis horas e quinze minutos) e encerramento às 17h30min (dezesete horas e trinta minutos). Nesse dia, estiveram presentes a diretora, a supervisora pedagógica do turno vespertino, o representante de pais/responsáveis (titular) e as duas titulares representantes de professores. Em relação ao modo como se comportaram os representantes durante a reunião, o presidente (representante de pais/responsáveis) ficou com a expressão séria enquanto os outros falavam, mas quando era a sua vez de expor algo, por diversas vezes, sorria. A diretora prestou muita atenção nas falas dos outros representantes e a representante de professores (secretária do Conselho Escolar) escutou atentamente e também deu suas contribuições quando achou necessário. Os representantes que ligaram as câmeras ficaram, na maioria das vezes, sérios

quando alguém estava falando, respeitando muito o posicionamento do outro. Os representantes que não mencionamos como suas fisionomias ficaram durante a reunião não ligaram suas câmeras em nenhum momento, por isso, não podemos explicar seus comportamentos.

Os assuntos da pauta foram: a) aprovação da ata do encontro anterior; b) situação dos representantes de alunos do Conselho Escolar; c) apresentação do caixa escolar; d) Decreto Estadual<sup>25</sup> sobre as aulas; e) acompanhamento das aulas; f) entrega dos kits de alimentação aos alunos; g) reunião com os responsáveis dos alunos; e h) sugestões para homenagear as mães.

No primeiro momento, a ata da reunião anterior foi lida e aprovada. Em seguida, foi discutida a situação dos representantes de alunos, que ainda não foi resolvida, continuando sem representatividade. Mesmo quando há representantes que participam frequentemente das reuniões, ainda há momentos em que a representatividade fica a desejar. Quando não se tem quem os represente, é pior. O que estamos querendo explicar é que a representatividade dos alunos se torna difícil mesmo com a participação frequente de seus representantes, pelo fato de que, na maioria das vezes, os estudantes não são consultados acerca das suas opiniões ou se têm algo para ser levado ao colegiado. Não basta ser assíduo nas reuniões se não toma as decisões levando em consideração as opiniões de seus representados, pois isso não significa representatividade.

Em alguns momentos, os representantes de pais falam pelos estudantes, mas, mesmo assim, eles precisam ter alguém que seja eleito especificamente para representá-los, pois é um direito deles. O presidente sugeriu que fosse marcada uma assembleia para a escolha dos novos representantes de alunos, porque as eleições irão acontecer somente em dezembro. Todos os participantes da reunião concordaram e, assim, será feita a escolha.

Enquanto a reunião acontecia, dava para perceber a inquietação do presidente sempre questionando sobre a falta de representante de alunos. Isso mostra que ele sabe da importância da representatividade para cada segmento, principalmente, dos alunos que estão diretamente envolvidos com o processo educacional e também por ser crianças que precisam de alguém para falar por elas. Eu não sei se o fato de ser pai e presidente faz com que ele execute sua função com competência, mas vejo nele um excelente representante de pais/responsáveis (Excerto do Diário de Pesquisa de Geniclébia Oliveira, Mossoró/RN, 05 de abril de 2021).

Nesse Conselho Escolar, percebemos que os representantes de pais/responsáveis estão sempre pensando naquilo que é melhor para todos da instituição, de modo que eles não representam somente seus pares e, por diversas vezes, se mostravam preocupados também com

---

<sup>25</sup> Decreto n. 30.458, de 1º de abril de 2021.

os alunos, questionando se o que iria ser decidido dava certo para os outros representantes. Então, a representação deles beneficia todos os representantes do colegiado, como o presidente costuma dizer: “aqui funcionamos como uma ciranda e para ela girar todos precisam dar as mãos” (DAMIÃO, PRESIDENTE REPRESENTANTE DE PAIS/RESPONSÁVEIS, 20/04/2021).

O fato de o presidente desse conselho ser um pai é muito interessante, visto ser difícil para os pais quererem fazer parte do colegiado, quanto mais assumirem a responsabilidade de presidente. Ele assumiu a função recentemente, pois a mãe que estava no cargo era a titular representante de alunos e precisou deixar o conselho porque sua filha não estuda mais na escola. Mesmo com pouco tempo na função, ele demonstra muito interesse em tudo o que é exposto nas reuniões, além de fazer questão de ouvir o que todos têm a dizer sobre os assuntos discutidos. Nessa perspectiva, seria importante que todos os pais pudessem viver essa experiência de ser presidente do Conselho Escolar, pois eles têm muito a contribuir com a escola, assim como os outros representantes também têm, porém, são os pais que acompanham de perto as crianças, vindo daí os verdadeiros motivos pelos quais despertam interesse pela educação de qualidade.

O problema do caixa escolar foi resolvido e a diretora compartilhou com os representantes do Conselho que faltava apenas registrar em banco e cartório os nomes do pessoal que irá compô-lo. Os representantes do colegiado comemoraram a formação do caixa da escola, pois a instituição poderá fazer uso do dinheiro que é destinado a ela e todos serão beneficiados. Assim como as pessoas têm resistência para participar do Conselho Escolar, elas também resistem para assumir qualquer outra função que não seja a sua como profissional. Acreditamos que isso é consequência dos condicionantes de participação, acerca de que Paro (2016) descreve muito bem.

Em relação ao Decreto Estadual n. 30. 458, de 1º de abril de 2021, entrou na pauta devido ao artigo 14º, referente ao retorno das atividades na rede privada, pois o representante de pais/responsáveis solicitou esclarecimentos sobre o retorno não acontecer também nas escolas públicas. A secretária (representante de professores) do Conselho Escolar explicou aos representantes que as escolas públicas não possuem ambientes que permitam seguir as normas de distanciamento social recomendadas pelo Ministério da Saúde e que por isso não seria possível retomar as aulas presenciais. Portanto, a volta às aulas fica restrita à rede privada de ensino, que vem desde o ano passado se preparando para esse retorno. Após a explanação da secretária, o presidente compreendeu que realmente as escolas públicas não estão preparadas para seguir os protocolos de saúde.

O acompanhamento das aulas remotas é um assunto que também está na pauta das reuniões porque os representantes sabem das dificuldades enfrentadas pelos alunos para assistir à aula ou realizar as atividades enviadas nesse formato. Muitas famílias ainda não possuem acesso à internet ou o seu celular não suporta os arquivos enviados porque a memória não é suficiente, então precisam saber como a participação das crianças está acontecendo para que possam ajudar quando houver necessidade. As professoras-conselheiras relataram suas experiências durante esses dois meses e, em seguida, o presidente externou sua preocupação com a educação das crianças, principalmente daquelas que não estão participando das aulas. Vivemos um momento muito frágil em nossa sociedade e a educação é uma das áreas que está sendo muito prejudicada, por isso requer cuidados redobrados com o processo de aprendizagem das nossas crianças, mesmo os professores se esforçando ao máximo para ajudar o maior número possível de estudantes.

Sobre os kits de alimentação dos alunos, a diretora informou que estão previstos para serem entregues o mais rápido possível. Como o caixa escolar já tem as pessoas encarregadas para seu funcionamento, a escola pode usar o dinheiro que veio para a compra. A entrega é realizada seguindo as recomendações do Ministério da Saúde, pois, infelizmente, o contágio pelo novo coronavírus ainda não diminuiu.

O encontro chegava ao fim, por isso os assuntos sobre a reunião de pais mestres e as sugestões para homenagear as mães foram explanados de forma prévia. A diretora falou que essa reunião era necessária para saber a opinião dos pais em relação ao ensino remoto. O presidente se disponibilizou a participar como representante do Conselho Escolar, caso fosse necessário. Para a homenagem do dia das mães, ficou decidido que as professoras combinariam na extra regência o que iam fazer para presentear as mães dos alunos.

Foi mais um encontro com muitos aprendizados e a disposição do presidente (representante de pais/responsáveis) em exercer a representatividade de seus pares diante de qualquer situação, mostrando que é possível os representantes representarem aqueles que os elegeram e não assumirem a função apenas porque foram escolhidos.

No dia 03 de maio de 2021, iniciou-se às 16h15min (dezesesseis horas e quinze minutos) e terminou às 17h40min (dezessete horas e quarenta minutos) a última reunião que observamos dessa escola. Os membros que participaram foram duas supervisoras pedagógicas, os representantes de pais/responsáveis (titular e suplente) e as duas titulares representantes de professores.

A fisionomia do presidente (representante de pais/responsáveis) esteve séria por alguns momentos, como sempre prestando atenção em tudo, de vez em quando brincava com os outros

integrantes, deixando a conversa mais leve. Já a mãe (representante de pais/responsáveis) demonstrava querer se inteirar dos assuntos discutidos, pois ficou em silêncio ouvindo as colocações e questionava quando surgia uma dúvida. A representante de professores (secretária do Conselho Escolar) sorriu em alguns momentos, em outros ficou séria. Não podemos explicar os comportamentos dos outros membros presentes porque não ligaram suas câmeras em nenhum momento da reunião.

Na pauta, falava-se sobre o acompanhamento das aulas, a avaliação das entregas dos kits de alimentação aos alunos, a avaliação das reuniões de pais e o orçamento dos recursos para 2021. Após a leitura da ata do encontro anterior, o presidente deu início à reunião. Ele se mostrou bem inteirado das questões referentes à escola, sempre perguntando as representantes de professoras como andavam as aulas remotas e se as crianças estavam participando.

O assunto inicial foi o envio das atividades remotas, posto que as representantes de professores relataram que algumas crianças não estavam participando e que isso as preocupava, porque os estudantes poderão ser prejudicados. Após os desabaços das professoras, a mãe (representante dos pais/responsáveis) pediu para falar sobre a situação que ela e muitos pais estavam vivendo em suas casas. Esse momento foi bem interessante, pois em sua fala ela colocou:

Eu estou falando aqui como mãe, e não como conselheira, pois eu sei das angústias que alguns pais estão passando para enviar essas atividades. Tem muitos pais que não enviam atividade não é porque não quer, mas porque não podem, tiro isso por mim. O meu celular não tem a câmera boa, as fotos ficam embaçadas, como a professora vai corrigir as atividades se não dá para ver as respostas? Outra coisa, o meu filho não consegue ficar sozinho para assistir aula *on-line* e eu não posso ficar ao lado dele a aula toda, pois tenho uma filha menor que precisa também da minha atenção. Assim, como eu tem outros pais que eu acredito que não devolvem as atividades não é porque não querem, mas porque não podem (REPRESENTANTE DE PAIS/RESPONSÁVEIS, 03 de maio de 2021).

Os representantes que estavam presentes afirmaram entender que cada caso é um caso e que, por isso, eles estão sempre perguntando aos pais os motivos que fazem com que eles não enviem as atividades. O presidente agradece a representante de pais/responsáveis por falar em nome dos pais porque ele também é pai e sabe o quanto está sendo difícil esse novo formato de ensino.

Na fala da representante de pais/responsáveis, quando ela diz “eu estou falando aqui como mãe, e não como conselheira” percebe-se que ela está exercendo a representatividade dos pais/responsáveis, pois se expressa em

nome deles, porém, não se dá conta disso. Ela acha que expor as angústias como mãe retira seu papel de conselheira, mas, pelo contrário, isso faz parte de sua função como representante de pais/responsáveis porque ela foi escolhida para representá-los em qualquer situação, seja para tomar decisão, discordar de algo, votar e dar sua voz para expressar o que eles sentem (Excerto do Diário de Pesquisa de Geniclébia Oliveira, Mossoró/RN, 03 de maio de 2021).

Nesse momento, percebemos que a representatividade é evidenciada no discurso da representante de pais/responsáveis, quando ela se coloca no lugar de fala de seus representados, dando voz àqueles que estão com dificuldades para fazer as tarefas remotamente, mas que não podem estar ali para se expressar. “Ao assumir a vaga como representante do segmento, é necessário que o conselheiro estabeleça canais de comunicação com seus pares, ele precisa realmente ser a voz de quem ele representa” (GOMES, 2019, p. 143).

O que a referida autora coloca é bem pertinente, porque não adianta assumir a função de representante se não há comunicação com o representado, na medida em que as trocas de informações não poderão acontecer sem diálogo entre eles. Dessa maneira, a representação não ocorre e os conselheiros acabam assumindo os cargos apenas para seus próprios benefícios. Contudo, não foi isso o que observamos nos momentos em que estivemos presentes nas reuniões, pois os pais-conselheiros se mostraram preocupados com seu segmento e também com o segmento dos alunos.

Sobre a entrega dos kits de alimentação aos alunos, as supervisoras informaram que saiu tudo dentro do previsto, tendo em vista que a equipe escolar seguiu todas as medidas de segurança recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Secretaria Municipal de Educação (SME). O presidente parabenizou a gestora, as professoras e as supervisoras pelo trabalho realizado. A distribuição desses kits ajuda muitas famílias que têm vivido momentos difíceis na pandemia, pois, mesmo não sendo uma cesta básica, representa um auxílio para essas famílias.

A discussão sobre orçamento dos recursos para o ano em curso não aconteceu porque era um assunto que a diretora ia expor, porém houve um imprevisto e ela não participou da reunião. Portanto, essa discussão ficou para outro momento quando ela estivesse presente.

Durante os três encontros, ficou evidente que o colegiado abre a possibilidade de participação para os representantes de pais/responsáveis, pois está sempre questionando, por exemplo, se eles têm alguma dúvida sobre o que está sendo discutido, se desejam falar, se concordam com tal decisão ou se discordam. Essas são atitudes que fazem com que os

representantes estejam envolvidos o tempo todo. Vale ressaltar que a participação desses conselheiros (mãe e pai) é bem ativa, pois são bastante questionadores.

Em relação à articulação entre titular e suplente na tomada de decisão, mesmo sendo em formato virtual, os representantes de pais/responsáveis estão sempre dialogando entre si. O presidente (titular) questiona a mãe-conselheira (suplente) se ela concorda com aquela decisão, se ela entendeu o que foi colocado, de modo que eles têm uma interação muito boa e o distanciamento não os impede de conversar.

Diante de tudo o que foi observado e registrado acerca da representatividade dos representantes de pais/responsáveis, podemos mencionar que eles exercem seu papel muito bem, pois se mostram preocupados em representar quem os elegeu, destinando sua voz para expressar os anseios que seus representados estão vivendo. Em contrapartida, os alunos são prejudicados por não terem representação, ainda mais nesse momento em que tudo é novo para eles.

## **5.2 Escola Municipal Araújo Freire**

No dia 18 de março de 2021, ocorreu a primeira reunião do Conselho Escolar dessa instituição de ensino. Iniciou-se às 15h30min (quinze horas e trinta minutos) e foi encerrada às 17h (dezesete horas). A pauta discutida foi a seguinte: a) início do ano letivo de 2021; e b) organização do calendário das reuniões do colegiado. Os representantes que estiveram presentes foram: quatro representantes de professores, sendo uma delas a presidente, duas representantes de pais/responsáveis (titular e suplente), a titular representante de funcionários, o representante da comunidade e a diretora. Desses representantes que participaram, apenas o representante da comunidade é do sexo masculino.

Em relação à fisionomia dos participantes que abriram suas câmeras, podemos apontar: a presidente manteve-se tranquila e com voz suave durante toda a reunião; a diretora estava séria e falou somente quando solicitada; uma das representantes de professores (suplente) prestou atenção nas falas e deu sua opinião quando sentiu necessidade; as representantes de pais/responsáveis ligaram suas câmeras somente para cumprimentar os outros representantes, depois elas preferiram permanecer com as câmeras desligadas. Não é possível descrever os outros representantes, pois não apareceram em nenhum momento.

O primeiro ponto discutido na pauta foi o início do ano letivo de 2021, em que as professoras que estiveram presentes falaram sobre como estavam acontecendo as aulas em suas

turmas. Elas relataram a preocupação com as crianças que não estavam participando das aulas remotas e que futuramente poderiam ser prejudicadas. A direção solicitou ajuda das mães-conselheiras para conseguir o contato com os pais desses alunos que não estavam participando das aulas. Uma das mães se propôs a entrar em contato com uma criança que ficava sempre brincando na calçada de sua casa.

Esse trabalho de buscar pelos alunos que não participavam das aulas ou não realizavam as atividades era muito importante porque diversos fatores podem contribuir para que isso ocorra, impossibilitando os estudantes de participarem. Seria interessante que nesse momento os representantes de alunos estivessem presentes para que pudessem ajudar, já que foram eleitos para representá-los. É importante destacar que há apenas uma mãe como representante de alunos, visto que a outra não faz mais parte do Conselho Escolar porque seu filho foi estudar em outra escola. Essa representante não participou nem justificou sua ausência. Portanto, não podemos apontar o motivo pelo qual ela não esteve presente, na medida em que há diversos condicionantes, conforme mencionado no tópico anterior, que podem ter impedido sua participação.

Diante do que foi colocado anteriormente, percebemos o segmento de alunos sendo prejudicado por falta de representantes porque as pessoas eleitas para representá-los poderiam estar exercendo sua função e indo em busca de informações sobre os estudantes com infrequência. Contudo, ainda bem que a instituição conta com representantes de outros segmentos que se preocupam com a aprendizagem dos estudantes e estão à disposição para ajudá-los.

A escolha dos membros dos Conselhos Escolares deve-se pautar pela possibilidade de efetiva participação: o importante é a representatividade, a disponibilidade e o compromisso; é saber ouvir e dialogar, assumindo a responsabilidade de acatar e representar as decisões da maioria, sem nunca desistir de dar opiniões e apresentar as suas propostas, pois os Conselhos Escolares são, acima de tudo, um espaço de participação e, portanto, de exercício de liberdade (BRASIL, 2004, p. 45).

Mesmo concordando com as diretrizes do MEC (BRASIL, 2004) sobre no que se deve pautar a escolha dos representantes, também apontamos que não há como saber as reais intenções dos candidatos a conselheiros, portanto corre-se o risco de ganhar alguém que não apresente nenhuma dessas características. No entanto, não é apenas no Conselho Escolar que isso pode acontecer. Na escolha de representantes políticos, isso se dá frequentemente, uma vez que o povo elege candidatos que prometem em seus discursos assumir compromissos,

responsabilidades e ter disponibilidades para atendê-lo, porém, depois que ganham, tudo muda. É importante destacar que os representantes desse conselho respeitam o momento de fala dos outros, sempre havendo diálogo e respeito pela opinião de cada um.

Em relação à organização do calendário das reuniões, ficou decidido que os encontros virtuais aconteceriam na última quinta-feira de cada mês às 15h (quinze horas). Essa decisão foi feita com o consentimento dos representantes que estiveram presentes, pois, segundo eles, à tarde, todos têm disponibilidade, principalmente no formato remoto, porque os filhos das representantes de pais/responsáveis utilizam os aparelhos celulares pela manhã para assistir aula.

Assim como no Conselho da outra escola, esse colegiado também se preocupa com seus representantes e não impõe dia e horário que favoreçam apenas algumas pessoas, mas permite que a decisão beneficie a maioria, tendo em vista que o colegiado é composto pelos representantes que foram eleitos para compô-lo, de modo que a participação deles nas reuniões é fundamental. “A participação dificulta a manutenção de autoritarismos, embora a emancipação política se dê como processo, numa abertura em construção à participação” (INNOCENTE, 2007, p. 45). Em nenhum momento, percebemos relações autoritárias, pelo contrário, evidenciamos uma rede de apoio entre os conselheiros em que o diálogo foi a principal ferramenta.

No dia 29 de abril de 2021, aconteceu a segunda reunião que teve início às 15h (quinze horas) e terminou às 18h (dezoito horas), passando do horário previsto para concluir, o qual geralmente ocorre às 17h (dezessete horas). No entanto, as discussões foram muito demoradas e por isso houve a necessidade de ir além do horário determinado. Os representantes presentes foram: a diretora, a supervisora, as quatro representantes de professores, as três representantes de pais/responsáveis, uma representante de funcionários e o representante da comunidade, somando no total onze participantes, sendo dez mulheres e um homem.

No tocante à fisionomia dos representantes que abriram suas câmeras, evidenciamos o seguinte: a presidente aparentou estar bem tranquila em todos os momentos; a diretora e a supervisora ficaram sérias; uma representante de professores (suplente) ficou séria, pois ouvia com atenção as opiniões dos outros conselheiros e também se posicionava quando era necessário. Os outros membros não ligaram as câmeras.

A pauta discutida foi: a) Regimento do Conselho Escolar; b) acompanhamento dos alunos nas aulas remotas e; c) fardamento. A reunião iniciou-se com a leitura da ata do encontro passado e, em seguida, a presidente apresentou a supervisora aos representantes do Conselho Escolar. A supervisora já fazia parte do quadro de funcionários da escola, mas ela precisou se

ausentar para fazer o mestrado e depois o doutorado, retornando esse ano. Na época em que ela assumiu a função de supervisora foi através de Concurso Público. Atualmente, com algumas aposentadorias de antigos supervisores, quem assume o cargo são professores efetivos que trocam a sala de aula pela supervisão, pois a rede municipal de ensino, até o momento da pesquisa. Atualmente, há um processo seletivo vigente.

Após a apresentação, a presidente passou a fala para a diretora informar sobre o fardamento que foi disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Mossoró (PMM) e que seria entregue aos estudantes. A diretora assegurou que seriam tomados todos os cuidados recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), assim como aconteceu nas entregas dos kits de alimentação. Entretanto, os cuidados precisariam ser redobrados, pois os responsáveis pelos alunos deveriam permanecer mais tempo dentro da escola para realizar a escolha dos tamanhos do fardamento. Os conselheiros, percebendo a necessidade de mais pessoas para agilizar na entrega e com isso evitar aglomerações, dispuseram-se a ajudar.

Em relação ao Regimento do Conselho Escolar, a presidente apresentou quatro capítulos do Título II – Do Conselho Escolar para os membros e falou da importância de cada um. Pelo fato de o tempo ser curto, a apresentação dos outros títulos ficou para as reuniões posteriores. Os capítulos apresentados foram: capítulo I – Das atribuições do conselho, capítulo II – Da constituição e representação, capítulo III – Da estrutura e funcionamento, capítulo IV – Das reuniões. A presidente apontou que o estudo do Regimento era para ter acontecido ano passado, mas, devido à pandemia, foi necessário fazer alguns ajustes nos assuntos das pautas para que pudessem atender as necessidades relacionadas às demandas que a educação estava vivendo com o novo formato de ensino. Ela explicou também que as cópias impressas do documento não foram disponibilizadas por causa do risco de contaminação pelo coronavírus, que pode ser transmitido no contato com objetos. Portanto, evita-se a distribuição de qualquer material impresso. Sobre enviar arquivos digitais no e-mail, ficou inviável porque os representantes de pais/responsáveis, os alunos e a comunidade possuem apenas os seus celulares, que não dispõem de memória suficiente para baixar documentos extensos nem permitem uma boa leitura porque as letras são pequenas. Contudo, espera-se que, nas próximas discussões, os casos de contaminação tenham diminuído e que os membros possam ter o documento para realizar a leitura.

Durante a apresentação do Regimento, percebi na fala da presidente que estava preocupada porque o estudo desse documento ainda não havia acontecido e por isso que, mesmo sem os representantes realizarem a leitura, ela explanou os capítulos que dava para eles compreenderem a partir de sua fala. É muito

importante que os representantes conheçam o Regimento do Conselho Escolar porque através dele os conselheiros compreendem melhor as funções, as atribuições, a composição e os direitos e deveres do colegiado (Excerto do Diário de Pesquisa de Geniclébia Oliveira, Mossoró/RN, 29 de abril de 2021).

Mencionamos que foi possível percebermos na fala da presidente a preocupação em não realizar antes o estudo, visto que por diversas vezes ela enfatizou a importância do documento como também o fato de ele ter sido colocado no cronograma do ano passado. É fundamental lembrar que esses representantes assumiram suas funções em 2020, pois a eleição aconteceu em dezembro de 2019 e, pelo que ficou entendido, o estudo do Regimento do Conselho Escolar ocorre no primeiro ano de mandato dos conselheiros.

Antes de iniciar o ponto seguinte da pauta, a presidente falou acerca da autoavaliação do colegiado, indicando que esta acontecia, mas que não era sistematizada, ou seja, os representantes conversavam sobre pontos positivos e negativos das ações desenvolvidas. Ela destacou esse assunto após conversarmos informalmente sobre ele, porque, na elaboração do quarto capítulo, realizamos leituras que faziam referência à importância desse tipo de avaliação, o que nos instigou a desejar saber como de fato acontecia. A presidente declarou que a conversa a fez refletir a respeito da maneira como eles estavam realizando a autoavaliação e que era importante sistematizar para esse momento não passar despercebido.

Outro ponto discutido foi o acompanhamento dos alunos nas aulas remotas, assunto bem recorrente nas reuniões dos Conselhos Escolares, em que a presidente (representante de professores) iniciou abordando a sua preocupação com os estudantes que não participavam das aulas (síncronas) e não realizavam as atividades (assíncronas); depois dela, as outras representantes de professores também falaram de suas angústias. Após as falas das professoras, a supervisora questionou como estavam sendo enviadas as atividades e quais ferramentas eram utilizadas por elas. As professoras mencionaram o uso do grupo de WhatsApp<sup>26</sup> e o Google Sala de Aula/Classroom<sup>27</sup>, porém havia alguns responsáveis que ainda não sabiam usar esse último. Contudo, percebendo as dificuldades, elas não exigiam que as atividades fossem enviadas pelo aplicativo Classroom, e sim pelo grupo de WhatsApp, que é de fácil manuseio.

---

<sup>26</sup> É um aplicativo de troca de mensagens e comunicação em áudio e vídeo pela internet, disponível para smartphones Android, iOS, Windows Phone, Nokia e computadores Mac e Windows. Informações retiradas do site: <https://olhardigital.com.br/2018/12/20/noticias/whatsapp-historia-dicas-e-tudo-que-voce-precisa-saber-sobre-o-app/>

<sup>27</sup> É uma sala de aula on-line, que ajuda professores no gerenciamento de atividades e criação de aulas interativas, ajudando o aluno a aumentar o aprendizado por meio de ferramentas disponíveis na Internet. O serviço ainda permite criar diferentes turmas, distribuir tarefas e enviar e receber notas e feedbacks. Informações retiradas do site: <https://www.techtodo.com.br/noticias/2020/04/como-funciona-o-google-classroom-saiba-tudo-sobre-a-sala-de-aula-online.ghtml>

Durante as discussões sobre o uso dessas ferramentas, uma das titulares representante de pais/responsáveis expôs sua opinião, mostrando-se bem inteirada e se posicionando a esse respeito. A representante de pais/responsáveis relatou que, assim como ela sentia dificuldades em usar a ferramenta Classroom (esse aplicativo estava sendo utilizado em todas as escolas da rede municipal), outros responsáveis também sentiam. Porém, pelo fato de ser conselheira e ter acesso direto à equipe pedagógica, através do Conselho Escolar, era bem mais fácil para falar. A mãe colocou também as dificuldades que os filhos têm para usar sozinhos esse aplicativo. As outras representantes de pais/responsáveis aproveitaram o momento e também se posicionaram, concordando e reforçando que alguns responsáveis estavam sentindo o mesmo.

Nas falas das mães representantes de pais/responsáveis, percebemos que elas estavam exercendo a representatividade das pessoas que votaram nelas, pois se expressavam por seus representados e também se colocavam no lugar deles. Isso é evidenciado quando a mãe afirmou que para ela era fácil falar porque tinha acesso ao Conselho Escolar, enquanto os outros responsáveis sentiam as mesmas dificuldades, mas não tinham o acesso direto à “equipe pedagógica”, conforme se referia à diretora, à supervisora e às professoras, que são representantes do colegiado.

Após as colocações das mães sobre o uso dos aplicativos, os representantes discutiram se continuariam utilizando o grupo de WhatsApp e o Classroom, ou somente o primeiro, por ser mais fácil de manusear. A suplente (representante de pais/responsáveis) disse que aos poucos todos iriam aprender utilizar essa ferramenta, mas que era preciso tentar. Quando foram questionadas acerca de utilizar somente o grupo de WhatsApp, já que a maioria dos responsáveis apresentou dificuldades, a suplente foi bem clara: “sugiro utilizar os dois recursos para enviar as atividades, pois a tecnologia está cada vez mais presente em nossas vidas e não podemos fugir dela” (ANA, REPRESENTANTE DE PAIS/RESPONSÁVEIS, 29/04/2021). Depois dessa fala, os membros decidiram que iriam continuar usando os dois recursos e os pais escolheriam aquele que eles considerassem melhor.

Em seguida, os conselheiros conversaram a respeito das crianças que não estavam participando das aulas síncronas e de os responsáveis não enviarem as atividades assíncronas, pois precisavam fazer algo para ajudá-las. Surgiu a ideia de os representantes conversarem com os responsáveis quando eles fossem receber o fardamento na escola. Essa conversa demorou mais do que o previsto, prolongando o término da reunião, tendo em vista que eles precisavam de estratégias para auxiliar os responsáveis e, principalmente, as crianças, que estavam sendo as mais prejudicadas. Então, ficou combinado de os representantes se revezarem durante a semana da entrega das fardas e conversarem com os responsáveis pelos alunos para saber os

motivos pelos quais as crianças não estavam participando das atividades (síncronas e assíncronas).

Essa ação do Conselho Escolar mostra que não são somente problemas burocráticos que ele resolve, como algumas pessoas pensam, posto que sua função está para além disso. Conforme as orientações do MEC (BRASIL, 2004), a participação do CE é a essência do trabalho escolar, de modo que a função de “acompanhar o desenvolvimento da prática educativa, do processo ensino-aprendizagem, é sua focalização principal, isto é, sua tarefa mais importante” (BRASIL, 2004a, p. 18).

A terceira reunião aconteceu dia 27 de maio de 2021, às 15h (quinze horas), e terminou às 17h20min (dezessete horas e vinte minutos). Os conselheiros que participaram foram: duas suplentes e uma titular representante de professores, uma titular e a suplente representante de pais/responsáveis, a diretora, a supervisora e a representante de funcionários. Nessa reunião, apenas a presidente abriu a câmera, e a sua fisionomia era de alegria, tendo sorrido em alguns momentos.

A pauta da reunião foi: a) informes e; b) estudo do Projeto Político-Pedagógico (PPP). A diretora repassou os informes aos representantes, comentando primeiro sobre a conversa que os conselheiros tiveram com os responsáveis dos alunos que não estavam participando das atividades (síncronas e assíncronas). O resultado foi positivo porque aqueles que não enviavam as atividades passaram a enviar, melhorando muito a participação dos alunos. Os outros informes diziam respeito à entrega de leite para as famílias dos estudantes matriculados na escola e aos recursos financeiros que ainda não tinham sido repassados à escola.

A presidente solicitou que os representantes que participaram das conversas com os responsáveis, os quais desejassem falar um pouco como aconteceu esse momento, ficassem à vontade. A suplente representante de pais/responsáveis declarou que foi bom ter ouvido os responsáveis porque, assim, a escola poderia ajudá-los. Uma das suplentes (representante de professores) mencionou que as queixas que as famílias faziam eram por causa do tempo, que as impossibilitava de acompanhar seus filhos nas atividades. Algumas estavam colocando em aula de reforço, enquanto outras tinham somente o fim de semana para realizar as tarefas com a criança. A titular (representante de professores) que estava presente falou que os responsáveis se queixavam da falta de internet e de acompanhamento familiar. Após essas colocações, a presidente disse que o próximo passo seria analisar os termos assinados pelas famílias e ver o que foi combinado com cada uma e, depois, conversar com os professores para saber se a ação foi positiva, melhorando a participação. A supervisora também colocou a sua percepção após

as conversas, deixando claro para os pais que é obrigação da escola e da família garantir as aulas para as crianças em tempos de isolamento social.

Depois dos informes, a supervisora deu início à apresentação do Projeto Político-Pedagógico e explicou todos os tópicos para que os conselheiros o compreendessem da melhor maneira possível. Ela tratou da importância que esse documento tem para a escola e a comunidade em geral, pois através dele cada unidade de ensino se articula com os conteúdos que são necessários. Em seguida, apontou as mudanças necessárias no documento, na medida em que ele precisava levar em consideração a realidade social vivida devido à pandemia e também a realidade cultural e econômica do local.

A supervisora passou um vídeo cujo título é “O Projeto Político-Pedagógico e a BNCC”, que discute a organização do PPP e suas funções na escola, mencionando algumas vezes a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ela mostrou um mapa conceitual que definia o PPP como: uma organização escolar, reflexão, discussão e uma gestão democrática. Nesse momento, ela enfatizou a gestão democrática nesse documento como a não exclusão de alunos, de funcionários ou da família, porque ele deve buscar a transformação com um trabalho pedagógico do ambiente onde a escola está inserida. Após a apresentação, houve uma dinâmica para que cada representante escrevesse o que ele gostaria que estivesse presente no PPP. A presidente agradeceu a supervisora pela exposição, tendo em vista que os representantes de pais não conheciam esse documento, tão importante para a escola.

Nesse processo de elaboração do projeto político-pedagógico da escola, compete ao Conselho Escolar debater e tornar claros os objetivos e os valores a serem coletivamente assumidos, definir prioridades, contribuir para a organização do currículo escolar e para a criação de um cotidiano de reuniões de estudo e reflexão contínuas, que inclua, principalmente, a avaliação do trabalho escolar. Por meio desse processo, combate-se a improvisação e as práticas cotidianas que se mostram incompatíveis com os objetivos e as prioridades definidos e com a qualidade social da educação que se pretende alcançar (BRASIL, 2004, p. 38).

De acordo com o PNFC (BRASIL, 2004), é competência do colegiado a elaboração do PPP, incluindo objetivos claros e valores para serem trabalhados coletivamente e também para combater a improvisação e as práticas que são incompatíveis com a qualidade na educação que todos pretendem alcançar. A construção do PPP requer a participação de todos os envolvidos na escola e no Conselho Escolar, onde se encontram os representantes de cada segmento. Portanto, esse colegiado é “o sustentáculo de projetos político-pedagógicos que permitem a definição dos rumos e das prioridades das escolas numa perspectiva emancipadora, que

realmente considera os interesses e as necessidades da maioria da sociedade” (BRASIL, 2004, p. 35).

No decorrer das reuniões, verificamos o interesse das mães (representantes de pais/responsáveis) em ajudar a instituição, uma vez que aceitaram participar das ações que foram desenvolvidas pelo colegiado no intuito de dar contribuições. Em algumas discussões, percebemos a representatividade sendo evidenciada nas falas das mães que se colocaram no lugar de seus representados e apresentaram as dificuldades que eles estavam sentindo com o ensino remoto. Foi bem interessante ouvir da mãe que, pelo fato de ser conselheira e ter acesso à equipe da escola, torna-se mais fácil para ela expor suas angústias, enquanto há outras/os mães/pais que sentem o mesmo, porém não expõem.

Em relação à representatividade dos alunos, mais uma vez fica a depender dos representantes de pais/responsáveis, assim como aconteceu no outro Conselho Escolar, pois, embora nesse tenha a representante, ela não participou de nenhuma das reuniões. Em contrapartida, felizmente, no colegiado há conselheiros que se preocupam com esse segmento e se dispõem a ajudá-lo. Portanto, essa falta de representatividade dos alunos deveria ser um assunto discutido nas reuniões, pois são eleitos representantes para exercerem essa função, mas isso não que vem acontecendo nos colegiados.

### **5.3 Escola Municipal Augusto Sobrinho**

A primeira reunião aconteceu no dia 16 de março de 2021 às 16h (dezesesseis horas) e encerrou-se às 17h (dezessete horas). Os assuntos da pauta foram: a) apresentação oficial da nova gestora aos conselheiros; b) mudança do presidente do caixa escolar; c) repasse de como estão acontecendo as aulas *on-line*; d) informar como está o funcionamento da escola nesse período.

Os membros que estiveram presentes foram: uma titular e duas suplentes (representantes de professores), a diretora, a supervisora do turno matutino, a titular (representante dos alunos) e duas representantes de funcionários (titular e suplente). A presidente é a titular representante dos professores. Nesse momento, algumas pessoas ligaram suas câmeras e, assim, pudemos ver como estavam suas fisionomias. A presidente estava com uma expressão de felicidade; a diretora, muito séria, vez por outra dava um leve sorriso; a supervisora demonstrou atenção ao ouvir as discussões, mas também sorriu em alguns momentos; uma das suplentes representantes de professores não externou nenhum sorriso em toda a reunião, enquanto a outra tinha momentos em que sorria, em outros ficava séria; as representantes de funcionários como

também a representante de alunos não ligaram suas câmeras, por isso não temos como descrever suas expressões.

O momento iniciou-se com a leitura da ata da última reunião que ocorreu no ano passado, sendo uma maneira de lembrar o que foi discutido anteriormente para que todos ficassem cientes das decisões tomadas, principalmente aqueles que não estavam presentes. Em seguida, a nova gestora foi oficialmente apresentada aos conselheiros, porque, assim como ocorreu na Escola Evangelista de Oliveira, houve uma mudança na gestão da escola após as eleições municipais de 2020. Ou seja, a diretora foi escolhida por indicação política. Como essa foi a primeira reunião do ano letivo de 2021, os representantes não conheciam a gestora. A presidente explicou que a diretora tinha assumido o cargo recentemente, falou seu nome e deu a oportunidade para ela falar. A gestora se apresentou e disse que estava à disposição da escola para ajudar no que fosse necessário.

O segundo ponto discutido foi a mudança do presidente do caixa escolar, visto que a pessoa que exercia essa função não trabalhava mais na instituição e, por isso, precisou ser substituída. Alguns nomes foram citados, mas não se podia definir quem ficaria na função porque essas pessoas não estavam presentes, portanto ficou decidido que primeiramente seria conversado com elas para depois confirmar quem iria assumir.

No que tange ao repasse de como aconteciam as aulas *on-line*, as representantes de professores trataram da participação dos alunos e das devolutivas das atividades. Elas apresentaram as mesmas dificuldades enfrentadas nas outras escolas, ou seja, os pais não podiam acompanhar os/as filhos/as nas aulas virtuais nem nas tarefas assíncronas. Além disso, muitas famílias não possuíam internet ou aparelho celular, sendo muitos os fatores que impediam a participação dos estudantes.

O último assunto da pauta foi informar como estava o funcionamento da escola no período de pandemia. Nesse momento, a presidente pediu à diretora que repassasse aos representantes essa informação. A diretora explicou que a instituição estava funcionando nos dois horários com redução de funcionários para não ocasionar aglomeração, como também que eles se revezavam na intenção de a escola funcionar nos dois turnos.

É importante destacar que, dentre os sujeitos investigados, há apenas uma mãe representante de alunos, pois um representante de pais/responsáveis faleceu e o outro não tem mais criança estudando na escola, assim como uma representante de alunos que seu filho foi para outra instituição.

Durante a reunião, a mãe não se pronunciou em nenhum momento, somente ouviu as discussões. Não podemos nos precipitar e dizer que não há representatividade de alunos porque ela não falou ou questionou, pois essa foi a primeira reunião e ela pode querer se inteirar dos assuntos para depois se expressar (Excerto do Diário de Pesquisa de Geniclébia Oliveira, Mossoró/RN, 16 de março de 2021).

Segundo Batista (2020, p. 59), mesmo com a legislação fundamentando a gestão democrática e as pesquisas que relacionam o Conselho a essa gestão, “ainda encontramos conselheiros com dificuldades de conhecer e exercer seu papel representativo no colegiado”. Ela informa que, para os representantes, pode ser desafiador exercer suas funções, mesmo eles estando imersos nas questões concernentes à instituição porque têm dificuldade de compreender o que acontece internamente em suas relações.

Consideramos a colocação da autora muito pertinente, por essa razão a utilizamos na busca de compreendermos a não participação da representante de alunos, posto que ela pode sentir essa dificuldade de exercer sua função no colegiado, mesmo tendo conhecimento de que é importante para seus representados. A dificuldade em se expressar como representante é muito comum, pois alguns deles assumem esse papel e apenas assistem às reuniões, sem que deem opiniões ou falem em nome dos representados.

No dia 20 de abril de 2021, às 16h30min (dezesesseis horas e trinta minutos), teve início a segunda reunião, que terminou às 17h30min (dezessete horas e trinta minutos). Os representantes que se fizeram presentes foram: a presidente (representante de professores), a diretora, a supervisora, três representantes de professores, duas representantes de funcionários (titular e suplente) e a titular representante de alunos. As participantes são todas do sexo feminino.

As representantes que abriram as câmeras foram: a presidente, sempre muito sorridente; a diretora, que ficou séria; uma das suplentes representante de professores e a supervisora, que tiveram momentos em que sorriram como também prestaram atenção. As outras representantes não ligaram suas câmeras, então não podemos descrever suas fisionomias.

A pauta foi a seguinte: a) calendário (aulas no sábado); b) balanço das aulas remotas; c) busca ativa dos alunos; d) prestação da entrega do kit e da merenda escolar; e) decidir as datas das assembleias gerais; f) informes do andamento da transição do caixa escolar; g) informes sobre a declaração do imposto de renda; h) planejamento das necessidades de compras.

A presidente iniciou a reunião lendo a ata do encontro passado e, em seguida, pediu para que a diretora falasse sobre as aulas aos sábados. A diretora explicou que alguns sábados seriam dias letivos ou quando houvesse a necessidade de pagar falta de um professor que precisasse se

ausentar em algum dia da semana. As aulas aos sábados ajudam na organização do calendário escolar, pois, com os feriados, é necessário ter essa complementação para que os estudantes tenham duzentos dias letivos de aulas, que são um direito seu. O art. 12 da Lei n. 9.394/1996 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) define que os estabelecimentos de ensino têm a incumbência de “assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas” (BRASIL, 1996).

O segundo ponto discorreu sobre o balanço das aulas remotas. As representantes de professoras que participaram da reunião citaram a frequência de suas turmas. Elas demonstraram a mesma preocupação do encontro anterior. A diretora comentou sobre a plataforma do Busca Ativa<sup>28</sup>, em que é registrada a frequência dos estudantes. Essa plataforma permite que a escola e o setor pedagógico do município acompanhem a participação dos alunos na instituição, ou seja, se eles não estão frequentando-a, cujo intuito desse controle era o de evitar a evasão escolar. Esse acompanhamento é feito quinzenalmente, em que as professoras registram a frequência e enviam à coordenação da escola para, em seguida, a supervisora colocar na plataforma.

O uso dessa plataforma mostra a preocupação com os estudantes porque, através desse acompanhamento, os professores e a coordenação têm o controle para eles não se evadirem da escola. Com o novo formato de ensino, ao qual nem todos têm acesso, os alunos podem sentir-se desmotivados e desistir de estudar. Por esse motivo, a escola desenvolveu diversas estratégias para assegurá-los até o retorno das aulas presenciais. Durante a pandemia, a educação foi uma das áreas que mais se reinventaram.

Em relação à prestação da entrega dos kits de alimentação, a diretora informou que foram entregues seguindo as recomendações do Ministério da Saúde e da Prefeitura de Mossoró, tomando os cuidados necessários para evitar a contaminação e a proliferação da Covid-19. Outro ponto da pauta foi decidir as datas das assembleias gerais, porque o Conselho encontrava-se sem representante de pais/responsáveis e precisava urgentemente escolher quem iria assumir essa função. A escolha se dá em assembleia geral com a participação dos pais/responsáveis pelos alunos matriculados na escola. Os participantes chegaram à conclusão de que precisa acontecer o mais rápido possível e viram a possibilidade de ser no mês de maio. A presidente questionou todos os presentes sobre qual horário daria certo para eles participarem. Nesse momento, a representante de alunos se pronunciou e disse que o melhor horário seria à

---

<sup>28</sup> É uma plataforma gratuita para ajudar os municípios a combater a exclusão escolar. Foi desenvolvida pelo UNICEF em parceria com Undime, Congemas e Conasems. Informações retiradas do *site*: <https://www.unicef.org/brazil/busca-ativa-escolar>

tarde, pois pela manhã as mães, assim como ela, têm muitos afazeres em casa, o que atrapalharia a sua participação na assembleia.

Percebemos que a representante de alunos falou em favor das mães, pois são elas que participam das assembleias, e não seus filhos, visto que não têm idade suficiente para participar e opinar. Ou seja, ela representou o segmento de pais/responsáveis e, de certa forma, indiretamente, o seu próprio segmento. Isso é compreensível porque os pais/responsáveis não têm representantes nesse Conselho e como, além de conselheira, ela também é mãe, pode ter se sentido no dever de falar por elas.

Tendo em vista que a representante ficou quieta durante toda a reunião, opinando somente quando questionada diretamente sobre o horário ideal para a assembleia, compreendeu-se que ela ou ainda tem dúvidas em relação ao seu papel no Conselho Escolar ou não viu a possibilidade de participar durante a reunião. Vale ressaltar que, quando o representante assume uma função no colegiado, ele tem o direito de contribuir com a gestão da instituição. Para tanto, precisa entender que sua participação nas decisões tem, sim, relevância como também a sua avaliação no processo democrático, a respeito do qual pode discordar ou não. Dublante (2016) alerta sobre a participação dos representantes no processo democrático que envolve avaliação.

Tal processo não se realiza sem que os representantes tenham clareza do papel dos Conselhos Escolares e da importância que possuem na gestão da escola, sendo responsável também pela avaliação dos trabalhos desenvolvidos no âmbito administrativo e pedagógico (DUBLANTE, 2016, p. 218).

O referido autor aborda o processo educativo democrático, o qual é fundamental de ser ensinado na escola para estimular a liberdade de expressão, o ensinar e aprender e o desenvolvimento da postura crítica nas decisões. Diante do que foi colocado, podemos afirmar que, mesmo o Conselho Escolar tratando de assuntos pedagógicos e administrativos, os representantes de pais/responsáveis, de alunos e de funcionários também podem avaliar da mesma maneira que os representantes de professores, gestor e supervisor que compõem a equipe pedagógica e administrativa.

Percebi que por ser assuntos mais voltados ao pedagógico dificultou a participação da representante de alunos, mesmo que tenha sido discutido sobre a frequência dos estudantes. Mas pelo fato desse assunto estar relacionado diretamente à equipe pedagógica, pois são os professores, gestor e supervisor que fazem esse controle e elaboram estratégias para estimular a participação dos alunos, a representante não se sentiu no direito de opinar (Excerto do Diário de Pesquisa de Geniclébia Oliveira, Mossoró/RN, 20 de abril de 2021).

Os informes acerca do andamento da transição do caixa escolar, a declaração do imposto de renda e o planejamento das necessidades de compras foram discutidos rapidamente, pois a reunião estava terminando. A diretora expôs que havia dado certo de as pessoas sugeridas assumirem o caixa escolar, que a declaração de imposto de renda já se encontrava disponível no *site* da Prefeitura Municipal de Mossoró (PMM) para quem quisesse retirá-la e que o planejamento das compras ficaria para outra reunião.

A terceira reunião ocorreu no dia 11 de junho de 2021 às 15h30min (quinze horas e trinta minutos) e terminou às 16h (dezesseis horas). A pauta da reunião foi: a) posse dos novos conselheiros; b) repasse das ações do Busca Ativa (apoio do conselho); c) repasse da resposta da contraproposta da prefeitura em relação aos alunos que não têm acesso às mídias; d) informes gerais.

Os representantes que participaram foram: cinco representantes de professores, dois representantes de pais (escolhidos recentemente na assembleia geral), a representante de alunos, quatro representantes de funcionários, a representante da comunidade, a diretora e a supervisora. O total de participantes foi quinze, sendo quatorze mulheres e um homem, distribuídos entre titulares e suplentes.

No que diz respeito à fisionomia dos participantes, observamos: a presidente (representante de professores) sempre bem sorridente; a titular (representantes de funcionários) permaneceu séria durante toda a reunião; a diretora sorriu em alguns momentos, porém, passou mais tempo séria; os representantes de professores, a representante de pais e da comunidade escutaram com atenção sem esboçar nenhum sorriso.

A presidente iniciou lendo a ata da assembleia geral que ocorreu anteriormente a essa reunião. Em seguida, ela leu a pauta e perguntou se alguém tinha algum assunto a acrescentar para ser discutido naquele momento. Nenhum dos representantes se pronunciou, então, deu por iniciada a reunião. A posse dos novos conselheiros foi o primeiro assunto discutido, em que a presidente leu os nomes das representantes de pais/responsáveis e de funcionários e explicou que, a partir daquela ocasião, elas iriam fazer parte do quadro de conselheiros da escola. Ela enfatizou que já havia explicado para as representantes a importância do CE e a função delas, como também se referiu às reuniões e convocações que são enviadas com antecedência e à reunião que não havia acontecido no mês anterior, visto que teve a assembleia.

No quarto capítulo, em que discutimos a escolha dos representantes, mencionamos o artigo 12 do Regimento do Conselho Escolar, que trata do assunto de eleger um novo representante na assembleia geral para substituir aqueles que não podem mais exercer a função

no colegiado. Quando há renúncia ou exoneração do conselho, é fundamental que seja substituído o mais rápido possível para que o segmento não fique prejudicado sem representatividade.

Antes de discutir o próximo assunto, a presidente explicou para as novas representantes do que se tratava, porque dessa maneira elas compreenderiam a discussão. Ela falou sobre os alunos faltosos e o que seria feito para resolver o problema da infrequência desses estudantes que se encontravam sem acesso às mídias digitais. A presidente observou que precisava saber sobre a contraproposta da PMM para resolver a situação e que, por esse motivo, entrou em contato com a representante geral dos Conselhos, pedindo informações a respeito de como a prefeitura pensava em ajudar os pais de filhos que não assistiam às aulas remotas porque não possuíam aparelho celular. Ela relatou que foram comprados diversos chips, e não os aparelhos, que são mais caros, os quais os pais deveriam adquirir. Em relação à volta às aulas presenciais, ela acredita que após a segunda dose da vacina do pessoal da educação todos poderão retornar à escola.

A diretora pediu a palavra e comentou sobre o retorno das aulas. Segundo ela, a secretária de educação foi à escola para verificar o que precisava ser restaurado para esse retorno e algumas medidas de limpeza foram iniciadas. A gestora questionou a secretária de educação sobre a volta das aulas presenciais e esta disse que seria após a segunda dose da vacina, cuja previsão seria entre setembro e outubro. A escola já possuía verbas para adquirir os materiais necessários para a higienização dos alunos.

É gratificante ver o Conselho Escolar atuando em prol da escola, pensando na educação dos alunos, que é o seu principal foco. Nesse colegiado, percebemos a preocupação dos representantes com os estudantes que não estavam assistindo à aula remota, buscando estratégias para que eles não saíssem prejudicados depois que a pandemia terminar e o ensino presencial retornar.

Em conformidade com o PNFC (BRASIL, 2004), percebe-se o seguinte:

[...] o papel do Conselho Escolar é o de ser o órgão consultivo, deliberativo e de mobilização mais importante do processo de gestão democrática, não como instrumento de controle externo, como eventualmente ocorre, mas como um parceiro de todas as atividades que se desenvolvem no interior da escola (BRASIL, 2004a, p. 18).

Esse órgão, além de mobilizador, consultivo e deliberativo, é também parceiro da escola, uma vez que desenvolve atividades em seu interior. Tais atividades são de relevância para a instituição, pois atingem todo o público que a compõe. Não podemos deixar de

mencionar que ele possibilita a gestão democrática. Em virtude de o seu papel abranger diversas funções, torna-se indispensável para a educação.

Quando a reunião já estava terminando, a presidente passou a palavra para a supervisora, a fim de dar os informes gerais. A supervisora fez um resumo do que a diretora havia falado e, em seguida, tratou do recesso escolar, que seria dia 20 de junho. A presidente pediu que ela falasse aos conselheiros sobre o que a escola estava fazendo com os pais que não tinham acesso à internet, impedindo que os filhos participassem das aulas. A supervisora apontou que convocaria esses pais para dialogar e que, a partir desse diálogo, ela elaboraria relatórios e pediria para que eles assinassem, registrando que estavam cientes acerca do que foi conversado. Algumas crianças cujos pais foram à escola retomaram as aulas. Após, ela conversou sobre a distribuição do leite, que iria continuar no recesso, pois a instituição funcionaria naquele período. A presidente questionou se alguém tinha algo a acrescentar e, como ninguém se pronunciou, a reunião foi encerrada.

Dentre os três Conselhos Escolares observados, esse foi o único com representante de alunos presente nas reuniões. Porém, em nenhum momento ela externou diretamente a representatividade do segmento que representa. A representatividade do segmento de alunos se encontra prejudicada nos Conselhos que foram investigados. No primeiro, não há nenhum representante; no segundo, tem a representante, mas ela não assiste às reuniões; e no terceiro, a representante assiste às reuniões, mas não discute nem emite opiniões.

Na maioria das ocasiões os mais afetados com as decisões tomadas na escola são os alunos. Representar esse segmento significa se envolver em um processo de articulação para se construir uma escola na qual cada situação vivenciada favoreça a melhoria da sua aprendizagem (DUBLANTE, 2016, p. 207).

Concordamos com o autor quando ele explicita que os mais prejudicados são os alunos nas tomadas de decisões do Conselho. Por essa razão, é importante que seus representantes estejam sempre envolvidos com o que acontece na escola. Se com representantes presentes nas reuniões já se torna difícil a representatividade desse segmento porque nem sempre os conselheiros se expressam pelos representados, imagina sem ter quem os represente no colegiado.

## **6 VOZES DOS REPRESENTANTES DE PAIS/RESPONSÁVEIS E DE ALUNOS: QUE LUGAR OCUPAM?**

Neste capítulo, são apresentadas as vozes dos nossos sujeitos (representantes de pais/responsáveis e alunos) a partir das entrevistas semiestruturadas que foram realizadas no período de 15 de março a 29 de abril de 2021 no formato remoto via Google Meet, posto que, devido à pandemia da Covid-19, não foi possível realizarmos de forma presencial. No início, foi definido que seriam entrevistados os dezesseis representantes de pais/responsáveis e de alunos que fazem parte dos Conselhos Escolares das três instituições de ensino que foram definidas para a realização da pesquisa, sendo dez representantes de pais/responsáveis e seis representantes de alunos. Porém, ocorreram oito mudanças, porque os/as filhos/as não estudam mais nas instituições pesquisadas, um falecimento e uma representante se recusou a participar da entrevista.

Diante das situações ocorridas, somente foi possível realizar seis entrevistas com quatro representantes de pais/responsáveis e dois representantes de alunos. Os representantes de pais/responsáveis são três mulheres e um homem. As representantes de alunos são duas mulheres. Em relação ao grau de escolaridade dos nossos sujeitos, encontramos a seguinte realidade: uma representante de pais/responsáveis (suplente) possui formação em nível superior com licenciatura em Matemática; dois representantes de pais/responsáveis (titular e suplente) e duas representantes de alunos (titulares) têm o ensino médio completo; e uma representante de pais/responsáveis (titular) cursou até o ensino fundamental. Os/as filhos/as desses representantes que estudam nas escolas onde eles são conselheiros têm idades de quatro a dez anos. No momento, as mães se encontravam desempregadas. Elas se autodenominam exercendo a função do lar, ou seja, realizando os afazeres de casa. Duas representantes declararam que antes da pandemia exerciam função remunerada, uma como auxiliar de escritório e a outra como vendedora autônoma. O pai relatou possuir diversas habilidades profissionais, por exemplo, motorista, cabeleireiro, eletricista, montador de guarda-roupa, porém, não estava exercendo nenhuma, pois se encontrava cuidando de pessoas idosas com problemas hospitalares<sup>29</sup>.

O desemprego que afeta a sociedade há décadas teve um aumento com a pandemia, deixando as pessoas em situações que precisam de ajuda, na medida em que muitos ficaram desempregados. A crise financeira que se instalou no mundo durante o período pandêmico fez

---

<sup>29</sup> É importante destacar que essas informações foram levantadas nas entrevistas que aconteceram no período de março a abril.

com que se alastrasse ainda mais os caos que a sociedade vivia. Santos (2020) alerta para a maneira como fazemos referência às crises que são permanentes.

Desde a década de 1980 – à medida que o neoliberalismo se foi impondo como a versão dominante do capitalismo e este se foi sujeitando mais e mais à lógica do sector financeiro –, o mundo tem vivido em permanente estado de crise. Uma situação duplamente anómala. Por um lado, a ideia de crise permanente é um oxímoro, já que, no sentido etimológico, a crise é, por natureza, excepcional e passageira, e constitui a oportunidade para ser superada e dar origem a um melhor estado de coisas. Por outro lado, quando a crise é passageira, ela deve ser explicada pelos fatores que a provocam. Mas quando se torna permanente, a crise transforma-se na causa que explica todo o resto. Por exemplo, a crise financeira permanente é utilizada para explicar os cortes nas políticas sociais (saúde, educação, previdência social) ou a degradação dos salários. E assim obsta a que se pergunte pelas verdadeiras causas da crise (SANTOS, 2020, p. 05).

Os apontamentos que o autor faz são bem pertinentes, uma vez que não podemos justificar os cortes na saúde, educação, previdência social e prejudicar os salários como uma crise permanente, porque, em seu entendimento, “a crise é, por natureza, excepcional e passageira”, portanto precisamos ficar atentos para as causas reais dessa crise. Não vamos nos deter nesse assunto, somente chamamos a atenção para refletirmos sobre a falta de empregos que o nosso país vive e que afetou diretamente nossos representantes.

Ao analisarmos nossas entrevistas, seguimos todo o processo de organização que Bardin (2009) apresenta em suas pesquisas sobre análises de conteúdo. Primeiro, realizamos a pré-análise do material que obtivemos com as entrevistas semiestruturadas e reunimos todas as falas gravadas nesse processo; segundo, foram feitas as transcrições das falas dos nossos sujeitos entrevistados para criarmos as categorias de análises. “A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos” (FRANCO, 2005, p. 57). Por último, tratamos os resultados que construímos e fizemos sua interpretação.

Durante a elaboração das categorias (iniciais, intermediárias e finais), passamos pelas três etapas que são essenciais nesse processo. Elencamos 12 (doze) categorias iniciais, 06 (seis) intermediárias, que foram elaboradas a partir da junção das iniciais, e 03 (três) finais, que são analisadas a seguir. As categorias trabalhadas consistem em: participação e representação, representatividade e pandemia, desafios e possibilidades da representatividade.

No período em que passamos investigando os três Conselhos Escolares com observações e entrevistas, pudemos verificar o quanto esses representantes são importantes e

como o desfalque no número de conselheiros reflete em todo o colegiado, prejudicando, principalmente, a representatividade daqueles que dependem deles para ter vez e voto.

### **6.1 Participação e representação de pais/responsáveis e alunos nos Conselhos Escolares**

Durante as discussões teóricas, observamos o quanto a participação e a representação estão diretamente relacionadas ao Conselho Escolar. Quando questionamos nossos entrevistados acerca do que os motivou a querer fazer parte do colegiado e de como eles compreendiam sua função nesse órgão, percebemos em suas falas que foi o interesse em ajudar a escola com sua participação nas decisões, de modo que viram no Conselho Escolar essa possibilidade.

Segundo Paro (2016, p. 17), o Conselho Escolar é uma potencialidade de participação de todos os segmentos da escola nas decisões e que precisa ser explorado, visto que, através dele, “haverá melhores condições para pressionar os escalões superiores a dotar a escola de autonomia e recursos”. Esse autor afirma também que o colegiado é um instrumento imperfeito, pois ainda há problemas para o instalarem nas instituições, porém, ele existe e precisa ser aperfeiçoado.

O referido autor mostra o quanto a participação do Conselho Escolar é importante para a escola, mas ainda identifica empecilhos que afetam sua implementação, pois existem diretores e professores que afirmam que a comunidade não quer participar da escola porque não tem interesse. No entanto, em suas pesquisas, não é o que Paro (2016, p. 34) percebe, ao expor que os obstáculos de participação são “a par de fatores estruturais ligados às próprias condições de trabalho e de vida da população”. Além desses fatores que prejudicam a participação mencionados por ele, destacamos a falta de informação sobre o que é o Conselho Escolar.

Vejamos a seguir algumas colocações das representantes de pais/responsáveis e de alunos sobre os motivos pelos quais elas se interessaram em participar do Conselho. Vale ressaltar que elas nem sabiam o que era esse órgão, mas quando souberam quiseram contribuir com a escola através dele, então, se candidataram ao cargo.

O Conselho, eu nem sabia que existia lá na escola, mas fui me informar de como podia ajudar a escola. Quando eu vi algumas coisas que eu não estava concordando dentro da escola, na verdade algumas não, muitas coisas dentro da escola. Eu tive vontade de participar para ver se eu conseguia fazer a diferença, pelo menos, ou tentar motivar alguém a fazer diferente. Eu entrei no caso como suplente, mas confesso que fiquei muito metida e me meto muito no meio. Queria dar voto quando não podia, mas estava lá em todas as

reuniões (EDUARDA, REPRESENTANTE DE PAIS/RESPONSÁVEIS, 03/04/2021).

Eu não era bem próxima à escola, não sabia de nada. Eu comecei a perguntar as meninas, elas disseram tem um movimento lá... falaram desse conselho e tal. Eu disse: faz o quê? Ela disse: a gente trabalha em ação da escola. Pronto! Quando eu me interessei mesmo, foi quando lá pediu para gente assinar para fazer aquela faixa em frente ao supermercado. A faixa para o pessoal parar. Pronto, eu me interessei pelo conselho. Eu disse quero participar também se for em prol da escola e em favor dos alunos. Eu gosto de ajudar (CLARA, REPRESENTANTE DE ALUNOS, 26 /03/ 2021).

Nas falas de nossas entrevistadas, percebemos que elas não sabiam o que era Conselho Escolar e foi o interesse em conhecê-lo que as fez buscar informações, a partir daí resolveram participar para contribuir com a escola. Acerca dessa questão de não saber de fato o que é o colegiado, apresentamos discussões neste trabalho que mencionavam justamente isso. Inclusive, as pessoas não querem participar porque não sabem do que se trata. É na participação no Conselho que os representantes de pais/responsáveis e de alunos veem a possibilidade de se aproximar da escola e, conseqüentemente, de ajudá-la.

A participação não é um conteúdo que se possa transmitir, mas uma mentalidade e um comportamento com ela coerente. Também não é uma destreza que se possa adquirir pelo mero treinamento. A participação é uma vivência coletiva e não individual, de modo que somente se pode aprender na práxis grupal. Parece que só se aprende a participar, participando (BORDENAVE, 1994, p. 74).

Concordamos com o autor, quando afirma que a participação não é transmitida nem treinada. Ela é coletiva, pois somente se aprende participando e, na escola, não há lugar melhor de desenvolver essa participação em grupo do que no Conselho Escolar, porque tanto os representantes participam quanto precisam respeitar as opiniões coletivas. Além disso, eles também acatam as sugestões de seus representados, portanto, no colegiado, a participação coletiva acontece frequentemente.

Outro ponto importante a respeito da motivação em participar do Conselho encontra-se na entrevista do representante de pais/responsáveis, quando ele declara que deseja acompanhar o processo organizacional da escola.

O que me motivou como representante de pais e presidente do conselho escolar da Escola Municipal Evangelista de Oliveira foi para saber o andamento da escola, de como ela funciona, no que está sendo investido, como está sendo investido, de que forma está sendo investido. O planejamento de aula, como anda o planejamento de aluno, os projetos que a gente escuta dos

professores e tem muitas outras coisas que a gente escuta dos pais, projetos que eles mesmos gostariam que tivessem e que eu levo até a escola para ver se encaixam. Tem a votação e lá nós decidimos se podemos ou não, apesar de ter muita reclamação, isso de reclamação não falta não, como você sabe muito bem (DAMIÃO, REPRESENTANTE DE PAIS/RESPONSÁVEIS, 31/03/2021).

De acordo com Dublante (2016), as atribuições do Conselho Escolar têm uma importância decisiva na escola e os representantes são responsáveis por cumprir o que está nas normas do estatuto. Ele observa que, quando os representantes estão participando da elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP); do plano de ação da gestão; contribuindo com as questões financeiras, administrativas e pedagógicas “e, desenvolve outros elementos que são de sua responsabilidade, os representantes estarão participando de um processo no qual a organização da escola é construída a partir dos múltiplos olhares que a constituem” (DUBLANTE, 2016, p. 209).

Esse autor cita a construção que acontece a partir dos múltiplos olhares e identificamos isso na fala do representante de pais/responsáveis, quando ele diz que tem interesse em saber o andamento da escola, seu funcionamento, o que está sendo investido nela e, principalmente, ao se referir às sugestões de projetos que seus representados passam para ele compartilhar com o Conselho Escolar. Dessa maneira, percebemos que, além da participação, esse representante também está representando seu segmento.

A representação de seus pares foi outro ponto que destacamos na fala de nossos sujeitos, ao serem questionados sobre a compreensão da função que exercem no colegiado. Uma das titulares representante de pais/responsáveis relata que sua função como conselheira “é repassar... é repassar para escola a opinião dos pais o que repassam para mim. Passam para mim, repassar para lá, para diretora alguma coisa que os pais não estão gostando. Algum comentário, essas coisas. Eu acho que é assim” (BRUNA, REPRESENTANTE DE PAIS/RESPONSÁVEIS, 23/03/2021).

Diante de sua fala, compreendemos que ela representa os pais/responsáveis nas reuniões, pois repassa para a escola a opinião deles, ou seja, opina em seu nome. É interessante que a representante se preocupa em saber se eles estão gostando ou não do que é feito na escola. Portanto, suas atitudes mostram que não somente compreende sua função como também a exerce pensando naqueles que a elegeram para ser representante. Já Ana expressa sua representação por meio do voto e deixa bem claro que está consciente dos benefícios que sua participação pode trazer para a escola.

É, assim, a nossa função é de discutir sobre os assuntos da escola. É votar também pelos pais. Tem a participação de decidir também, então, dependendo de quantas pessoas estão participando lá, a gente decide o que vai ser melhor para a escola, é isso?! É, todos tem os direitos iguais, assim, todos os conselheiros participam. Se a gente não gosta de uma coisa a gente vai lá e fala. Vota contra ou vota a favor. Se a gente vê que vai ajudar a escola a gente vota a favor, se não, a gente vota contra (ANA, REPRESENTANTE DE PAIS/RESPONSÁVEIS, 15/03/2021).

Nas colocações de nossa entrevistada, compreendemos que as decisões acontecem de maneira democrática, pois em sua fala ela aponta: “[...] é, todos tem os direitos iguais, assim, todos participam [...]”. A democracia precisa estar presente no Conselho Escolar para que todos os representantes possam participar com suas opiniões e tomar decisões, uma vez que eles foram eleitos no intuito de dar a sua colaboração com a escola, e não apenas aceitar o que já foi decidido.

Os Conselhos Escolares, como órgãos da democratização da gestão escolar, devem ser compreendidos na condição de canais de participação dos segmentos que constituem a escola. Portanto, caracteriza-se pela igualdade de distribuição de poder entre seus membros, principalmente, pela inexistência de hierarquia em sua composição, tendo em vista que todos possuem os mesmos direitos e deveres, ou seja, cada representante eleito pelos seus pares e, os gestores das escolas, como membros natos e presidentes dos Conselhos, [...] têm os mesmos direitos de participação, podem votar e expressar suas opiniões em igualdade de condições. Nessa perspectiva, a escola torna-se um local privilegiado para a constituição de processos democráticos capazes de influenciar na estrutura da sociedade [...] (DUBLANTE, 2016, p. 212).

O referido autor apresenta justamente o Conselho Escolar como canal de participação dos segmentos que o compõem, porque não adianta a escola ter um órgão colegiado se, na prática, não exerce essa função. O autor menciona que os representantes têm os mesmos direitos e deveres que os membros natos e presidente do Conselho de votar e expressar suas opiniões, o que foi apresentado anteriormente na fala de Ana.

Enquanto a representante de pais/responsáveis expressa que sua função é representar através do voto e de opiniões que beneficiem a escola, a representante de alunos tem dúvidas sobre sua função. Antes de responder, ela ficou em silêncio por alguns segundos, depois expressou:

Mulher, eu não sei... porque quando eu fui eu não sabia o que era, ela disse: tem tantos para representar pais e alunos tem poucos. Eu fui e coloquei meu nome lá. Mas, assim, eu não sei... eu entendo que... eu acho que a gente defende os alunos como eles não sabem. Eu acho que minha função é defender e responder por eles algo que eles não possam responder, eu estou lá para

representar. Eu acho que é isso, não deu nem tempo de me aprofundar nesse assunto nem de perguntar porque não teve reunião, ficou parado. Mas, eu acho que é isso (CLARA, REPRESENTANTE DE ALUNOS, 26/03/2021).

Percebemos que, mesmo sem ter certeza do que é de fato a função de representante de alunos, a mãe respondeu que “é defender e responder por eles” e, em seguida, expressou “eu acho que é isso [...]”. Ela não sabia sua função e usou o senso comum para definir como entendia que era. Falou que não estava tendo reuniões e sentia por não conseguir compreender a função para qual foi escolhida para exercer. Vale ressaltar que todos os representantes entrevistados foram eleitos em dezembro de 2019, portanto, são quase dois anos fazendo parte do Conselho Escolar. Desde o ano passado, as reuniões acontecem no formato virtual, por meio da plataforma Google Meet.

Sendo o Conselho Escolar um espaço para o exercício da participação coletiva na escola e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade social da educação pública, os representantes devem ter clarezas das suas atribuições para assim direcionar sua atuação. Desse modo, cada representante tem a obrigação de conhecer para que serve o Conselho, buscando nas normas que determinam o seu funcionamento o respaldo para o exercício da representação (DUBLANTE, 2016, p. 199).

O referido autor expõe que os representantes precisam ter clareza das atribuições do Conselho para que possam direcionar sua atuação. Acrescentamos que o representante precisa saber que as decisões tomadas por ele não interferem apenas em suas ações, visto que outras pessoas também dependem dele para se expressar em seu nome e tomar decisões importantes. Ser representante não é somente candidatar-se e ganhar a eleição, visto que a pessoa assume uma responsabilidade enorme. De acordo com Bourdieu (2010, p. 188), a relação entre representante e representado acontece como uma operação de crédito “por meio do qual os representantes conferem aos representados os próprios poderes que aqueles reconhecem nestes; é um crédito de confiança”.

Compreendemos que a representatividade baseada na operação de crédito acontece quando os sujeitos confiam nas pessoas que irão representá-los, ocorrendo uma relação de respeito mútuo. Essa relação de confiança é muito importante para a representatividade acontecer, pois sem ela torna-se difícil aceitar que alguém se expresse em seu nome. Portanto, a confiança é um dos fatores primordiais da representatividade, tendo em vista que as pessoas precisam confiar para votar em alguém, mesmo que depois ela acabe, porque isso também pode ocorrer.

É fundamental que os representados fiquem atentos ao trabalho que seus representantes desenvolvem porque alguns, depois que ganham, somente pensam em si, resolvendo apenas o que é de seu interesse. Isso é comum de acontecer com os representantes políticos que, após a eleição, não querem mais contato com o eleitorado.

Os eleitores sabem que, uma vez eleito, o representante fará qualquer coisa que deseje. Sem a punição de votar novamente, os eleitores precisam adivinhar quais partidos ou candidatos concorrentes têm preferências de políticas que coincidem com as deles e quais são impenetráveis à corrupção dominante no cargo. [...] Se os políticos tiverem preferências por políticas distintas daquelas dos eleitores decisivos, eles irão se afastar das políticas anunciadas; se eles perseguirem benefícios próprios, tirarão proveito ou rendas do cargo (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 1999, p. 07).

Da mesma maneira, pode acontecer no Conselho Escolar de os representados escolherem representantes que depois de ganhar não os representem. Contudo, esse risco eles têm que correr porque não há como identificar quem vai ou não, de fato, representá-los, pois isso é muito subjetivo do caráter de cada um. Não tem como saber, no entanto, eles podem ficar por dentro das propostas dos candidatos ao cargo para depois ter como cobrar, caso os representantes não façam o que prometeram.

Em face do que foi discutido, podemos mencionar que, em suas falas, nossos representantes demonstraram preocupação com a representação e participação deles no Conselho Escolar. No entanto, durante as observações, não identificamos essa mesma preocupação nas representantes de alunos, pois uma não assistia as reuniões e a outra assistia, mas não opinava nas decisões. Cada um dos representantes demonstrou como participa e representa os pais/responsáveis e os alunos. De acordo com esses conselheiros, o intuito é ajudar a escola e representar seus pares, pois quando isso acontece na prática, a instituição e todos que fazem parte dela são beneficiados.

## **6.2 Representatividade de pais/responsáveis e alunos no Conselho Escolar no contexto da pandemia**

A segunda categoria que identificamos na análise dos dados diz respeito à representatividade dos pais/responsáveis e alunos que foi prejudicada durante a pandemia. Entendemos que para representatividade acontecer é fundamental que os representantes e seus pares conversem entre si, pois dessa maneira poderão trocar informações, opiniões, sugestões e tomar decisões em conjunto que serão repassadas nas reuniões do colegiado. Por esse motivo,

é importante que eles tenham essa interação, mas o cenário pandêmico que se instalou em todos os âmbitos sociais ocasionou afastamento entre os conselheiros e seus pares.

Silva (2007) realizou uma pesquisa com os conselhos gestores e chegou à seguinte conclusão:

O conselheiro tem a obrigação de levar as informações do conselho gestor para discuti-las com os demais membros de sua instituição e deve sempre apresentar nas reuniões do Conselho Gestor a opinião formada por sua instituição após estas discussões (SILVA, 2007, p. 23).

A citação acima refere-se justamente à nossa colocação anterior sobre levar as informações para as reuniões e apresentar para todos discutirem. Silva (2007) trata da obrigação que o conselheiro tem de discutir as informações com os demais membros de sua instituição, ou seja, assim como é repassado nas reuniões do conselho gestor, essa mesma obrigação têm os representantes do Conselho Escolar com seu segmento.

Contudo, com a pandemia da Covid-19, os representantes de pais/responsáveis e de alunos afirmam que a articulação com seus pares foi prejudicada, posto que o repasse das informações não ocorreu com a mesma frequência que acontecia antes da pandemia. Ao ser questionada sobre a articulação com seus representados, a conselheira respondeu: “perguntava na escola, sempre na hora da... ou quando a gente estava esperando eles saírem ou na hora de ir deixar. Mas, geralmente era na hora de ir buscar que a gente ficava lá fora esperando” (BRUNA, REPRESENTANTE DE PAIS/RESPONSÁVEIS, 23/03/2021).

Diante da resposta da mãe, percebemos que as conversas com os outros pais aconteciam no momento de irem deixar ou buscar os/as filhos/as, pois nesse momento eles se encontravam no portão da escola e, enquanto esperavam, aproveitavam para conversar. Já o pai representante coloca: “com os outros pais não, só assim, quando estamos esperando no portão, escuto uma coisa aqui, outra ali. Quando sei sobre alguma coisa que eles têm dúvida eu falo” (DAMIÃO, REPRESENTANTE DE PAIS/RESPONSÁVEIS, 31/03/2021). Na fala do pai, entende-se que ele e os representados não conversavam diretamente a respeito de assuntos específicos que eram discutidos nas reuniões do colegiado, apenas quando surgia alguma dúvida.

A outra representante de alunos declara: “no caso eu observo e converso com os professores sobre os alunos, mas não tenho contato com os alunos em si, só se for o caso que tenha que falar com a criança ou responsável por ela” (FABIANA, REPRESENTANTE DE ALUNOS, 29/04/2021). Assim como o representante de pais/responsáveis, essa mãe também não conversava com seus pares.

Segundo Lord (2005), o papel do representante eleito é de dialogar com seu segmento, conhecendo a comunidade escolar e estabelecendo diálogo com ela. Se o diálogo não acontecer, como o conselheiro poderá dizer que está ali representando seus pares se nem ele sabe o que os outros pais e alunos estão pensando sobre determinado assunto? Portanto, como vai representá-los, dando-lhes voz?

Uma das representantes de alunos apontou como dificuldade para conversar com seus representados a suspensão das aulas, pois não teve mais contato com as crianças, apenas com sua filha, pelo fato de morar com ela.

Não, pensei ainda, mas não tive chances porque não teve aula no ano passado. O ano passado já não teve mais aula, quando teve a eleição já foi no final e não teve como, mas eu pensei nesse assunto até eu ficava observando. [...] Eu observava muito lá. Na questão do final da aula como é que eles ficavam ali para os pais virem pegar, ali naquela “partezinha” lá do portão, mas não tive chance de perguntar nada não, assim, não conversei com nenhum, só com a minha, mesmo aqui (CLARA, REPRESENTANTE DE ALUNOS, 26/03/2021).

Ela lembra que a eleição em que foi eleita para representar os alunos ocorreu em dezembro de 2019. No entanto, no mês março de 2020, quase um mês após o início do ano letivo, as aulas foram suspensas e isso afetou seu contato com os alunos. Uma das estratégias usadas por Clara era observar as crianças para que pudesse perceber algo que fosse interessante levar ao conselho. Infelizmente, por causa da pandemia, sua estratégia de observação não continuou e ela não teve mais contato com elas.

Ante o que foi observado nas reuniões dos Conselhos Escolares e nas entrevistas realizadas, percebemos o quanto é difícil para os representantes dos alunos exercerem a representatividade deles. O fato é que são crianças pequenas<sup>30</sup> que ainda não têm opiniões formadas sobre determinados assuntos, o que gera dificuldades na comunicação. Então, os representantes desse segmento conversam com os pais em busca do que eles identificam, referente aos alunos, que precisa ser levado ao Conselho Escolar. Porém, não significa que se torna impossível a representatividade com as crianças, mas os representantes que assumem essa função necessitam ter uma atenção intensificada sobre o que acontece na escola e afeta os estudantes, direta ou indiretamente. É importante também que eles saibam questionar os alunos sobre algo que eles queiram levar às reuniões do Conselho, ou seja, conversar com as crianças, e não esperar que elas os procurem.

---

<sup>30</sup> Conforme mencionado diversas vezes neste trabalho, as crianças são menores de treze anos.

Perante o exposto, chegamos à conclusão do quanto a representatividade dos alunos foi prejudicada, pois a representante não teve contato com eles durante os dois anos de mandato. Isso é preocupante, uma vez que os estudantes são os sujeitos que estão mais envolvidos com a educação e essas mudanças que ocorreram no ensino os afetaram diretamente. “Considerando que o foco do trabalho do Conselho deve estar centrado no aluno, nos processos de ensino e aprendizagem, na qualidade de formação, o colegiado deve empenhar-se no acompanhamento pedagógico da instituição” (COSTA, 2011, p. 07-08).

Reconhecemos a pertinência do apontamento do autor sobre o foco do Conselho Escolar ser o aluno, pois, como nos referimos anteriormente, ele é o sujeito que está diretamente envolvido com a educação. Antes de assumir a representatividade desse segmento, os representantes precisam ter clareza da importância do papel que irão exercer e saber das dificuldades que enfrentarão por lidarem com crianças em processo de formação.

Com o distanciamento social, as tecnologias, principalmente o *smartphone*, um dos recursos mais acessíveis, estiveram muito presentes na vida das pessoas e foi através desses recursos que se tornou possível o ensino remoto, as reuniões do Conselho Escolar e a interação entre as pessoas. A representante Eduarda utilizou o *WhatsApp* para interagir com alguns de seus representados. Mesmo assim, ela sentiu que a pandemia prejudicou a articulação com seus pares.

Mulher, devido agora, não teve muito. Mas, com alguns eu falo no WhatsApp... Já teve pais chegando para mim e perguntando o que eu poderia fazer, como eu poderia fazer, levar um questionamento dele para... para direção, falar com a direção. Eu disse que poderia me reunir com o conselho porque eu sozinha não sou conselho, como já me disseram... o conselho é um grupo. Então, eu poderia levar a questão dele até o conselho. Mas, teve no primeiro dia de entrega do kit, teve um pai venezuelano que tem dois filhos estudando lá na escola, quando eu disse que era do conselho... Ele querendo saber como era que funcionava a escola, fui explicar para ele. Eu peguei o contato dele e tudo, passei para Rose, que é professora do filho dele. Graças a Deus que eu fui uma ponte que deu certo. [...] E, assim, são umas daqui eu lembro e foram poucas que me procuraram. Eu acho, assim, foi importante, entendeu?! Eles me procuraram quando eu falei que era do conselho, comecei a conversar que se precisassem de alguma coisa me procurassem. No que eu pudesse ajudar, eu ajudava, na hora eu levava até o responsável ia fazer o máximo para estar ajudando para fazer o que puder, o que está no nosso alcance (EDUARDA, REPRESENTANTE DE PAIS/RESPONSÁVEIS, 03/04/2021).

Em sua fala, identificamos que, antes da pandemia, Eduarda tinha mais contato com seus representados, pois ela diz que “devido agora não teve muito” e que antes eles a procuravam para pedir informações ou falar com a direção. Quando ela relata que durante a

entrega dos kits de alimentação um pai falou com ela sobre o funcionamento da escola, vem reforçar o que foi colocado sobre o prejuízo causado pela pandemia na articulação entre representante e representados. Nesse sentido, percebemos que quando eles têm oportunidade de se encontrar o diálogo acontece.

Destacamos também outro ponto bem interessante, em que ela aponta: “eu disse que poderia me reunir com o conselho porque eu sozinha não sou conselho, como já me disseram... o conselho é um grupo” (EDUARDA, REPRESENTANTE DE PAIS/RESPONSÁVEIS, 03/04/2021). Nesse momento, Eduarda mostra que compreende o que é o colegiado e a sua participação nele. Em conformidade com o PNFC (BRASIL, 2004):

Devem fazer parte dos Conselhos Escolares: a direção da escola e a representação dos estudantes, dos pais ou responsáveis pelos estudantes, dos professores, dos trabalhadores em educação não docentes e da comunidade local. Como todo órgão colegiado, o Conselho Escolar toma decisões coletivas. Ele só existe enquanto está reunido. Ninguém tem autoridade especial fora do colegiado só porque faz parte dele (BRASIL, 2004, p. 44).

É fundamental que todos os representantes tenham conhecimento sobre essa definição apresentada pelo PNFC (BRASIL, 2004), para que nenhum deles tome decisões sozinho e depois afirme que foi o Conselho Escolar. Utilizar-se de sua função como conselheiro sem estar reunido no colegiado é o mesmo que decidir de maneira individualista, afetando a finalidade do Conselho, que consiste em deliberar coletivamente.

Sendo o Conselho Escolar um órgão colegiado que tem como objetivo promover a participação da comunidade escolar nos processos de administração e gestão da escola, este visa assegurar a qualidade do trabalho escolar em termos administrativos, financeiros e pedagógicos, possibilitando a superação de estruturas pautadas no individualismo (CONCEIÇÃO, 2007, p. 50-51).

Ao demonstrar a função do Conselho Escolar como órgão colegiado, o autor reforça nossa afirmação anterior de que a finalidade dele não é a de decidir individualmente, uma vez que ele é composto pela comunidade escolar justamente para que os representantes unidos tomem decisões coletivas que melhor atendam às necessidades de todos que compõem a instituição de ensino.

É necessário que todos (representantes e representados) tenham consciência de que Conselho Escolar não é apenas um ou dois conselheiros, e sim todas as pessoas que foram escolhidas por meio do voto para compor, sendo o diretor representante nato. Portanto, não

adianta pedir para uma pessoa que faz parte do Conselho decidir sozinha sem estar reunida com os outros conselheiros, porque sua decisão não será válida.

Outro assunto abordado na entrevista está relacionado à definição de representatividade a partir da compreensão dos nossos sujeitos. Em suas falas, destacamos que eles a definem como representar algo, seu segmento, a escola e toda a comunidade escolar, tendo em vista que tomam decisões em prol de todos, apontamentos que iremos discutir mais adiante. Segundo Abranches (2009, p. 113), observar o que os sujeitos sociais compreendem sobre representatividade “é fundamental para entender o seu papel como representante de um segmento ou de um grupo específico”.

Uma das representantes de alunos soletra a palavra representatividade e, em seguida, declara: “eu acho que, assim, a palavra representar é a gente representar algo” (CLARA, REPRESENTANTE DE ALUNOS, 26/03/2021). Usa como exemplo a encenação da peça sobre Maria mãe de Jesus de que ela participa na igreja e diz que, para representar, precisa estudar e entender o papel. Essa representante define representatividade a partir de sua vivência fora do Conselho Escolar.

Para uma das representantes de pais/responsáveis, a representatividade é atuar, participar e representar, mencionando também que a não remuneração afasta os pais/responsáveis de participar do Conselho Escolar, pois veem o dinheiro como estímulo para ser conselheiros.

Representatividade... mulher, eu vou fazer até assim, representatividade estar presente e atuar, participar, representar porque tem gente, assim, que diz “ah, eu estou no conselho”, mas só estar de nome, entendeu?! [...] Você tem que estar no conselho... que foi o que eu já falei em muitas reuniões. Vai marcar a reunião... a reunião vai ser de tal hora “gente, que horário mais inconveniente”. “Gente, se não quer estar no conselho dê espaço para quem quer trabalhar”, eu disse. Dê espaço para quem quer trabalhar, se você acha que não está em condições, dê espaço porque, assim, se você... não adianta você ser representante do conselho e não ter representatividade, entendeu? Você não está participando... você não valoriza. Porque tem gente que não valoriza o conselho escolar, entendeu?! Eu acho não, tenho certeza que é pelo fato de não ter remuneração. Eu acho que é pelo fato de não ter remuneração. Então, assim, que para estar no conselho tem que ter muito amor, entendeu?! Tem que ter, primeiramente, amor, porque senão, não vai para frente. Não adianta você estar no conselho só para ter um destaque. Então, você tem que estar lá, arregaçar a manga e trabalhar, entendeu?! Isso, para mim, é representatividade. É você representar e participar de todos os lados (EDUARDA, REPRESENTANTE DE PAIS/RESPONSÁVEIS, 03/04/2021).

A mãe reclama que há pessoas que assumem a responsabilidade de ser representante e quando marcam a primeira reunião criam desculpas para não participar. Ela coloca também que a falta de valorização por parte de algumas pessoas é por não receber remuneração para participar do Conselho Escolar. Essa colocação de Eduarda é muito pertinente, uma vez que a motivação das pessoas para participarem do Conselho Escolar não está em ajudar a escola ou em contribuir para a educação de seus filhos, mas no lucro que poderiam receber.

As pessoas que veem a participação no Conselho Escolar como algo que deve ser remunerado não merecem exercer a função de conselheiro, porque o motivo de elas participarem não são os benefícios que a escola ou os alunos irão ter. Isso nos faz pensar que elas não serão bons conselheiros, pois seu interesse é apenas financeiro. A remuneração dos representantes do colegiado prejudicaria o real intuito dele.

Na perspectiva de Batista (2020, p. 88), “o Conselho Escolar é um colegiado que inspira confiança em suas manifestações de pensamentos favoráveis ao cumprimento de um fazer democrático na escola”. É um exercício em que os conselheiros se doam sem remuneração, pois eles fazem isso em benefício da Educação. Eles devem se expressar através de transformações que tenham significados e colaboração, fornecendo ao ensino público uma gestão democrática que é tão almejada e resulte numa escola com inclusão e qualidade para todos que fazem parte dela.

Sobre a remuneração para participar do Conselho Escolar, é algo que a escola deixa claro aos candidatos antes do processo eleitoral, para que ninguém se candidate pensando que vai receber algum valor financeiro. Portanto, se eles aceitam se tornar representantes, é porque desejam ajudar a escola. Diferentemente da resposta anterior, Ana (representante de pais/responsáveis) define representatividade como uma maneira de melhorar a escola.

Assim, a representatividade para mim, no caso assim, eu estou ajudando é... a melhorar a nossa escola, é isso?! Deixe eu ver... Pronto, se chega alguma verba na escola, a gente decide no que vai ser investido. No caso, o que precisa mais para o aluno um bebedouro, um ventilador... se o dinheiro der, compra os dois, se não der, a gente faz aquela votação para ver o que seja melhor. Então a representação dos pais é para você ajudar na melhoria, onde está o dinheiro da escola, como os professores estão ensinando, fiscalizando lá dentro. Para mim a representatividade é isso (ANA, REPRESENTANTE DE PAIS/RESPONSÁVEIS, 15/03/2021).

Enquanto para Eduarda a representatividade é “trabalhar duro”, participando de todos os lados, para Ana é a melhoria da escola, investindo e fiscalizando o que acontece na instituição. De acordo com as pesquisas de Lord (2005, p. 131), “os representantes de todos os

segmentos de cada escola afirmam que a representatividade está vinculada ao exercício da cidadania e da democracia e da participação e do comprometimento dos grupos representados no Conselho Escolar”.

Para que a representatividade aconteça, faz-se necessário que a participação, a democracia, a cidadania, o comprometimento e a fiscalização estejam unidos em um único objetivo, que é a representação de todos os segmentos, cuja finalidade seja o processo de ensino e aprendizagem que resulte na educação de qualidade.

Conforme o PNFC (BRASIL, 2004, p. 35), os Conselhos Escolares “representam as comunidades escolar e local, atuando em conjunto e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade”. Contudo, para que essa representação ocorra, é preciso haver a atuação de todos os envolvidos, pois sem eles não existe colegiado. Esse órgão representa um espaço de decisão e discussão em que se promovem a participação social e a gestão democrática.

Sabemos que sem representantes não há Conselho, posto que são eles que fazem o colegiado. Quando esses representantes promovem a representatividade, eles estão contribuindo cada vez mais para a escola e, principalmente, para a educação. Ao ser questionado sobre sua compreensão em relação à representatividade, Damião falou o seguinte:

Por representatividade, eu compreendo que não é ser só representante de pais porque quem está no conselho escolar ele deve... a pessoa deve entender que ele é representante de um todo e de toda a comunidade. Indiferente de você se candidatar para ser representante de pai, de criança, de professores ou membro da comunidade, dos funcionários, você está ali para representar uma comunidade inteira. Um colégio que faz parte de uma comunidade e não só daquelas crianças e não só daqueles professores. Então, meu entendimento sobre isso é que eu represento hoje uma comunidade e não uma escola, e não só as crianças, os professores, a comunidade. Eu represento um todo (DAMIÃO, REPRESENTANTE DE PAIS/RESPONSÁVEIS, 31/03/2021).

Na resposta de Damião, podemos observar que ele é representante de pais/responsáveis, mas se preocupa com todos os segmentos, porque para ele representatividade é representar o todo. Essa perspectiva que ele coloca pode ser percebida durante nossas observações nas reuniões do Conselho Escolar, ou seja, ele não somente define como também põe em prática. Em alguns momentos, o representante se posicionou em benefício dos alunos, lembrando que no Conselho Escolar em que Damião atua não há representante de alunos, mas ele mostrou que também estava ali para representá-los.

Para Batista (2020, p. 76), ao assumir a função de conselheiro, o sujeito “precisa compreender a pluralidade de vozes que existem um colegiado, que deve ser autônomo, bem

como entender a dinâmica do trabalho coletivo”. Ela explicita também que, dessa forma, o conselho trabalha em união e cultiva a ação democrática. A representante Bruna busca trabalhar em consenso<sup>31</sup> com seus representados para que, unidos, cheguem a uma decisão que seja boa para todos. “É eu repassar as informações que obtenho lá para eles, os pais, e juntos a um consenso, assim, se está bom, se não está. E depois eu levo o que foi decidido para o conselho e, assim, eu represento eles. Assim, o que eu entendo é assim” (BRUNA, REPRESENTANTE DE PAIS/RESPONSÁVEIS, 23/03/2021).

Ela define a representatividade como consenso em que as opiniões dos representados são ouvidas e respeitadas. Bruna mostra que eles (representantes e representados) têm autonomia para decidir, e o mais importante, que ela tem respeito aos pais/responsáveis que representa. Identificamos na resposta de Bruna alguns pontos apresentados por Batista (2020), em que ela compreende que o Conselho é composto por diversas vozes, uma delas é a de seus representados, os quais têm direito de concordar ou não, e juntos, em um consenso, decidirem.

As relações sociais entre representantes e representados concernem a outro ponto encontrado nas análises. De acordo com os sujeitos, o distanciamento social tem prejudicado a interação com os pais/responsáveis, os alunos e os outros conselheiros. A esse respeito, nossos representantes veem como um fator que afeta a dinâmica do Conselho Escolar e, conseqüentemente, a representatividade. Questionamos se esse novo cenário que estamos vivendo de distanciamento e isolamento tem afetado o Conselho Escolar. As respostas foram as seguintes:

Está, na minha opinião está. Porque, sinceramente, eu prefiro, eu acho que todo mundo prefere aquelas reuniões que você está ali frente a frente com as pessoas. Mas, infelizmente, existem os decretos e as normas que a gente tem que cumprir, que não pode ter esse contato porque tem pessoas idosas, tem pessoas que cuidam de pessoas idosas, como eu hoje estou cuidando de um tio meu que é idoso, entendeu?! Então, como... se torna prejudicada por causa disso porque quando é virtual não é uma coisa tão dinâmica, tão rápida, não é tão discutida, não é tão falada, às vezes a gente quer... muitas vezes, aconteceu já de a gente querer dar uma opinião ou botar uma pauta, ou uma coisa só que o tempo... tem que... como se diz, a gente tem que ser dinâmico. O tempo é curto, então no presencial, na hora a gente fala e dura uma hora e meia, uma hora e vinte. Eles querem que sejam no máximo quarenta minutos, mas quarenta minutos para poder se decidir cinco, seis, sete, oito coisas é muito pouco tempo. Então, no presencial não, a gente pode discutir as oito coisas... as oito pautas se tiverem e já sair, praticamente, com todas votadas (DAMIÃO, REPRESENTANTE DE PAIS/RESPONSÁVEIS, 31/03/2021).

---

<sup>31</sup> A dissertação intitulada “Racionalidade Comunicativa e o Conselho Escolar: um diálogo possível”, da mestra Thayse Michelle de Aquino Freitas, defendida no ano de 2020 no POSEDUC, discute, à luz da teoria de Jürgen Habermas, como as relações intersubjetivas estabelecidas no Conselho Escolar contribuem para a efetivação da gestão democrática.

Sim, como em todos... porque não tem aquele contato olho a olho. Mas, prejudicado não, que a gente tem as reuniões, a gente conversa, mas como tudo está sendo prejudicado devido à pandemia. Mas as reuniões estão acontecendo, a gente já teve a nossa primeira. Está e não está sendo prejudicado (BRUNA, REPRESENTANTE DE PAIS/RESPONSÁVEIS, 23/03/2021).

Clara (representante de alunos) complementa as falas dos colegas dizendo “está. Infelizmente está. Claro que tem isolamento e tudo, a distância. Mas, a gente não está podendo se reunir presencial e não temos o contato físico que é importante... [...] então, estamos sendo prejudicados” (CLARA, REPRESENTANTE DE ALUNOS, 26/03/2021). A outra representante de alunos entrevistada afirmou que, sim, as relações estavam sendo prejudicadas, pois dificilmente os conselheiros participavam e quando participavam não queriam opinar nas decisões.

Em face do exposto pelos nossos entrevistados, percebemos alguns fatores mencionados por eles que têm prejudicado o colegiado. A dinâmica das reuniões, que acontece de maneira rápida devido ao tempo que é curto no formato remoto, a falta de contato físico, que impede de eles interagirem, e o desinteresse em tomar decisões nas reuniões são os fatores identificados pelos representantes. Todo esse contexto ocasiona prejuízos para a representatividade, desestimulando a representação dos conselheiros nas reuniões.

O contágio pelo COVID-19 foi promotor de uma crise mundial nos diversos campos, ocasionando mortes, desemprego e instabilidade social. [...] Contudo, a pandemia provocou também reflexões profundas em todas as instâncias sociais e, logo, também, em relação ao modelo educacional vigente (VIEIRA; RICCI, 2020, p. 05).

As autoras trazem para discussão os apontamentos levantados pelos sujeitos da pesquisa de que a pandemia do coronavírus trouxe prejuízos aos mais diversos campos e podemos afirmar que o Conselho Escolar é um deles. Elas mencionam também as reflexões que precisam ser feitas em todas as instâncias sociais, pois, com as desigualdades sociais, os alunos foram os mais prejudicados. Mesmo com o formato remoto das aulas, alguns desses estudantes não têm acesso ou ajuda em casa; na maioria dos casos, não era porque a família não queria ajudar, mas por terem outras atividades a desempenhar ou por não possuírem nível de escolaridade suficiente.

Os prejuízos que a pandemia ocasionou no mundo são incalculáveis. Nesse cenário, esperamos que a retomada da “normalidade” ocorra de forma progressiva e que as alternativas

pensadas para essa volta tragam benefícios a todos e possam minimizar os prejuízos causados. Em relação à representatividade de pais/responsáveis e alunos no Conselho Escolar, desejamos que aos poucos possa ser restaurada com o retorno das aulas presenciais, que os representantes e seus pares dialoguem mais e, além disso, que as relações sociais entre os conselheiros sejam restabelecidas.

### **6.3 Desafios/possibilidades da representatividade de pais e alunos nas reuniões do colegiado**

A última categoria se refere aos desafios e possibilidades encontrados por nossos representantes ao exercerem a representatividade de pais/responsáveis e alunos nas reuniões do Conselho Escolar. Sabemos que representar seus pares em alguns momentos se torna difícil para os representantes e, quando eles encontram desafios, fica ainda mais complexo de acontecer. Contudo, eles também têm possibilidades para que essa representatividade seja efetivada. Nas falas dos entrevistados, identificamos como desafios: a cobrança de seus representados e a dificuldade em reunir os conselheiros. Como possibilidades, evidenciamos a abertura que os conselheiros dão aos representantes de pais/responsáveis e de alunos de discutir, opinar e votar nas reuniões.

Ao ser questionada sobre os desafios que enfrenta no Conselho Escolar, uma das representantes de pais/responsáveis respondeu que a cobrança de seus representados é o seu maior desafio.

Os desafios... eu acho que é cobrança dos pais. Tem uns que... O ano passado teve uma que era bem grossa, assim, mãe de um aluno lá, queria que eu soubesse das coisas e que não cabia a mim saber. Eu acho que isso é um desafio. Assim, cobrança (BRUNA, REPRESENTANTE DE PAIS/RESPONSÁVEIS, 23/03/2021).

Nota-se em sua fala que a cobrança dos representados está relacionada a assuntos que não cabem aos representantes resolverem, o que acaba dificultando o papel dos representantes, pois eles se sentem cobrados por aquilo que não é seu dever. Essas cobranças sem fundamento geram barreiras, pois os representantes são pressionados por seus pares, os quais não se importam em saber se é função deles ou não, querem somente solução para seus problemas.

Dublante (2016) aborda a importância que é o acompanhamento, por parte dos representados, das ações de seus representantes em espaços representativos. Esse autor evidencia que, na escola, as relações entre os conselheiros e seu segmento podem ser mais

diretas, facilitando as reivindicações da comunidade, o que melhora as atividades realizadas pela instituição.

O que geralmente acontece é que após o período eleitoral os representados esquecem que devem acompanhar as ações de seus representantes com o objetivo de avaliar a qualidade da representação nos espaços representativos. Por mais que no parlamento esse acompanhamento se torne difícil, na escola podemos estabelecer uma relação mais direta com aqueles que são representantes, levando os mesmos a se comprometerem com as reivindicações da comunidade para melhorar as atividades desenvolvidas pela escola no intuito de resolver os problemas que possuem (DUBLANTE, 2016, p. 223).

O autor nos faz refletir sobre o acompanhamento que os representados devem realizar nas ações de seus representantes. Ele menciona como exemplos o parlamento e a escola, pois em ambos os espaços existem representantes e representados. Na fala da mãe, notamos que há cobranças acerca do que não cabe a ela resolver, como foi mencionado, e não tem o acompanhamento que deveria. Se o que é cobrado da conselheira fosse de sua competência, poderíamos afirmar que os seus pares estariam agindo corretamente.

Para Eduarda, o desafio que ela encontrou foi a direção. Segundo ela, a pessoa que estava no cargo de gestora impedia o Conselho Escolar de trabalhar.

Muitos, principalmente, aqueles que estão mais em cima que se acham, são as barreiras, se bem que, querendo ou não, a gente já quebrou algumas. Porque assim, eu acho... vou falar direto porque eu não sou muito de estar enrolando, não. A questão da direção, vou falar logo. Para mim é a direção, porque a direção já entra direto no conselho, é isso?! Pronto! Para mim a maior barreira, pelo menos, ano passado foi essa na questão da direção, é tanto que a gente rebateu. Eu rebatia muito, eu acho que você até presenciou em algumas de nossas reuniões, rebatia muito com a antiga diretora porque eu não concordava com o que ela fazia, entendeu?! Mas, agora com essa nova diretora, que é uma senhora, uma pessoa já muito experiente. Eu acho que a gente vai ter menos dificuldades, o conselho vai ter menos dificuldade para trabalhar dentro da escola. Vai ter mais abertura, vai ter mais acesso, é tanto que essa diretora que entrou já foi logo dando espaço para gente... foi abrindo para gente a questão do caixa (EDUARDA, REPRESENTANTE DE PAIS/RESPONSÁVEIS, 03/04/2021).

Em sua resposta, ela relata que o fato de a direção entrar no conselho sem passar pelo processo eleitoral faz com que a pessoa, ao assumir o cargo de conselheiro, se sinta superior<sup>32</sup>, pois não é necessário receber votos para ser escolhido, por ser membro nato. No entanto, ela vê

---

<sup>32</sup> O fato de o diretor ser membro nato foi discutido no quarto capítulo deste trabalho, quando tratamos das escolhas dos representantes.

na gestora que assumiu a coordenação da escola nesse ano de 2021 uma pessoa mais aberta ao diálogo e acredita que isso poderá facilitar o trabalho desenvolvido pelo Conselho Escolar.

No primeiro momento de sua fala, identificamos que a direção utilizava o autoritarismo para impedir o Conselho de executar suas ações, para que as decisões fossem somente as suas. Não existia diálogo entre a diretora e os outros conselheiros, gerando uma gestão autoritária. Batista (2020) discute o trabalho árduo que decorre das relações do Conselho quando os gestores não compreendem o colegiado como parceiro da escola.

Quando citamos trabalho árduo é por entendermos a difícil tarefa de conquista porque perpassam as relações do conselho, em virtude de alguns gestores não entenderem que esse órgão é parceria, ambiente de participação e ampliação da democracia na escola, não de competitividade. A democracia escolar não é instrumento do fazer apenas do conselho, uma vez que a gestão da escola também precisa ser democrática, já que compõe como membro nato o segmento de diretor no colegiado escolar. Por essa razão, necessita entender que ambos são condutores da democratização, apresentando trabalho em conjunto na complexa tarefa de administrar a escola (BATISTA, 2020, p. 81).

Essa autora ressalta que os gestores que não veem o Conselho Escolar como parceiro, ambiente de participação e ampliação da democracia na instituição dificultam as relações que ocorrem na escola. Ela menciona também a democracia escolar, que não deve ser vista como responsabilidade apenas do Conselho, porque tanto os gestores como os órgãos colegiados são condutores da democratização. Essa discussão apresentada por Batista (2020) nos faz compreender a angústia da mãe com a antiga gestão da escola, que não queria permitir que os conselheiros participassem, mas ainda bem que eles não se calavam e contestavam qualquer decisão da qual não participassem.

Compreendemos a importância que as reuniões do Conselho Escolar têm, pois as decisões e as trocas de informações acontecem durante cada encontro. Para as reuniões serem consideradas válidas, é necessário um quórum, conforme discutido no quarto capítulo, por isso a participação dos conselheiros se torna fundamental. Ao ser questionada sobre os desafios da representatividade no Conselho Escolar, a representante de alunos de nome Fabiana menciona “o fato de que é muito difícil conseguirmos reunir o conselho” (FABIANA, REPRESENTANTE DE ALUNOS, 29/04/2021). Em nossas observações, pudemos evidenciar na prática o que Fabiana nos coloca, uma vez que os presidentes mobilizavam os conselheiros dois dias antes das reuniões para que no dia marcado tivesse quórum. Sem reunião, não há como os representantes exercerem a representatividade que lhes foi concedida, por isso que a resposta de Fabiana é pertinente.

Em suas pesquisas, Costa (2011) relata os prejuízos que a falta de participação dos representantes nas reuniões ocasiona na instituição. A gestão acaba se beneficiando das decisões e deliberando a seu favor.

E isso foi demonstrado pelas reuniões constantemente com quórum incompleto e pela a apresentação das deliberações pela gestão a serem aprovadas e assinadas, porém sem muita reflexão de cunho pedagógico. Na verdade, o estar presente era o suficiente, e os segmentos internos da escola, professor e equipe pedagógica, algumas vezes, contribuíam com opiniões na direção de uma compreensão, mas sem muito aprofundamento no assunto (COSTA, 2011, p. 05).

É interessante que todos os representantes estejam presentes nas reuniões e, principalmente, participando ativamente, porque não adianta se fazer presente e não estar interessado nos assuntos discutidos. Quando a mãe admite que tem dificuldade para reunir os representantes, temos que acrescentar também que não é somente reuni-los, mas fazer com que eles participem com opiniões, sugestões e também discutam os assuntos em pauta.

Questionamos os nossos sujeitos se era possível que eles exercessem a representatividade de seus representados no momento em que estão reunidos, discutindo assuntos importantes para escola. Eles responderam que sim e pedimos para que comentassem como acontecia, momento em que apresentaram alguns exemplos de como eles viam a representatividade sendo exercida.

“A representatividade é isso mesmo é... você discutir sobre esses assuntos e ver qual melhor caminho a ser seguido para nossa escola. É basicamente isso” (ANA, REPRESENTANTE DE PAIS/RESPONSÁVEIS, 15/03/2021). A mãe ressalta que a representatividade ocorre quando estão discutindo assuntos e tomando decisões que favoreçam a escola, em cuja fala compreendemos que ela não representa apenas seus pares, e sim toda a instituição. Bruna concorda que “acontece nas discussões durante as reuniões” (BRUNA, REPRESENTANTE DE PAIS/RESPONSÁVEIS, 23/03/2021).

Os representantes de pais/responsáveis (Damião e Eduarda) afirmam representar seu segmento nas reuniões do colegiado, posto que sempre estão levando para discussão assuntos que os representados têm dúvidas e não esclarecem com a gestão da instituição. No papel de representantes, eles se sentem na obrigação de falar por seus representados.

[...] eu represento tanto os pais como a presidência. Na minha opinião, eu exerço os dois papéis tanto como trago o que os pais me solicitam, quer dizer, me solicitavam quando era aula presencial, como hoje está sendo muito virtual

eu não estou tendo tanto contato com os pais, como eu tinha falado antes (DAMIÃO, REPRESENTANTE DE PAIS/RESPONSÁVEIS, 31/03/2021).

Com certeza porque eu pergunto e quando eu pergunto é porque eu já ouvi eles falando, entendeu?! Eu não pergunto nada no vazio. Quando eu estou nas reuniões... quando eu estou nas reuniões, eu estou falando alguma coisa porquê... É quando eu estou é porque eu já vi os pais questionando isso...claro que não vou citar nomes, mas se eu estou fazendo aquela pergunta é porque eu já ouvi e porque eu sinto também. Então, eu também sou mãe, sou mãe e pai... então eu não acredito que só eu tenha aquele sentimento, aquela dúvida lá de perguntar. A questão do caixa, por exemplo, nossa, a quantidade de pais que tinham a curiosidade de saber como era que funcionava o negócio do caixa. Então, eu já cheguei logo e perguntei. Então, se eu achava que estava sentindo aquilo ali com certeza eu estava representando algum pai, eu acho que muitos na verdade tinham vontade de perguntar e num... porque tem muitos que baixam a cabeça como se tivesse ali... Eu acho que eu represento, entendeu?! Eu acho (EDUARDA, REPRESENTANTE DE PAIS/RESPONSÁVEIS, 03/04/2021).

Nas respostas deles, nota-se a preocupação que eles têm em dar vozes aos pais/responsáveis, fazendo com que, de fato, a representatividade aconteça. Damião afirma que representa os pais/responsáveis, ou melhor, representava, porque devido às aulas não estarem acontecendo de forma presencial, ele não tem contato com os outros pais/responsáveis, como já havia falado que a articulação com seus representados foi afetada pela pandemia, pois as conversas aconteciam quando ia deixar ou buscar os filhos na escola. Chamou-nos a atenção a fala de Eduarda: “[...] eu também sou mãe, sou mãe e pai... então eu não acredito que só eu tenha aquele sentimento, aquela dúvida lá de perguntar” (EDUARDA, REPRESENTANTE DE PAIS/RESPONSÁVEIS, 03/04/2021). Desse modo, ela realmente se coloca no lugar de seus pares e vivencia o colegiado como se eles também estivessem lá. Isso mostra o quanto ela os representa.

Dublante (2016, p. 246) acredita que é importante a representação de todos os segmentos no Conselho Escolar, posto que “as diferentes vozes podem se fazer presentes nos momentos deliberativos, opinando sobre a realidade e construindo novos direcionamentos para a participação da comunidade”. Reconhecemos a importância dessas vozes no colegiado, pois através delas os representados são ouvidos nas reuniões. Ver nossos sujeitos se preocupando com os pais/responsáveis, se colocando no lugar deles e dando voz a eles nos faz perceber como a representatividade é fundamental, porque sem ela os representados não teriam como se expressar no Conselho Escolar.

Foi possível observarmos que as vozes dos conselheiros são fundamentais no Conselho Escolar, uma vez que, assim, os representados podem ser ouvidos através de seus

representantes. Durante nossas análises, identificamos dois pontos importantes nas falas de nossos entrevistados, que foram vez e voto. De acordo com os representantes de pais/responsáveis e de alunos, o colegiado dá a oportunidade de participação aos representantes, permitindo que eles emitam opiniões e também votem.

A gente dá nossa opinião sobre alguma coisa quando a presidente pergunta, ou a diretora. Agora o caso é que alguns representantes não querem falar. Mas, lá na escola, os pais têm vez e voz, só que tem aqueles que querem do jeito deles, do jeito errado (ANA, REPRESENTANTE DE PAIS/RESPONSÁVEIS, 15/03/2021).

As reuniões que eu participei foram muito produtivas, me escutaram. E quando eu participei tinha muito assunto a ser tratado já no final do ano aquela questão das atividades que não vinham e etc. Eles foram muito... pararam para me escutar nesse momento e eu falei (CLARA, REPRESENTANTE DE ALUNOS, 26/03/2021).

Nas respostas das mães, compreendemos que o Conselho Escolar da Escola Araújo Freire, além de dar oportunidade de as representantes falarem, estimula a participação, pois questiona para que todos se posicionem. Isso é relevante e merece destaque, visto que nem todos os órgãos colegiados agem dessa maneira, por temerem as opiniões e até mesmo votos contrários ao posicionamento da gestão escolar. Trata-se de um colegiado que se preocupa com os representantes e representados e com a participação de todos que fazem parte dele.

Os Conselhos Escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola. Cabe aos Conselhos, também, analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola. Eles representam as comunidades escolar e local, atuando em conjunto e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade. Representam, assim, um lugar de participação e decisão, um espaço de discussão, negociação e encaminhamento das demandas educacionais, possibilitando a participação social e promovendo a gestão democrática. São, enfim, uma instância de discussão, acompanhamento e deliberação, na qual se busca incentivar uma cultura democrática, substituindo a cultura patrimonialista pela cultura participativa e cidadã (BRASIL, 2004, p. 34-35).

Na definição feita pelo PNFC (BRASIL, 2004) sobre o Conselho Escolar, identificamos características que também são encontradas no colegiado da Escola Araújo Freire, são elas: representação das comunidades escolar e local que atuam em conjunto, lugar de participação e decisão, um espaço de discussão que possibilita a participação social e promove a gestão

democrática. A promoção da gestão democrática nesse Conselho Escolar é algo bem forte, na medida em que ele estimula a representação e a participação dos representantes com vez e voto, conforme colocado por Ana.

O Conselho Escolar dessa escola felizmente se preocupa com a participação e a representação dos conselheiros, porque quando a mãe diz: “eu dou a minha opinião quando elas perguntam. Mas eu participo sim quando elas perguntam se estão de acordo, essas coisas do tipo assim [...]” (BRUNA, REPRESENTANTE DE PAIS/RESPONSÁVEIS, 23/03/2021), entendemos que, sem questionamento, ela não iria falar e, assim, a representatividade sairia prejudicada.

Na Escola Evangelista de Oliveira, as oportunidades de participação e representação nas reuniões não são iguais às da outra escola. De acordo com Eduarda, a gestão da escola não queria permitir que ela desse a sua opinião nas reuniões, mas ela foi insistente e conseguiu que a escutassem. Vale salientar que a gestão mencionada não faz mais parte do quadro de funcionários da escola.

Permite, aí se não permitir. Ano passado não queria permitir não, sabe. Queriam muito me cortar ano passado, mas não conseguiram, não. Tinham muitos que queriam me cortar, sabe. Devido eu falar demais. Mas nada do que eu falava não era para ofender ninguém. Falava apenas para saber porque eu tinha curiosidade, eu estava ali, se estava me dando oportunidade de saber, eu queria saber, entendeu. Muitos queriam é... é me cortar. Mas assim, muitos também diziam “Eduarda vá lá pode perguntar é sua chance pode falar, você tem direito, seu direito”. Me explicavam quando eu podia, entendeu?! É até onde eu podia ir e até onde eu não podia (EDUARDA, REPRESENTANTE DE PAIS/RESPONSÁVEIS, 03/04/2021).

Na fala de Eduarda, percebemos seu interesse em se posicionar, mas a direção da escola tentava impedi-la, pois a via como “ameaça” por ela “falar demais”, como a mesma se define. Se a escola não tem o que esconder, devia se sentir privilegiada em ter representantes que desejam participar ativamente das discussões, porque nem todos que assumem o cargo de conselheiro se mostram interessados nos assuntos da instituição.

O representante de pais/responsáveis da mesma escola de Eduarda fala que eles têm a participação assegurada nas reuniões, já que, na maioria das vezes, as pautas são elaboradas pelos representantes no momento em que estão reunidos. Damião indica “como temos, nós mesmos é quem criamos na maioria das vezes as pautas. [...] Agora quando tem, assim, uma gestora que queira ajudar, quando não tem aí não tem como funcionar não. A ciranda não gira direito não” (DAMIÃO, REPRESENTANTE DE PAIS/RESPONSÁVEIS, 31/03/2021). Ele enfatiza a mesma dificuldade que Eduarda, ou seja, a não colaboração da gestão.

A representante de alunos da Escola Augusto Sobrinho não enfrenta o mesmo problema, porque, de acordo com ela, “nós temos voz ativa e em tomada de decisões no Conselho por meio de voto” (FABIANA, REPRESENTANTE DE ALUNOS, 29/04/2021). O Conselho Escolar abre a possibilidade de participação para os conselheiros, permitindo que eles também votem e tomem decisões.

Diante das respostas dos nossos entrevistados, pudemos observar que a forma como é assegurada a participação dos representantes de pais/responsáveis e de alunos nas reuniões muda de Conselho para Conselho. No colegiado em que tem gestor preocupado com as melhorias na instituição, incentiva-se a participação dos conselheiros sem se preocupar com opiniões contrárias. Eles encontram alguns desafios, porém, na maioria das vezes, se veem motivados a enfrentá-los pela escola e por seus representados.

Cada Conselho apresenta seus desafios e possibilidades de representatividade, pois possuem suas próprias características, porém, a representatividade, em alguns momentos, se assemelha, visto que os representantes agem de maneira parecida. Quando mencionamos que as atitudes dos conselheiros são semelhantes, estamos nos referindo ao que foi observado durante as reuniões e coletado nas respostas dos sujeitos. É importante enfatizar que na escola Augusto Sobrinho foi observada e entrevistada somente uma conselheira representante de alunos, por isso que nas análises essa escola aparece com menos frequência do que as outras.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi discutido sobre representatividade a partir das abordagens dos autores, compreendemos que a representatividade é representar com efetividade e qualidade o segmento ou o grupo do qual se faz parte, exercendo o direito de fala dessas pessoas que estão sendo representadas e, assim, assumindo o papel que lhe foi atribuído por seus representados e defendendo, dessa maneira, o interesse daqueles que confiaram nele no momento da escolha. A representatividade também está ligada à participação e ao envolvimento dos membros do Conselho Escolar, gerando a gestão democrática. É importante destacar que as palavras representação e representatividade caminham juntas no processo representativo do Conselho Escolar, porém a primeira é como o ato ou efeito de representar, enquanto a segunda é a qualidade de quem representa este ato.

Em relação às democracias representativa e participativa, entendemos como sendo a representativa aquela em que os sujeitos elegem seus representantes por meio do voto para decidir por eles; já a democracia participativa se caracteriza pela participação. Elas se cruzam por diversas vezes no decorrer da história, mas alguns autores criticam mais uma do que a outra, de acordo com o seu ponto de vista. Essas democracias apresentam características diversas, porém ambas fazem parte do processo democrático, que é complexo e necessário para a sociedade.

Para entendermos um pouco mais sobre esses dois lados do ato democrático, contextualizamos seus surgimentos e nos baseamos em Silva (2015), ao evidenciar que a representativa se desenvolveu por causa do Estado Nacional e da expansão do capital e que a outra veio surgir após a queda do modelo representativo no século XIX, mas, segundo Dallari (2010), foi com a queda da ditadura militar no século XX que a democracia participativa se consolidou.

Outro assunto discutido em nosso trabalho diz respeito à crise de representação e representatividade em contextos sociais e políticos. Compreendemos como algo que vem atingindo diversos países, ocasionando frustrações e desinteresse nos cidadãos, pois não veem em seus governantes a esperança de mudança. Os fatores que podem provocar a crise são: a não identificação entre representantes e representados, o distanciamento dos eleitores com os candidatos depois que assumem os cargos, as espertezas de quem tem o poder sob seus subordinados, a preocupação em tomar decisões que beneficiem apenas quem governa e a falta de legitimação política. Esses fatores geram uma crise que afeta toda a sociedade em seus

aspectos sociais e políticos, de modo que o povo acaba sem estímulos para votar e eleger seus governantes.

Nesta pesquisa, discutimos também sobre a representação e a participação, pois elas se fazem presentes no Conselho Escolar e são fundamentais para que a representatividade aconteça. Percebemos que as contribuições decorrentes desses processos trazem benefícios para toda a instituição escolar, na medida em que, a partir delas, os conselheiros dão opiniões e representam seu segmento. No capítulo em que discutimos a respeito, tivemos como foco o papel dos pais porque eles foram nossos sujeitos investigados, mas vale destacar que a participação e representação de todos os segmentos são essenciais para o Conselho Escolar.

Em relação aos marcos legais e seus mecanismos de regulamentação no contexto de Mossoró/RN, compreendemos o quanto foi relevante a criação dos colegiados para a cidade, os quais, até o ano de 2003, não existiam nas instituições municipais de ensino fundamental (anos iniciais e finais), sendo instituídos nas Unidades de Educação Infantil em 2011. Isso nos fez refletir e questionar sobre como acontecia a democracia nesses ambientes antes da Lei Municipal n. 1.904, de 19 de dezembro de 2003, alterada pela Lei Municipal n. 2.769 de 26, de setembro de 2011. Será que a comunidade escolar e local podia participar das decisões da escola? Verificamos no decorrer deste trabalho que o Conselho Escolar foi criado em 2003 em Mossoró/RN, assim, por que será que seu surgimento demorou tanto tempo para acontecer se na LDB 9.394/1996 a criação dos colegiados já era instituída? Em face desse contexto, surgiram algumas indagações, como: no período em que as instituições municipais não tinham os órgãos colegiados, permaneceram sem gestão democrática? A comunidade escolar e local tinha direito à participação nas decisões, já que os órgãos colegiados não existiam como aparato legal? Por que será que demorou tanto para criarem o Conselho Escolar na cidade? São questionamentos que nos fazem refletir sobre a relevância dada à democracia, à representatividade, à participação e à representação nas escolas de Mossoró/RN. São questionamentos que nos fazem pensar na relevância da democracia, representatividade, participação e representação nas escolas de Mossoró/RN.

Sobre organização e funcionamento do Conselho Escolar, entendemos o quanto são fundamentais, pois contribuem para a realização de um trabalho bem estruturado. No processo de escolha dos representantes de pais/responsáveis e alunos, pudemos observar que acontece a cada dois anos e é organizado pelos funcionários da escola com apoio do Grupo Articulador de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (GAFCE). Os interessados na função de conselheiros se candidatam e recebem o voto do segmento que está representando. A votação acontece de maneira manual e secreta, sendo eleito representante aquele que obtiver o maior número de

votos. Esse momento significa bastante para a escola, pois são escolhidas as pessoas que representam toda a instituição. Conhecemos também a função do GAFCE, que nos possibilitou entender a importância de seu papel na articulação e no fortalecimento dos Conselhos Escolares. Embora seja necessário estudar em outras pesquisas a atuação do GAFCE na formação dos conselheiros escolares.

Além disso, há a preocupação em capacitar conselheiros conscientes de suas funções, dando a eles a formação necessária para que possam dialogar e tomar decisões com clareza.

No levantamento bibliográfico realizado nas plataformas digitais da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), das dissertações do POSEDUC e da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE), percebemos que os estudos sobre representatividade no Conselho Escolar ainda se encontram bastante limitados, uma vez que não foi encontrado nenhum trabalho que discutisse esse tema. As abordagens encontradas discutem a representatividade em outros âmbitos, por exemplo, na democracia, nos processos seletivos, nos conselhos gestores e municipais. Esperamos que este trabalho possa contribuir com outras discussões que venham a ser realizadas sobre o tema apresentado, em virtude de que há poucas produções.

A metodologia utilizada foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, para compreendermos como acontece a representatividade dos pais/responsáveis nos Conselhos Escolares investigados, apontando os/as desafios/possibilidades no momento das tomadas de decisões. Utilizamos como ferramenta para a construção dos dados a observação não participante no formato virtual e os registros no diário de pesquisa durante as reuniões e, além desses meios, realizamos entrevistas semiestruturadas juntamente com suas análises. Essas ferramentas nos permitiram alcançar os objetivos propostos na pesquisa.

Durante as observações, identificamos a representatividade nas falas dos representantes de pais/responsáveis quando eles se expressavam em nome de seus pares, colocando-se no lugar deles. O primeiro momento em que percebemos foi durante a reunião da Escola Municipal Evangelista de Oliveira, quando os conselheiros se sentiram preocupados com a não distribuição dos kits de alimentação porque o caixa escolar não estava funcionando, mencionando que se colocavam no lugar dos pais que precisavam dos alimentos. Como os pais não estavam ali para expressarem a situação que vivenciavam com a pandemia, os representantes exerceram seu papel de representá-los.

Nessa mesma instituição, não havia representantes de alunos, pois as pessoas que foram escolhidas não faziam mais parte do Conselho Escolar, então, os representantes de

pais/responsáveis se viam na responsabilidade de representarem também esse segmento. Os pais-conselheiros demonstraram inquietações nas reuniões pelo fato de considerarem necessária a representação dos alunos, portanto, quando tinham a oportunidade, sugeriam a realização de uma assembleia para que a escolha fosse feita. Porém, até o último dia em que observamos as reuniões desse colegiado, a assembleia não tinha sido marcada.

Outro momento interessante da nossa pesquisa em que a representatividade foi evidenciada ocorreu nas discussões sobre as aulas remotas, em que a representante de pais/responsáveis declarou que falava como mãe e não como conselheira porque sentia a mesma angústia dos pais que não estavam enviando as atividades dos filhos. Esse mesmo ponto foi discutido na reunião da Escola Municipal Araújo Freire (EMAF) e mais uma vez as representantes se viram na obrigação de representar seu segmento. Uma das conselheiras colocou que sabia das dificuldades enfrentadas pelos pais, porém, para ela, que fazia parte do conselho, tornava-se mais fácil repassar à equipe pedagógica os obstáculos que ela encontrava. Nesse Conselho, tinha uma representante de alunos, porém ela não participou de nenhuma reunião que observamos.

Na Escola Municipal Augusto Sobrinho, o único sujeito investigado foi uma representante de alunos, pois os representantes de pais/responsáveis não faziam mais parte do Conselho porque seus filhos foram estudar em outra instituição. Vale ressaltar que teve uma assembleia nesse ano de 2021 no mês de maio e duas mães foram escolhidas para substituir os conselheiros, as quais participaram da última reunião que acompanhamos. Nas três reuniões que observamos, a representante de alunos não se expressou em nome de seus pais. O único momento em que ela falou foi quando a presidente questionou sobre qual seria o melhor dia e horário da assembleia, então a representante de alunos disse que para os pais/responsáveis no sábado à tarde era mais conveniente, porque a maioria trabalha pela manhã. Nessa instituição, a representatividade está prejudicada no segmento de pais/responsáveis e de alunos, posto que, mesmo tendo uma representante, ela não exerce seu papel nas reuniões.

Após nossas colocações, podemos ressaltar que a representatividade dos pais/responsáveis se encontra bem assegurada nas instituições Evangelista de Oliveira e Araújo Freire, porém, na outra instituição, as representantes assumiram recentemente a função de representantes de pais/responsáveis, de modo que não foi possível observá-las. No decorrer das reuniões, percebemos o interesse dos representantes de pais/responsáveis dessas duas instituições em ajudar tanto o segmento de pais/responsáveis como também de alunos. Foi bem interessante ouvi-los expressando anseios e angústias diante das situações vividas no ambiente escolar.

Em relação à representatividade dos alunos, podemos afirmar que não acontece em nenhum dos três Conselhos investigados, pelo menos por parte de seus representantes. Na escola Evangelista de Oliveira, não há conselheiros que representem os alunos, mas, na Araújo Freire e na Augusto Sobrinho, sim, apesar de não exercerem a função que lhes foi atribuída. Dito isso, consideramos o segmento de alunos prejudicado por não ter representação. Além disso, nesse momento de ensino remoto e atividades síncronas e assíncronas, em que tudo é novo para eles, seria fundamental ter representantes no Conselho Escolar que pudessem dialogar sobre esse novo formato de ensino. A representatividade dos alunos se torna difícil mesmo com a participação frequente de seus representantes pelo fato de que, na maioria das vezes, eles não são consultados para saber suas opiniões ou se tem algo para ser levado ao colegiado. Não basta serem assíduos nas reuniões se não tomam as decisões levando em consideração as opiniões de seus representados, pois isso não significa representatividade. Não se evidencia uma representatividade por assiduidade, mas sim pela forma que ela é exercida.

Nas análises das entrevistas, foram identificadas três categorias: participação e representação de pais/responsáveis e alunos nos Conselhos Escolares; representatividade de pais/responsáveis e alunos no Conselho Escolar no contexto da pandemia; desafios/possibilidades da representatividade de pais e alunos nas reuniões do colegiado. Na primeira, chegamos à conclusão de que nossos sujeitos demonstraram preocupação em participar e representar seus pares no Conselho Escolar. Contudo, na prática, nem todos exercem de fato sua função de representante, apontamento que fazemos com base nas observações realizadas, pois, durante os quatro meses em que observamos, percebemos que as representantes de alunos não participam e não representam os estudantes, conforme mencionado no parágrafo anterior. Na segunda categoria, foi possível compreender que a pandemia tem prejudicado a representatividade no Conselho Escolar, uma vez que o distanciamento com a suspensão das aulas tem afetado o diálogo entre os representantes e seus pares, impedindo que eles compartilhem informações. Na última, verificamos que cada um tem seus desafios e possibilidades de representatividade, que em alguns momentos se assemelham, seja na hora de se expressar em nome de seus representados, seja no momento de decidir por eles; e os desafios são as exigências de alguns pares ou a gestão que não permite que os representantes questionem.

Respondendo à pergunta que norteou esta investigação, compreendemos que a política educacional mossoroense limita a representatividade dos pais e dos alunos nos Conselhos Escolares na forma como está assegurada na Lei Municipal n. 2.769/2011 de Mossoró/RN, pois a distribuição dos representantes de pais/responsáveis e de alunos se encontra muito abaixo do

número de discentes matriculados. Há somente 1 (um) representante de alunos e 2 (dois) representantes de pais para 300 (trezentos) a 600 (seiscentos) alunos matriculados. Abaixo de 300 (trezentos), é um representante para o segmento de alunos e responsáveis. Já acima de 600 (seiscentos), são 4 (quatro) representantes de pais/responsáveis e 2 (dois) de alunos. Será que não se faz necessário rever o que está estabelecido? Essa quantidade de alunos, para 1 (um) ou 2 (dois) representantes, é suficiente? E o número de representantes de pais/responsáveis é satisfatório para a quantidade de pais/responsáveis que têm filhos/as matriculados nas instituições? Em relação às possibilidades que essa política oferece, há representatividade nos Conselhos Escolares. Identificamos somente a de que os estudantes e seus responsáveis têm direito a representantes e mesmo assim está aquém da quantidade das pessoas que vão ser representadas. Tudo isso precisa ser visto e repensado, caso sejam necessárias algumas mudanças.

Destacamos o seguinte: certamente, somente aumentar o número de representados não irá resolver o problema da representatividade dos pais e dos alunos nos conselhos, mas, pelo menos, tínhamos a paridade, a qual é desrespeitada na legislação mossoroense. Além de aumentar o número de representados, há a necessidade de oferecer melhores condições de atuação para os conselheiros, como formação continuada e, quiçá, atribuir uma gratificação para cobrir despesas para deslocamento etc.

É importante ressaltar que o nosso percurso para realizar a pesquisa empírica não foi fácil. Encontramos algumas dificuldades, mas que foram transformadas em aprendizados. Precisamos refazer a metodologia, posto que o intuito era assistir as reuniões presenciais e fazer as entrevistas também, porém, com a pandemia do coronavírus, adaptamos para o formato virtual. O momento da mudança nos deixou com incertezas se íamos conseguir realizar a investigação a que nos propomos. Será que vamos conseguir observar nossos sujeitos através de uma tela? Como os conselheiros vão nos receber, visto que iremos entrar em “suas casas”? Com o trabalho finalizado, podemos afirmar que deu certo e que obtivemos resultados da mesma maneira que se tivesse sido presencial.

Discutir a representatividade é algo fundamental, no entanto, no contexto educacional, a discussão não é frequente, havendo pesquisas bibliográficas que comprovam isso. Este estudo abre novas possibilidades de análise, visto que a investigação foi realizada somente com três Conselhos Escolares e com representantes de pais/responsáveis e de alunos. Na cidade de Mossoró, na rede municipal encontram-se 85 (oitenta e cinco) órgãos colegiados que poderiam ser pesquisados, trazendo outras contribuições para o tema e tendo como sujeitos os representantes de outros segmentos. Além disso, há os representados que são tão fundamentais

quanto os conselheiros para que a representatividade venha a se legitimar, de modo que os ouvir também seria interessante.

Por fim, concluímos que, para que a representatividade aconteça, esta depende de alguns fatores como: a lei que a assegura, a escola onde o Conselho está inserido, a gestão que coordena a instituição, mas o fator primordial é o representante que assume a função. Em alguns momentos, a crise de representação poderá ocorrer, pois os pares podem não se sentir representados pelos conselheiros, portanto o papel do representante é fundamental para que seus pares se identifiquem com eles, legitimando-os em sua representatividade.

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Ana de Fátima Pereira de Sousa. **O conselho municipal de educação do Recife e a política educacional**: um estudo sobre participação e representatividade. 2009. 198 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3951>. Acesso em: 21 maio 2020.
- ANASTASIA, Fátima. **Responsabilização por Controle Parlamentar**. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/24-encontro-anual-da-anpocs/gt-22/gt06-6/4761-fanastasia-responsabilizacao/file>. Acesso em: 31 out. 2020.
- ANTUNES, Ângela. **Aceita um conselho?** Como organizar o colegiado escolar. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002. (Guia da escola cidadã; v. 8).
- ARAGÃO, José Weillington Marinho; MIRANDA, Josimara Santos; SANTOS, Ademar Sousa. **Gestão democrática e formação continuada em Conselhos Escolares**: desafios, possibilidades e perspectivas. Salvador: Faced-PPGE-UFBA; EDUFBA, 2012.
- AZEVEDO, Márcio Adriano. **Avaliação do programa Escola Ativa como política pública para escolas do campo com turmas multisseriadas**: a experiência em Jardim do Seridó/RN (1998-2009). Tese de doutorado. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/14300/1/MarcioAA\\_TESE.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/14300/1/MarcioAA_TESE.pdf). Acesso em: 27 dez. 2021.
- BARBOSA, Joaquim Gonçalves; HESS, Hemi. **O diário de pesquisa**: o estudante universitário e seu processo formativo. Brasília: Liber livro, 2010.
- BARCELLI, Juliana Carolina. **Função, composição e funcionamento dos conselhos escolares**: participação e processos democráticos. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2709/5902.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 abr. 2021.
- BARCELLI, J. C.; WELLICHAN, V.; PARRA, R. N. Indicadores de funcionamento dos conselhos escolares de quatro estados brasileiros. *In*: LUIZ, Maria Cecília; NASCENTE, Renata Maria Moschen (org.). **Conselho Escolar e diversidade**: por uma escola mais democrática. São Carlos: EDUFSCar, 2013. v. 1, p. 09-280.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 4. ed. rev. e ampl. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BATISTA, Antonia Rilzonete de Castro. **Conselho escolar e empoderamento**: articulação entre extensão Universitária e Sistema Municipal de Ensino de Mossoró-RN. Mossoró, 2020.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução de Carmem C. Varriale *et al.* 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOBBIO, Noberto. **Liberalismo e democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: para uma Teoria Geral da Política**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto, 1994. (Coleção Ciências da Educação).

BONAT, Debora. **Representação e participação políticas: a crise do modelo liberal e sua reestruturação através da democracia participativa**. Florianópolis, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/87407>. Acesso em: 16 fev. 2021.

BONAVIDES, Paulo. **A constituição aberta**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BORDENAVE, Juan E Díaz. **O que é participação?** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros passos; 95).

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal - Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública. Brasília, DF, 2004. Caderno 1.

BRASIL. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Conselho Escolar e a aprendizagem na escola. Elaboração de Ignez Pinto Navarro *et al.* Brasília MEC, SEB, 2004a. Caderno 2.

CARDOSO, Aparecida. **Gestão participativa numa escola comunitária**. 1995. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/253805>. Acesso em: 5 maio 2020.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Tradução de Joana Angélica d'Avila Melo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CASTRO, Adenise Figueira Barbato. **A autonomia do conselho escolar: uma gestão democrática**. 2008. Disponível em:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1521-6.pdf> Acesso em: 28 dez. 2020.

CASTRO, Maria Lucia Silva. **Conselho Escolar**: a busca pela solução de entraves no funcionamento do trabalho pedagógico. 2016. 85f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <http://mestrado.caedufjf.net/conselho-escolar-a-busca-pela-solucao-de-entraves-no-funcionamento-do-trabalho-pedagogico/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CONCEIÇÃO, Marcos Vinícius. **Constituição e função do conselho escolar na gestão democrática**. 2007. 100f. Dissertação (Mestre em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/6788> Acesso em: 31 maio 2020.

COSTA, Homero. **Debilidade do sistema partidário e crise de representação política no Brasil**. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/primeirosimposio/completos/homero costa.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DUBLANTE, Carlos André Sousa. **Gestão Democrática**: o processo de representação nos conselhos escolares da rede pública municipal de São Luís, MA. 2016. 338 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/22524>. Acesso em: 16 maio 2020.

DUBLANTE, Carlos André Sousa; NETO, Antônio Cabral. **Gestão Democrática: o processo representativo nos conselhos escolares**. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 24, n. 3, p. 87-98, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/6845>. Acesso em: 5 maio 2020.

FARIA, Hamilton; MOREIRA, Altair; VERSOLATO, Fernanda (org.). **Você quer um bom conselho?** Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar**: o minidicionário de língua portuguesa. 4. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FIGUEIREDO, Camile Araújo. **Digressão do Ideal Democrático**: a representatividade política como instrumento de controle social. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós- Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/23329>. Acesso em: 23 maio 2021.

FLACH, Simone de Fátima; SAKATA, Kelly Letícia da Silva. O princípio da gestão democrática na educação pública e sua efetivação no âmbito do sistema municipal de ensino de Ponta Grossa-PR. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 32, n.

2, p. 549-569, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/63863>. Acesso em: 6 maio 2020.

FORNACIARI, Flávia Hellmeister Clito. **Representatividade adequada nos processos coletivos**. 2010. 189 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2137/tde-24092010-133201/pt-br.php>. Acesso em: 5 maio 2020.

FRAGOSO, Suely. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011. 239 p. (Coleção Cibercultura).

FRANÇA, Fernanda Cristina da Silva; PAULA, Lucécia Maria de Souza; GRIGOLETTO, Larissa Kutacho. Conselho escolar e as questões da democracia representativa e participativa. **Cadernos da Pedagogia**, São Carlos, v. 14, n. 27, p. 110-121, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1305>. Acesso em: 5 maio 2020.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 2. ed. Brasília, Liber Livro, 2005.

FREITAS, Thayse Mychelle de Aquino. **Racionalidade comunicativa e o conselho escolar: um diálogo possível**. 2020. 182p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2020. Disponível em: [https://www.uern.br/controladepaginas/poseduc-disserta%C3%A7oes-2018/arquivos/6091thayse\\_mychelle\\_de\\_aquino\\_freitas.pdf](https://www.uern.br/controladepaginas/poseduc-disserta%C3%A7oes-2018/arquivos/6091thayse_mychelle_de_aquino_freitas.pdf). Acesso em: 22 set. 2021.

GABRIEL, Márcio Rogério. **Democracia e associativismo civil** – uma análise da governança na comunidade Reca em Rondônia. 2019. 195 f. Tese (Doutorado Interinstitucional em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/201714>. Acesso em: 10 jun. 2020.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GOMES, Rosemeire de Araujo. **Participação dos conselheiros no CMEI Amor de Mãe após pleito unificado SME-NATAL (2014 -2018)**. 2019. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2019. Disponível em: [http://www.uern.br/controladepaginas/poseduc-disserta%C3%A7oes-2017/arquivos/5149rosemeire\\_de\\_araujo\\_gomes.pdf](http://www.uern.br/controladepaginas/poseduc-disserta%C3%A7oes-2017/arquivos/5149rosemeire_de_araujo_gomes.pdf). Acesso em: 28 abr. 2020.

GOUVEIA, Homero Chiaraba. **Cidadania coletiva: política da diferença e o princípio participativo na nova república brasileira**. 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17244>. Acesso em: 10 jun. 2020.

INNOCENTE, Maria Ângela Paié Rodella. **Participação e avaliação: relações e possibilidades.** Campinas: [s.n.], 2007.

KRSULOVIC, Carla de Castro Amorim. **“Não me representa”**: crise da representação e as propostas da teoria do Reconhecimento e da Participação Política. Orientador: Fernando Cardoso Lima Neto. 2018.

LORD, Lúcio José Dutra. **O conselho municipal de educação de Porto Alegre: estrutura, funcionamento e o papel político-pedagógico.** 2005. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/5004>. Acesso em: 6 maio 2020.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Representação no interior das experiências de participação. **Lua Nova**, São Paulo, v. 70, p. 139-170, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a07n70.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2020.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Participação e representação nos conselhos gestores e no orçamento participativo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, p. 87-97, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000100007>. Acesso em: 3 jun. 2020.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986.

LUIZ, Maria Cecília; NASCENTE, Renata Maria Moschen (org.). **Conselho Escolar e Diversidade: por uma escola mais democrática.** São Carlos: EdUFSCar, 2013.

LUIZ, Maria Cecília; CONTI, Celso. **Políticas públicas municipais: os conselhos escolares como instrumento de gestão democrática e formação da cidadania.** Disponível em: [http://alb.org.br/arquivomorto/edicoes\\_anteriores/anais16/sem09pdf/sm09ss05\\_05.pdf](http://alb.org.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais16/sem09pdf/sm09ss05_05.pdf). Acesso em: 26 nov. 2020.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista da Anpocs.**, n. 29, 1995. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4418905/mod\\_resource/content/1/Manin%20-%20Metamorfoses%20do%20governo%20representativo%20%28artigo%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4418905/mod_resource/content/1/Manin%20-%20Metamorfoses%20do%20governo%20representativo%20%28artigo%29.pdf). Acesso em: 10 fev. 2021.

MARQUES, Luciana Rosa. O projeto político pedagógico e a construção da autonomia e da democracia na escola nas representações sociais dos conselheiros. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 24, n. 83, p. 577-597, ago. 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 26 nov. 2020.

MARQUES, Ketuly Fuster. **Conselhos gestores de unidades de conservação: espaços de aprendizagem através da participação social.** 2018. 116f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8080>. Acesso em: 05 maio 2020.

MARTINS, Angela Maria. Autonomia e Educação: a trajetória de um conceito. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 207-232, mar. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a09n115.pdf> Acesso em: 30 out. 2020.

MEDEIROS, Arilene; OLIVEIRA, Francisca de Fátima. Conselho escolar: mecanismo de democratização ou burocratização? **Educação Unisinos**, Porto Alegre, v. 12, p. 35-41, jan./abr. 2008. Disponível em: [http://www.unisinos.br/publicacoes\\_cientificas/images/stories/pdfs\\_educacao/vol12n1/035a041art04medeiroseoliveira%5Brevok%5D.pdf](http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdfs_educacao/vol12n1/035a041art04medeiroseoliveira%5Brevok%5D.pdf). Acesso em: 20 set. 2019.

MENDONÇA, Erasmo Fortes. Estado Patrimonial e Gestão Democrática do Ensino Público no Brasil. **Educação & Sociedade**, ano XXII, n. 75, p. 84-108, ago. 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOSSORÓ (Município). **Lei nº1904/2003**. Dispõe sobre a instituição do Conselho de Escola nas unidades escolares do Sistema Municipal de Educação. Mossoró, RN, 19 dez. 2003.

MOSSORÓ (Município). **Lei 2769/2011**. Dispõe sobre o Conselho Municipal de Educação, e dá outras providências. Palácio da Resistência, Mossoró, 2011.

MOSSORÓ (Município). **Regimento do Conselho Escolar**. Aprovado na assembleia do Conselho Municipal de Educação no dia 03/05/2018. Mossoró, RN, 03 maio 2018.

MOSSORÓ (Município). **Regimento interno do Grupo Articulador de Fortalecimento dos Conselhos Escolares - (GAFCE) da rede municipal de ensino de Mossoró/RN**. Aprovado na assembleia do Conselho Municipal de Educação no dia 14/10/2019. Mossoró, RN, 14 out. 2019.

MOSSORÓ (Município). **Decreto n. 5.959, de 24 de fevereiro de 2021**. Consolida as medidas do protocolo sanitário específico de retorno às aulas presenciais e distanciamento social e dá outras providências. Mossoró, RN, 24 fev. 2021.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. Tradução de Cássio de Arantes Leite e Débora Landsberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

OLIVEIRA, Maria Márcia; OLIVEIRA, Francisca de Fátima Araújo. **A atuação dos conselhos escolares da rede municipal de ensino de Mossoró/RN e sua relação com melhoria da qualidade da educação**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Educação) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2012. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2014/Modalidade\\_1datahora\\_14\\_11\\_2014\\_21\\_57\\_40\\_idinscrito\\_4614\\_a6f09e9d1ecd708dea2f84e8565ff323.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2014/Modalidade_1datahora_14_11_2014_21_57_40_idinscrito_4614_a6f09e9d1ecd708dea2f84e8565ff323.pdf). Acesso em: 24 jun. 2021.

PAIXÃO, Gleice Aline Miranda. **Representação doente no conselho escolar: o caso de uma escola apartada da comunidade**. Disponível em:

[https://bdm.unb.br/bitstream/10483/9076/1/2014\\_GleiceAlineMirandadaPaixao.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/9076/1/2014_GleiceAlineMirandadaPaixao.pdf). Acesso em: 30 abr. 2020.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da educação pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Estado, Estado-Nação e formas de intermediação política. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 100, p.155-185, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-155185/100>. Acesso em: 3 ago. 2020.

PEREIRA, Rodrigo. **Conselhos escolares: a participação das comunidades e as implicações sobre o cotidiano da escola pública**. 2009. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/4643>. Acesso em: 5 maio 2020.

PEREZ, Marcos Augusto. **A administração pública democrática: institutos de participação popular na administração pública**. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e ideias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 15-47, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a03n67.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2020.

PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C.; MANIN, Bernard (ed.). **Democracy, Accountability and Representation**. Tradução de Felipe Duch. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

PRZEWORSKI, Adam. **Crise da democracia**. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

REPRESENTATIVIDADE. In: **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/representatividade>. Acesso em: 18 jul. 2020.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RISCAL, Sandra Aparecida. Considerações sobre o conselho escolar e seu papel mediador e conciliador. In: LUIZ, Maria Cecília; BARCELLI, Juliana Carolina (org.). **Conselho Escolar: algumas concepções e propostas de ação**. São Paulo: Xamã, 2010.

RISCAL, Sandra Aparecida; CONTI, Celso Luiz Aparecido; LUIZ, Maria Cecília. Caminhos e (des) caminhos da gestão democrática da escola pública: obstáculos, resistências e

perspectivas para a democratização dos conselhos escolares. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 51, p. 279-302, jun. 2013.

SALLES, Helena da Motta. **Gestão democrática e participativa**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2012. Disponível em: <http://cegpm.virtual.ufpb.br/wp-content/uploads/2013/07/GEST%C3%83O-DEMOCR%C3%81TICA-E-PARTICIPATIVA3.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2020.

SAMPAIO, Anny Gresielly Sales. **Democracia participativa e o papel do ministério público no controle da atividade política**. 2015. 75 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/23299>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SICHONANY NETO, Saul de Oliveira. **Da crise de representatividade e das manifestações de junho de 2013 à regulamentação de direito de participação social**. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-graduação em Direito, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/6385>. Acesso em: 16 maio 2021.

SILVA, E. L. **Conselhos Gestores de Unidades de Conservação: ferramenta de Gestão Ambiental e Estímulo à Participação Cidadã**, 2007.

SILVA, Marcos Luiz. A ideia de espaço público em Hannah Arendt. **Cadernos Zygmunt Bauman**, v. 7, n. 13, 2017. Disponível em: [www.periodicoseletronicos.ufma.br](http://www.periodicoseletronicos.ufma.br). Acesso em: 31 out. 2020.

SILVA, Maria Elizomar de Almeida. **Subjetividade e gestão escolar: implicações nos fazeres cotidianos da escola**. Mossoró/RN, 2020. Disponível em: [https://www.uern.br/controladepaginas/poseduc-disserta%C3%A7oes-2018/arquivos/6091maria\\_elizomar\\_de\\_almeida\\_e\\_silva.pdf](https://www.uern.br/controladepaginas/poseduc-disserta%C3%A7oes-2018/arquivos/6091maria_elizomar_de_almeida_e_silva.pdf). Acesso em: 20 jul. 2021.

SILVA, Thalita Vitória Castelo Branco Nunes. **O Conselho Nacional de Direitos Humanos como instrumento de fortalecimento da democracia no Brasil (2009/2012)**. 2015. 315 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7782>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SOUZA, Allan Solano. **Estudo sobre a tomada de decisão no conselho municipal de educação em Mossoró-RN (1997-2010)**. 2013. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2013.

Disponível em: [http://www.uern.br/controledepaginas/poseduc-disserta%C3%A7oes-2011/arquivos/3936allan\\_solano\\_souza.pdf](http://www.uern.br/controledepaginas/poseduc-disserta%C3%A7oes-2011/arquivos/3936allan_solano_souza.pdf) Acesso em: 6 maio 2020.

TAMAKI, Walter Junji. **Representatividade e Ação Coletiva**: uma avaliação empírica de sua eficácia. 2005. 115 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/5859?show=full>. Acesso em: 10 maio 2020.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global**: limites e desafios da participação cidadã. 3. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Equip; Salvador: UFBA, 2002.

URBINATI, Nadia. **O que torna a representação democrática?** Apresentado no Encontro Anual da American Political Science Association (Apsa), Washington (EUA), setembro de 2005. Tradução de Mauro Soares. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a07n67>. Acesso em: 28 dez. 2020.

VARGAS, Ana Lúcia Silva. **A gestão democrática na escola municipal**: o conselho escolar em questão. 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/16223>. Acesso em: 5 maio 2020.

VIANA, Emanuel Sousa. **A crise de representatividade dos partidos políticos no estado democrático de direito**. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional (Minter / Ciesa / Unifor) – Universidade de Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://uol.unifor.br/oul/ObraBdtdSiteTrazer.do?method=trazer&ns=true&obraCodigo=114896> <http://dspace.unifor.br/handle/tede/114896>. Acesso em: 19 jun. 2021.

VIEIRA, Letícia; RICCI, Maike C. C. **A educação em tempos de pandemia**: soluções emergenciais pelo mundo. 2020. Disponível: [https://www.udesc.br/arquivos/udesc/id\\_cpmenu/7432/EDITORIAL\\_DE\\_ABRIL\\_\\_\\_Let\\_cia\\_Vieira\\_e\\_Maike\\_Ricci\\_final\\_15882101662453\\_7432.pdf](https://www.udesc.br/arquivos/udesc/id_cpmenu/7432/EDITORIAL_DE_ABRIL___Let_cia_Vieira_e_Maike_Ricci_final_15882101662453_7432.pdf). Acesso: 11 fev. 2021.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Conselho Escolar**: implicações na gestão da Educação Básica. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

YOUNG, Iris Marion, Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, 67: 139-190, 2006. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/337/229> Acesso em: 20 nov. 2020.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – POSEDUC

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### ESCLARECIMENTOS

Este é um convite para você participar voluntariamente da pesquisa, cujo título é **REPRESENTATIVIDADE DOS PAIS E RESPONSÁVEIS DE ALUNOS EM CONSELHOS ESCOLARES: UM ESTUDO EM MOSSORÓ-RN**, a qual está vinculada à linha de pesquisa Políticas e Gestão da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, sob a orientação da Professora Dra. Arilene Maria Soares de Medeiros, tendo como pesquisadora responsável a mestranda Geniclébia de Oliveira Augusto. Este termo segue as recomendações das Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, principalmente, no que cabe às pesquisas na área das Ciências Humanas/Educação.

A referida pesquisa tem como campo empírico o Conselho Escolar no qual buscamos primordialmente analisar os limites e/ou possibilidades da política educacional mossoroense relativa à representatividade dos pais nos Conselhos Escolares de três escolas públicas municipais de Mossoró-RN. A pertinência desta pesquisa consiste em admitir a representatividade dos pais como aspecto constituinte da democratização da gestão escolar, já que a participação da família se torna fundamental ao exercício democrático na escola.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido(a) ao(s) seguinte(s) procedimento(s): **1) OBSERVAÇÃO DIRETA DAS REUNIÕES DO COLEGIADO; 2) REALIZAÇÃO DE UMA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA INDIVIDUAL, COM TODOS OS PARTICIPANTES DA PESQUISA, QUE SERÁ GRAVADA EM ÁUDIO**. Não há riscos aos envolvidos com sua participação. Todas as informações obtidas serão destinadas, exclusivamente, para fins acadêmicos e o nome dos participantes não será identificado em

nenhuma fase/etapa desta pesquisa. Garantimos que os dados obtidos a partir de sua participação na pesquisa não serão utilizados para outros fins, além dos previstos neste termo. Você ficará com uma cópia deste Termo, que deverá ser rubricada e assinada. Os participantes não terão benefícios financeiros ao participar da pesquisa, pois se trata de uma adesão voluntária

### **CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Estou de acordo com a participação no estudo descrito acima. Fui devidamente esclarecido(a) quanto aos objetivos da pesquisa, ao(s) procedimento(s) ao(s) qual(is) serei submetido(a). Foram-me garantidos esclarecimentos que eu venha a solicitar durante o curso da pesquisa e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que minha desistência implique qualquer prejuízo à minha pessoa.

---

Participante da pesquisa

---

Pesquisadora Responsável

---

Profa. Doutora Arilene Maria Soares de Medeiros  
Orientadora

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO NÃO PARTICIPANTE



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – POSEDOC  
LINHA DE PESQUISA: POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO  
ORIENTADORA: Profa. Dra. Arilene Maria Soares de Medeiros  
MESTRANDA: Geniclébia de Oliveira Augusto

### ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO NÃO PARTICIPANTE

1. Em que momento a representatividade é evidenciada?
2. Até que ponto os representantes de pais e dos alunos estão representando seus representados nas reuniões/assembleias?
3. Quais os/as desafios/possibilidades encontrados pelos representantes de pais/alunos durante as reuniões/assembleias?
4. Durante as tomadas de decisões o colegiado abre possibilidades para participação dos representantes de pais/alunos para que eles exerçam a representatividade que lhes foi confiada?
5. Como se articulam os titulares e seus suplentes na hora de decidir? Eles conversam entre si?

## APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN  
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – POSEDOC  
 LINHA DE PESQUISA: POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO  
 ORIENTADORA: Profa. Dra. Arilene Maria Soares de Medeiros  
 MESTRANDA: Geniclébia de Oliveira Augusto

### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

#### DADOS PESSOAIS

- 1- Nome fictício:
- 2- Responsável pelo estudante na escola: ( ) pai ( ) mãe ( ) Outro. Qual?  
\_\_\_\_\_
- 3- Quantos filhos você tem estudando nesta escola? \_\_\_\_\_ Qual (is) idade (s)?
- 4- Você cursou até que série?
- 5- Qual a sua profissão?
- 6- Participa de algum Movimento Social? ( ) sim ( ) não. Se for afirmativa sua resposta, informar qual.

#### PERGUNTAS NORTEADORAS

- 7- Quanto tempo faz que você é conselheiro/a?
- 8- O que te motivou a participar das eleições para conselheiro/a?
- 9- Você representa o segmento de pais/alunos no Conselho Escolar? Qual sua compreensão sobre a função que você exerce nesse colegiado?
- 10- Como acontece a articulação entre você (representante) com seus representados?
- 11- Você está no Conselho Escolar como representante de pais/alunos, o que você compreende por representatividade?
- 12- Em sua opinião, quais os desafios da representatividade no Conselho Escolar?
- 13- Nas reuniões do Conselho Escolar, é possível que você exerça a representatividade dos pais? Como essa representatividade acontece?

- 14- O Conselho de sua escola se preocupa em assegurar a participação dos pais, com voz e voto? Comente sobre isso.
- 15- Nesse novo cenário que estamos vivendo de isolamento e distanciamento social, o Conselho Escolar está sendo prejudicado? Comente sobre isso.
- 16- Durante a pandemia, como tem acontecido a articulação entre você (representante) com seus representados?

Muito obrigada!

Geniclébia de Oliveira Augusto (mestranda POSEDUC)

Arlene Maria Soares de Medeiros (orientadora)